

Organizadores
Ezra Alberto Chambal Nhampoca
David Alberto Seth Langa
Alexandre António Timbane



Descrição linguística, educação e cultura em contextos pós-coloniais

Ezra Alberto Chambal Nhampoca
David Alberto Seth Langa
Alexandre António Timbane

**DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA, EDUCAÇÃO E CULTURA
EM CONTEXTOS PÓS-COLONIAIS**

Belém-PA
Home Editora
2022



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s)
autor(es).

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-
-SemDerivações 4.0 Internacional.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza-UFOPA
Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA
Prof^a. Ma. Rayssa Feitoza Felix dos Santos-UFPE
Prof. Me. Otávio Augusto de Moraes-UEMA
Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP
Prof^a. Ma. Luzia Almeida Couto-IFMT
Prof. Me. Luiz Francisco de Paula Ipolito-IFMT
Prof. Me. Fernando Vieira da Cruz-Unicamp
Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA
Prof^a. Dra. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG
Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ
Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF
Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA
Prof^a. Ma. Adriana Barni Truccolo-UERGS
Prof. Me. Alisson Junior dos Santos-UEMG
Prof. Me. Raphael Almeida Silva Soares-UNIVERSO-SG
Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné-Faccrei
Prof. Dr. José Morais Souto Filho-FIS
Prof. Me. Fernando Francisco Pereira-UEM
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL
Prof. Me. Antonio Santana Sobrinho-IFCE
Prof^a. Dra. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA
Prof^a. Dra. Dayse Marinho Martins-IEMA
Prof. Me. Darlan Tavares dos Santos-UFRJ
Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM
Prof^a. Dra. Elane da Silva Barbosa-UERN

“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.

Equipe Home Editora

© 2022 Edição brasileira
by Home Editora
© 2022 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
9198473-5110
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Souza

Diagramação

Autor

Capa

Issufo Ossufo Giwa - artista plástico
moçambicano

Revisão de texto

Autor

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

Produtor editorial

Laiane Borges

<https://doi.org/10.46898/home.9786584897359>

**Catálogo na publicação
Home Editora**



D449

Descrição linguística, educação e cultura em contextos pós-coloniais / Ezra Alberto Chambal Nhampoca, David Alberto Seth Langa, Alexandre António Timbane (Organizadores) – Belém: Home, 2022.

Livro em PDF

248 p.

ISBN 978-65-84897-35-9

DOI 10.46898/home.9786584897359

1. Descrição linguística, educação e cultura em contextos pós-coloniais. I. Nhampoca, Ezra Alberto Chambal. II. Langa, David Alberto Seth. III. Timbane, Alexandre António (Organizadores). IV. Título.

CDD 418.007

Índice para catálogo sistemático

I. Linguagem / Línguas – Estudo e ensino

Conselho Científico

Alexandre António Timbane (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/Universidade Federal de Sergipe, Brasil)
Ana Cláudia Eltermann (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Armindo Atelela Ngunga (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Bento Siteo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Calawia Salimo (Universidade Rovuma, Moçambique)
Crisófia Langa da Câmara (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Daniel Perez Sassuco (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Davi Borges de Albuquerque (Universidade Federal de Goiás, Brasil)
David Alberto Seth Langa (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Eduardo David Ndombele (Instituto Superior de Ciências de Educação do Uige, Angola)
Ezra Alberto Chambal Nhampoca (Universidade de Trás-Os Montes e Alto Douro, Portugal e Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Fernando Rafael Chongo (Universidade Púnguè, Moçambique)
Habiba Naciri (Universidade Mohamed V Rabat, Marrocos)
Laquene Laisse (Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, Moçambique)
Lourenço Marques da Silva, (Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Timor Leste)
Maria Goreti Varela Freire Silva (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)
Maria José Alves (Universidade Federal de Catalão, Brasil)
Nada El Ahib (Université Mohamed-V Rabat, Marrocos)
Nadia Tadlaoui (Université Mohamed-V Rabat, Marrocos)
Nelsa Nhantumbo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Nsimba José (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Paulo Sérgio de Proença (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil)
Raquel Meister Ko. Freitag (Universidade Federal de Sergipe, Brasil)
Raul Balate (Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique)
Rosa Rodrigues (Universidade de Heideberg, Alemanha)
Verónica Joaquim Sibinde Mpanda (Instituto Superior de Ciências da Saúde, Moçambique)
Xoan Carlos Lagares (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	06
INTRODUÇÃO	09
I PARTE: DESCRIÇÃO DE LÍNGUAS AFRICANAS: CABO VERDE, MARROCOS E MOÇAMBIQUE	12
Extensões verbais em Xizronga (S54): uma análise preliminar das implicações morfosintáticas da combinação das extensões verbais causativa e aplicativa David Alberto Seth Langa, Tânia Brittes Ottoni Valias	13
Intensification strategies of diminutivization in Changana Armindo S. A. Ngunga, Célia Adriana Cossa	35
A description of non-canonical passive voice in Shimakonde Ronaldo Rodrigues de Paula, Luís Filipe Lima e Silva e Davety Joaquim João Mpiuka.....	49
O vocalismo na variedade linguística de Santo Antão: uma análise contrastiva com a variedade de Santiago Maria do Céu dos Santos Baptista	64
O amazighe entre as línguas de Marrocos Habiba Naciri, Nada El Ahib	79
II PARTE: LÉXICO E ENSINO DE LÍNGUAS: ANGOLA, GUINÉ BISSAU E MOÇAMBIQUE	90
Lexicografando em línguas moçambicanas: O caso de changana - desafios e ganhos Bento Siteo, Ezra Alberto Chambal Nhampoca	91
No princípio eram os africanismos: descrição e análise da lexicografia do português em Angola Bernardo Sacanene	112
Língua, cultura e noção de variação no ensino da língua portuguesa em Moçambique Rajabo Alfredo Mugabo Abdula	124
A criatividade e a variação léxico-semântica do português guineense Yuran Fernandes Domingos Santana, Alexandre António Timbane	136
A Interferência da língua changana nos conteúdos de ensino da língua ronga Armando A. Magaia	148
Os precedentes históricos e políticos que impossibilitaram a instituição da língua guineense no ensino na Guiné-Bissau Eurico Paulo Sampa	161
III PARTE: HISTORIOGRAFIA E CULTURA	184
O jongo no Brasil: herança cultural do Reino do Congo Darly Gonçalves, Orquídea Moreira Ribeiro	185
A mesclação dos vocábulos do português nos idiomas e cultura timorenses nas comunicações cotidianas Lourenço Marques da Silva	202
Imagéticas nativas/ocidentais: reflexões dos processos de transformações sócio-históricas Quixelô ancestrais e atuais imersos nos apagamentos tricentenários na historiografia ocidental colonial Marleide Quixelô Cariri, Elenice Moraes, Arivânio Alves do Nascimento	215
PÓS-FÁCIO	238
BIODATA DOS AUTORES	240

PREFÁCIO

MULTILINGUISMOS AFRICANOS: POTÊNCIAS E DESAFIOS EM CENÁRIOS PÓS-COLONIAIS

É com alegria que escrevo o prefácio para o livro “Descrição linguística, educação e cultura em contextos pós-coloniais”, coorganizado pela/pelos pesquisadora/es africana/os e africanistas Ezra Alberto Chambal Nhampoca (UEM/UTAD), David Alberto Seth Langa (UEM) e Alexandre Timbane (UNILAB), colegas cujo trabalho e compromisso com as línguas africanas eu admiro e respeito. Ao conhecer a proposta e os capítulos que compõem a obra, bem como a forma de organização dos textos e das escolhas dos temas e línguas a serem representadas e tematizadas, impossível não lembrar o empenho incansável de pesquisadores das línguas africanas em prol da valorização e reconhecimento de suas línguas. Não por acaso, em atenção à existência de mais de 2000 línguas faladas no continente africano (HEUGH, 2019), os pesquisadores críticos Richard Fardon e Graham Furniss afirmam que o multilinguismo é língua franca de países africanos (FARDON; FURNISS, 1994). Um dos desafios centrais colocados por esse cenário linguístico-cultural rico e vigoroso é a construção de modelos teóricos, metodológicos e analíticos que deem conta do multilinguismo como referência, tensionando os limites ideológicos impostos pelo monolinguismo tomado como chave de referência para a designação, descrição e documentação de línguas africanas nos cenários pós-coloniais.

O reconhecimento do papel identitário, político, cultural e econômico das línguas africanas, bem como a luta por essa validação, integram os processos de descolonização pelos quais países africanos e afro-diaspóricos passaram e passam. Impossível não relembramos o ativismo político e intelectual de Ngũgĩ wa Thiong'o que, em seu clássico livro “Descolonizando a Mente” (*Decolonizing the Mind*), nos lembra que as línguas não podem ser reduzidas a entidades abstratas, objetos retalháveis e unidades contáveis, aguardando serem objetificadas e descritas de maneira fria, descontextualizada e sem conexão – afetiva, identitária, política – com aqueles que as usam. Mais do que isso, as línguas são vivas no sentido de inscreverem memórias discursivas, pulsarem sonoridades variadas e ecoarem vozes cujas históricas foram marcadas por processos de silenciamento, frutos do colonialismo europeu. Thiong'o (1986) adverte que ao abordarmos as línguas africanas, é importante contextualizá-las em relação a, pelo menos, duas forças sociais antagônicas, ainda fortemente presentes atualmente: o imperialismo, na sua face colonial ou pós-colonial; e as resistências e processos de libertação das culturas, economias e identidades africanas, em prol da autodeterminação e autorregulação. É neste contexto histórico que Thiong'o (1986, p. 4, tradução nossa) nos alerta: “A escolha da língua e o uso de uma determinada língua são centrais para a definição de um povo sobre si mesmo em relação ao seu ambiente natural e social e, na verdade, em relação a todo o universo. Portanto, a língua sempre esteve no centro das duas forças sociais em disputa operantes na África do século XX”¹.

Ao inscrever a proposta deste livro no interior de uma história social, política, linguística e cultural colonial e pós-colonial, buscamos reconhecer a importância da língua

¹ “The choice of language and the use to which language is put is central to a people's definition of themselves in relation to their natural and social environment, indeed in relation to the entire universe. Hence language has always been at the heart of the two contending social forces in the Africa of the twentieth century.”

para os processos de descolonização, em consonância com movimentos de auto-afirmação e autorregulação. Nesse sentido, entendemos que a produção e reinvenção de si mesmo enquanto identidade histórica, que não se limita a projetos coloniais, passa pela questão da linguagem (MBEMBE, 2017). Essa produção de si implica lidar com as formas de designação e a legitimação da voz dos sujeitos africanos e afro-diaspóricos, conforme nos relembra o pesquisador afro-americano Lewis Gordon, no prefácio da obra “Peles Negras, Máscaras Brancas”, de Fanon (2008, p. 15): “Na linguagem está a promessa do reconhecimento; dominar a linguagem, um certo idioma, é assumir a identidade da cultura”. Assim, se a colonização, por um lado, se apoia em sistemas materiais de dominação, por outro lado, ela se perpetua através de meios simbólicos de controle. Por isso, a língua tem papel relevante nos processos de libertação: “Um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito. Já se vê aonde queremos chegar: existe na posse da linguagem uma extraordinária potência” (FANON, 2008, p. 34). A descolonização material e simbólica passa, assim, pela questão linguística, o que inclui a nossa capacidade e vontade – teórica, metodologia, metalinguística e analítica – de apreensão da complexidade linguística pós-colonial.

Neste prefácio, retomo, ainda, o conceito de multilinguismos africanos, como pano de fundo teórico, político e cultural para se pensar a pluralidade linguístico-discursiva dos contextos africanos e pós-coloniais. Entendemos que o potencial de inovação e de criatividade dessa realidade linguística requer, também, olhares teóricos, metodológicos e analíticos orientados pela experiência linguística local. Em outros termos, os contextos linguísticos pós-coloniais nos desafiam a propor chaves de leitura e interpretação das línguas que superem o modelo das línguas como objetos nomeados e contáveis (MAKONI, 2019), o que implica problematizar algumas representações de língua: a diversidade linguística vista como passível de quantificação; a política da nomeação; o modo de conceituação das línguas africanas; a construção da ideia de indigeneidade e línguas indígenas; e os dicionários como discurso e como teoria das línguas africanas. O conceito de multilinguismos africanos (PENNYCOOK; MAKONI, 2020; NDHLOVU; MAKALELA, 2021; SEVERO; NHAMPOCA, no prelo), por exemplo, nos permite considerar a multiplicidade de práticas de linguagem e de sistemas simbólicos envolvidos no processo de produção, circulação e recepção de sentidos nos diferentes contextos africanos multilingues e/ou pós-coloniais. Ndhlovu e Makalela (2021) reforçam, ainda, a importância de uma descolonização do conceito de multilinguismo, rompendo com a visão dicotômica de modelos monolíngue vs. multilíngue: “Portanto, a questão não é que o foco no multilinguismo possa em si mesmo constituir um empreendimento decolonial, mas sim que o próprio multilinguismo precisa ser descolonizado”² (2021, p. xi, tradução nossa). Nesse sentido, a experiência linguística pós-colonial nos acena para os desafios de expandirmos nossos modelos explicativos e analíticos.

Este livro apresenta uma visão plural e panorâmica do cenário linguístico em diferentes países africanos, afro-diaspóricos e não-africanos. O que conecta essas localidades e práticas linguísticas é a relação com a experiência colonial e os processos de libertação perpassados pela questão linguística: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Marrocos, Moçambique e Timor Leste, cada qual com suas singularidades linguístico-

² “So the point is indeed not that a focus on multilingualism itself can constitute a decolonial enterprise, but rather that multilingualism itself is in need of decolonization.”

culturais, se irmanam em torno de uma experiência comum de construção da emancipação através da linguagem. Ao selecionarem uma gama diversificada de contextos, a/os organizadora/es evitaram reproduzir o uso de categorias coloniais – como lusofonia e francofonia – que orientam muitas pesquisas sobre contextos linguísticos pós-coloniais. Além disso, ao nomear os países e as línguas envolvidas, também buscam evitar reproduzir o estereótipo de uma África homogênea. Diferentemente, trata-se de um compromisso com a construção e legitimação de práticas linguísticas plurais, em consonância com a validação da pluralidade como condição de vida comum e democrática, hoje e amanhã.

Referências

- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARDON, Richard; FURNISS, Graham. *African languages, development and the state*. Londres: Routledge Richard, 1994.
- GORDON, Lewis. Prefácio. In: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HEUGH, Kathleen. Multilingualism and Education in Africa. *The Cambridge Handbook of African Linguistics*, p. 577–600, 2019.
- MAKONI, Sinfree. Da linguística humana ao sistema 'd' e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas. *Revista da ABRALIN*, v. 17, n. 2, 2019.
- MBEMBE, Achille. *The critique of black reason*. Duke University Press, 2017.
- NDHLOVU, Finex; MAKALELA, Leketi. *Decolonising Multilingualism in Africa: Recentring Silenced Voices from the Global South*. Londres: Routledge, 2021.
- PENNYCOOK, Alastair; MAKONI, Sinfree. *Innovations and challenges in applied linguistics from the Global South*. Routledge, 2020.
- SEVERO, Cristine G.; NHAMPOCA, Ezra A. Chambal Políticas linguísticas educacionais em contextos multilíngues africanos. *Revista Letras* (no prelo).

Cristine Severo, Cristine Gorski Severo
Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq, Brasil
Florianópolis (SC), Outubro de 2022.

INTRODUÇÃO

Em 2021, a *Revista Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas africanas e Brasileiras*, lançou uma chamada para publicação de artigos sobre descrição de línguas africanas para o seu volume 2, número 2 (2022). Com essa chamada, surpreendentemente, a revista recebeu muitos textos; acima da capacidade de publicação em apenas um número. Isto evidencia, mais uma vez, que realmente, rareiam espaços para a publicação de artigos e outros textos nas e sobre línguas africanas, prova inequívoca de que revistas como a *Revista Njinga & Sepé* são muito necessárias para a disponibilização de espaço para publicação de artigos científicos nestas e/ou sobre estas línguas.

Nessa chamada, a Revista recebeu para além dos textos sobre descrição de línguas africanas, textos ligados a outras temáticas afins, a saber, dentre outros, ensino de línguas, variedades do português em alguns países da África, historiografia e questões culturais. Seguindo a política de acolhimento da revista, decidiu-se aceitar todos os artigos e submetê-los à avaliação. Mesmo depois de os textos terem sido submetidos à avaliação às cegas, onde alguns foram descartados, o número continuava elevado, por isso, optou-se em fazer duas publicações, uma na Revista e outra em forma de *ebook*. O volume 2, número 2 (2022) foi ao ar no dia 18 de setembro de 2022. E o presente *ebook* corresponde à segunda fase de publicação dos artigos ora recebidos.

O *ebook*, intitulado, *Descrição linguística, educação e cultura em contextos pós-coloniais* é coorganizado pelos professores Ezra Alberto Chambal Nhampoca investigadora no Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro (UTAD) e professora na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), David Alberto Seth Langa, professor na UEM e Alexandre António Timbane, professor na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Conta um prefácio escrito pela conceituada professora Cristine Severo, da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil e um posfácio elaborado por Sóstenes Rego, do Centro de Estudos em Letras, Portugal. O *ebook* apresenta 14 textos, distribuídos em três partes organizadas por áreas afins, a saber: a primeira parte debruça-se sobre a descrição de línguas africanas de Cabo Verde, Marrocos e Moçambique; a segunda parte é dedicada à discussão sobre o léxico e ensino de línguas africanas e do português em Angola, Guiné Bissau e Moçambique e a terceira parte, versa historiografia e cultura.

Com efeito, na primeira parte, temos o texto, *Extensões verbais em Xizronga (S54): uma análise preliminar das implicações morfossintáticas da combinação das extensões verbais causativa e aplicativa*, da autoria de David Alberto Seth Langa, da UEM, Moçambique e Tânia Brittes Ottoni Valias, da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Seguindo uma abordagem descritiva, os autores descrevem e analisam as extensões verbais causativa e aplicativa em Zronga (S54) à luz do modelo CARP (HYMAN, 2003) e da Semântica Lexical (JACKENDOFF 1972, 1990; CANÇADO, AMARAL, 2016), buscando compreender até que ponto a concatenação das extensões verbais (EVs) suscitam um diálogo entre a morfologia, a sintaxe e a semântica, na língua em causa. O segundo texto, *Intensification strategies of diminutivization in Changana*, dos autores Armindo Ngunga, professor da UEM e Célia Cossa, professora da Universidade Pedagógica de Maputo, debruça-se sobre as estratégias de acentuação ou intensificação do diminutivo na língua Changana. Segue o texto de Ronaldo de Paula, professor da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (Brasil), Luís Filipe Lima e Silva e Davety Mpiuka, professor na UEM. Nele, os autores debruçam-se sobre a construção da passiva não canônica em Shimakonde, analisando e mostrando como é que este tipo de passiva se

desvia da forma canônica. O quarto texto desta parte é da autoria de Maria do Céu dos Santos Baptista, professora da Universidade de Cabo Verde e intitula-se *o vocalismo na variedade linguística de Santo Antão: uma análise contrastiva com a variedade de Santiago*. Esta parte termina com o texto, *o Amazighe entre as línguas de Marrocos*, de Habiba Naciri e Nada Elahib, ambas da Universidade Mohammed V Rabat, Marrocos. O texto ressalta a diversidade linguística de Marrocos, descrevendo as línguas usadas e o seu estatuto naquele contexto, assim como a situação da língua autótone, o Amazighe, seguindo-se da descrição desta última.

A segunda parte, inicia com o texto, *Lexicografando em línguas moçambicanas: o caso do Changana - desafios e ganhos*, em que os autores Bento Siteo, professor jubilado na UEM e Ezra Alberto Chambal Nhampoca, investigadora na UTAD e professora na UEM, abordam e partilham os desafios, a complexidade e as lições aprendidas a partir de uma experiência concreta da elaboração do dicionário bilingue, o *Dicionário Português-Changana*. Segue-se o texto *No princípio eram os africanismos: descrição e análise da lexicografia do português em Angola*, de Bernardo Sacanene, professor da Escola Superior Pedagógica do Bengo, Angola. Neste texto, baseando-se numa recolha documental de materiais lexicográficos, Sacanene descreve o léxico do português falado em Angola. Na sequência, temos o texto *Língua, cultura e noção de variação no ensino da língua portuguesa em Moçambique*, de Rajabo Alfredo Mugabo Abdula, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Brasil) que analisa a presença, tratamento e ensino da variedade moçambicana de língua portuguesa no livro do aluno, da 11ª classe, língua portuguesa. O texto seguinte é da autoria de Yuran Fernandes Domingos Santana, da Universidade Estadual de Campinas e Alexandre António Timbane, professor na UNILAB, intitulado, *A criatividade e a variação léxico-semântica do português guineense*, os autores analisam a variabilidade léxico-semântica do português falado na Guiné-Bissau. O texto *A Interferência do Changana nos conteúdos de Ensino da Língua Ronga*, de Armando Magaia, professor na UEM, discute a questão das interferências gramatical e lexical da língua changana no ensino da língua ronga, a partir da análise dos conteúdos do livro de Ronga da 2ª classe do Ensino Bilingue em Moçambique. Eurico Paulo Sampa, da UNILAB, fecha esta parte com o texto *Os precedentes históricos e políticos que impossibilitaram a instituição da língua guineense no ensino na Guiné-Bissau*, abordando os precedentes históricos e políticos que impossibilitaram a instituição da língua guineense no espaço de ensino escolar naquele país.

A terceira e última parte inicia com o texto *O Jongo no Brasil: herança cultural do Reino do Congo*. O mesmo é da autoria de Darly Gonçalves e Orquídea Moreira Ribeiro, ambas filiadas à UTAD, como estudante de doutoramento e professora, respectivamente. Neste texto, Gonçalves e Ribeiro, partem da constatação de que há várias expressões da cultura popular brasileira que são de origem africana e analisam como o jongo, reconhecido como patrimônio imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pode ser uma ferramenta de salvaguarda da sabedoria dos antepassados africanos e de que forma esta manifestação cultural conecta o Brasil e o Reino do Congo, configurando-se como uma herança afro-brasileira. Segue-se o texto *A mesclação dos vocábulos do português nos idiomas e cultura timorenses nas comunicações cotidianas*, de Lourenço Marques da Silva, da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. O autor analisa a forma como palavras do português falado em Timor Leste, vão sendo introduzidas pelos falantes nas línguas timorenses. Por fim, tem-se um texto sobre historiografia, o texto *Imagéticas nativas/ocidentais: reflexões dos processos de transformações sócio-históricas Quixelô ancestrais e atuais imersos nos apagamentos tricentenários na historiografia ocidental colonial*, de Marleide Quixelô, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Brasil), Elenice

Morais, da comunidade Quixelô Cariri e Arivânio Alves do Nascimento, da Universidade de Taubaté (Brasil).

Os textos apresentados em língua portuguesa neste *ebook* são de autores de diferentes países que embora sejam falantes do português, suas variedades são distintas, visto que em cada país onde se fala a língua portuguesa, desenvolveu-se, contextualmente uma variedade. Por entendermos este factor como positivo e que só ressalta ainda mais a diversidade linguística, que a nosso ver, deve ser encorajada e respeitada e não combatida, decidimos manter, na escrita, a variedade do Português de cada autor.

Realçamos que a edição deste *ebook* foi totalmente custeada pelos seus organizadores e o mesmo está disponível para *download*, gratuitamente na editora e nas bibliotecas universitárias.

Por fim, gostaríamos de agradecer às autoras e aos autores que contribuíram com os seus textos para este *ebook* e às avaliadoras e aos avaliadores dos textos pelo importante trabalho de colaboração. Esperamos contar sempre convosco.

Boa leitura,

Os organizadores

Ezra Alberto Chambal Nhampoca
David Alberto Seth Langa
Alexandre António Timbane

**I PARTE: DESCRIÇÃO DE LÍNGUAS AFRICANAS: CABO VERDE,
MARROCOS E MOÇAMBIQUE**

Extensões verbais em Xizronga (S54): uma análise preliminar das implicações morfossintáticas da combinação das extensões verbais causativa e aplicativa

David Alberto Seth Langa

Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Tânia Brittes Ottoni Valias

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Introdução

O presente artigo visa descrever e analisar as extensões verbais (EVs) causativa e aplicativa em Zronga³ (S54) à luz do modelo CARP (HYMAN, 2003) e da Semântica Lexical (JACKENDOFF, 1972; 1990). Tendo em consideração a atuação ao nível morfossintático no que diz respeito às relações de transitividade, a literatura, comumente, classifica as EVs em +o, -o ou =o, conforme a sua concatenação ao radical verbal adicione um argumento ao verbo, reduza um argumento do verbo ou mantenha a relação de transitividade inalterada (NGUNGA, 2014; MUTAKA; TAMANJI, 2000). Os dados das Línguas Bantu (LBs) corroboram com essa característica morfossintática das EVs, quer quando na sua forma simples (-raiz-CAUS/APPL-), quer na sua forma combinada (-raiz-CAUS+APPL).

Neste artigo testa-se a concatenação das EVs causativa e aplicativa, simples ou combinadas, visando verificar se essa ordem é rígida, como em Changana (LANGA, 2013), ou não rígida, i.e., a ordem da concatenação destas duas extensões pode ser também aplicativa e causativa, como em Lubukusu (LONYANGAPUO, 2021). A segunda preocupação é analisar que papel temático se atribui a cada um dos constituintes do verbos com a concatenação das extensões verbais causativas e aplicativa. Em suma, o texto busca compreender até que ponto a concatenação das extensões verbais (EVs) suscitam um diálogo entre a morfologia, a sintaxe e a semântica.

Numa abordagem descritiva, os dados são colhidos através de entrevistas e introspecção. Os dados indicam que, tal como nas EVs simples em que há o licenciamento de mais uma posição sintática (+o), a combinação de duas EVs +o permite também a realização de mais um argumento sintático na estrutura, passando o VP a ter três argumentos no caso de verbos transitivos e inergativos e dois argumentos no caso de verbos inacusativos. Quando da combinação das EVs causativa e aplicativa, os argumentos licenciados recebem papel temático de agente afetado e de beneficiário/maleficiário, respectivamente.

O artigo organiza-se da seguinte maneira: para além da presente seção (Introdução), na seção 1, perpassa-se o referencial teórico, apresentando brevemente a proposta do modelo CARP, de Hyman (2003) e a teoria dos papéis temáticos, de Jackendoff (1972; 1990), Cançado (2008) e Cançado e Amaral (2016). Na seção 2, é feita uma revisão de literatura da estrutura do verbo em Bantu, das EVs em Bantu, tanto simples quanto combinadas, e dos estudos anteriores das EVs em Zronga. A Seção 3 apresenta os dados coletados de estruturas com EVs causativas, aplicativas e ambas,

³ Até a realização do IV Seminário a Sobre Padronização da Ortografia das Línguas Bantu, em Moçambique, o nome da língua era grafado como Rhonga (NELIMO, 1989; SITOE e NGUNGA, 2000; NGUNGA e FAQUIR, 2011). Desde então, este nome tem vindo a ser escrito de forma diferenciada, passando a ser grafada como Zronga (cf. NGUNGA *et al.*, no prelo).

juntamente com sua respectiva análise argumental e temática. Finalmente, na Seção 4, faz-se as considerações finais.

1 Referencial Teórico

Sobre a ordem e combinação das extensões verbais em Bantu, Hyman (2003) assume que a disposição das EVs é diretamente determinada pela morfologia. Sendo assim, as diferentes possibilidades de ordenação de sufixos encontradas tanto em diferentes línguas bantu quanto dentro de uma mesma língua são obtidas por diferentes classificações de duas famílias de restrições, chamadas *mirror* e *template*. A ordem *template* seria definida como causativa > aplicativa > recíproca > passiva.

Mnemonicamente, essa ordem foi denominada CARP, que seria proveniente do Pan-Bantu. Hyman (2003) não ignora que algumas línguas bantu mostrem uma tendência para que sufixos específicos sejam ordenados de acordo com a composicionalidade semântica, conforme aponta Bybee (1985), o que causa um conflito com a ordem CARP.

Para além dessa teoria que trata da combinação das EVs em Bantu, para a nossa argumentação, é primordial recuperar a discussão sobre papéis temáticos. Cançado (2008) classifica papéis temáticos como representações mentais e de sentido capazes de descrever como se relacionam os participantes de um dado evento, levando-se em consideração a sua posição sintática. Com base em Jackendoff (1972 e 1990), Cançado (2008) aponta, ainda, a possibilidade de os sintagmas receberem mais de um papel temático. No Quadro 1, apresenta-se a classificação dos papéis temáticos:

Quadro 1 : Classificações dos papéis temáticos

Papel temático	Descrição
Agente	desencadeador da ação, com controle.
Causa	desencadeador da ação, sem controle.
Instrumento	entidade que faz a intermediação entre o desencadeador e outra entidade, seja o paciente ou o objeto afetado.
Meio	evento que faz a intermediação entre o agente e o resultado de uma ação.
Estímulo	entidade que ativa um estado psicológico em um ente animado.
Paciente	entidade que sofre uma mudança de estado (acarreta 'FICAR+ADJ/PART.VERBO')
Objeto afetado	entidade que tem contato com o agente da ação, mas não sofre uma mudança de estado
Tema	entidade que se desloca ou é deslocada.
Experienciador	ser que está em determinado estado mental.
Beneficiário	ser que é interessado no processo, mas não desencadeia e nem é afetado por ele.
Objeto estativo	entidade a qual se faz referência, sem que esta desencadeie ou seja afetada por algo.
Locativo	lugar onde alguém/algo se situa.
Alvo	lugar para onde alguém/algo se desloca.
Fonte	lugar de onde alguém/algo se desloca.
Possuidor	entidade, ser ou algo, que tem a posse de algo.
Possuído	entidade que pertence a alguém ou a algo.

Fonte: Adaptado de Cançado e Amaral (2016, p. 111-112)

Em suma, mediante a testagem do CARP, exploramos a combinação e a ordem das EVs, sendo que, tratando-se de um estudo preliminar, foram selecionadas especificamente a causativa {-is-} e a aplicativa {-el-}. Também, a partir dos preceitos da semântica lexical, analisamos que papel(eis) temáticos é/são atribuído/s aos constituintes resultantes da concatenação de uma ou duas EVs.

2 Revisão de literatura

A presente seção expõe as achados teóricos a respeito da estrutura do verbo em Bantu, das EVs, tanto simples quanto combinadas, e, por fim, os estudos anteriores sobre as EVs em Xizronga.

2.1 Estrutura do verbo em Bantu

Güldemann (2003) aponta que o verbo é uma das estruturas mais complexas em bantu. Com base na análise do protobantu, este autor conclui que as línguas bantu possuem uma ordem fixa de *slots* ou posições, que pode ser vista no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Slots dos verbos em Bantu

1	2	3	4	5	6	7	8
(pré-inicial)	inicial	(pós-inicial)	(pré-radical)	radical	(pré-final)	inal	pós-final
TAM/ negação/ tipo de sentença	sujeito	TAM/ negação tipo de sentença	objeto	raiz verbal	TAM mudança de valência	AM	participante negação tipo de sentença

Fonte: Güldemann (2003, p. 184)

Langa (2013), baseando-se em Güldemann (2003), analisa as posições da distribuição mórfica do verbo em Changana, que se torna relevante para a discussão em pauta por ser uma língua muito próxima ao Zronga. O autor conclui que a ordenação naquela língua é a que pode ser vista no Quadro 3.

Quadro 3: Estrutura do verbo em Changana

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Pré-inicial	Inicial	Pós-inicial	Pré-formativo	Formativo	Pós-formativo	Pré-radical	Radical	Pós-radical	Pré-final	Final	Pós-final
NEG/ANT	INF/MS	ANT/NEG/POT/IMED/REL	PRES/NEG/CO/NT	PRES/FUT	FACT/HAB/CO/NT/EXCL/IMED/REL	MO	RAIZ	EV	NEG/REL	VF/PFV/SUBJ/HAB/NEG/IMO	PART

Fonte: Adaptado de Langa (2013, p. 263)

Enquanto Güldemann (2003) apresenta apenas nove *slots*, Langa (2013) descreve a estrutura do verbo em Changana com doze *slots*. A diferença principal encontra-se na inclusão dos *slots* pré-formativo, formativo e pós-formativo. Na primeira, se aloca as marcas de aspecto contínuo e modo potencial; na segunda, marcas de tempo presente e futuro; e na terceira, marcas de aspecto factual, habitual, contínuo, exclusivo e relativo. As duas estruturas se diferem pelo fato de a EV ter a sua posição explicitamente disponível na estrutura do verbo, sendo assim considerada um morfema que se distingue da raiz verbal (cf. LANGA, 2013), ao passo que, na de Güldemann (2003), a posição da EVs não é expressa. Por isso, o presente estudo dedica-se à análise da posição pós-radical do verbo, *slot* em que se atacam as extensões verbais.

2.2 Extensões verbais simples e combinadas em Bantu

As EVs constituem um sistema produtivo nas línguas bantu (HYMAN, 2003, MUTAKA e TAMANJI, 2000; NGUNGA, 2000; 2014). Estruturalmente, ligam-se a raízes verbais, contudo, pode haver restrições de ordem semântica, morfofonológica e sintática (NGUNGA, 2014). Um exemplo de restrição semântica diz respeito ao fato de que extensões reversivas só podem se ligar a raízes verbais que permitam a ideia de um antônimo bem definido nesse aspecto. Isso significa que verbos em Sena como *-fung-* 'fechar' aceitam o antônimo *'-fung-ul-* 'abrir'. Por outro lado, uma raiz como *-von-* 'ver' em Changana não permite algo como **-von-ul-*, já que semanticamente não é possível a reversão da ação indicada pelo verbo (NGUNGA, 2014).

Em outros casos, as extensões não podem se combinar com algumas raízes por questões exclusivamente morfofonológicas. Um exemplo é o fato de que, para que uma raiz seja combinada a uma EV, necessariamente ela precisa ser mórfica, ou seja, possuir ao menos uma mora, como se vê na língua Changana em *-von-* 'ver' e *-von-na-* 'ver-se mutuamente'. Caso não possua mora, não será possível adjungir uma EV, conforme *-b-* 'bater' e **-b-an-*. Nesse caso, a estratégia utilizada pela língua é duplicar o morfema da EV, para evitar que a derivação seja composta de apenas uma mora, formando *-b-anan-* 'bater-se reciprocamente' (NGUNGA, 2014).

Por fim, as restrições de ordem sintática dizem respeito à transitividade, que leva em conta as propriedades das EVs de aumentar, diminuir ou não modificar a valência do verbo. Sendo assim, radicais inerentemente transitivos podem receber qualquer tipo de EV. Porém, radicais inerentemente intransitivos são incapazes de receber extensões diminuidoras de valência, pois não há argumentos a serem diminuídos. Como exemplo, cita-se o dado do Changana em *-f-* ‘morrer’ e **-f-iw-*, em que há agramaticalidade ao tentar concatenar a extensão passiva *-iw-*, que, por ser diminuidora da valência verbal, não pode se juntar ao verbo *kufa* ‘morrer’, que é intransitivo. Para solucionar esse tipo de situação, a língua pode adicionar uma outra extensão capaz de aumentar a valência verbal antes de adicionar a redutora, conforme se vê em *-f-ek-iw* ‘ser morto por’ (NGUNGA, 2014).

Nesta seção, são apresentados os estudos de Schadeberg (2003) a respeito das extensões verbais simples e, na sequência, as tratativas sobre combinações de extensões verbais em Changana (LANGA, 2013), Shimakonde (LIPHOLA, 2001), Luganda (MCPHERSON; PASTER, 2009), Lubukusu (LONYANGAPUO, 2021) e Zronga (BACHETTI, 2006).

Schadeberg (2003) afirma que o domínio lexical do verbo pode ser simples ou estendido. No primeiro caso, o verbo está em seu sentido primitivo. Nos segundo caso, uma ou mais extensões verbais são sufixadas à raiz, que podem ser analisadas quanto à sua forma e ao seu significado. O autor afirma que as extensões canônicas possuem a forma *-VC-*, as quais, *a priori*, são tonicamente neutras, ou seja, possuem tom baixo. Essas extensões não formam um sistema semântico ou sintático organizado em bantu.

Em relação à produtividade, as extensões podem sofrer muitas variações. Algumas são muito improdutivas, ocorrendo em poucos verbos, enquanto outras podem ocorrer em larga escala. As extensões de interesse deste estudo, nomeadamente causativa e aplicativa, parecem ser muito produtivas na língua Zronga (cf. SCHADEBERG, 2003).

Ademais, há funcionamentos sintáticos diferentes em relação a cada uma das extensões verbais apresentadas. Enquanto as extensões causativa e aplicativa permitem a introdução de um argumento, as extensões recíproca e passiva, por sua vez, são redutoras de valência verbal. Langa (2013) faz saber que as extensões intensivas e reversivas aumentam a valência verbal, a pseudopassiva a reduz, enquanto as extensões contactivas, persistentes e iterativa mantêm a valência do verbo inalterada.

No que diz respeito aos morfemas que representam as EVs, a literatura registra duas reconstituições, sendo uma de Guthrie (1970) e a outra de Schadeberg (2003), que se trata de uma recuperação de Meeussen (1967). Para efeitos do presente artigo, segue-se a representação de Schadeberg (2003). Conforme o autor, o protobantu possuía dez extensões verbais, nomeadamente: causativa **-i-/*-ici-*, aplicativa **-il-*, impositiva **-ik-*, neutra **-ik-*, estativa **-am-*, recíproca **-an-*, extensiva **-al-*, contactiva **-at-*, reversiva **-ul-/*-uk-* e passiva **-u-/*-ibu-*. Nos dedicaremos exclusivamente à análise das duas primeiras, que podem ser semântica e sintaticamente apresentadas conforme o Quadro 4.

Quadro 4: Semântica das Extensões Verbais

Extensão Verbal	Morfema (proto bantu)	Semântica	Sintaxe
Causativa	<i>*-i-/*-ici-</i>	Sempre aumenta um argumento sintático, com função de sintática de sujeito e semântica de agente-	+O

		<p>causador; Pode ser adicionada a verbos transitivos ou intransitivos; No caso dos verbos transitivos, geralmente é o sujeito-agente do verbo simples que acaba sendo o objeto do verbo causativo derivado com função semântica de causee. Em algumas línguas, a extensão causativa pode expressar significados de "ajudativo" e "imitativo" ou "intensivo"</p>	
Aplicativa	*-il-	<p>Os verbos aplicativos são transitivos e o objeto do verbo cumpre os papéis semânticos de (i) beneficiário [mais produtiva e difundida], (ii) lugar e tempo, causa e razão; (iii) instrumento. Verbos aplicativos podem ser derivados de quase qualquer outro verbo. Quando o verbo básico é transitivo, o objeto do verbo básico normalmente perde suas propriedades de objeto na construção aplicativa. Menos comumente, o objeto do verbo básico pode manter seu <i>status</i> de objeto, de forma que a extensão marca o argumento adicionado como fornecendo novas informações essenciais.</p>	+O

Fonte: adaptado de Schadeberg (2003)

O Quadro 4 apresenta uma generalização sobre o comportamento das EVs causativa e aplicativa como um padrão comum às LBs. Em Zronga, a extensão causativa é marcada pelo morfema {-is-} e a aplicativa pelo {-el-}. Ambas aumentam um argumento sintático ao verbo, sendo a primeira com papel temático de agente causador e a segunda de beneficiário/malefício ou instrumento. Além da possibilidade de afixar essas morfemas às raízes verbais, é possível que haja a combinação de mais de uma EV, expandido e modificando ainda mais o sentido do verbo. A seguir, são apresentadas as discussões acerca da combinação das EVs e suas restrições nas línguas *Changana*, *Shimakonde*, *Luganda*, *Lubukusu* e *Zronga*.

Em *Changana*, é possível que haja a combinação das extensões verbais. A ordenação desses morfemas, de acordo com Langa (2013), não obedece ao princípio do espelho, mas sim ao princípio CAR/CAP, estipulado por Hyman (2003), sendo que a passiva e a recíproca não podem coocorrer por ambas serem redutoras da valência verbal (-o). Em *Shimakonde*, a ordem, de acordo com Liphola (2001), é recíproca > repetitiva > aplicativa > passiva. Para justificar essa ordem, o autor assume o princípio morfológico da precedência em relação à raiz verbal. O princípio precedente diz que dados os sufixos X e Z em uma sequência, Z deve seguir ou preceder X. Esta sequência é estipulada independentemente.

McPherson e Paster (2009) afirmam que nem o princípio do espelho e nem o princípio CARP são suficientes para explicar toda a ordenação de EVs em *Luganda*, de forma que é necessário que essas duas teorias sejam combinadas. Para verificar quais são as combinações possíveis em *Luganda*, McPherson e Paster (2009) compararam o que encontraram na literatura disponível com os dados fornecidos por seus informantes. Os resultados foram diversos em alguns pontos, já que combinações como causativa +

recíproca e causativa + aplicativa são encontradas na literatura, mas não foram aceitas pelos informantes da pesquisa. Em *Luganda*, apenas a combinação recíproca-aplicativa viola a ordem CARP proposta por Hyman (2003). Os autores sugerem então o seguinte: a coocorrência de recíproco e passivo sempre será agramatical, a combinação das extensões aplicativa e recíproca obedece ao princípio do espelho e as demais combinações obedecem ao modelo CARP.

Lonyangapuo (2021), por sua vez, a partir dos dados do *Lubukusu*, argumenta que o modelo CARP de Hyman (2003) não dá conta de justificar a ordem dos morfemas. Por mais que o *Lubukusu* obedeça à morfologia templatática em alguns contextos, em outros, a ordem é violada, a depender do contexto morfossemântico. Para justificar a ordenação das EVs, a autora utiliza do princípio da iconicidade de Bybee (1985), que afirma que afixos mais próximos do radical do verbo são mais relevantes para o verbo do que para o resto da frase e aqueles mais distantes são menos relevantes (princípio da relevância).

Bachetti (2006) apresenta também a possibilidade de coocorrência de extensões verbais em *Zronga*. No entanto, o autor não apresenta justificativas teóricas para a ordenação supracitada. No Quadro 5, apresenta-se um resumo das combinações de EVs nas línguas citadas.

Quadro 5: Combinação de Extensões Verbais

Fonte	Combinações	
Changana (Langa, 2013)	causativa + aplicativa causativa + pseudopassiva causativa + passiva causativa + recíproca	aplicativa + passiva causativa + aplicativa + passiva causativa + aplicativa + recíproca
Shimakonde (Liphola, 2001)	recíproca + repetitiva + aplicativa + passiva	
Luganda (McPherson; Paster, 2009)	causativa + aplicativa causativa + passiva	aplicativa + recíproca aplicativa + passiva
Lubukusu (Lonyangapuo, 2021)	causativo + aplicativo + recíproco aplicativo + passivo causativo + recíproco aplicativo + recíproco recíproco + causativo aplicativo + causativo recíproco + aplicativo	aplicativo + recíproco + causativo recíproco + aplicativo + recíproco aplicativo + recíproco + aplicativo aplicativo + causativo + aplicativo aplicativo + aplicativo causativo + causativo
Zronga (Bacheti, 2006)	causativa + aplicativa causativa + recíproca causativa + passiva causativa + qualificativa estática + causativa	aplicativa + recíproca aplicativa + passiva qualificativa + aplicativa causativa + aplicativa + recíproca

Fonte: Elaboração própria

Um olhar ao quadro 5 permite a constatação de que a combinação de EVs é um processo produtivo nas LBs. A combinação entre causativas e applicativas não foi assinalada por Liphola (2001).

2.3 Estudos anteriores das extensões verbais em *Zronga*

A descrição das extensões verbais em *Zronga* ainda não aconteceu de forma exaustiva. Porém, ao longo dos anos de estudo de línguas Bantu, alguns missionários, pesquisadores e linguistas buscaram registrar a maneira como a língua realiza esses morfemas.

Em sua gramática de 1897, Pinheiro fez uma descrição simplificada da estrutura do verbo em *Zronga*, chamada à época, de língua Landina. Segundo o próprio autor: "É complicadíssima a construção verbal nas línguas cafreas e não cabe na indole d'este estudo o seu completo desenvolvimento, que ainda não conseguimos aprender. Simplificamos quanto nos é possível" (PINHEIRO, 1897, p. 31). Pinheiro (1897) identifica quatro extensões verbais, as quais ele dá o nome de formas do verbo, sendo elas: passiva (-iue), neutro-passiva (-eca), intensiva (-isa/-isisa) e recíproca (-ana)⁴. Como se observa, ainda é muito incipiente a tratativa sobre extensões verbais nessa época. No entanto, é interessante ter contato com um registro das extensões verbais já no século XIX.

Em 2006, o missionário Bachetti publicou a "Gramática da língua Ronga". Em sua obra, o autor apresenta as extensões verbais como sufixos ou morfemas derivacionais capazes de modificar o sentido, a morfologia e a transitividade verbal. São nove as extensões listadas por Bachetti (2006): passiva {-iw-}, qualificativa {-ek}, estática {-al-/ -akal-}, applicativa {-el-}, causativa {-is-}, modal {-is-}, intensiva {-isis-/ -is-}, frequentativa {-etel-/ -et-}, perfectiva ou repetitiva {-elel-}, reversiva {-ul-}, recíproca {-an-} e diminutiva {-nyana}.

Os morfemas da língua são tratados como termos independentes, o que prejudica em alguns casos, a interpretação do autor. Ademais, a influência da gramática da língua portuguesa faz com que as análises não sejam adequadas ao *Zronga*. Em relação às applicativas, por exemplo, Bachetti (2006) aponta que, quando os dois complementos são expressos por substantivos, o complemento indireto sempre irá preceder o complemento direto. Porém, quando um dos complementos é um pronome pessoal, deverá preceder imediatamente o verbo. Atualmente já se sabe que o que Bachetti (2006) chama de pronome pessoal é, na verdade, uma marca de objeto. De toda maneira, é uma referência que traz uma lista de extensões verbais que podem servir de ponto de partida para as investigações futuras.

Vondrasek (1999) traz uma breve citação sobre a construção de sentenças passivas, que ocorre a partir da adição do morfema {-iw-} entre a raiz do verbo e o sufixo da raiz. Nesses casos, o sujeito gramatical passa para a posição de objeto da sentença,

⁴ Forma passiva: compõe-se da fôrma simples mudando o *a* final em *iue*: cu ximba = amarrar, cu-ximbiue = ser amarrado. Forma neutro-passiva: como o nome indica, são grandes as afinidades d'esta forma com a passiva; obtem-se mudando o *a* final do verbo simples em *eca*: cu-bona = ver, cu-boneca = ser visível, aparecer. Forma intensiva: Reforça a significação do verbo; costuma construir-se mudando o *a* final do verbo simples em *isa* ou *isisa*: cu-ximba = amarrar, cu-ximbisisa ou cu-ximbisa = amarrar com cuidado ou fortemente. A forma intensiva pode também significar-se pela repetição do verbo na forma simples, como em *famba famba!* = anda, anda! *hlaia hlaia* = falla falla! ou, por meio dos advérbios *ngopfufu*, *bsinene*, *manhinge* = muito, e d'outros com significação semelhante. Forma recíproca: Construe se accrescentando na ao verbo, na sua forma simples: cu ximba = amarrar, cu ximbana = amarrar-se um ao outro, mutuamente ou conjunctamente (PINHEIRO, 1897, p. 32-33).

diminuindo-se um argumento do verbo, como em *Rose akukula ayindlu* 'Rose varre a casa' e *ayindlu yikukuliwa (hi Rose)* 'a casa é varrida (pela Rose)'.

Outra descrição trazida pela autora é a relativização que utiliza como estratégia formas passivas. Essas estratégias podem ocorrer em dois cenários. O primeiro deles é a formação de orações relativas em frases nominais com objeto direto. Conforme observado, o afixo relativo varia de acordo com o tempo. A passiva também é usada como estratégia para a formação de orações relativas em frases nominais de objeto indireto em *Zronga*.

Buscando investigar o funcionamento dos verbos de controle e de alçamento no *Zronga*, Camargos, Castro e Dimande (2019) trazem alguns dados com extensão passiva. Quando há um verbo de controle, tanto a oração principal quanto a encaixada podem receber a extensão verbal. Diz-se, então, que esse é um verbo de reestruturação. Já quando se trata de um verbo de alçamento, não se aceita a dupla marcação da extensão passiva.

Valias (2020) buscou descrever as extensões causativas na língua *Zronga*, em uma abordagem gerativa. A autora analisa a presença do morfema {-is-} em verbos inacusativos, inergativos e transitivos, descrevendo os diferentes complementos selecionados pelo núcleo Cause em cada um desses casos. A partir de testes sintáticos, a evidência trazida por Valias (2020) é de que a natureza do verbo influencia no tipo de complemento selecionado pelo Núcleo Cause. Quando causativizados, verbos inacusativos selecionam como complemento uma raiz, verbos inacusativos selecionam um VP e verbos transitivos selecionam um v*P fásico.

3 Apresentação e análise dos dados

3.1 Apresentação de Dados

Na presente seção, são apresentados os dados coletados e as suas respectivas análises, com base em Schadeberg (2003), Hyman (2003) e Cañado e Amaral (2016). Para testar o argumento levantado, são avaliados onze verbos de diferentes tipos, sendo eles: (i) verbos transitivos: *kuba* 'bater', *kuhlampsa* 'lavar', *kuda* 'comer', *kuxava* 'comprar' (ii) verbos inergativos: *kutlanga* 'brincar', *kukina* 'dançar'; (iii) verbos inacusativos: *kubila* 'ferver', *kuwa* 'cair', *kusuka* 'sair'; e (iv) verbos psicológicos *kuzrandra* 'gostar' e *kuchava* 'temer'.

3.1.1 Verbos transitivos

O primeiro teste será com o verbo transitivo semanticamente de atividade *kuda* 'comer', com a grade argumental <agente - tema>.

(1) a. *Juze ade pawu.*

Juze _[ag]	a-d-e	pawa _[th]
José _[ag] 3SG-comer-PAST		pão _[th]
'José come pão'		

b. *Juze adise n'wana pawu.*

Juze _[ag.caus]	a-d-is-e	n'wana _[ag.aft]	pawa _[th]
José _[ag.caus] 3SG-comer-CAUS-PAST		criança _[ag.aft]	pão _[th]
'José fez a criança comer pão'			

c. *Juze adeli n'wana pawu.*

Juze _[ag]	a-d-el-e	n'wana _[mal]	pawa _[th]
José _[ag] 3SG-comer-APPL-PAST		criança _[mal]	pão _[th]
'José comeu o pão em prejuízo da criança'			

O que se observa a partir dos exemplos é que a presença das EVs em (1b) e em (1c) licenciam um novo argumento sintático à estrutura, *n'wana* 'criança', que ocupa a posição subsequente ao verbo devido à hierarquia temática. Em (1b), há uma estrutura bieventiva e o verbo passa a codificar uma mudança de estado de posse, em que, no primeiro evento, *Juze* 'José' causa que *n'wana* 'criança' fique em um estado alimentado com o pão. *Juze* 'José', nesse ponto, assume o papel de agente causador, enquanto *n'wana* 'criança' é um agente afetado (também chamados de *causer* e *causee* na literatura)⁵. O argumento *pawu* 'pão' pode ser interpretado como tema. Em (1c), por outro lado, *n'wana* assume o papel temático de malefeciário, porque o José comeu o pão em seu lugar, ou seja, em seu prejuízo. *Juze* 'José' então continua com o papel temático de agente, e *pawa* 'pão' com o papel temático de tema. A estrutura em questão pode também ter causativizada e aplicativizada (-isel-) simultaneamente, conforme o exemplo em (2).

(2) *Juze adisele n'wana pawa hi mbzana.*

Juze _[ag.caus]	a-d-is-el-e	n'wana _[mal]	pawa _[th]	hi mbzana _[ag.aft]
José _[ag.caus]	3SG-comer-CAUS-APPL-PAST	criança _[mal]	pão _[th]	pelo cão _[agt aft]

'José fez o cachorro comer o pão em prejuízo da criança'

Quando há a coocorrência das EVs causativa e aplicativa, há a introdução de mais um argumento *hi mbzana* 'pelo cão' como em (2). Enquanto em (1b) a introdução do morfema causativo carrega consigo a ideia de que quem é alimentada é a criança (agente afetado), em (1c) quem come é o José (agente), neste caso, quem realiza a ação de comer é o terceiro elemento introduzido, ou seja, *mbzana* 'cão', que recebe o papel temático de agente afetado. Dessa forma, o José é o causador de a criança ter sofrido prejuízo na alimentação, uma vez que o cão foi quem comeu. O cão, por sua vez, é o agente afetado que trouxe o malefício à criança.

Sintaticamente, a presença das duas extensões verbais licencia a introdução de mais um argumento à sentença. Prova disso é que, sem a presença das duas extensões verbais, não é possível que haja em nenhum contexto a expressão *hi mbzana* 'pelo cão', conforme os exemplos (3a) e (3b). Além disso, observa-se que a ordem causativa > aplicativa é rígida, pois a inversão desses morfemas é agramatical, como em (3c)⁶.

(3) a. **Juze adise n'wana pawu hi mbzana.*

Juze	a-d-is-e	n'wana	pawa	hi mbzana
José	3SG-comer-CAUS-PAST	criança	pão	pelo cão

b. **Juze adele n'wana pawa hi mbzana.*

Juze	a-d-el-e	n'wana	pawa	hi	mbzana
José	3SG-comer-APPL-PAST	criança	pão	pelo	cão

⁵ De acordo com Song (2013), as estruturas causativas são expressões linguísticas que denotam uma situação complexa composta por dois eventos: o evento causador, no qual um elemento causador (*causer*) causa ou inicia algo, que se concretiza no evento causado; o elemento causado (*causee*), por sua vez, recebe uma ação ou sofre uma mudança de condição ou estado como resultado do primeiro evento (VALIAS, 2020, p. 66). Aqui, diferenciamos esses elementos como agente causador [ag. caus] e agente afetado [ag. aft].

⁶ Essas constatações valem para todos os exemplos que serão apresentados a seguir. Por questão de economia, portanto, os testes não serão refeitos. Toma-se como assertiva que em nenhuma sentença sem coocorrência das EVs causativa e aplicativa será possível o aumento de dois argumentos ao verbo. Iguamente, afirma-se que em nenhum caso a ordem aplicativa > causativa será possível.

c. *Juze adelise n'wana pawa hi mbzana.

Juze	a-d-el-is-e	n'wana	pawa	hi	mbzana
José	3SG-comer-APPL-CAUS-PAST	criança	pão	pelo	cão

'José fez o cachorro comer o pão em prejuízo da criança'

O teste com os demais verbos transitivos *kuba* 'bater', *kuhlampsa* 'lavar' e *kuxava* 'comprar' apresentou comportamento semelhante ao que foi observado anteriormente. Em todos os três casos, o sujeito do verbo não derivado possui papel temático de agente, como em (4a), (5a) e (6a). O papel temático dos argumentos internos é respectivamente de paciente, objeto estativo e tema. Quando presente o morfema causativo {-is-}, em (4b), (5b) e (6b), há a introdução de um novo argumento sintático à sentença com papel de agente afetado e o papel temático do argumento externo é reinterpretado como agente causador.

O papel temático dos argumentos internos se mantém inalterados. Já em (4c), (5c) e (6c), quando há a presença do morfema aplicativo {-el-}, há a introdução de um novo argumento sintático com papel de beneficiário e não há reinterpretação dos demais papéis temáticos.

(4) a. *Juze abe n'wana.*

Juze _[ag]	a-b-e	n'wana _[pac]
José _[ag]	3SG-bater-PAST	criança _[pac]

'José bateu no filho'

b. *Juze abise Maria n'wana.*

Juze _[ag. caus]	a-b-is-e	Maria _[ag. aft]	n'wana _[pac]
José _[ag. caus]	3SG-bater-CAUS-PAST	Maria _[agt. aft]	criança _[pac]

'José fez Maria bater no filho'

c. *Juze abele Maria n'wana.*

Juze _[ag]	a-b-el-e	Maria _[ben]	n'wana _[pac]
José _[ag]	3SG-bater-APPL-PAST	Maria _[ben]	criança _[pac]

'José bateu no filho para/pela Maria'

(5) a. *Mamana ahlampse mpahla.*

Mamana _[ag]	a-hlamps-e	mpahla _[obj est]
Mãe _[ag]	3SG-lavar-PAST	roupa _[obj est]

'a mãe lavou a roupa'

b. *Mamana ahlampsise n'wana mpahla.*

mamana _[ag. caus]	a-hlamps-is-e	n'wana _[ag. aft]	mpahla _[obj est]
mãe _[ag. caus]	3SG-lavar-CAUS-PAST	filho/a _[ag. aft]	roupa _[obj est]

'a mãe fez o filho lavar a roupa'

c. *Mamana ahlampsele n'wana mpahla.*

mamana _[ag]	a-hlamps-el-e	n'wana _[ben]	mpahla _[obj est]
mãe _[ag]	3SG-lavar-APPL-PAST	filho/a _[ben]	roupa _[obj est]

'a mãe lavou a roupa para/pelo filho'

(6) a. *Juze axave nyama.*

Juze_[ag] a-xav-e nyama_[th]
 José_[ag] 3SG-comprar-PAST CL9.carne_[th]
 'José comprou carne'

b. *Juze axavise Maria nyama.*

Juze_[ag.caus] a-xav-is-e Maria_[ag.aft] nyama_[th]
 José_[ag.caus] 3SG-comprar-CAUS-PAST Maria_[ag.aft] CL9.carne_[th]
 'José fez Maria comprar carne'

c. *Juze axavele Maria nyama.*

Juze_[ag] a-xav-el-e Maria_[ben] nyama_[th]
 José_[ag] 3SG-comprar-APPL-PAST Maria_[ben] CL9.carne_[th]
 'José comprou carne para/pela Maria'

Nos três casos, é possível a coexistência das EVs causativa e aplicativa, como se observa nos exemplos em (7), (8) e (9). Em semelhança ao que ocorre com o verbo *kuda* 'comer' em (2), a coexistência dos dois morfemas licencia mais uma posição sintática na estrutura. O argumento externo é interpretado com o papel temático de agente causador, o beneficiário é alocado na posição subsequente ao verbo, seguido do objeto do verbo, que não tem o papel temático alterado. Finalmente, há a introdução de um argumento com papel temático de agente afetado na última posição.

(7) *Juze abisele Maria n'wana hi Rita.*

Juze_[ag.caus] a-b-is-el-e Maria_[ben] n'wana_[pac] hi Rita_[agt.aft]
 José_[ag.caus] 3SG-bater-CAUS-APPL-PAST Maria_[ben] criança_[pac] pela Rita_[agt.aft]
 'José para/pela Maria fez Rita bater no filho'

(8) *Mamana ahlampsisele n'wana mpahla hi vatizri.*

mamana_[ag.caus] a-hlamps-is-el-e n'wana_[ben] mpahla_[obj est] hi vatizri_[ag.aft]
 mãe_[ag.caus] 3SG-lavar-CAUS-APPL-PAST filho_[ben] roupa_[obj est] por empregada_[ag.aft]
 'a mãe para/pelo filho fez a empregada lavar a roupa'

(9) *Juze axavisele Maria nyama hi Rita.*

Juze_[ag.caus] a-xav-is-el-e Maria_[ben] nyama_[th] hi Rita_[obj.aft]
 José_[ag.caus] 3SG-comprar-CAUS-APPL-PAST Maria_[ben] C9.carne_[th] por Rita_[obj.aft]
 'José para/pela Maria fez Rita comprar carne (vendeu para Rita em benefício da Maria)'

A análise dos testes realizados com os verbos transitivos demonstra um funcionamento semelhante tanto quanto causativizados, quanto aplicativizados, quanto quando há a coexistência das duas EVs. A seguir, serão apresentados os testes com os verbos intransitivos inergativos e inacusativos.

3.1.2 Verbos intransitivos

De acordo com Ciríaco e Cançado (2004), os verbos intransitivos se dividem em dois grupos: (a) inergativos, que selecionam como complemento um argumento externo com função de sujeito; (b), inacusativos, que selecionam como complemento um

argumento interno com função de objeto. Em nossa análise, selecionamos verbos dos dois tipos, para verificar se há diferenças significativas em relação à causativização ou aplicativização.

3.1.2.1 Verbos inergativos

Inicialmente são apresentados os dados com os verbos inergativos *kutlanga* 'brincar' e *kukina* 'dançar'

(16) a. *Vatsrongwana vatlanga.*

va-tstrongwana_[ag] va-Ø-tlang-a
2-criança 2-PRES-brincar-VF
'as crianças brincam

b. *Mudondrisi watlangisa vatsrongwana.*

mu-dondrisi_[ag,caus] (u)-a-tlang-is-a va-tstrongwana_[ag,aft]
1-professor_[ag,caus] 3SG-HAB-brincar-CAUS-VF 2-criança_[ag,aft]
'o professor faz as crianças brincarem'

c. *Mudondrisi atlangele vatsrongwana.*

mu-dondrisi_[ag] a-tlang-el-e va-tstrongwana_[ag,aft]
1-professor_[exper] 3SG-ler-APPL-PAST 2-criança_[ag,aft]
'o professor brincou para/pelo aluno (em favor/no lugar do aluno).'

Na estrutura não derivada em (16a), o verbo *kutlanga* 'brincar' seleciona como seu complemento um argumento externo agente, que é capaz de saturar as suas exigências. Em (16b) e (16c), nota-se a possibilidade de concatenar as EVs causativa e aplicativa respectivamente. Com o acréscimo da EV causativa em (16b), há a introdução de um novo argumento com papel de agente causador *mudondrisi* 'professor', que faz com que *vatsrongwana* 'crianças' brinquem. Já em (16b), a introdução da EV aplicativa também licencia o argumento *mudondrisi* 'professor', que então assume o papel temático de agente, já que é ele quem está lendo, e *mudondri* 'aluno' passa a ter papel temático de beneficiário. A coocorrência das duas extensões verbais também é possível, conforme (17).

(17) *Mudondrisi atlangisele vatsrongwana hi Maria.*

mu-dondrisi_[ag,caus] a-tlang-is-el-e va-tstrongwana_[ag,aft] hi
Maria_[ben]
1-professor_[ag,caus] 3SG-brincar-CAUS-APPL-PAST 1-aluno_[agt,aft]
pela Maria_[ben]
'professor fez as crianças brincarem no lugar de/pela Maria'.

Percebe-se que a coocorrência das duas extensões permite a introdução de dois novos argumentos. Na estrutura em (17), um dos argumentos introduzidos é *vatsrongwana*, com papel de agente afetado, que é quem brincam, em decorrência de *mudondrisi* 'professor', que passa a ser interpretado como o agente causador da ação. O argumento *Maria* também é adicionado, com papel temático de beneficiário. Como já era esperado, o mesmo comportamento ocorre com o verbo *kukina* 'dançar'.

(19) a. *Juze akinile.*

Juze_[ag] a-kin-ile
 José_[ag] 3SG-dançar-PAST
 José dançou

b. *Juze akinise Maria.*

Juze_[ag.caus] a-kin-is-e Maria_[ag.aft]
 José_[ag.caus] 3SG-dançar-CAUS-PAST Maria_[ag.aft]
 José fez a Maria dançar

c. *Juze akinele Maria.*

Juze_[ag] a-kin-el-e Maria_[ben]
 José_[ag] 3SG-dançar-APPL-PAST Maria_[ben]
 José dançou para a Maria

Em (19a) vê-se a estrutura não derivada, em que há um argumento externo com papel de agente; em (19b) a estrutura causativizada, em que há a introdução de um agente afetado *Maria* ‘Maria’, e o *Juze* ‘José’ passa a ser interpretado como agente causador; e em (19c) a estrutura aplicativizada, na qual há a introdução de um argumento *Maria* com papel de beneficiário.

A coocorrência das duas EVs também é possível, licenciando a posição de agente afetado e de beneficiário respectivamente (20).

(20) *Juze akinisele Maria hi vatsrongwana.*

Juze_[ag.caus] a-kin-is-el-e Maria_[ag aft] hi va-tsrongwana_[ben]
 José_[ag.caus] 3SG-pintar-CAUS-APPL-PAST Maria_[ag aft] pelas crianças_[ben]
 José fez a Maria dançar pelas crianças

A partir da análise dos exemplos com verbos inergativos, nota-se que o comportamento é muito similar ao que ocorre com os verbos transitivos, na medida em que, quando da coocorrência das EVs causativa e aplicativa, há o licenciamento de um argumento com papel temático de beneficiário/maleficiário e um argumento com papel de agente afetado. A seguir, conferimos se esse padrão se mantém com os verbos inacusativos.

3.1.2.2 Verbos inacusativos

Os verbos inacusativos *kuwa* ‘cair’, *kusuka* ‘sair’ e *kubila* ‘ferver’ apresentam um comportamento diferente dos demais verbos analisados, mas até certo ponto semelhantes entre si. Em sua versão não derivada, os três selecionam como complemento um argumento interno ao verbo com papel temático de paciente (22a e 23a) ou tema (24a), não um agente.

O verbo *sair*, diferentemente dos demais, também seleciona um argumento com papel de locativo (24a). Quando causativizados, todos os verbos selecionam um novo argumento com papel temático de agente causador, que passa a ocupar a posição de argumento externo (22b, 23b e 24b). A diferença entre eles, porém, está no fato de que a aplicativização do verbo cair é possível para que haja a introdução de um novo argumento (22c), com papel temático de maleficiário, mas não é produtiva com os verbos ferver e sair (23c e 24c).

(22) a. *N'wana awile.*

n'wana_[pac] a-w-ili
criança_[pac] 3SG-cair-PAST
'criança caiu'

b. *Juze awisile n'wana.*

Juze_[ag.caus] a-w-is-ile n'wana_[pac]
Juze_[ag.caus] 3SG-cair-CAUS-PAST criança_[pac]
'José fez cair/derrubou a criança'

c. *Juze awele n'wana.*

Juze_[pac] a-w-el-e n'wana_[mal]
Juze_[pac] 3SG-cair-APPL-PAST n'wana_[mal]
'José caiu sobre/em cima da criança'

(23) a. *Mati mabilile*

ma-ti_[pac] ma-bil-ile
6-água_[pac] 6-ferver-PAST
'a água ferveu'

b. *Juze abilisemati.*

Juze_[ag.caus] a-bil-is-e ma-ti_[pac]
José_[ag.caus] 3SG-ferver-CAS-PAST 6-água_[pac]
'José fez a água ferver'

c. **Juze abilele mati.*

Juze a-bil-el-e mati
José 3SG-ferver-APPL-PAST 6-água

(24) a. *N'wana asuke hi kaya*

n'wana_[th] a-suk-e hi kaya_[loc]
criança_[th] 3SG-sair-PAST LOC casa_[loc]
'a criança saiu da casa'.

b. *Wanuna asukise n'wana hi kaya.*

wanuna_[ag.caus] a-suk-is-e n'wana_[th] hi kaya_[loc]
homem_[ag.caus] 3SG-sair-CAUS-PAST criança_[th] LOC casa_[loc]
'o homem fez a criança sair da casa'

c. **Wanuna asukele n'wana hi kaya.*

wanuna a-suk-el-e n'wana hi kaya
homem 3SG-sair-APPL-past criança LOC casa

Conforme foi observado, em todos os demais exemplos apontados com estruturas aplicativas, essa extensão verbal foi responsável pela atribuição do papel temático beneficiário ao objeto aplicado. Nesse caso, *mati* 'água' em (23c) um elemento inanimado, de forma que semanticamente não poderia receber nenhum tipo de benefício. Já em (24c), a seleção lexical de *kusuka* 'sair' não licencia a estrutura aplicativa. Observa-se no exemplo

em (25) a (27) que não há uma generalização clara em relação à coocorrência das extensões causativa e applicativa.

(25) *Juze awisele n'wana buku.*

Juze _[ag.caus]	a-w-is-el-e	n'wana _[ag aft]	buku _[th]
José _[ag.caus]	3SG-CAUS-APPL-PAST	1.criança _[ag aft]	5.livro _[th]

'José fez a criança fazer cair o livro'

(26) *Juze abilisele Maria mati.*

Juze _[ag.caus]	a-bil-is-el-e	Maria _[ben]	ma-ti _[pac]
José _[ag.caus]	3SG-ferver-CAUS-APPL-PAST	Maria _[ben]	6-água _[pac]

'José ferveu a água pela/para a Maria (no lugar de Maria)'

(27) **Wanuna asukisele Maria n'wana hi kaya.*

wanuna	a-suk-is-el-e	Maria	n'wana _[th]	hi kaya _[loc]
homem	3SG-sair-CAUS-PAST	Maria	criança _[th]	LOC casa _[loc]

Com os verbos *kuwa* 'cair' (25) e *kubila* 'ferver' (26), há um argumento externo com papel temático de agente causador. A diferença fundamental aqui é que, em (25), há o licenciamento de um argumento com papel de agente afetado, enquanto em (26) há a introdução de um beneficiário da ação expressa pelo verbo. Já com o verbo *sair* (27), a coocorrência das duas EVs não é produtiva, devido ao bloqueio lexical do verbo, uma vez que *kusukisa* 'fazer sair' já se encontra lexicalizado em Zronga.

3.1.3 Verbos psicológicos

Os exemplos em (30) e (31) trazem as respectivas análises dos verbos psicológicos *kuchava* 'temer' e *kuzrandra* 'gostar'.

(30) a. *João achava nghonyama.*

João _[exp]	a- Ø-chav-a	n-gonyama _[obj est]
João _[exp]	3SG-PRES-temer-VF	9-leão _[obj est]

'João teme o leão'

b. *João achavisa n'wana hi nghonyama.*

João _[ag.caus]	a-Ø-chav-is-a	n'wana _[agt.aft]	n-gonyama _[obj est]
João _[ag.caus]	3SG-PRES-temer-CAUS-VF	criança _[agt.aft]	leão _[obj est]

'O João faz a criança temer o leão'

c. **João achavela n'wana nghonyama.*

João	a-chav-el-a	n'wana	n-gonyama
João	3SG-temer-APPL-VF	criança	leão

(31) a. *Ntombhi yizrandra xipixi.*

ntombhi _[exp]	yi- Ø-zrandr-a	xipixi _[obj est]
garota _[exp]	9-PRES-gostar-VF	7-gato _[obj est]

'a garota gosta do gato'

b. *Ntombhi yizrandrisa xigangu xipixi.*

ntombhi	yi-Ø-zrandr-is-a	xigangu	xipixi _[obj est]
garota	9-PRES-gostar-CAUS-VF	7-namorado	7-gato _[obj est]

'a garota faz o namorado gostar do gato'

c. **Ntombhi yizrandrela xigangu xipixi.*

ntombhi	yi-zrandr-el-a	xigangu	xipixi
garota	9-gostar-APPL-VF	7-namorado	7-gato

Vê-se na estrutura não derivada em ambos os casos seleciona um experienciador como argumento externo e um objeto estativo como argumento interno. Quando há a adição do morfema causativo em (30b) e (31b), há a introdução de um novo argumento *n'wana* 'criança e *xigangu* 'namorado' com papel temático de agente afetado, e os elementos que anteriormente recebiam papel de experienciador João e *ntombi* 'garota' agora passam a ser reinterpretados como agente causador. Em nenhum dos casos é possível a aplicativização da estrutura (30c e 31c)

Por fim, a coocorrência das EVs com o verbo *kuchava* 'temer' na verdade se refere a um verbo já lexicalizado *kuchavisela* 'ameaçar' (32), o que demonstra que, em algum momento, podem ter funcionado como EVs autônomas, mas por não ser mais o caso, o dado não contribui para a análise em voga. Já com o verbo *kuzrandra* 'gostar' (33), os dois morfemas não podem ocorrer juntos, pois a sentença se torna agramatical.

(32) *Nghonyama yichavisela João.*

n-ghonyama	yi-Ø-chav-is-el-a	João
9-leão	9-PRES-temer-CAUS-APPL-VF	João

'O leão ameaça o João'

(33) **Ntombhi yizrandrisela xigangu xipixi hi Maria.*

ntombhi	yi-zrandr-is-el-a	xigangu	xipixi	hi Maria
garota	9-gostar-CAUS-APPL-VF	7-namorado	7-gato	

pela Maria

Os dados demonstram então que pode haver uma restrição de existência de morfema aplicativo com verbos do tipo psicológicos, mas mais testes seriam necessários para testar essa hipótese.

3.2 Análise de Dados

Os dados apresentados na seção 4.1 são analisados na presente seção. Conforme visto, a discussão se baseou na análise de onze verbos selecionados, classificados como transitivos, inergativos, inacusativos e psicológicos.

A extensão causativa foi produtiva com a totalidade dos verbos analisados e o seu funcionamento foi semelhante em todos os casos: a presença do morfema {-is-} licencia uma nova posição sintática, com papel de agente afetado, enquanto há a reinterpretação do papel temático do argumento externo como agente causador. Schadeberg (2003) aponta que, nesses casos, o sujeito-agente do verbo simples passa à posição de objeto do verbo causativo, adquirindo a função semântica de *causee*, com função sintática de sujeito e semântica de causador. Mais do que isso, o que observamos é que há uma reinterpretação do papel temático do argumento externo, que passa a ser interpretado como agente

causador, e há a alocação de um objeto com papel de agente afetado na posição adjacente imediatamente a seguir do verbo.

A extensão applicativa foi produtiva com todos os verbos transitivos e inergativos. Porém, não há um padrão entre os verbos inacusativos, e parece não ser produtiva com os verbos psicológicos, o que vai contra Schadeberg (2003), que defende que os verbos aplicativos podem ser derivados de quase qualquer outro verbo. Quando presente, licencia um novo argumento sintático, que recebe o papel temático de beneficiário ou malefeciário. Tal comportamento é apontado por Schadeberg (2003) como o mais produtivo e difundido. Não foi notada a característica de que o objeto do verbo básico perde suas propriedades quando a sentença é aplicativizada, como uma das possibilidades destacadas pelo autor. O que se constatou foi uma segunda possibilidade, também elencada por Schadeberg (2003), de que a extensão verbal marca a adição de um novo argumento com papel de beneficiário, adicionando uma informação nova essencial e que os demais argumentos da sentença não possuem seus papéis temáticos reinterpretados.

Já nos casos em que há a coocorrência das duas extensões verbais, há também a coocorrência dos argumentos com papel temático de beneficiário/malefeciário, logo após o verbo, e com papel temático de agente afetado, na última posição. O que se observa é que a presença da EV causativa, tanto sozinha quanto combinada, permite a interpretação do argumento externo como agente causador e introduz um argumento com função de agente afetado. A extensão applicativa não tem efeito sobre o papel temático do argumento externo, mas introduz um novo argumento com papel temático de malefeciário ou beneficiário, tanto quando ocorre sozinha quanto combinada. O Quadro 6 apresenta uma síntese da estrutura verbal encontrada em cada caso.

Quadro 6: Modelo da estrutura verbal derivada em Zronga

Verbos		Estrutura	Descrição da estrutura
Transitivos		ND	[ag][v][pac/th/obj.est]
		C	[agt.caus][v][agt.aft] [pac/th/obj.est]
		A	[ag][v][ben][pac/th/obj.est]
		CA	[ag.caus][v][ben][pac/th/obj.est][ag.aft]
Inergativos	ND	[ag][v]	
	C	[ag.caus][v][ag.aft]	
	A	[ag][v][ben]	
	CA	[ag.caus][v][agt.aft][ben]	
Inacusativo	<i>kubila</i> 'ferver'	ND	[pac][v]
		C	[ag.caus][v][pac]
		A	-
		CA	[ag.caus][v][ben][pac]
	<i>Kuwa</i> 'cair'	ND	[pac][v]
		C	[ag.caus][v][pac]
		A	[pac][v][mal]
		CA	[ag.caus][v][ag.aft][th]
	<i>kusuka</i> 'sair';	ND	[th][v][loc]
		C	[ag.caus][v][th][loc]
		A	-
		CA	-

Psicológicos	ND	[exp][v][obj.est]
	C	[ag.caus][v][ag.aft][obj.est]
	A	-
	CA	-

Fonte: Elaboração própria

Legenda: ND = não derivada; C = causativa; A = applicativa; CA = coocorrência de causativa e applicativa; ag = agente; caus = causa; v = verbo; th = tema; obj est = objeto estativo; ag aft = agente afetado; mal = maleficiário; ben = beneficiário.

O Quadro 6 traz a nossa proposta de modelo da estrutura verbal derivada em Zronga. Evidencia-se as posições sintáticas e seus respectivos papéis temáticos nas estruturas não derivada (ND), causativa (C), applicativa (A) e causativa e applicativa simultaneamente (CA). O que se nota é que os verbos transitivos e inergativos podem ser categorizados de forma similar, o que pode ter relação com o fato apontado por Ciríaco e Cançado (2004) de o verbo inergativo selecionar como complemento um argumento externo em função de sujeito, funcionando como um "falso intransitivo".

Já os verbos inacusativos mostram um comportamento diferente, o que optamos por deixar evidente no Quadro 4, já que ainda não foi possível chegar a uma generalização. Mas, de toda forma, fica claro que todos os verbos inacusativos passaram pelo processo de causativização, mas que apenas *kuwa* 'cair' pôde ser applicativizado. Já a coocorrência das EVs foi observada com o verbo *kubila* 'ferver' e *kuwa* 'cair', mas não com *kusuka* 'sair'. Finalmente, o comportamento dos verbos psicológicos também foi regular, de forma que puderam receber a EV causativa, mas não a applicativa nem a causativa + applicativa.

Conclusões

Em conclusão, propusemos um modelo da estrutura verbal derivada em Zronga, a partir da análise de verbos transitivos, intransitivos e psicológicos. Tal modelo está parcialmente em conformidade com o que aponta Schadeberg (2003) sobre as extensões causativas e applicativas, já que a presença de qualquer uma delas licencia mais uma posição sintática ao verbo, e a presença de ambas licencia dois argumentos sintáticos. No entanto, apesar de a EV causativa ser produtiva com todos os verbos, o mesmo não foi constatado para a applicativa, que não ocorreu com alguns verbos inacusativos e com nenhum verbo psicológico, o que contraria em parte o que diz Schadeberg (2003).

Em relação aos papéis temáticos, levando em consideração a classificação de Cançado e Amaral (2016), a presença da EV causativa sempre irá desencadear a reinterpretação do argumento externo como agente causador e adicionar um argumento com papel temático de agente afetado, enquanto a presença da EV applicativa adiciona um argumento com papel temático de beneficiário. Quando combinadas, esse comportamento é o mesmo: há a reinterpretação do argumento externo como agente causador, a adição de um beneficiário na posição subsequente ao verbo e de um agente afetado na posição final do verbo.

A coocorrência das duas EVs está totalmente em conformidade com o que propõe Hyman (2003), já que se nota uma ordenação fixa dos morfemas em estudo. Não há nenhum caso em que a extensão applicativa pode vir antes da extensão causativa. Assim, a ordem segue o princípio CARP, já que a ordem causativa > applicativa é fixa. Isso vai então ao encontro do que Langa (2013) propõe para o *Changana*, e não corrobora a argumentação de Lonyangapuo (2021) para o Lubukusu.

Como limitações, aponta-se que esta é uma pesquisa prévia, de cunho descritivo, que buscou verificar a produtividade e a possibilidade de coocorrência das EVs em questão. Para estudos futuros, sugere-se buscar avaliações no âmbito explicativo, que valide a estrutura argumental das sentenças causativas, aplicativas e combinadas. Ressalta-se também a necessidade de verificar a hipótese de que a seleção do argumento aplicado tenha relação com sua posição na estrutura argumental, se alto ou baixo, conforme aponta Pylkannen (2008). Contudo, utilizando a teoria dos papéis temáticos, não foi possível explicar essa ocorrência.

Referências

- BACHETTI, C. **Gramática da Língua Ronga**. Maputo: Paulinas Editorial, 2006.
- BYBEE, J. **Morphology: a study of the relation between meaning and form**. Amsterdam/Philadelphia: Joan Benjamin's Publishing Company, 1985.
- CAMARGOS, Q. F.; CASTRO, R. C.; DIMANDE, E. M. Verbos de controle de alçamento na língua Rhonga (tswa-ronga, bantu): ambiente sintático para o fenômeno da reestruturação. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 33, n. 1, 2019.
- CANÇADO, M. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- CANÇADO, M.; AMARAL, L. **Introdução à Semântica Lexical: papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- CIRÍACO, L.; CANÇADO, M. Inacusatividade e Inergatividade no PB. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 46, v. 2, p. 207-225, jul./dez. 2004.
- GÜLDEMANN, T. **Grammaticalization**. In: NURSE, D.; PHILLIPPSON, G. *The Bantu Languages*. London/New York: Routledge, 2003.
- GUTHRIE, M. **The Status of Radical Extension in Bantu Language**. In: *Collected papers on Bantu Linguistics: 91-110*. London: Gregg International, 1970.
- HYMAN, L. M. Suffix ordering in Bantu: a morphocentric approach. In: BOOIJ, G.; Van MARLE, J. (Eds.). **Yearbook of Morphology**. Great Britain: Kluwer Academic Publishers, 2003.
- JACKENDOFF, R. **Semantic interpretation in generative grammar**. Cambridge (MA): MIT Press, 1972.
- JACKENDOFF, R. **Semantic Structures**. Cambridge (MA): MIT Press, 1990.
- LANGA, D. A. S. **Morfofonologia do Verbo em Changana**. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2013.
- LIPHOLA, M. M. **Aspects of phonology and morphology of Shimakonde**. 2001. 474f. Tese (Doutorado em Filosofia) - The Ohio State University, Columbus, 2001.
- LONYANGAPUO, M. K. CARP Affix Ordering: Problematic in Lubukusu. **International Journal of Linguistics Studies (IJLS)**, v. 1, n. 2, p. 29-36, out. 2021.
- McPHERSON, L.; PASTER, M. Evidence for the mirror principle and morphological templates in Luganda Affix Ordering. **Annual Conference on African Linguistics**. v.39. Somerville, p. 56-66, 2009.
- MEEUSSEN, A. E. Bantu grammatical reconstructions. In: **Africana linguistica III**, *Annalen van het Koninklijk Museum voor Midden-Afrika, menselijke wetenschappen*, n. 61. Tervuren, 1967. p. 79-121.
- MUTAKA, N.; TAMANJI, P. **An Introduction to African Linguistics**. München: Lincom Europa, 2000.
- NELIMO. **I Seminário sobre a padronização da ortografia das línguas moçambicanas**. Maputo: Editora Escolar, 1989.

- NGUNGA, A., MANUEL, C., LANGA, D.; MACHUNGO, i, DA CÂMARA, C. [no prelo] (eds). **Relatório do IV Seminário sobre a Padronização das Línguas Moçambicanas**. Maputo: Editora Escolar
- NGUNGA, A. **Introdução à Linguística Bantu**. Maputo: Imprensa Universitária, 2014.
- NGUNGA, A. **Phonology and Morphology of Ciyao Verbs**. New York, Chicago, San Francisco, Toronto, London: Holt, Rinehart and Winston, 2000.
- NGUNGA, A.; FAQUIR, O. (Eds.). **Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III Seminário**. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA), 2011.
- PINHEIRO, A. S. **Subsídios para a grammatica landina. 'xijonga'**. Dialecto falado pelos indígenas de Lourenço Marques. Lisboa: Typographia e Lithographia de A. E. Barata, 1897.
- PYLKKÄNEN, L. **Introducing arguments**. Cambridge: The MIT Press, 2008.
- SCHADEBERG, T. C. Derivation. In: NURSE, D.; PHILIPPSON, G. (Eds.). **The Bantu Languages**. London/New York: Routledge, 2003.
- SITOE, B.; NGUNGA, A. (Eds.). **Relatório do II Seminário sobre a Padronização das Línguas Moçambicanas**. Maputo: Editora Escolar, 2000. p. 177-190.
- SONG, J. J. Periphrastic Causative Constructions. In: DRYER, M. S.; HASPELMATH, M. (Eds.) **The world atlas of language structures online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013.
- VALIAS, T. B. O. **Estrutura argumental de sentenças causativas em Xirhonga**. 2020. 148f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- VONDRASEK, R. Ronga relative clauses and noun phrase accessibility. In: HARGUS, S.; CONCEIÇÃO, M. (Eds.). **Ronga Linguistics**. v. 16. Seattle: University of Whashington, 1999.

Lista de siglas e abreviaturas

AG	Agente
ANT	Passado Anterior
APPL	Aplicativa
BEN	Beneficiário
C	Consoante
CARP	Causativa > Aplicativa > Recíproca > Passiva
CAUS	causa/causativa
CONT	Aspecto contínuo
EV	Extensão verbal
EXCL	Aspeto exclusivo
EXP	Experienciador
FACT	Presente factitivo
FUT	Futuro
HAB	Aspeto habitual
IMED	Passado imediato
INF	Infinitivo
INST	Instrumento
LB	Línguas Bantu
LOC	Locativo
MAL	Maleficiário

MO	Marca de objeto
MS	Marca de sujeito
NEG	Negação
O	Objeto
OBJ AFT	Objeto afetado
OBJ EST	Objeto estativo
PAC	Paciente
PART	Participantes
PAST	Passado
PFV	Aspetto perfetivo
POT	Modo potencial
PRES	Presente
REL	Relativo
SG	Singular
SUBJ	Subjuntivo
TAM	Tempo, Aspecto e Modo
TH	Tema
V	Vogal
VF	Vogal final

Intensification strategies of diminutivization in Changana

Armindo S. A. Ngunga

Universidade Eduardo Mondlane, Mozambique

Célia Adriana Cossa

Universidade Pedagógica de Maputo, Mozambique

1. Introduction

Mozambique is a multilingual country, where the local languages coexist with languages of Asian and European origin one of which is Portuguese, the official language. Changana, the language under study in the present paper, is one of the local languages of Mozambique.

Changana (S53 in Guthrie' classification (1967-72) is spoken in three Southern African countries, namely, Mozambique, South Africa and Zimbabwe. The language that has the most speakers among the languages of the Tsonga group, with users, making it the second most spoken language in the country after Makhuwa. There are 5 recognized varieties of this Changana, however, we are not limited to a specific variety, since, according to Siteo (1996), currently, the precise location of these varieties becomes increasingly difficult to pinpoint because of the large and frequent populations movements.

This paper is a complement to the approach on the diminutivization of Ngunga and Simbine (2012) who suggest that the use of the suffixes **-atana** and **-nyana** is an attempt to convey the idea of a "very small" object that is expressed by the suffix **-ana**, "a kind of synthetic absolute superlative". However, we think there is an even "lesser" degree, lower than the "very small" and, therefore, we present here what we consider to be other strategies to intensify the diminutivization.

In previous studies like Ribeiro (1965) and Cossa (2008) and, in everyday life, as speakers and scholars of this language, we have found that Changana speakers, in different communication contexts, employ various strategies of intensification of diminutivization of the noun of very small objects. Through such strategies, an object can be decreased many times and most of these strategies can be used simultaneously. That is, to emphasize the smallness of being named or to express the smallest degree of the noun, it is diminished several times, first, by the use of a suffix (synthetic process) and, second, by an adjective (analytical process) that also can be decreased. In addition, the suffix, which decreases both the noun and the adjective, can be repeated several times and the stem can be reduplicated.

Thus, this study is yet another contribution to get to know the functioning of this language, to enrich the consultation material of teachers of this language. In this way, it will serve as a subsidy for further reflections on the ways of diminutivization and will also awaken the speakers, learners, teachers and developers of bilingual education and Changana curricula to the existence of strategies to intensify the diminutivization.

In studies of this language, some papers stand out: Ribeiro (1965), Siteo (1996), Siteo (2012), Ngunga (2004) Ngunga (2010), Ngunga and Martins (2012), Ngunga & Simbine (2012), Langa (2013), Ngunga (2015). The processes of intensification of diminutivization are based on Ribeiro (1965), Siteo (1996), Ngunga (2004) and Ngunga & Simbine (2012) whose approaches are complementary with regard to the processes of diminutivization of

nouns in this language. As speakers of the language, we also resort to introspection, which means that, in methodological terms, we have combined bibliographic research and introspection.

Having presented here the elements that guide this study, the topic, the objectives, the methodology, the theories on which the study is based and the language under study and its contextualization, the paper is organized as follows: Section 2, Literature review; Methodology; Section 3, Intensification Strategies of Diminutivization; Section 4. Conclusions.

2. Literature review

After having seen the background on which this study was based, in this section, we present the approaches of the different authors on the diminutivization of the noun in general and in Changana, in particular, starting by defining the basic concepts of this paper according to some scholars such as Cunha & Cintra (2003) and Mateus et al. (2003).

2.1. The noun

According to Cunha & Cintra (2003), noun is the word that is used to designate beings in general, as people, places, institutions, a kind of a species or one of the representatives, such as Maria or John who represents human beings; the nouns of notions, actions, states and qualities are taken as beings. From a functional point of view, the noun is the word that serves primarily as the nucleus of the subject, the direct object, the indirect object and the passive agent. Thus, it is also the whole word of another class that performs one of these functions (pronoun, numeral or any substantive word).

From the perspective of Martins et al. (1992), we add that noun is the word which designate people, animals, objects, states, qualities. While for Pinto et al. (1992), noun is the word which designate beings in general, concrete or abstract. For Mateus et al. (2003), nouns are linguistic categories that, in general, are used with a designating or naming function of a range of entities whose consideration (or construction) involves, from a cognitive point of view, different degrees of abstraction and conceptual complexity, that is, the nominable objects and the nouns that designate them belong to different types.

This idea is, to a certain extent, shared by Vilela (1999), who refers to noun as what can exist by itself and which allows the “objectified” linguistic representation of things, processes, relations and properties. Ngunga (2004), in turn, defines the noun as a variable word that is used to designate beings, things, events, states and people. According to Siteo (1996) and Ngunga and Simbine (2012), in Changana, primitive nouns are composed of two distinct parts: a variable nominal prefix (which indicates the class) and the stem which is the Nominal Theme (NGUNGA, 2004), as in the following word:

- 1a) *mufana* < mu- + -fana ‘boy’
b) *vafana* < va- + -fana ‘boys’

In both paragraphs, (1a and b), we have a demonstration of the two parts that constitute the noun, the nominal prefix and the radical. In (1a), the word is in the singular (boy) which is indicated by the prefix **mu-** which is from class 1 and then the radical **-fana** to which is added the prefix **va-** which is from class 2, in b), thus indicating the plural of this word (boys).

However, still according to Siteo (op cit.), the noun can be constituted only by the radical as is the case of *bomu/mabomu* 'lemon/lemons' (**ma-** class 6). According to Ngunga

(2004), in different languages, the noun can have different structures, which may vary in terms of classes (usually marked by affixes), gender (male/ female) and number (singular/ plural).

In short, there are several definitions that we can have as a noun, because, according to Ngunga and Simbine (2012), "the noun is designated according to the speaker's view, that is, according to what his vision allows him to interpret". However, of all the definitions, we can say that noun is the word with which we designate beings in general and the notions, actions, states and qualities, taken as beings. That is, a grammatical is category that allows us to designate and individualize things, phenomena and all beings. Next, let's see what is written about noun derivation in different degrees.

2.2. The degree

According to the Universal Portuguese Language Dictionary (2003), "it is step, measure, order, class, hierarchy of something" which allows us to say what degree is the possibility that allows classifying, measure or indicating a variation in the measures of certain phenomena or just things.

2.2.1. Degree of Nouns

For Vilela (1999), graduation is the possibility that nouns have to receive degrees that can be "normal", "augmentative" and "diminutive". According to Cunha & Cintra (2003), we have the normal, when its meaning is normal, the augmentative, when the noun has an exaggerated meaning and the diminutive, when the noun has its meaning attenuated or affectionately valued, like the noun *casa* in Portuguese is means 'house' it's in normal degree, *casarão* 'big house' augmentative and *casinha* 'little house'. Let's see the examples below.

- 2a) *House*- normal degree
- b) *Big house*- augmentative
- c) *Little house*- diminutive

From the examples in (2), it is possible to notice that the idea of a house changes from a) to c). In 2.a), we have a normal idea of house, that is, reading or hearing the word house, we idealize a normal house from the point of view of size. In point b), the idea that we have of the house expressed by the two word "big house" is increased in relation to that expressed in 2.a). While in 2.c), the house that we see when we hear a little house just prior to and small in relation to the other two. This interpretation that we make of these words is thanks to the quality that the nouns have to indicate the variation in the size of something, the increase and decrease.

2.3. The diminutivization in Changana

The diminutivization in Changana is very rich because, in addition to being carried out through many strategies in the noun as we will see below, it can occur when the diminutive suffixes are linked to different words, but expressing much more than the smallness of the nominable objects the following examples:

- 3a) Adjectives
mbisi 'raw' → *mbisinyana* 'somewhat raw'
- b) Numerals

<i>ntlhanu</i>	'five'	→	<i>ntlhanunyana</i>	'some miserable five'
c) Pronouns				
<i>vangaki</i>	'some'	→	<i>vangankinyana</i>	'a few'
d) Verbs				
<i>kuhambana</i>	'be different'	→	<i>kuhambananyana</i>	'be a little different'
e) Adverbs				
<i>kule</i>	'longe'	→	<i>kulenyana</i>	'a bit far'

In the sentences in (3), where we have the adjective *mbisi*, in line a) that associated with the diminutive suffix **-nyana** results in *mbisinyana*, which expresses a quality that means that the object qualified by this adjective is somewhat raw.

In this sense, in addition to the values they gain by associating themselves with grammatical categories, there are other contexts in which diminutives can take on other meanings than smallness. For example, on the one hand, diminutives with expressions that indicate colours, can mean variants, decrease and approximation of the same colour.

On the other hand, the diminutive suffixes indicate not only smallness and small number, but also, young age, small or small quantity, affection, depreciation, contempt and insult. And there are special forms, or rather, originally diminutive forms that over time have gained different meanings and distanced themselves from the meanings of the derived words. In some words, the diminutive takes on special meaning, sometimes without any small relation, as in:

4a) <i>nyala</i>	'onion'	→	<i>xinyalana</i>	'garlic'
b) <i>tuva</i>	'turtledove'	→	<i>xituvana</i>	'dove'
b) <i>rihlehlwa</i>	'bindweed'	→	<i>xihlehlwana</i>	'certain thorny creeper'
c) <i>rhangana</i>	'type of pumpkin'	→	<i>xirhangana</i>	'hast'
e) <i>nyenyani</i>	'bird'	→	<i>xinyenyana</i>	'birdie'
f) <i>koti</i>	'vulture'	→	<i>xikotana</i>	'kite'

And yet some words that, due to accent, euphonia or custom, are always used in diminutive form, but without diminutive meaning. That is, the primitive form has fallen into disuse, sometimes being found in other linguistic variants, as the follow:

5a) <i>Tatana</i>			'daddy'
b) <i>N'wa xinengana</i>			'lame one leg'
c) <i>Tavasi</i>	→	<i>Thavasana</i>	'loving way to use this name Tavasi'

The example in (5) shows that diminutives with proper nouns, especially with female nouns, indicate little age, affection, etc., although this noun is often kept until adulthood as in (5c) that show nouns that it may even be two adult or even old women although *Thavasana* is derived from *Tavasi*.

The example in (5b) indicates that the diminutive with some nouns of parts of the human body, indicates physical defect or the absence of that member or body part. As we can see, there are many values attached to the diminutive. However, our approach is limited to the diminutivization of the noun.

2.3.1. Rules of diminutivization of the noun in Changana

According to Ngunga (2004), the variation of the noun in the Bantu languages is marked by affixes that have a primary function and others with a secondary function. Consider the following examples:

- 6a) *xipawana* 'dinner roll'
- b) *xin'wanana* 'little child'

In these examples, we find the **xi-**, class prefix that primarily indicates the nouns in question, belongs to class 7. When the word with the prefix **xi-** ends with the suffix **-ana**, it performs the secondary function indicating the diminishing degree. Thus, according to Ngunga & Simbine (2012), nouns can appear in the normal state as *n'wana*, but referring to beings of a smaller, smaller or smaller size than is considered normal. In Changana, like other languages, the size of the noun of an object/ being/ states can be indicated in an analytical or synthetic way.

(i) **Analytics diminutivization** is using a word as an adjective that agrees with the noun by a prefix or another. According to Ribeiro (1965), the adjectives that can be associated with the noun are *tsongo* and *tsanana* and other expressions such as: *xa kukoma* and *xa kulala*.

- 7a) *huku yitsongo* 'small chicken'
- b) *mbita yitsanana* 'small pot'
- c) *munhu wa kukoma* 'short man, small little man'
- c) *xifanyana xa kulala* 'skinny boy'

In (7), we see the use of the adjective *tsongo* e, *tsanana* and the expressions *xa kukoma* and *xakulala* to operate the diminutivization. But with some differences in the diminished aspect, in (7a), the adjective *tsongo* the adjective *tsongo* refers to the size of the; in (7b), the adjective *tsanana* expressed the size of an object, the pot in this case and the two expressions *xa kukoma* and *xa kulaala* being used equally to refer to the small or diminished height, in (7c), and respectively, the second expression, in (7d) referring to the small body of the boy or simply his thinness.

(ii) **Synthetics**, the one through which it is through morphological processes, that is, specific prefixes for diminutivization: **ka-** (cl 12) and **tu-** (cl 13), in many languages. In Changana, the diminutive is marked by two affixes: the prefix **xi-** and the suffix **-ana** similar to other languages that do not have specific prefixes for the diminutivization and the nominal prefixes perform this function secondarily. Semantically, this prefix gives secondary meaning to the nouns to which they are added. According to Siteo (1996), for the diminutive, in addition to the prefix **xi-** and the suffix **-ana**, the suffix **-nyana** is used.

- 8a) *matinyana* 'some water'
- b) *kulenyana* 'a bit far'

However, according to Ngunga & Simbine (2012), the suffix **-nyana**, like **-atana**, is used instead of the suffix **-ana**, as in:

- 9a) *xigovatana* 'kitten'

b) *xikhelenyana* 'a small pit'

The examples in (9) express a degree of diminutivization greater than that expressed by *por-ana*. Thus, the use of this suffix is an attempt to convey the idea of a very small object / a kind of synthetic absolute superlative.

For Ngunga & Simbine (2012), as it is a class 7 noun to which the prefix (**xi-**) belongs, which is already a diminutivization mark, the principle of morph repetition restriction (MRR) applies, when such is required by the word structure. Thus, the diminutivization takes place through the suffix **-ana**. However, when the noun ends in **-ana**, the realization of the diminutivization by the suffix **-ana** can result in homonymous pairs of others also derived from others existing in the language, such as:

10a) *n'wana* 'child/ kid' → *n'wanana/xin'wanana* 'little child/ little kid'

For Ribeiro (1965,p. 130-131), words that already belong to class **xi-**, **svi-** do not redouble the prefixes.

11a) *xiluva* 'flower' → *xiluwanyana* 'little flower'
b) *xihlangi* 'child' → *xihlanginyana* 'little child'

In fact, if we were to reduplicate the prefix **xi-/ svi-**, the resulting words would be ungrammatical as shown below:

12.a) *xiluva* 'flower' → **xixiluwanyana*
b) *xihlangi* 'child' → **xixihlanginhyana*

The words in (12) in this language mean nothing. Therefore, the prefix is not reduplicated. In polysyllabic words, the original prefix disappears to make way for the suffixes **xi-**, **svi-**. In monosyllables, however, the prefix of the singular is preserved after the prefixes of classes **xi**, **svi-**.

13a) *mufana* 'boy' → *xifanyana* 'little boy'
b) *mugqomu* 'can' → *xigqon'wana* 'little can'
c) *yindlu* 'house' → *xiyindlhwana* 'little house'
d) *ribze* 'stone' → *xiribzana* 'little stone'

In (13a) and (13b) we have examples of polysyllabic words, where we see that affixation of the diminutive prefix resulted in the deletion of the class prefix of the diminutivized word. In (13c) and (13d), the diminutive prefix is just added to the preexisting prefix.

From this point that we basically saw the strategies of diminutivization of nouns, we can systematize that the noun can appear in the normal degree, but referring to beings of smaller size, Changana, like other bantu languages, uses two linguistic forms: analytical (using a word as an adjective) and synthetic (using specific prefixes/ affixes for diminutivization: the prefix **xi-** and the suffix **-ana**).

Regarding the bibliographic review, we stop here because we think that what we have presented is enough to revive these concepts in general and, above all, support and frame the key aspects.

3. Methodology

This article was based on data collected in a research carried out by combining the following methods: bibliographic, field research and introspection. The bibliographic search consisted of reviewing bibliographies that address the gradation of the name to express the diminutive in Changana. The field research was based on a questionnaire in Changana addressed to 40 informants where 29 were students of several courses at the then Delegação da Universidade Pedagógica in Niassa, 10 were salespeople from the Central Market in Lichinga and 1 nurse and employee of the Provincial Directorate of Health in Niassa. Introspection helped to regulate the data by analyzing them through the phenomenon under study based on the knowledge that one has as a speaker of Changana.

3.1. Procedure method

The study started with the collection of data by the bibliographic review, followed by the application of the questionnaire to 40 speakers of Changana, which led to the description of the gradation processes of the name to express the diminutive in Changana. Then, in a qualitative analysis, the collected data were compared with a corpus previously formed by phrases produced in different communication contexts.

3.2. Data collection methodology

For data collection, different bibliographies were used that address the subject under study, introspection and the application of questionnaires to Changana speakers to ascertain the realization and compare the gradation processes of the name to express the diminutive in Portuguese and Changana.

In the application of questionnaires to the 40 informants, recording and written recording of phrases were used. The recording was of the phrases given in the act of applying the oral questionnaire in Changana addressed to 10 ladies from the Central Market of Lichinga and 1 nurse and currently an employee of the Provincial Directorate of Health. The oral questionnaire consisted of four parts. In the first part, they should complete blank spaces of sentences given with names in parentheses and not graduated so that they could carry out the respective gradation. In the second part they had to complete sentences using given names, with the help of prefixes and suffixes given. In the third, they should construct sentences with given names and in the last party should choose the correct form of the sentences given.

The written questionnaire, with the same composition as the oral questionnaire, was applied to 29 students from different courses of the UP-NIASSA delegation a questionnaire written in Portuguese composed of multiple choice questions, in which the informant indicated the right option of the various proposals and questions of production of sentences with the name in the diminutive to collect data on the use of name grading rules in students learning Portuguese from UP.

3.3. Research population/object

The research population was formed by 39 informants, speakers of Changana as L1, aged between 20-46 years. These informants lived in the city of Lichinga, Niassa Province. These informants come from the provinces of Maputo and Gaza and are in Lichinga for several reasons, the main ones being the fact that they want to continue their studies at UP, the appointment or transfer to exercise professional positions and marriage.

Hence, as adults, it was expected that two languages had a strong command of grammatical structures. The 29 students, especially, for having gone through a more conscious learning process of grammatical rules and the 11 ladies for being speakers who communicate permanently in Changana in their activity, since they are all in the same sales sector and some of them live in the same zone. Then, we will discuss strategies to intensify the diminutivization of the noun in Changana, which is the subject of our study.

4. Strategies to intensify diminutivization in Changana

As we saw in the previous chapter, to refer to beings of a smaller size, Changana uses two rules that are analytical (through a word as an adjective) and synthetic (through specific prefixes/ affixes for diminutivization: the prefix **xi-** and the **-ana** suffix).

In this chapter we intend to analyze and describe the strategies that the Changana language has for intensifying diminutivization, that is, to try to indicate the different small sizes that the object can have even the smallest.

However, it was particularly striking that Ngunga & Simbine (2012) stated that the suffixes **-nyana** and **-atana** were used in place of the suffix **-ana**, to express a degree of diminutivization greater than that expressed by **-ana** and that would be a way to convey the idea of a very small object/ a kind of synthetic absolute superlative. We think that in Changana, there are several other strategies for this purpose and there is still a “higher” degree than that expressed by **-nyana** and **-atana**, this is not the strategy of expressing a kind of synthetic absolute superlative of diminutivization but one of the several strategies for intensifying the degree of diminutivization that exist in Changana.

Thus, what in Ngunga & Simbine (2012) is called a kind of synthetic absolute superlative, a lower degree of the smallness of an object seems that in this language it is expressed by several strategies that we choose to call strategies of intensification of diminutivization, to the analytical and synthetic forms, which we present below. First, we propose to check the value of the suffix **-ana**, followed by **-nyana** and then that of **-atana/-atani**. Now let's see.

4.1. The suffixes **-ana**, **-nyana** and **-atana / -atani**

The suffix **-ana** is the diminutive derivational suffix that is affixed to nouns and gives it reduced size information that would be equivalent to **-inho / inha** in Portuguese as shown in the example below.

14a) <i>mubalu</i>	+ <i>-ana</i>	→ <i>xibalwana</i>	'little blanket'
b) <i>gqeke</i>	+ <i>-ana</i>	→ <i>xigqekana</i>	'little backyard'
c) <i>bomu</i>	+ <i>-ana</i>	→ <i>xibon'wana</i>	'little lime'
d) <i>nambu</i>	+ <i>-ana</i>	→ <i>xinabzana</i>	'little stream'

The suffixes **-ana**, **-anyana**, **-atana** cause some phonetic changes in the final syllable of a word (RIBEIRO 1965, SITOIE 1996, NGUNGA & SIMBINE 2012, COSSA, 2015).

The endings:

-a, -e, -i simply fall

-o, -u convert to w

-bo, -bu convert to bz

-vo, -vu convert or lose vowel

-fo, -fu lose the vowel

-mo, -mu convert to nw
 -po, -pu lose the vowel or it becomes w

Also according to Ribeiro op cit, let us see, in 15, examples that demonstrate these phonetic alterations caused by the application of affixes to the primitive name to form the diminutive.

Ex.: (15)

a) <i>mbita</i>	→	<i>ximbitana</i>	'little pot'
b) <i>ndleve</i>	→	<i>xindlevana</i>	'little ear'
c) <i>nbuti</i>	→	<i>ximbutana</i>	'little goat'
d) <i>kondlo</i>	→	<i>xikondlwana</i>	'little mouse'
e) <i>huku</i>	→	<i>xihukukwana</i>	'small chicken'
f) <i>mombo</i>	→	<i>ximombzana</i>	'little forehead'
g) <i>nambu</i>	→	<i>xinambzana</i>	'little stream'
h) <i>xilhovo</i>	→	<i>xilhonzana</i>	'font'
i) <i>mpfuvu</i>	→	<i>ximpfavana</i>	'little hippopotamus'
j) <i>nomo</i>	→	<i>xinom'wana</i>	'little mouth'
k) <i>rifo</i>	→	<i>xirifana</i>	'little cloud'
l) <i>nyepfu</i>	→	<i>xinyepfuvana</i>	'little sheep'
m) <i>mpepo</i>	→	<i>ximpepwana</i>	'little whistle'
n) <i>mpupu</i>	→	<i>svimpupana</i>	'a little flour'
o) <i>mguvu</i>	→	<i>xigubzana</i>	'rag'

As shown in examples in 15, in the wordforms, there is some phonological changes, which we will not discuss in this paper.

The suffixes **-nyana** and **-atana** seem to be synonymous with **-ana** or almost, that is, they have the same value as **-ana** but do not always occur with the same type of words as in the examples below.

- 16a) *mubalu* + **-nyana** → *xibalwanyana* 'little blanket'
 b) *mubalu* + **-atana** → *xibalwatana* 'little blanket'

In 16.a) and b), we find that the suffixes **-nyana** and **-atana** when added to a word produce the same effect as **-ana**, however, in addition to the decrease, when associated with an other words, they add other value such as reduced quantity or quality, weakness or lack of something as shown in the following examples.

However, as we said earlier, they seem to be almost synonymous because they cannot occur with the same type of word. Let's see below.

- 17a) *mafura* + **-nyana** → *mafuranyana* 'some oil'
 b) *fambu* + **-nyana** → *fambanyana* 'walk a little'
 c) *nkulu* + **-nyana** → *nkulunyana* 'a bit big'
 d) *kusuhi* + **-nyana** → *kusuhinyana* 'a bit far'

As you can see, in (17), the suffixes **-nyana** did not intensify the diminutivization of the words to which it is associated, we only noticed that it indicates the decrease in quantity, action, size and distance. These suffixes tend to occur more in verbs, adverbs and

numerals. While the suffix *-atana*, in turn, does not occur in all words in which the **-nyana** occurs because verbs, adverbs and numerals, for example, only occur with no **-nyana**.

- 18a) *mafuratana* 'some oi'
 b) **fambatana* 'walk a little'
 c) *xikulunatana* 'a bit big'
 d) *kusuhatana* 'a bit far'

Then, after checking the values and domains in which the suffixes **-ana**, **-nyana** and **-atana** occur, in the following section we describe the strategies that Changana uses to intensify the diminutivization. These will be seen at the analytical and the synthetic forms.

(i) Analytical forms

1st strategy: Use of adjectives and other diminutivized expressions

Adjectives and other expressions can be added to the inflected noun, associating them with diminutive suffixes by diminutive suffixes.

- 19.a) *yindlu ya yitsongo* 'small house'
 b) *yindlu ya yitsongwana* 'little house'
 c) *yindlu ya yitsongonyana* 'tiny little house'
 d) *yindlu ya yitsanananyana* 'very tiny little house/ much smaller house/ smallest house'

The examples in (19) show that the adjectives that modify the noun are also diminutivized by the diminutive suffixes **-ana** and **-nyana** which means that we have two moments of decrease. The first moment is the addition of an adjective (*yitsongo*, *yitsanana*,) which gives to the word a reduction in its size according to the example in (19a), in which the diminutivization refers to a being "smaller" than it is the "small normal" which is expressed by the adjective *yitsongo*.

The second moment of diminutivization corresponds to the addition of diminutive suffixes to the adjectives with which the noun would already be diminished. However, due to the need to indicate an even greater degree of decrease than the "small normal", this language adds the word to decrease adjectives and other expressions already diminutivized. Thus, we move from "small normal" to tiny (19b), very tiny (19c) and from small to much smaller/ smallest in case of the short adjective in (19d).

2nd strategy: Use of genitive constructions with a diminished noun

In this case, a noun that is already in the diminutive is used with qualifying expressions/ diminutive modifiers linked by a genitive particle, which implies an even greater decrease.

- 20.a) *munhu wa kukoma* 'short person'
 b) *ximunhwana xa kukoma* 'little person'
 c) *xifanyatana xa kulala* 'skinny guy'

In the examples in (20), we noted that the degree of decrease in the items in the constructions represented in items b) and c) was greater than in item a). In a), we have a genitive construction in which the noun *munhu* is classified in stature by the expression *kukoma*, which is a decrease in height. In line b) and c), the diminutivization is intensified

by the use of a diminutivized noun with this *kukoma* modifier, which implies a much greater decrease than we have in subparagraph a) since the noun is already diminutivized by the diminutive suffix and is linked to it diminutive expression *kukoma* in point b) and *kulala* in c) which in itself already refers to a decrease in the person's height in the case of (a).

3rd strategies: Use of genitive constructions with diminutivized diminutive expressions

In this situation, the genitive constructions are composed of a diminutivized noun linked by the genitive particle 'xa' to diminutive expressions also diminutivized using diminutive suffixes to express a much higher degree of diminutivization.

- 21a) *ximunhwana xa kukomanyana* 'short little person'
 b) *ximunhwana xa kukomatana* 'little person'
 c) *xifanyana xa kulalanyana* 'skinny small boy'

In (21), we note that diminutivization happens through three strategies simultaneously and the language accepts this. First, due to the nature of the expression we use to modify the noun, it is already diminutivized. Second, the noun is again diminutivized by the word *kukoma* in (21a) and *kulala* in (21b). And third, the expression "diminutive" is given by a diminutive suffix, (-**anyana**, -**tana**). Which leads us to conclude that it is an intensification of this diminutivization, because in this context, the designated element is much smaller than that translated in the previous situations.

4th: Use of adjectives and diminutive expressions derived by two or more combined suffixes.

In this situation, the diminutive expressions that modify the noun are also diminished but not by a suffix as in the situation described above, but by a combination of diminutive suffixes that can be two or more, as we can see below.

- 22.a) *yindlu ya yitsanana* → *yindlu ya yitsanananyanatana* 'very tiny house'
 b) *munhu wa kukoma* → *munhu wa kukomanyanatana* 'very tiny person'
 c) *munhu wa kukoma* → *ximunhwana xa kukomanyanatana* 'much smaller person'
 d) *mufana wa kulala* → *xifanyana xa kulalanyanatana* 'smallest house'

As we have noted so far, although it was at the analytical form, in Changana, to intensify the diminutive, the diminutive suffixes (-**ana**, -**nyana**, -**atana**), can be attached also to the adjective by deriving it in degree at the same time that they are used there to derive the noun, forming diminutive adjectives in addition to these that can be used simultaneously as in (22) in the cases of *ximunhwana xa kukomanyanatana* and *xifanyana xa kulalanyanatana* and in a noun already in the diminutive. Next, let's see how the decrease at the synthetic form intensifies.

(ii) At the synthetic form

To give more intensity to the diminutive, the following strategies can be used:

5th: Repetition of the diminutive suffix

This strategy consists of repeating diminutive suffixes one or more times in the same noun as we can see in (23):

23a) <i>yindlu</i>	'home'	<i>xiyindlwatanatana</i>	'very tiny house'
b) <i>mati</i>	'water'	<i>svimatana</i>	'little water'
		<i>svimatanatana</i>	'very little water'

In (23) we see that the repetition of the same suffix results in an increasing reduction.

6th: Combination of different diminutive suffixes

To intensify the diminutivization, we can add several different suffixes to the same noun.

24a) <i>xiyindlwananyana</i>	'tiny house'
b) <i>xiyindlwatanatana</i>	'very tiny house'
c) <i>xiyindlwatananyana</i>	'kennel'
d) <i>xiyindlwatanatananyana</i>	'much smaller house/smallest house'

In the examples above, we can see that as the suffix "the degree of decrease" is repeated, that is, it is greater than what Ngunga and Simbine (2012) suggest that it should be interpreted as an attempt to convey the idea of an object "very small" and that would be a kind of "synthetic absolute superlative", which means that the diminutive is not absolute because we think there are others more accentuated and that can be expressed by these strategies and perhaps by others like the one we suggest below.

7th Reduplicate the stem and add the termination

In addition to repeating or combining different suffixes, another way to accentuate and reinforce the diminutive is to reduplicate the stem and add the ending **-ana**, as shown in the examples in (25).

25.a) <i>xinyama-nyamana</i>	'very small meat'
b) <i>xikondlho-kondlwana</i>	'very small mouse'

From the examples presented in (25), we find that this is another way of deriving the diminutive from the noun, as we saw in the case of (25a), the radical *nyama* is repeated and receives the suffix **-ana**, but to decrease the noun to a degree much higher than expected as normal of the decrease.

Therefore, as we have seen, in addition to **-nyana** and **-atana**, diminutivization can be intensified by various strategies at an analytical and synthetic form. Analytically, by the association of diminished adjectives to the noun stops and decreases them, this in addition to expressions selecting nouns already diminished and these can also be reduced through diminutive suffixes. And, synthetically, by the repetition of suffixes, combination of suffixes and the reduplication of the radical and adding to it the suffix **-ana**.

However, all the strategies seen so far can be combined, that is, a single noun can be diminished by using all the strategies simultaneously. Let's see below:

8th use of all previous strategies simultaneously

26a) <i>xiyindlwatanatana xaxitsongwanatana</i>	'extremely small'
---	-------------------

b) *xikondllwana-kondlwanatananyana xitsongwatananyana* 'minuscule'

So, isn't this what Ngunga & Simbine (2012) suggest that it should be interpreted as an attempt to convey the idea of a "very small" object and that it would be a kind of "synthetic absolute superlative" of diminutivization?

Through the examples seen up to this point, we have been able to demonstrate that the diminutivization in Changana is much more than what is described in the Gramática Descritiva do Changana (NGUNGA & SIMBINE, 2012), which refers to the use of the suffixes **-nyana** and **-atana** in place of the suffix **-ana**, to express a degree of diminutivization higher than that expressed by **-ana** as an attempt to convey the idea of a "very small" object, a kind of synthetic absolute superlative. In this section, we could see that for this purpose, this language has several intensification and diminutivization strategies, such as the following:

- 1st: Use of adjectives and other diminutivized expressions: *Yindlu yitsongwatana*;
- 2nd: Use of genitive constructions with a diminished noun: *xiyindlwana xa xitsongo*;
- 3rd: Use of genitive constructions with diminutive diminutive expressions: *Xiyindlwana xakukomanyana*;
- 4th: Use of adjectives and diminutive expressions derived by two or more combined suffixes: *Yindlu ya yitsanananyanatana*;
- 5th: repetition of the suffixes: *xiyindlwatanatana*;
- 6th: Combination of suffixes: *xiyindlwanyana xitsongwanyana* 'very small';
- 7th: Reduplication of the radical: *xinyama-nyamana*;
- 8th: Combination of all diminutivization processes: *xikondlwana-kondlwanatananyana xitsongwatananyana* 'tiny'

Therefore, we believe that these strategies are an example of the wealth that Changana language has in the field of diminutivization and we demonstrate how productive are the bantu languages, regarding to derivation, which are able to translate the smallest degree of things.

Conclusions

As we have seen, the noun is reduced in Changana using two major processes. The synthetic process that consists of the use of special suffixes and analytics that consists of the use of adjectives that indicate the decrease next to the noun to decrease.

The diminutivization in Changana, in the synthetic process, is formed by adding the diminutive suffixes (**-ana**, **-nyana**, **-tana**) and the prefixes **-xi** and **-svi**. In the analytical form, the diminutive is expressed by the adjectives *tsongo*, *tsanana* and other expressions such as: *xa kukoma*, *xa kulala* and the adverbs *ngopfu* and *soinene*.

However, to translate the smallest degree of things in their daily lives, Changana speakers use various strategies and, if necessary, all simultaneously, as the language allows. We can apply diminutive suffixes like **-ana**, **-nyana**, **-tana** also to the diminutive adjectives, deriving them to later associate them with the nouns to diminish them even more.

This fact is related to the need to give more emphasis to what is said, that is, to give more emphasis to the smallness of the noun element. Therefore, it is pertinent to describe it in reference material such as a descriptive grammar of a language. However, in some reference papers consulted for this study, nothing is foreseen in relation to what we

suggest that these must be included in the next publications in order to make this knowledge available to users, scholars and students of this language.

Bibliography

COSSA, C., A. **A gradação do nome em Português e a expressão do diminutivo por falantes do Changana.** (Unpublished degree monograph), 2008.

COSSA, C., A. As consequências da resolução de hiatos em consoantes labiais vozeadas do Changana. In: NGUNGA, A.(Org.). **Elementos de Linguística Teórica e Descritiva das Línguas Bantu.** Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA), UEM. Colecção “As nossas línguas” XIV, 2015.

CUNHA, C. & CINTRA, L. **Breve Gramática do Português Contemporâneo.** 16th Ed., Lisboa, Editora João Sá da Costa, 2003.

NGUNGA, A. **Introdução à linguística Bantu.** Maputo, Imprensa Universitária, 2004.

NGUNGA, A. & SIMBINE, C., M. **Gramática Descritiva da Língua Changana.** Colecção as nossas línguas. Maputo: CEA – UEM, 2012.

PINTO, C. et al. **Gramática do Português Modern.** 2nd ed. Lisboa; Plátano Editora, 1997.

RIBEIRO, A. **Grau dos nomes.** Caniçado: Editorial Evangelizar, 1965.

SITOE, B. **Dicionário Changana – Português.** Maputo: INDE, 1996.

SITOE, B. & NGUNGA, A. Proposta da Ortografia do XiChangana in: **Relatório do II Seminário sobre a padronização da ortografia de línguas moçambicanas.** Maputo: NELIMO-UEM, 2000.

VILELA, M. **Gramática de Língua Portuguesa.** 2th ed. Coimbra: Almedina, 1999.

A description of non-canonical passive voice in Shimakonde

Ronaldo Rodrigues de Paula

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, Brasil

Luís Filipe Lima e Silva

Pesquisador Independente

Davety Joaquim João Mpiuka

Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Introduction

This paper aims to describe a non-canonical voice construction, which deviates from the common or canonical passive constructions in Shimakonde. This type of passive construction is also found in other languages, namely Kimbundu (GIVÓN, 1979), Lunda (GIVÓN; KAWASHA, 2006), Bemba (KULA; MARTEN, 2010), Mbuun (BOSTOEN; MUNDEKE, 2011), Matengo (VAN DER WAL, 2015), and Kaqchikel (BROADWELL; DUNCAN, 2002), which makes it rather safe to assume that Shimakonde may follow the same path of gramaticalization as those languages. Shimakonde is a Bantu language spoken especially in Mozambique and Tanzania. There are relatively few studies dedicated to its grammatical description (cf. DOWNING, 2010; ETTLINGER, 2005; LIPHOLA, 1991; 2001; MANUS, 2003; 2010; MITETELA, 2004; MPIUKA; LIPHOLA, 2013; KRAAL, 2005; LEACH, 2010; PATIN; RIALLAND, 2006). Therefore, this study further aims to contribute to the description of a grammatical aspect of this language.

There are two passive voice constructions in Shimakonde. The first one, considered the canonical form, is marked by the passive extension {-igw-} on the verbal complex (cf. ex. 1). The second one is similar to the object topicalization constructions. In these structures, there is subject indeterminacy by the verb form inflected in the third person plural (cf. ex. 2):

(1) *Maria a-ndy-abol-egw-a* (namu João).

Maria CL1-TAM-annoy-PASS-FV (by João)

“Maria was annoyed by João.”

(2) *Maria va-ndi-mw-abol-a*.

Maria CL2-TAM-OM1-annoy-FV

“They annoyed Maria. / Maria was annoyed.”

Also, just as the canonical passives, note that the agent/trigger of the action can be inserted in the structure by a prepositional phrase that appears in adjunction to the predicate, as in the example in (3):

(3) *Maria va-ndi-mw-abol-a* namu João.

Maria CL2-TAM-OM1-annoy-FV by João

“Maria was annoyed by João.”

Taking into account the data listed in (1)-(3), this research hypothesizes that the prefix {**va-**}, which appears in non-canonical passive constructions, ultimately constitutes

the morphological realization of the passive voice. Evidence that this analysis is indeed correct comes from the fact that this prefix does not establish agreement with any argument of the predicate, whether it is in the syntactic position external to the Tense Phrase (TP) or in the position internal to this projection. We also assume that the Determiner Phrase (DP) that appears in the initial position is in the argument position, more precisely in the subject position.

This paper is divided into four sections as follows. Section 1 presents relevant data on voices in Shimakonde focusing especially on non-canonical passives; this section introduces the methodology employed to gather data and the theoretical framework in which this study is inserted. Section 2 summarizes the characteristics of non-canonical passives. Section 3 presents the proposal that the prefix of noun class 2 is realized as a morphological mark for passive voice. Section 4 provides several syntactic diagnoses in order to show that the DP that occupies the position immediately before the verb is indeed in an argument position. Section 5 concludes the paper.

1. Methodology and framework

Despite being mainly descriptive, this paper employs methods of generative tradition to test its hypothesis. Data was gathered by means of a fieldwork *in loco* in Mozambique, where the language is spoken. There were elicitation sessions with two consultants in the year of 2016. Our consultants were native bilingual speakers of Shimakonde and Portuguese. One of the consultants is a member of a community of speakers of the Mocímboa da Praia region and the other is a member of a community of speakers of the Montepuez region.

The data are comprised of sentences elicited by grammaticality judgments these consultants either accepted or rejected – in case of ungrammatical judgments. In order to explore the phenomenon, they received sentences in Portuguese and were asked to translate them to Shimakonde and to provide the correct meaning of each morpheme. Additionally, audio recordings of the elicitation sessions were made in order to ensure a database one could consult to clarify any remaining questions later.

Our hypothesis is that the prefix {*va-*} in Shimakonde is a prefix that can also signal the passive voice. In order to verify the plausibility of this hypothesis, some traditional generative tests were performed: violation to Binding Principle C, ability to be controlled by PRO. Other tests performed were the reflexivization and subject/object relativization. This study is subscribed to a generative grammar framework, especially as it assumes concepts of this theory in order to apply the tests, such as A and \bar{A} -positions, and all the syntactic apparatus used to describe movement phenomena generative tradition traditionally assumes.

2. Voice realization in Shimakonde

In active voice, in general, the DP in initial position triggers the class agreement prefix in the verbal structure, as seen in (4):

- (4) *João a-ndi-n-not-a* *Maria*.
João CL1-TAM-OM1-desire-FV Maria
“João desires Maria.”

In (4), the DP *João* triggers the noun class 1 subject agreement prefix {*a-*} on the verb. The DP *Maria*, which is the direct object of the sentence, triggers object agreement in the

verb through the prefix {-**mu-**}, which appears in the verbal structure right after the tense and aspect morpheme.

The canonical passive voice in Shimakonde differs from the active voice in that it has the passive suffix {-**igw-**}. In (5), the DP *Maria* triggers subject agreement in the verb structure by the noun class 1 prefix {**a-**}. The object agreement mark cannot appear in the morphological structure of the verb. Furthermore, the occurrence of the external argument with the preposition *namu* is optional in the structure.

- (5) *Maria a-ndi-lot-egw-a* (namu João).
 Maria CL1-TAM-desire-PASS-FV (by João)
 “Maria was desired by João.”

The non-canonical passive voice, in turn, fundamentally differs from the active and the canonical passive because it has its morphology similar to that of the active voice, since it does not trigger the passive extension. It can even trigger object agreement in the verb structure. Interestingly, the agreement prefix on the verb does not refer to any DP internal to the predicate in the clause.

- (6) *Maria va-ndi-n-not-a* (namu João).
 Maria CL2-TAM-OM1-desire-FV (by João)
 “Maria was desired by João.”⁷

Note that (3) and (6) indicate that non-canonical passive verb have the noun class 2 agreement prefix {**va-**}, even though there are no class 2 subject DPs in the structure. The object-marking prefix of noun class 1 is present in the verbal structure, although this object appears in the clause in the pré-verbal position, which is usually occupied by the grammatical subject. Therefore, the object prefix {-**mu-**} refers to the DP that moves from the internal argument position to the leftmost position of the clause.

A first indication that the prefix {**va-**} is not actually exerting subject agreement in these constructions comes from the realization that the examples in (3) and (6) become ungrammatical if the prefix {**va-**} is replaced by the prefix of noun class to which the DP that appears in the subject syntactic position belongs, according to (7a) and (7b).

- (7a) **Maria a-ndi-m-wabol-a* namu João.
 Maria CL1-TAM-OM1-annoy-FV by João
 Intended: “Maria was annoyed by João.”

- (7b) **Maria a-ndi-n-not-a* namu João.

⁷ An anonymous reviewer called our attention to the existence of a construction in which the {**va-**} morpheme occurs concomitantly with the passive extension {-**igw-**} such as the example bellow:

"*Maria va-ndi-n-not-egw-a* na munu atende shi-mwanda sha-mbone.
 "Maria CL2-TAM-desire-OM1-PASS-FV" by person CONJ. CL7-travel CL7-good
 “Maria was wished good travel by the person”.

What is absolutely intriguing about this particular sentence is that the passive verbal extension and the object-marking prefix are both present in the verbal structure. Since the passive extension suppress objects from the sentence, that would only be possible if the object marking is not actually referring to an object (hence *Maria* which the object marking refers is not actually an object, but the subject of the sentence) or the structure is ditransitive with one of its objects being suppressed by the passive extension. Either way this construction seems to be marginal and further investigations are necessary to elucidate these questions.

Maria CL1-TAM-OM1-desire-FV by João
Intended: “Maria was desired by João.”

In turn, (3) and (6) also become ungrammatical if the object agreement prefix is removed from the verbal structure as in (7c) and (7d).

(7c) **Maria va-ndy-abol-a* (namu João).
Maria CL2-TAM-annoy-FV (by João)
“Maria was annoyed by João.”

(7d) **Maria va-ndi-lot-a* (namu João).
Maria CL2-TAM-desire-FV (by João)
“Maria was desired by João.”⁸

Verbs in active constructions in Shimakonde do not have the object agreement prefix when the DP is a non-inanimate noun of noun classes other than noun classes 1 and 2. In (8), in the non-canonical passive, the object prefix cannot appear in the structure if the DP raised to subject position is not from the classes 1 and 2 or if it is not [+animate] (LIPHOLA, 2001; LEACH, 2011; NGUNGA, DUARTE, & CAMARGOS, 2016).

(8a) *Mpila va-ndi-vinglidy-a* (namu Pedro).
CL3-ball CL2-TAM-chase-FV (by Pedro)
“The ball was chased by Pedro.”

(8b) **Mpila va-ndi-m-minglidy-a* (namu Pedro).
CL3-ball CL2-TAM-OM1-chase-FV (by Pedro)
“The ball was chased by Pedro.”

(9) presents further evidence that the object agreement prefix actually refers to the DP raised from the internal argument position to the pre-verbal position.

(9a) **Adriana namu Maria va-ndi-mw-wabol-a* namu João.
Adriana and Maria CL2-TAM-OM1-annoy-FV by João
“Adriana and Maria were annoyed by João.”

(9b) *Adriana namu Maria va-ndi-va-wabol-a* namu João.
Adriana and Maria CL2-TAM-OM2-annoy-FV by João
“Adriana and Maria were annoyed by João.”

The ungrammaticality of (9a) is due to the fact that the object agreement marking the verbal structure must refer to the DP that takes initial position in the sentence. Since there is a noun class 1 object marker in the verb, it causes a mismatch as the DP in initial position is plural and triggers the prefix of noun class 2. Conversely, (9b) is grammatical precisely because there is a class 2 object prefix agreement triggered on the verb, which is consistent with the number features of *Adriana namu Maria* noun phrase. As it presents morphological object agreement, a plausible hypothesis would be to admit that the DP in

⁸ Although (7c) and (7d) were claimed ungrammatical by our informants, an anonymous Shimakonde native speaker reviewer pointed out that the ungrammaticality of those examples is debatable.

the pre-verbal position could be an object moved to the sentence topic position in the Complementizer Phrase (CP) domain.

The plural prefix of noun class 2 in the verbal structure allows a passive reading. However, taking other plural noun classes into consideration, such passive reading is not possible, as indicated by the ungrammaticality of (10b):

(10a) *Shilongo* *va-ndi-tumbul-a* *namu Marcelo.*
 CL7-vase CL2-TAM-break-FV by Marcelo
 "The vase was broken by Marcelo."

(10b) **Shilongo* *vi-ndi-tumbul-a* *namu Marcelo.*
 CL7-vase CL8-TAM-break-FV by Marcelo
 "The vase was broken by Marcelo."

Reviewing the data so far examined, we can point to the following features of the non-canonical passive construction:

- (i) The argument in pre-verbal position triggers agreement in the verbal structure by the object agreement prefix (assuming this morpheme is realized as { \emptyset } when the agreement relation is established with a non-animate argument of noun classes other than classes 1 and 2);
- (ii) The argument in pre-verbal position has a semantic interpretation of affected, similarly to what occurs in canonical passives;
- (iii) The external argument can be added to the sentence, introduced by the preposition *namu*, also used in the canonical passive;
- (iv) The morpheme {*va-*}, in initial position of the verbal structure, does not establish agreement with any DP in the sentence;
- (v) In the initial position of the verbal structure, prefixes from other noun classes other than the noun class 2 prefix {*va-*} cannot occur, a situation that would lead to the ungrammatical nature of the construction or the active interpretation of the sentence.

For the abovementioned reasons, it is necessary to find satisfactory answers to the following questions:

- (i) What is the status of the {*va-*} prefix? Would this prefix be an expletive that satisfies the EPP?
- (ii) What, after all, is the syntactic function of the DP raised to the pre-verbal position? Would this argument be an object in topic or in subject position?

The following sections aim to answer the questions proposed.

3. The grammatical status of the prefix {va-}

In order to preliminarily answer the questions raised, we assume that the DP in pre-verbal position is indeed in an argument position internal to the predicate and, therefore, it is not in a topic position. Regarding the prefix {va-}, the hypothesis is that this prefix is equivalent to a voice morpheme, similarly to the morpheme {-igw-} that appears in the canonical passive voice. However, the location in the verbal structure where passive morphemes are placed in the canonical passive voice and in the non-canonical passive voice entails different paradigms of subject agreement. In canonical and non-canonical passives, consider the examples from (4)-(6) repeated in (11):

Active voice

- (11a) *João a-ndi-n-not-a* *Maria*.
João CL1-TAM-OM1-desire-FV *Maria*
"João desires Maria."

Canonical passive voice

- (11b) *Maria a-ndi-lot-egw-a* (*namu João*).
Maria CL1-TAM-desire-PASS-FV (by João)
"Maria was desired by João."

Non-canonical passive voice

- (11c) *Maria va-ndi-n-not-a* (*namu João*).
Maria CL2-TAM-OM1-desire-FV (by João)
"Maria was desired by João."

In the canonical passive, as shown in (11b), the subject agreement occurs in active voice, i.e. it is marked by the morpheme in the initial position of the verbal structure. The passivization morphology is marked by the verbal extension {-igw-}, which does not impose restrictions for the subject agreement to occur in its prototypical position. In (11c), however, the non-canonical passive voice morphology takes place in the initial position of the verbal structure.

Thus, subject agreement cannot be established in this position of the verbal structure. In non-canonical passive constructions, the subject agreement is expressed, therefore, in the position in which object agreement is prototypically established in the active voice. This new subject agreement configuration does not pose any problems for the interpretability of the clauses, since non-canonical passive voice constructions are one-place predicates that may have their external arguments added to the sentence as an adjunct. This is probably due to the affinity of these passive constructions with the third person plural subject indeterminacy sentences from which they may have originated (GIVÓN, 1979).

Nonetheless, in order to verify whether this analysis is in fact correct, it is necessary to attest the following assumption:

- (i) The argument in pre-verbal position is actually in the argument position, i.e. it behaves as a grammatical subject of the construction, and not as a topicalized object, as its morphology suggests.

Bearing in mind these initial observations, the following sections aim to present the syntactic diagnoses that may or may not confirm these hypotheses.

4. Is the initial DP in A or \bar{A} -position?

As seen in section 2, the morpheme {va-} is assumed to take the same position as agreement prefixes typically do when the grammatical subject comes. In this section, our aim is to demonstrate that the initial DP is moved from its internal VP position to the grammatical subject position, i.e. Spec-TP. Several diagnoses can be used to attest whether the subject position argument of non-canonical passives is indeed in A- or \bar{A} -position. For this reason, this section uses several grammatical devices mostly adopted in the context of generativist literature in order to ascertain whether DPs in initial position appear as topicalized objects or if they are in grammatical subject position.

Let us begin, then, with the diagnosis of reflexivization. To this end, the next subsection aims to determine whether the non-canonical passive has characteristics of promotional or impersonal passives.

4.1 Reflexivization test

If the proposal, according to which the initial DP moves from internal position to VP to subject position, is indeed correct, then non-canonical passive constructions are expected not to behave like non-promotional passives or impersonal passives in languages such as English, as indicated in (12) and (13) (GIVÓN, 1979):

Promotional passive

(12) *She was given a present by herself.

Impersonal passive

(13) One finds oneself often in a such bind.

What can be observed is that non-promotional passives accept reflexivization, while promotional passives, when reflexivized, give rise to ungrammatical clauses (cf. GIVÓN, 1979). Therefore, the grammaticality or ungrammaticality of reflexivization in non-canonical passives, such as those in Shimakonde, may reveal the nature of this construction. If reflexivization gives rise to a grammatical sentence, then the construction behaves as a non-promotional passive as in (13). Otherwise, if reflexivization gives rise to an ungrammatical sentence, then the construction behaves as a promotional passive as in (12). The examples in (14) show how Shimakonde's active, canonical passive and non-canonical passive constructions behave when they are reflexivized.

(14a) *Maria a-ndi-li-lol-a* *jo mwene mu* *shi-lolo.*
 Maria CL1-TAM-ROM1-see-FV she herself CL18 CL7-mirror
 "Maria saw herself in the mirror."

(14b) ?*Maria a-ndi-lol-egw-a* *na jo mwene Maria mu* *shi-lolo.*
 Maria CL1-TAM-see-PASS-FV by she herself Maria CL18 CL7-mirror
 "Maria was seen by herself in the mirror."

(14c) **Maria va-ndi-lol-a* *na jo mwene mu* *shi-lolo.*
 Maria CL2-TAM-see-FV by she herself CL18 CL7-mirror

“Maria seen by herself in the mirror.”

(14a) shows that reflexive construction is possible in the active voice as expected. (14b), which shows a canonical passive, was not rejected at first hand by the informants. However, the speaker claims that this is a very strange and unnatural construction in the language. The non-canonical passive in (14c), nevertheless, is ungrammatical. Thus, the reflexivization test shows that the non-canonical passive exhibits characteristics of promotional passives. Hence reflexivization test points to a first indication that the DP in pre-verbal position in non-canonical passives is actually in A-position; i.e. in the grammatical subject position of the sentence.

4.2 Binding Principle C violation test

Binding Principle C, as formulated by Chomsky (1981), predicts that a referential expression (such as a proper name, for example) cannot be bound by a pronominal that the c-commands, as shown in (15):

(15) *He_i asked Mary to wash John_i

In (15), the referential reading is ungrammatical. For the structure to become grammatical, the pronoun *he* must refer to other DP rather than *John*, which is precisely our interpretation of the sentence. In these contexts, Binding Principle C reconstruction effects are noted and they serve us as a diagnostic to detect whether there was movement of the DP to the \bar{A} -position or not. That is, in \bar{A} movements, even if the referential expression precedes the pronoun, the effects of the reconstruction of Binding Principle C will be perceived and a referential reading will not be possible. In short, an \bar{A} -movement cannot repair the violation of Binding Principle C (LEGATE, 2014). Consider the examples (16) and (17):

A-position

(16a) John_i asked Mary to wash him_{i/k}.

(16b) Mary was asked by John_i to wash him_{i/k}.

\bar{A} -movement

(17a) John_i, he_{k/*i} asked Mary to wash.

(17b) Who_i he_{k/*i} asked Mary to wash?

Note that in all these examples the referential expression appears before the pronoun in the structure. However, only when the referential expression is in a non-argument position, as in (17), violation of Binding Principle C occurs. In (16a) and (16b), in active and passive voice, respectively, the co-referential reading between the pronoun and the referential expression is possible, as all DPs are in argument position. However, in object topicalization in (17a) and in the interrogative sentence in (17b), the referential expression that precedes the pronoun is not in an argument position.

Reconstruction effects of Binding Principle C are attested in Shimakonde. A pronoun in object position can be co-indexed with a referential expression incorporated with the grammatical subject as in (18a) and (19a). However, a pronoun in subject position

cannot be co-indexed with a referential expression within the grammatical object as in (18b) and (19b). In (18a) and (19a), the pronoun does not c-command the referential expression; on the contrary, the pronoun is c-commanded by it. In (18b) and (19b), the pronoun c-commands the referential expression, violating Binding Principle C, which makes the referential reading ungrammatical:

Active voice

(18a) *Ng'avanga wa n-dyoko_i a-ndi-m-mum-a nae_{i/k}.*
 CL1.dog POSS CL1-child CL1-TAM-OM1-bite-FV he/she
 "The child's dog bit him/her."
 [The pronoun *nae* "he/she" can refer to *ndyoko* "child".]

(18b) *Nae_{i/k} a-ndi-m-won-a ng'avanga wa n-dyoko_i.*
 He/she CL1-TAM-OM1-see-FV CL1.dog POSS CL1-child
 "He/she saw the child's dog."
 [The pronoun *nae* "he/she" cannot refer to *ndyoko* "child"]

Canonical passive

(19a) *Ng'avanga wa n-dyoko_i a-ndy-on-egw-a namu nae_{i/k}.*
 CL1.dog POSS CL1-child CL1-TAM-see-PASS-FV by he/she
 "The child's dog was seen by him/her."
 [The pronoun *nae* "he/she" can refer to *ndyoko* "child".]

(19b) *Nae_{i/k} a-ndy-on-egw-a namu ng'avanga wa n-dyoko_i.*
 He/she CL1-TAM-see-PASS-FV by CL1.dog POSS CL1-child
 "He was seen by the child's dog."
 [The pronoun *nae* "he/she" cannot refer to *ndyoko* "child".]

In (20), an \bar{A} -movement, such as object topicalization in Shimakonde, as expected, does not repair the effects of the violation of Binding Principle C. Note that the referential expression precedes the pronoun, but does not c-command it. This is because the referential expression has been moved to the initial position via \bar{A} -movement. Therefore, the co-referential reading, i.e. the anaphoric reading that correlates a referential expression to a pronoun, is not possible.

Object topicalization

(20) *Ng'avanga wa n-dyoko_i nae_{i/k} a-ndi-m-won-a.*
 CL1.dog POSS CL1-child he/she CL1-TAM-OM1-see-FV
 "The dog's child, he/she saw."
 [The pronoun *nae* "he/she" cannot refer to *ndyoko* "child".]

These considerations about the nature of Binding Principle C bring us back to non-canonical passives in Shimakonde. In general, there may be a situation in Shimakonde where a referential expression in pre-verbal position of a non-canonical passive has a pronoun as its referent that is lower in the structure. Had the referring expression been raised to that position by means of an \bar{A} -movement from a position where the referential expression does not c-command the pronoun, there would be a violation of Binding Principle C, which clearly does not occur, as the (21) examples show:

(21a) *Ng'avanga wa va-dyoko; va-ndi-m-won-a na vanao_{i/k}.*
 CL1.dog POSS CL2-child CL2-TAM-OM1-see-FV by he.PL/she.PL
 "The children's dog was seen by them."
 [The pronoun *vanao* "he.PL/she.PL" can refer to *vadyoko* "children".]

(21b) *Ing'ande ya nang'olo; va-ndi-dang-a namu nae_{i/k}.*
 CL9.house POSS elderly CL2-TAM-build-FV by he/she
 "The elderly man's house was built by him/her."
 [The pronoun *nae* "he/she" can refer to *nang'olo* "elderly".]

The test of apparent violation of Binding Principle C, therefore, shows additional evidence in favor of our hypothesis, according to which the DP in pre-verbal position behaves like the other initial DPs in subject position in the canonical active and passive voices. In these structures, the initial DP is in A-position. In short, the Binding Principle C test shows strong evidence that the DP in initial position in non-canonical passives is in an argument position.

4.3 Ability to be controlled by PRO

It is generally assumed that PRO is a pronominal DP without phonological content. This pronoun functions as a grammatical subject in non-finite clauses. PRO differs from *pro*, which is a pronominal DP without phonological content used in finite clauses, being able to be subject in pro-drop languages such as Portuguese, Spanish, Italian, among others. In an embedded clause, PRO can be bound to the subject or object of the main clause (CHOMSKY, 1981; HAEGEMAN, 1994; MARTIN, 2001; LEGATE, 2014).

(22a) Kerry_i attempted PRO_i to study physics.

(22b) Kerry persuaded Sarah_j PRO_j to study physics.

Pronouns, including *pro* in ellipses, exhibit ambiguity between strict reading and sloppy reading, relative to their ability of reference or binding, respectively. PRO, on the other hand, in control situation, does not allow strict reading, as it cannot be in a reference situation. Compare the examples in (23) (LEGATE, 2014):

(23a) Mary promised that she would behave, and the teacher did too.

Sloppy reading: The teacher promised that Mary would behave.

Strict reading: The teacher promised that he would behave.

(23b) Mary promised to PRO behave, and the teacher did too.

**Sloppy reading:* The teacher promised that Mary would behave.

Strict reading: The teacher promised that he would behave.

(24) shows that in Shimakonde relative clauses with a pronoun such as in (23a), the strict reading is possible. A pronoun can be co-referenced in this type of construction:

- (24) *Nshikola* *a-ndi-kulupidy-a* [*doni* *nae*
 CL1-student CL1-TAM-promise-FV that he/she
a-ka-ndi-kol-a *ma-dengo]* *na mw-alimu yadao.*
 CL1-COND-TAM-do-FV CL6-work and CL1-teacher too
 “The student promised he would work, and the teacher would too.”

Strict reading: The teacher promised the student would work.

Sloppy reading: The teacher promised the teacher would work.

The following data from Shimakonde, in active voice (25a) and in canonical passive voice (25b), show, as expected, that in a context similar to (24), in which we replaced the pronoun with PRO, the strict reading is not possible:

- (25a) *Nshikola* *a-ndi-kulupidy-a* [*PRO ku-kola*
 CL1-student CL1-TAM-promise-FV CL15-do
madengo] na *mwalimu* *yadao.*
 CL6-work and CL1-teacher too
 “The student promised to work, and the teacher did too.”

***Strict reading:** The teacher promised that the student would work.

Sloppy reading: The teacher promised that the teacher would work.

- (25b) *Maria* *a-ndi-lot-el-a* [*PRO ku-pim-igw-a*
 Maria CL1-TAM-want-APPL-FV CL15-treat-PASS-FV
namu talatolu] na *João* *yadao.*
 by CL1-doctor and João too.
 “Maria wanted to be treated by the doctor, and João wanted too.”

***Strict reading:** João wanted Maria to be treated by the doctor.

Sloppy reading: João wanted João to be treated by the doctor.

The data in (25) show that strict reading is not possible. In fact, these data do not cause any controversy, as infinitive clauses are always marked with the prefix of the noun class 15. Unlike Portuguese, for instance, in which infinitive forms with inflections according to each person are possible, the occurrence of an agreement prefix concomitantly with the infinitive prefix in Shimakonde is not possible. Since the prefix {*va-*} occupies the same slot as the agreement prefixes, it cannot co-occur with the infinitive morpheme. Thus, clauses embedded with the passive in {-*va*} can raise doubts as to whether PRO or *pro* actually occurs. However, as in (26), the ungrammaticality of strict reading clearly shows that it is a PRO and, therefore, a control context.

- (26) *Maria* *a-ndi-lot-el-a* [*PRO va-m-pim-e*

Maria CL1-TAM-want-APP-FV CL2-OM1-treat-FV
namu talatolu], na João yadao.
 by CL1-doctor and João too.
 “Maria wanted to be treated by the doctor, and João too.”

**Strict reading:* João wanted Maria to be treated by the doctor.

Sloppy reading: João wanted João to be treated by the doctor.

The data in (26) clearly points to two facts. Firstly, it supports the hypothesis that the morpheme {*va-*} is not functioning as agreement, but rather working as a passive voice marker. Secondly, the impossibility of having a strict reading shows that indeed we have PRO in the construction and not *pro*. The fact that PRO only occupies the subject position in embedded infinitive clauses serve as additional evidence in favor of our hypothesis, according to which the initial DP in non-canonical passive constructions is actually in subject position.

4.4 Subject and object relativization

Note that object relativization as in the example (27a) triggers the connexive of the same noun class in the pre-initial slot of the verb's inflectional field. On the other hand, subject relativization does not trigger any agreement in that pre-initial position as in (27b) (cf. LEACH, 2011). If one constructs the non-canonical passive as a subject relative, the construction will sound very marginal.

(27a) *Maria a-ndi-lot-a shi-longo*
 Maria CL1-PERF-want-FV CL7-pot
sha-va-tumbw-ile va-dyoko.
 REL.O7-CL2-break-PERF CL2-boys
 “Maria wanted the pot that the boys broke.”

(27b) *Maria a-ndi-lot-a shi-longo*
 Maria CL1-PERF-want-FV CL7-pot
shi-tumbul-igw-e na va-dyoko.
 CL7-break-PASS-PERF by CL2-boys
 “Maria wanted the pot that was broken by the boys.”

(27c) ?*Maria a-ndi-lot-a shi-longo*
 Maria CL1-PERF-want-FV CL7-pot
va-tumbuw-ile na va-dyoko.
 CL2-break-PERF by CL2-boys
 “Maria wanted the pot that was broken by the boys.”

Yet, there are examples of the non-canonical passive in which the left-dislocated noun triggers object relativization such as (28c), which suggests that this noun works as an object in this diagnostic.

(28a) *Maria a-ndi-m-won-a n-dyoko*
 Maria CL1-PERF-see-FV CL1-boy
a-n-duweng-e nang'olo.

CL1-OM1-deceive-PERF CL1-elderly man
 “Maria saw the boy that deceived the elderly man.”

(28b) *Maria* *a-ndi-m-won-a* *nang’olo*
 Maria CL1-PERF-see-FV CL1.elderly man
a-duweng-igw-e *n-dyoko.*
 CL1-deceive-PASS-PERF CL1-boy
 “Maria saw the elderly man who was deceived the boy.”

(28c) *Maria* *a-ndi-m-won-a* *nang’olo*
 Maria CL1-PERF-see-FV CL1.elderly man
wa *va-n-duweng-e* *na* *n-dyoiko.*
 REL.O1 REL.CL2-OM1-deceive-PERF by CL1-boy
 “Maria saw the elderly man who was deceived by the boy.”

4.5 Summing up the data

The diagnoses from the previous sections demonstrated that non-canonical passive constructions do not behave as object topicalizations, since, in most of the tests, this type of construction shows typical characteristics of promotional passives. The results of the tests employed are summarized in the table 1.

Table 1: Summary of the diagnostics tests employed to attest the status of the morpheme {va-}

LEFT DISLOCATED NOUN IN NON-CANONICAL PASSIVES		
Diagnostics	Subject	Object
Reflexivization	√	
Binding Principle C violation effects	√	
PRO/pro	√	
Relativization		√

Source: Authors

The empirical evidence presented here makes it possible to answer the questions raised at the end of the section 2. The prefix {va-} is indeed equivalent to the passive voice morpheme and the initial DP is in argument position in non-canonical passive constructions.

5. Final remarks

This paper described non-canonical passive constructions in Shimakonde, a construction marked by noun class 2 prefix, namely {va-} (typically used for the third person plural subject agreement), not referring to any DP in the sentence. Thus, the study proposed that {va-} is a morphological coding of passive voice. In order to validate this

hypothesis, several diagnoses attested to the grammatical condition of the argument in pre-verbal position.

The tests indicated that this argument, even establishing agreement with the morpheme that typically expresses object agreement in active voice, behaves syntactically as subject. Thus, it was attested that the prefix {**va-**}, in addition to not establishing agreement with any DP in the structure, also cannot be used in an expletive function, since the argument in pre-verbal position already satisfies EPP, which corroborates the analysis of this prefix as a morphological instance of passive voice. Additionally, it is important to emphasize that further studies are necessary to explore the origin paths of this construction as an instance of grammaticalization.

References

- BOSTOEN, K.; MUNDEKE, L. Passiveness and inversion in Mbuun (Bantu B87, Drc). **Studies in Language**, v. 35, n. 1, p.72-111, 2011.
- BROADWELL, G. A.; DUNCAN L. A new passive in Kaqchikel. **Linguistic Discovery**, v. 1, n. 2, p. 26-43, 2002.
- CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.
- DOWNING, L. J. Opacity is a matter of representation: Shimakonde vowel harmony and vowel reduction. In: WEIRICH, M.; JANNEDY, S. (Ed.). **Papers from the Linguistics Laboratory**. (ZAS Papers in Linguistics 52), 2010. p. 159-191.
- ETTLINGER, M. **Input-Driven Opacity**. University of California, Berkeley. PhD dissertation, 2008.
- GIVÓN, T. **On Understanding Grammar**. New York: Academic Press, 1979.
- GIVÓN, T.; KAWASHA, B. Indiscrete grammatical relations: The Lunda passive. In: TSUNODA, T.; KAGEYAMA, T. (Ed.). **Voice and grammatical relations: In honor of Masayoshi Shibatani**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2006. p. 15-41.
- HAEGEMAN, L. **Introduction to Government and Binding Theory**. 2nd edition. Oxford: Blackwell, 1994.
- KRAAL, P. J. **A grammar of Makonde (Chinnima, Tanzania)**. PhD dissertation, Leiden: Leiden University, 2005. 459 p.
- KULA, N. C.; MARTEN, L. Argument structure and agency in Bemba passives. In: LEGÈRE, K.; THORNELL, C. (Ed.). **Bantu Languages: Analyses, Description and Theory**. Cologne: Rüdiger Köppe, 2010. p. 115-130.
- LEACH, M. B. **Things Hold Together: Foundations for a systemic treatment of verbal and nominal tone in Plateau Shimakonde**. 2010. 435p. Doctoral dissertation. Leiden: Universiteit Leiden, 2010.
- LEGATE, J. A. **Voice and v: Lessons from Acehnese**. Cambridge: MIT Press, 2014.
- LIPHOLA, M. M. **Tom, Entonação e Acento de Intensidade na Língua Sí-Mákonde: Bases para um Estudo Morfotológico**. 1991. M. A. Thesis - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- LIPHOLA, M. **Aspects of phonology and morphology of Shimakonde**. 2001, PhD Dissertation - Ohio State University, Ohio, 2001.
- MANUS, S. **Morphologie et tonologie du símákòndè**. Institut National des Langues et Civilisations Orientales Département Afrique, PhD dissertation. Paris, 2003.
- MANUS, S. The prosody of Símakonde relative clauses. **ZAS papers in Linguistics**. v.53, 2010. p. 159-186.
- MARTIN, R. Null Case and the Distribution of PRO. **Linguistic Inquiry**, v. 32, n. 1, p. 141-166, 2001.

- MITETELA, R. C. R. J. **As variações alomórficas do prefixo da classe 7 em shimakonde**. 2004. TCC (Licenciatura). Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2004.
- MPIUKA, D. LIPHOLA, M. **Pequeno Dicionário Makonde-Português Português-Makonde**. Maputo: Associação Progresso, 2013.
- NGUNGA, A., DUARTE, F. & CAMARGOS, Q. Differential object marking in Mozambican languages. In. Doris L. PAYNE, D. L., PACHIAROTTI, S. & BOSIRE, M. (Eds.). **Diversity in African languages**, Berlin: Language Science Press: 2016, p.333-354.
- PATIN, C.; & RIALLAND, A. On the nature of rules sensitive to syntax: the case of Makonde tonology. KAWAGUCHI, Y.; FÓNAGY, I.; MORIGUCHI, T. (Ed.). **Prosody and Syntax: Cross-Linguistics Perspectives**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2006. p. 285-302.
- VAN DER WAL, J. A note on the (non-existing) passive in Matengo. **Linguistique et Langues africaines**, v. 1, p. 81-98, 2015.

Abbreviations

APPL	Applicative
CAUS	Causative
COND	Conditional
CL1	Noun class 1
CL2	Noun class 2
CL3	Noun class 3
CL4	Noun class 4
CL5	Noun class 5
CL6	Noun class 6
CL7	Noun class 7
CL8	Noun class 8
CL9	Noun class 9
CL15	Noun class 15
CL18	Noun class 18
FV	Final vowel
OM1	Object marking class 1
OM2	Object marking class 2
PASS	Passive
PERF	Perfective
PL	Plural
PLUR	Plurational
POSS	Possessive
REL.CL2	Relative pronoun class 2
REL.O1	Relative object pronoun class 1
REL.O7	Relative object pronoun class 7
ROM1	Object reflexive marker class 1
TAM	Tense-aspect-mode

O vocalismo na variedade linguística de Santo Antão: uma análise contrastiva com a variedade de Santiago

Maria do Céu dos Santos Baptista
Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

1. Introdução

Neste artigo, cuja análise é parte integrante da dissertação de mestrado de Baptista (2013), será abordado o vocalismo na variedade linguística do cabo-verdiano falada na ilha de Santo Antão, (SA, doravante) tendo como objetivo descrever a sua distribuição em relação ao acento fónico e, em seguida, se propõe apresentar algumas divergências vocálicas em relação a variedade linguística da ilha de Santiago.

Relativamente à situação linguística atual, a população de Santo Antão, à semelhança das outras ilhas, convive com as duas línguas, o crioulo, a língua materna das populações, e o português, língua do ensino e dos meios de comunicação social. Por ser uma ilha fechada sobre si mesma, pela robustez do seu relevo, com uma elevada diversidade morfológica, no passado, revelou-se difícil a comunicação mesmo entre as populações dos vales. A ilha viveu muitos séculos com escassos contactos com o exterior, forçando assim, uma variedade dialetal *sui generis* no contexto das outras ilhas.

A variedade linguística do cabo-verdiano falado na ilha de Santo Antão (SA), assim como outras variedades de Barlavento, têm estimulado o interesse de estudiosos nacionais e estrangeiros como Costa e Duarte 1886 (reimpressão 1967), Barros 1887, Teixeira 1898, Parsons 1923, Lopes da Silva 1957 (reimpressão 1984), Almada 1961, Carvalho 1962, Nunes 1963, Veiga 1982 e 1998, Souza 2007 e Delgado 2008. Apesar desses estudos, a variedade de SA continua mal conhecida e documentada, carecendo de análises profundas baseadas em quadros teóricos contemporâneos e extensos trabalhos de campo.

2. O Vocalismo no CVSA

O sistema vocálico dessa variedade linguística apresenta uma distribuição vocálica em relação ao acento fónico. Na posição tónica, a variedade linguística do cabo-verdiano falada em Santo Antão apresenta um total de 16 fonemas vocálicos, sendo 8 orais e 8 nasais. Na posição átona o inventário reduz-se a 10 fonemas, sendo 5 orais e 5 nasais.

2.1 Vogais orais tônicas

Quadro 1: Vogais orais tônicas do crioulo de Santo Antão

	Anteriores			Centrais			Posteriores		
Fechadas	/i/	<i>	merid				/u/	<u>	fruja
Médias	/e/	<e>	sed	/ɐ/	<a>	kria	/o/	<o>	koza
Abertas	/ɛ/	<é>	kebésa	/a/	<á>	káza	/ɔ/	<ó>	órta

Fonte: Elaboração própria

2.1.1 Vogais orais tónicas fechadas /i, u/

	SA	AFI	Tradução
/i/	<i>Merid</i>	[me.'rid]	s. 'marido'
	<i>Fi</i>	['fi]	s. 'filho'
	<i>Kzinha</i>	['kzi.jɐ]	'um pouco'
	<i>pidrinha</i>	[pi.'dri.jɐ]	s. 'pedrinha'
/u/	<i>Txuova</i>	['tʃu.vɐ]	s. 'chuva'
	<i>Fruja</i>	['fru.zɐ]	s. 'ferrugem'
	<i>modura</i>	[mo.'du.rɐ]	adj. 'madura'

2.1.2 Vogais orais tónicas médias /e, ɐ, o/

	SA	AFI	tradução
/e/	<i>sed</i>	['sed]	s. 'sede'
	<i>kebes</i>	[ke.'bes]	s. 'cabeço'
	<i>seker</i>	[se.'ker]	s. 'sequeiro'
/ɐ/	<i>kria</i>	['krjɐ]	s. 'cria, filho, rebento'
	<i>petferiâ</i>	[pet.fe.rjɐ]	s. 'patiféria'
/o/	<i>koza</i>	['ko.zɐ]	s. 'coisa'
	<i>port</i>	['port]	s. 'porto'
	<i>pot</i>	['pot]	s. 'pote'

2.1.3 Vogais orais tónicas abertas /ɛ, a, ɔ/

	SA	AFI	tradução
/ɛ/	<i>néta</i>	['nɛ.tɐ]	s. 'neta'
	<i>pikeréta</i>	[pi.ke.'rɛ.tɐ]	s. 'picareta'
	<i>véla</i>	['vɛ.lɐ]	s. 'vela'
/a/	<i>káza</i>	['ka.zɐ]	s. 'casa'
	<i>kána</i>	['ka.nɐ]	s. 'cana'
	<i>inxáda</i>	[ĩ.'ʃa.dɐ]	s. 'enxada'
/ɔ/	<i>gót</i>	['gɔt]	s. 'gato'
	<i>xkóla</i>	[ʃkɔ.lɐ]	s. 'escola'
	<i>pórta</i>	['pɔr.tɐ]	s. 'porta'

2.2 Vogais orais átonas

Quadro 2: Vogais orais átonas do crioulo de Santo Antão

	Anteriores			Centrais			Posteriores		
Fechadas	/i/	<i>	idéd				/u/	<u>	gubern
Médias	/e/	<e>	kebésa	/ɐ/	<a>	kóva	/o/	<o>	opoi

Fonte: Elaboração própria

2.2.1 Vogais orais átonas fechadas /i, u/

	SA	AFI	tradução
/i/	<i>vivê</i>	[vi.'ve]	v. 'viver'
	<i>idéd</i>	[i.'dɛd]	s. 'idade'
	<i>krikultura</i>	[kri.kul.'tu.rɐ]	s. 'agricultura'
/u/	<i>gubern</i>	[gu.'vern]	s. 'governo'
	<i>lutá</i>	[lu.'ta]	v. 'lutar'
	<i>idukoson</i>	[i.du.ko.'sõ]	s. 'educação'

As vogais átonas fechadas /i, u/ ocorrem, na sua maioria, na posição pré-tónica, sendo que na posição pós-tónica só há registos, por exemplo, de /i/ seguido da consoante líquida /l/ (ex: *tfisil* ['tʃi.sil] adj. 'difícil', *fásil* ['fa.sil] adj. 'fácil').

Souza (2007, p. 152) realça a existência das vogais átonas altas [i] e [u], no final absoluto dos vocábulos em Sotavento (onde, de facto, são as realizações normais dos arquifonemas vocálicos anterior e posterior, como nos exemplos *póbri*, *lébi*, *piládu*, *fátu*, entre outros), enquanto que em Barlavento encontramos, nessa posição, segundo a autora, em palavras etimologicamente idênticas (cf. crioulo de SA *pobr*, *lev*, *plód*, *fót*) um zero fonético, um schwa ou um "e mudo" (!).

Também no nosso corpus não há registo das vogais fechadas [i] e [u] no final absoluto das palavras, devido ao fenómeno comum, na variedade de SA, da ausência de vogais átonas finais anteriores e posteriores onde se encontram, em palavras etimologicamente idênticas, no português e nas variedades de Sotavento.

2.2.2 Vogais orais átonas médias /e, ɐ, o/

	SA	AFI	Tradução
/e/	<i>kebes</i>	[ke.'bes]	s. 'cabeço'
	<i>seker</i>	[se.'ker]	s. 'sequeiro'

/ɐ/	<i>batáta</i>	[bɐ.'ta.tɐ]	s. 'batata'
	<i>zona</i>	['zo.nɐ]	s. 'zona'
	<i>kábra</i>	['ka.brɐ]	s. 'cabra'
/o/	<i>troboi</i>	[tro.'boj]	s. 'trabalho'
	<i>opoi</i>	[o.'poj]	s. 'apoio'
	<i>bokód</i>	[bo.'kɔd]	s. 'bocado'

De acordo com os dados analisados, não há registos de vogais abertas na posição átona. Nesta posição verifica-se pois, na variedade de SA, um processo de redução do inventário dos fonemas vocálicos. No final absoluto dos vocábulos regista-se, nas sílabas átonas, apenas a ocorrência da vogal média /ɐ/ (ex: *ága* ['a.gɐ] s. 'água', *laváda* [lɐ.'va.dɐ] s. 'lavada').

2.3 Vogais nasais tónicas

A questão das vogais nasais no cabo-verdiano tem despoletado várias opiniões. (Cf., por exemplo, VEIGA, 1982, p. 61), segundo o qual, no cabo-verdiano, não haveria fonemas vocálicos nasais, ou Carvalho (1962, p. 45), segundo o qual a sua existência tem de se admitir nas variedades de Barlavento "mas apenas em final absoluta de palavra". Pelo contrário, a forte nasalidade das vogais a que segue uma consoante nasal homossilábica ou mesmo heterossilábica, seria apenas fonética.

O estudo mostrou que há fonemas vocálicos nasais mesmo no interior das palavras, por exemplo seguidos de grupos consonânticos cujo primeiro elemento, nasal, antecipa, a nível fonético, o ponto de articulação da segunda parte. Encontramos, assim, as sequências fonéticas seguintes:

[Ṽ] + [n] + consoante oclusiva dental: cf. *junt* ['ʒũnt] adv. 'junto', *mund* ['mũnd] s. 'mundo'.

[Ṽ] + [m] + consoante oclusiva bilabial; cf. *tenp* ['tẽmp] s. 'tempo', *lonb* ['lõmb] s. 'lombo'.

[Ṽ] + [ŋ] + consoante oclusiva velar: cf. *brɔnk* ['brõŋk] adj. 'branco', *tranká* [trẽŋ'ka] v. 'trancar'.

Quadro 3: Vogais nasais tónicas do crioulo de Santo Antão

	Anteriores			Centrais			Posteriores		
Fechadas	/ĩ/	<in>	si nk				/ũ /	<un >	ju nt
Médias	/ẽ/	<en>	ke nt	/ẽ/	<an>	txa n	/õ /	<on >	ko np
Abertas	/ɛ/	<én>	dué nsa	/ã/	<án>	plá nta	/õ /	<ón >	kó nta

Fonte: Elaboração própria

2.3.1 Vogais nasais tónicas fechadas /ĩ, ũ/

	SA	AFI	tradução
/ĩ/	<i>segint</i>	[se.'gĩnt]	adj. 'seguinte'
	<i>mirin</i>	[mi.'rĩ]	s. 'meirinho' ⁹
	<i>peknin</i>	[pe.'knĩ]	adj. 'pequenino'
/ũ/	<i>junt</i>	['jũnt]	adv. 'junto'
	<i>mund</i>	['mũnd]	s. 'mundo'

2.3.2 Vogais nasais tónicas médias /ẽ, ẽ, õ/

	SA	AFI	tradução
/ẽ/	<i>kent</i>	['kẽnt]	adj. 'quente'
	<i>bextent</i>	[beʃ.'tẽnt]	adj. 'bastante'
	<i>jent</i>	['ʒẽnt]	s. 'gente'
/ẽ/	<i>mnhan</i>	['mɲẽ]	adv. 'amanhã'
	<i>txan</i>	['tʃẽ]	s. 'chá' ¹⁰
/õ/	<i>monda</i>	['mõn.dɐ]	s. 'monda'
	<i>ponta</i>	['põn.tɐ]	s. 'ponta'
	<i>lonb</i>	['lõmb]	s. 'lombo'

2.3.3 Vogais nasais tónicas abertas /ẽ, ã, õ/

	SA	AFI	tradução
/ẽ/	<i>duénsa</i>	['dwẽ.sɐ]	s. 'doença'
	<i>vivénsa</i>	[vi.'vẽ.sɐ]	s. 'vivência'
	<i>korénta</i>	[ko.'rẽn.tɐ]	num. 'quarenta'
/ã/	<i>plánta</i>	['plãn.tɐ]	s. 'planta'
	<i>mánta</i>	['mãn.tɐ]	s. 'manta'
	<i>kánja</i>	['kã.ʒɐ]	s. 'canja'

⁹ encarregado de um depósito de água, aquele que faz a distribuição da água aos proprietários.

¹⁰ área ou extensão de terreno plano.

/ɔ̃/

kónta

[ˈkõ̃n.tɐ]

s. ‘conta’

2.4 Vogais nasais átonas

Quadro 4: Vogais nasais átonas do crioulo de Santo Antão

	Anteriores			Centrais			Posteriores		
Fechadas	/ĩ/	<in>	<i>inxáda</i>				/ũ /	<un >	<i>kunfiá</i>
Médias	/ẽ/	<en>	<i>prenten</i>	/ẽ̃/	<an>	<i>tranká</i>	/õ /	<on >	<i>konprá</i>

Fonte: Elaboração própria

2.4.1 Vogais nasais átonas fechadas /ĩ, ũ/

	SA	AFI	tradução
/ĩ/	<i>interior</i>	[ĩn.te.'rjor]	adj. ‘interior’
	<i>inbarká</i>	[ĩm.bər.'ka]	v. ‘embarcar’
	<i>ingrevidá</i>	[ĩŋ.gre.vi.'da]	v. ‘engravidar’
/ũ/	<i>kunpará</i>	[kũm.pɐ.'ra]	v. ‘comparar’
	<i>kunprimentá</i>	[kũm.pri.mẽn.'ta]	v. ‘cumprimentar’

2.4.2 Vogais nasais átonas médias /ẽ, ẽ̃, õ/

	SA	AFI	tradução
/ẽ/	<i>vendê</i>	[vẽn.'de]	v. ‘vender’
	<i>mendióka,</i>	[mẽn.'djo.kɐ]	s. ‘mandioca’
	<i>prenten</i>	[prẽn.'tẽ]	s. ‘milho torrado’
/ẽ̃/	<i>dbangá</i>	[dbẽ̃ŋ.'ga]	v. ‘cair’
	<i>ranká</i>	[Rẽ̃ŋ.'ka]	v. ‘partir’
	<i>tranká</i>	[trẽ̃ŋ.'ka]	v. ‘trancar’
	<i>kondutor</i>	[kõ̃n.du.'tor]	s. ‘condutor’

/õ/	<i>konprá</i>	[kõm.'pra]	v. 'comprar'
	<i>konboiá</i>	[kõm.bo.'ja]	v. 'caminhar com dificuldade'

2.5 Ditongos

2.5.1 Semivogais (glides)

Quadro 5: Semivogais (glides) do crioulo de Santo Antão

labiovelar	/w/	<u>	<i>guáda</i>	[ˈgwa.dɐ]
palatal	/j/	<i>	<i>opoi</i>	[o.'poj]

Fonte: Elaboração própria

Lang (2012: 1.2.1.8.2) afirma que todos os ditongos da variedade de Santiago podem ser interpretados como sequências de dois fonemas vocálicos dos quais cada um ocorre também sem vir acompanhado pelo outro. A sua argumentação vale também para a variedade de AS. Em conformidade com ela, os dois glides [w] e [j] que ocorrem nesta variedade devem ser considerados alofones dos fonemas /u/ e /i/.

2.5.2 Ditongos orais

Das duas vogais que juntas formam um ditongo, a vogal que atinge o ápice de percetibilidade chama-se central, e a outra marginal. Se as duas vogais de um ditongo diferem no grau de abertura, a central costuma ser a mais aberta. A vogal marginal é explosiva, quando precede a central, quer dizer que neste caso a percetibilidade aumenta no decurso da realização da vogal marginal. É o caso dos ditongos que, na tradição dos estudos das línguas românicas, recebem o nome de 'ditongos crescentes'. Pelo contrário, a vogal marginal é implosiva, quando segue a vogal central; neste caso, a percetibilidade diminui no decurso da realização da vogal marginal. É o caso dos ditongos que, nesta tradição, se chamam 'ditongos decrescentes'.

No crioulo de Santo Antão, [w] e [j] podem constituir-se ditongos orais com todo o tipo de vogais que não sejam [u] e [i]. O crioulo de AS possui cerca de 18 ditongos orais e 4 ditongos nasais.

2.5.2.1 Ditongos orais crescentes com [j] explosivo

[ju]: regediu [re.ge.'dju] s. 'regadio', mendiukinha [mẽn.dju.'ki.nɐ] s. 'mandioquinha', ré a ['vju.vɐ] s. 'viuva'

[r]: mljor ['mljɔr] adj. 'melhor'

[jɔ]: mendióka [mẽn.'dʒɔ.kɐ] s. 'mandioca', pedióla [pe.'dʒɔ.lɐ] s. 'padiola', rióla ['rjɔ.lɐ] s. 'riola'

[jɐ]: terdiâ [ter.'dʒɐ] 'antes de ontem', ilia ['i.ljɐ] 'ilha', plepsiâ [ple.'psjɐ] s. 'epilepsia', glentiâ [glẽn.'tjɐ] s. 'garantia', irvilia [ir.'vi.ljɐ] s. 'ervilha'

[as]: xpiá ['ʃpja] v. 'ver', kriá ['krja] v. 'criar'

[r]: diebet [dje.'bet] s. 'diabete'

2.5.2.2 Ditongos orais decrescentes com [j] implosivo

[uj]: kuidá [kuj.'da] v. 'cuidar', muita ['muj.tɐ] 'moita de cana'

[oj]: moitinha [moj.'ti.nɐ] s. 'moitinha', opoi [o.'poj] s. 'apoio', dzoit ['dzojt] num. 'dezoito'

[ɔj]: r ['ɔj] s. 'alho', ré ['bɔj] s. 'baile'

[ej]: mei ['mej] s. 'meio', prei ['prej] loc. Adv. 'por aí', veidéd [vej.'dɛd] s. ' vaidade'

2.5.2.3 Ditongos orais crescentes com /w/ explosivo

[wi]: juiz ['ʒwiz] s. 'juízo'

[we]: kwei ['kwej] s. 'coelho'

[wɛ]: kuéka ['kwɛ.kɐ] s. 'cuéca'

[wa]: kuát ['kwat] num. 'quatro', kuárta ['kwar.tɐ] s. 'quarta'

2.5.2.4 Ditongos orais decrescentes com /w/ implosivo

[iw]: seriu ['se.riw] adj. 'sério', usiliu [u'.si.liw] s. 'auxílio'

[ew]: kretxeu [kre.'tʃew] s. 'namorado'

[ɛw]: ré ['sɛw] s. 'céu', véu ['vɛw] s. 'véu'

[ow]: soud ['sowd] s. 'saúde', pouta ['pow.tɐ] s. 'pauta'

2.5.3 Ditongos nasais

O crioulo de AS apresenta um número reduzido de ditongos nasais:

[ɪ̃r]: okozion [oko.'zjõ] s. 'ocasião', opnion [o.'pnjõ] s. 'opinião'

[jɛ̃]: pesiensa [pe.'sjɛ̃.sɐ] s. 'paciência', konxsient [kõf.'sjɛ̃nt] adj. 'consciente'

[wɛ̃]: duent ['dwɛ̃nt] adj. 'doente', inkuent [in.'kwɛ̃nt] conj. 'enquanto'

[wɛ̃]: duénsa ['dwɛ̃.sɐ] s. 'doença'

De acordo com os exemplos, constata-se que os ditongos nasais do crioulo de AS são sempre crescentes e ocorrem maioritariamente nas sílabas ré a n.

2.6 Pares mínimos

A análise dos dados do crioulo de AS permite identificar pares mínimos que contrastam palavras, variando apenas num fonema; e, neste fonema, apenas numa característica. Vejamos os exemplos que se seguem:

2.6.1 Pares mínimos formados a partir dos tipos de ré a no ia (oral/nasal)

i/ĩ: fi ['fi] s. 'filho' / fin ['fi] s. 'fim'

e/ê: let ['let] s. 'leite' / lent ['lɛ̃nt] s. 'lente', ket ['ket] adj. 'quieto' / ré ['kɛ̃nt] adj. 'quente'

ɛ/ê: kabá [kɛ.'ba] v. 'acabar' / kanbá [kɛ̃m.'ba] v. 'esconder', katá [kɛ.'ta] v. 'acatar' / kantá [kɛ̃n.'ta] v. 'cantar'

o/ô: po ['po] s. 'poeira' / pon ['põ] s. 'pão', brok ['brok] adj. 'surdo' / bronk ['brõŋk] adj. 'branco'

2.6.2 Pares mínimos formados a partir dos graus de abertura das vogais

Fechadas/ médias:

i/e: linha ['li.nɐ] s. 'linha' / lenha ['le.nɐ] s. 'lenha'

u/o: muda ['as.dɐ] adj. 'muda' / moda ['mo.dɐ] s. 'moda'

Abertas/ médias:

ɛ/e: séd ['sɛd] s. 'sede' (prédio ou lugar em que funciona um órgão jurisdicional) / sed ['sed] s. 'sede' (vontade de beber)

a/ɛ: kriá ['krja] v. 'criar' / kria ['krjɐ] v. 'querer (anterior)'

ɔ/o: frók ['frɔk] adj. 'fraco' / frok ['frok] s. 'casaco', sók ['sɔk] s. 'saco' / sok ['sok] s. 'soco' (pancada forte desferida com a mão fechada), ré ['gɔl] s. 'galo' / gol ['gol] s. 'golo', ré

[ˈnɔv] num. ‘nove’ / ré [ˈnov] adj. ‘novo’, r [ˈɔj] s. ‘alho’ / oi [ˈɔj] s. ‘olho’, ré [ˈbɔj] s. ‘baile’ / boi [ˈboj] s. ‘boi’, pós [ˈpɔs] s. ‘pássaro’ / pos [ˈpos] s. ‘poço’

Lang 2012 nota, em relação à variedade de Santiago, que o contraste entre verbo/substantivo e adjetivo é acompanhado, frequentemente, naquela variedade, de um contraste médio/aberto na vogal tónica, como ocorre nos exemplos *S kareka* v. ‘ficar careca’ / *karéka* s./adj. ‘careca’, *sela* v. ‘selar’ / *ré* s. ‘sela’, *foga* v. ‘afogar-se’ / *fóga* s. ‘afogamento’, *nota* v. ‘anotar’ / *ré* s. ‘nota’, *parti* v. ‘quebrar’ / *ré a* s. ‘parte’, *sabe* [ˈsɛ.bi] v. ‘saber’ / *sábi* adj. ‘agradável’. Este emprego gramatical das oposições médio/aberto constitui um dos traços estruturais mais marcantes da variedade de Santiago.

A situação no crioulo de AS é outra. Em pares verbo/substantivo que terminam em vogal central é o lugar do acento *ré a* que funciona como principal traço diferenciador: os verbos são sempre ‘óxítonos’ (palavras agudas) e os substantivos costumam ser ‘paroxítonos’ (palavras graves). Como estes verbos terminam sempre em [a] tónico aberto, esta diferença é acompanhada dum oposição aberto/médio na última vogal. E pode ainda acompanhar-se dum oposição médio/aberto na penúltima vogal, como ocorre nos exemplos que se seguem:

kazá [kɛ.ˈza] v. ‘casar’ / káza [ˈka.zɛ] s. ‘casa’

ková [ko.ˈva] v. ‘covar’ / kóva [ˈkɔ.vɛ] s. ‘cova’, kordá [kor.ˈda] v. ‘acordar’ / kórda [kɔr.ˈdɛ] s. ‘corda’

selá [se.ˈla] v. ‘selar’ / ré [ˈsɛ.lɛ] s. ‘sela’

2.6.3 Pares mínimos formados a partir das zonas de articulação

Anteriores/posteriores:

i/u: lim [ˈlim] s. ‘limo’ / lum [ˈlum] s. ‘lume’

e/o: pext [ˈpeʃt] s. ‘peste’ / poxt [ˈpoʃt] s. ‘posto’

ɛ/ɔ: téxta [ˈtɛʃ.tɛ] s. ‘testa’ / tóxta [ˈtɔʃ.tɛ] s. ‘tosta’

Anteriores/centrais:

e/v: pegá [pe.ˈga] v. ‘pegar’ / pagá [pɛ.ˈga] v. ‘pagar’, levá [le.ˈva] v. ‘levar’ / lavá [lɛ.ˈva] v. ‘lavar’

ɛ/a: ré [ˈsɛ.lɛ] s. ‘sela’ / ré [ˈas.lɛ] s. ‘sala’, ré [ˈvɛ.lɛ] s. ‘vela’ / ré [ˈva.lɛ] s. ‘buraco’

Centrais/posteriores:

ɛ/o: kalá [kɛ.ˈla] v. ‘calar’ / kolá [ko.ˈla] v. ‘colar’

a/ɔ: ré [ˈas.lɛ] s. ‘sala’ / ré [ˈsɔ.lɛ] s. ‘sola’ (correspondente à planta do pé)

2.7 Harmonia vocálica

É interessante observar que, na variedade crioula de AS, existe o fenómeno chamado ‘harmonia vocálica’. Fala-se de harmonia vocálica, quando, numa língua, algumas vogais concordam quanto a determinado(s) traço(s), com vogais adjacentes. O acordo pode verificar-se em relação ao grau de abertura das vogais implicadas, ao seu lugar de articulação, ao seu carácter arredondado ou não arredondado etc., ou pode ainda verificar-se em relação a alguma combinação de tais traços.

Comparando com o português e outras variedades do crioulo cabo-verdiano, constata-se que a harmonia vocálica do crioulo de AS diz respeito ao lugar de articulação e ao grau de abertura das vogais implicadas e resulta historicamente de uma assimilação –

por vezes apenas parcial – de vogais pretónicas a estas características da vogal tónica da mesma palavra. Vejam-se os exemplos seguintes:

pidrinha [r.'dri.nɐ] s. 'pedrinha'
kebes [ke.'bes] s. 'cabeço'
trobói [tro.'bɔj] s. 'trabalho'
idukoson [i.du.ko.'sõ] s. 'educação'
kotxupa [ko'tʃupɐ] s. 'cachupa'¹¹
pikeréta [r.ke.'rɛ.tɐ] s. 'picareta'
gurdura [gur.'du.rɐ] s. 'gordura'
enel [e.'nel] s. 'anel'

A harmonia vocálica do crioulo de Santo Antão requer um estudo pormenorizado que não podemos empreender aqui.

3 - Análise contrastiva do vocalismo na variedade linguística de Santo Antão com a variedade de Santiago

A variedade linguística de AS, à semelhança da variedade de Santiago, ST, possui 16 fonemas vocálicos sendo 8 orais e 8 nasais como já foi demonstrado por Quint (2010) e Lang (2012). Porém a diferença reside na distribuição desses fonemas nas palavras.

Quando a palavra na variedade de ST termina em [u] átona observa-se em AS, em alguns casos a ausência desse [u] final.

EX:

ST	AS
[u]	∅
<i>makaku</i>	<i>mokók</i>
<i>kabélu</i>	<i>kebel</i>
<i>dinheru</i>	<i>dnher</i>
<i>mininu</i>	<i>mnin</i>
<i>bokadu</i>	<i>bokód</i>
<i>beku</i>	<i>bek</i>

Regista-se a mesma situação quando a palavra, na variedade de ST, termina em [i] átona, observa-se em Santo Antão, em alguns casos, a ausência desse [i] final.

Vejamos:

ST	AS
<i>kenti</i>	<i>Kent</i>
<i>peli</i>	<i>Pel</i>
<i>posti</i>	<i>Post</i>
<i>bindi</i>	<i>Bind</i>
<i>denti</i>	<i>dent</i>

¹¹ prato nacional de Cabo Verde

Com base nos dados acima expostos, podemos afirmar que, ao contrário de Santiago, em AS não há registo de vogais átonas fechadas /i, u/ na posição pós-tónica, exceto os casos em que a vogal /i/ é travada por uma consoante líquida /l/.

Existem outras situações, na variedade de ST, em que algumas palavras, com a vogal [ɐ] na sílaba pretónica, por causa do ré a no da harmonia vocálica anteriormente apresentado, ocorrem, na variedade de Santo Antão, com a vogal [e] ou com [o].

Exemplos:

ST	AS
[a]	[e]
<i>kabelu</i>	<i>kebel</i>
<i>papel</i>	<i>pepel</i>
<i>kanéta</i>	<i>kenéta</i>
<i>panéla</i>	<i>penéla</i>

Quando a palavra, na variedade de Santiago, termina em [u] e a sílaba tónica realiza-se com [a], em Santo Antão é realizada com [ɔ].

Exemplos:

ST	AS
[a]	[ɔ]
<i>gálu</i>	<i>Gól</i>
<i>makáku</i>	<i>Mokók</i>
<i>piánu</i>	<i>Pión</i>
<i>kabálu</i>	<i>Kovól</i>
<i>rábu</i>	<i>Rób</i>

Existem algumas divergências em relação ao grau de abertura de algumas vogais, quando, na variedade de Santiago, as palavras terminam em [i], a sílaba tónica realiza-se com [ɛ], em Santo Antão realiza-se com a vogal [e]

ST	AS
[ɛ]	[e]
<i>péli</i>	<i>pel</i>
<i>lébi</i>	<i>lev</i>

Existem outros casos em que, na variedade de ST, a palavra termina em [i] e a sílaba tónica realiza-se com [ɔ] e, em AS, a última vogal cai e a sílaba tónica realiza-se com [o]

Ex:

ST	AS
[ɔ]	[o]
<i>fómi</i>	<i>fom</i>
<i>póti</i>	<i>pot</i>
<i>póbri</i>	<i>pobr</i>
<i>pódri</i>	<i>podr</i>

Um outro fenômeno que podemos constatar, da análise contrastiva dessas duas variedades, é a queda de vogais na posição ré a na variedade linguística de Santo Antão, quer ré-tónica quer pós-tónica.

Quadro 6: variedade linguística de Santo

ST	AS	PT
<i>mininu</i>	<i>mnin</i>	s. 'menino'
<i>kudi</i>	<i>Kdi</i>	v. 'responder'
<i>pikinoti</i>	<i>peknin</i>	adj. 'pequeno'
<i>pilorinhu</i>	<i>plurin</i>	S. 'pelourinho'
<i>bunitu</i>	<i>bnit</i>	Adj. 'bonito'

Fonte: Dados da pesquisa

2.8 Considerações finais

Através dos dados apresentados, é possível verificar que, no crioulo de SA, as vogais tónicas formam um quadro composto de 16 vogais (8 orais e 8 nasais), a maior parte delas podendo ocorrer em sílaba inicial, média e final. As palavras polissilábicas oxítonas são mesmo muito frequentes devido ao facto de as formas de base de todos os verbos serem formas oxítonas.

Saindo da posição tónica, o quadro das vogais sofre uma redução, dado que as vogais abertas não ocorrem na posição átona. Isto vale tanto para as vogais orais como para as nasais. As vogais átonas fechadas /i, u/ ocorrem, na sua maioria, na posição pretónica. Nas sílabas finais átonas, regista-se como vogal, em posição final absoluta, apenas a vogal média /e/.

No crioulo de SA, regista-se o fenómeno chamado de harmonia vocálica, pois, algumas vogais pré-tónicas assimilam traços das vogais tónicas. Percebe-se algumas divergências vocálicas em relação a variedade linguística de Santiago, na distribuição dos fonemas nas palavras na variedade de Santo Antão: quando as palavras, na variedade de ST, terminam em [u] e [i] átonas observa-se em SA, em alguns casos a ausência dessas vogais finais.

Referências

- ALUPEC, **Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano**: - Grupo para a Padronização do Alfabeto. Proposta de bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano, Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2006.
- Decreto-Lei nº 8/2009 (oficialização do ALUPEC), **Boletim Oficial**, I Série, Número 11, Segunda-feira, 16 de Março de 2009.
- ALMADA, M. D. de O. **Cabo Verde. Contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago**, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
- BAPTISTA, M. **The syntax of Cape Verdean creole: the Sotavento varieties**. Philadelphia: Benjamins, 2002.
- BAPTISTA, M. Cape Verdean Creole of Brava structure dataset. in: Michaelis, SUSANNE, M.; MAURER, P.; HASPELMATH, M.; HUBER, M. (eds.), **Atlas of Pidgin and Creole Language Structures Online**, Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. 2013.
- BAPTISTA, M. do C. dos S. **Descrição fonológica da variedade linguística de Santo Antão**. Tese de Mestrado, Universidade de Cabo Verde, 2013.

- BARBOSA, J. M. **Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- BARCELLOS, C. J. de S. **Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné. Memória apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa**, Lisboa: Academia Real das Sciencias, Parte I, 1460-1640, Parte II, 1640-1750, Parte III 1750-1833. 1899, 1900, 1905.
- BARCELLOS, C. J. de S. **Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné. Memória apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Vol. I, Parte I & II (reimpressão), Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.
- BARROS, F. Língua creola. Da Guiné Portuguesa e do arquipélago de Cabo Verde. **Revista de Estudos Livres**. Lisboa, p. 152-155, 1987.
- BRITO, A. de P. B. Apontamentos para a gramática do crioulo que se fala na ilha de Santiago de Cabo Verde. Revistos por Adolfo Coelho. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 7º série, n.º 10, 611-669. Reimpresso em: Morais-Barbosa (1967), p. 329-404, 1887.
- CARDOSO, E. A. **O Crioulo da Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde**, Lisboa, Praia: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1989.
- Carreira, A. **Migrações nas ilhas de Cabo Verde**, Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1983.
- CARREIRA, A. (ed.). **Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde**, Lisboa: Instituto Caboverdeano do Livro, 1985.
- CARVALHO, J.G.H. de. Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert. **Boletim de filologia**. v.20, p.3-12, 1961.
- CARVALHO, J. G. H. de. Sincronia e diacronia nos sistemas vocálicos do crioulo caboverdiano. In: Catalán Menéndez-Pidal, Diego (ed.), **Miscelánea homenaje a André Martinet. Estruturalismo e história**, vol. 3, La Laguna, p. 43-67, 1962.
- COELHO, F. A. **Os dialectos românicos ou neolatinos na África, Ásia e America**. Reimpresso em Morais-Barbosa (ed.), p. 1-108, 1880 [1967].
- COSTA, J. V. B. da; DUARTE, C. J. **O crioulo de Cabo Verde**. Breves estudos sobre o crioulo das ilhas de Cabo Verde oferecidos ao Dr. Hugo Schuchardt. Reimpresso em: Morais-Barbosa (ed.), p. 235-328, 1886 [1967].
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 15ª edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.
- ÉVORA, J. S. **Santo Antão no limiar do século XIX: Da tensão social às insurreições populares (1886/1894) - Uma perspectiva histórica**. Praia: Instituto do Arquivo Histórico Nacional, 2005.
- FERRÃO, C. R. N. **Estudos sobre a ilha de Santo Antão**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.
- FERREIRA, J. M. P. **Revolta de 1894 em Santo Antão pela República**, Praia: Editura, 2011.
- FERRO, M.H.F. **Subsídios para a história da ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1462 - 1900)**, Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1998.
- FERRÃO, C.R.N. **Estudos sobre a ilha de Santo Antão**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.
- HCCV, **História Concisa de Cabo Verde**. Resumo da História Geral de Cabo Verde, coordenação e organização: Santos, Maria Emília Madeira; Torrão, Maria Manuel Ferraz; Soares, Maria João, Lisboa, Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2007.
- HGCV I, **História Geral de Cabo Verde**, vol. I, coordenação de Luis de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa - Praia : Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa - Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991.

- HGCV II, **História Geral de Cabo Verde**, vol. II, coordenação de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa – Praia : Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa – Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 1995.
- HGCV III, **História Geral de Cabo Verde**, vol. III, coordenação de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002.
- HGCV, Corpo documental I, **História Geral de Cabo Verde, Corpo documental**, vol. I, directores do projecto: Luis de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa, Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988.
- HOLM, J.; SWOLKIEN, D. A expansão do crioulo cabo-verdiano para São Vicente: Factores sócio-históricos na difusão. in: LANG, J.; HOLM, J.; ROUGÉ, J.-L., SOARES, M. J. (Eds). **Cabo Verde: origens da sua sociedade e do seu crioulo**.Tübingen: Narr, p.199-220, 2006.
- INTUMBO, I. **Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português**. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.
- LANG, J. Breve esboço da gramática do crioulo da Ilha de Santiago (Cabo Verde). *Santa Barbara Portuguese Studies*. v. 5, 228-254, 2001.
- LANG, J. **Les langues des autres dans la créolisation. Théorie et exemplification par le créole d'empreinte wolof à l'île Santiago du Cap Vert**, Tübingen: Narr, 2009.
- LANG, J. A filiação dos pronomes pessoais do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde). **Revista de crioulos de base lexical portuguesa e espanhola (RCBLPE)**, v.3, p.20-35, 2010.
- Lang, J. **Gramática do Crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde)** (em curso de publicação), 2012. <http://www.opus.ub.uni-erlangen.de/opus/volltexte/2012/3544/>.
- Lang, J. "Cape Verdean Creole of Santiago structure dataset", in: Michaelis, SUSANNE, Maria & MAURER, P.; HASPELMATH, M.; HUBER, M. (Eds.), **Atlas of Pidgin and Creole Language Structures Online**, Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. 2013.
- LIMA, J. J. L. de. **Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas ...**, Livro I, Ensaio sobre a estatística das Ilhas de Cabo-Verde. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844.
- Lopes, R. T. **Descrição isocrónica contrastiva das estruturas das variedades do Cabo-Verdiano do Fogo e de Santiago**. tese de mestrado, Universidade de Cabo Verde (UNI-CV), 2013.
- MACEDO, D. P. **A linguistic approach to the Capeverdean language**, Ann Arbor: Univ. Microfilms International, 1979.
- MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. 6.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- MATOS, A. T. Santo Antão de Cabo Verde (1724/1732). Da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações políticas, recursos económicos e estruturas sociais. in: **A dimensão Atlântica da África**, II reunião Internacional de história de África. Rio de Janeiro, p. 187-202, 1996.
- MATOS, A. T. Santo Antão de Cabo Verde: gente, recursos e organização do poder nos séculos XVI e XVII. in: VIEIRA, M. (Ed.), **História das ilhas Atlânticas (Arte, Comércio, Demografia, Literatura)**. Vol. II, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, p. 343-349, 1997.
- MORAIS-BARBOSA, J. (ed.). Estudos linguísticos crioulos: reedição de artigos publicados no **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1967.

- NUNES, M. L. The phonologies of Cape Verdean dialects of Portuguese. **Boletim de Filologia**. Lisboa, v. 21, p.1-56, 1962/63.
- PINA, E. C. de. **Aspectos da Estrutura da Frase e da Negação Frásica em Cabo-verdiano (Variante de Santiago) e em Português Europeu - um estudo sintático comparativo**. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006.
- PRATAS, F. **O Sistema Pronominal do Caboverdiano (variante de Santiago). Questões de Gramática**, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Edições Colibri, 2004.
- QUINT, N. **Dictionnaire cap-verdien - français. Créoles de Santiago et Maio**, Paris: L'Harmattan, 1999.
- QUINT, N. **Grammaire de la langue cap-verdienne: étude descriptive et compréhensive du créole afro-portugais des Îles du Cap-Vert**, Paris: L'Harmattan, 2000a.
- QUINT, N. **Le cap-verdien : origines et devenir d'une langue métisse**. Paris : L'Harmattan, 2000b.
- QUINT, N. "Vowels as a morphological tool in Santiago Creole Portuguese (Cape Verde)", **Journal of African Languages and Linguistics (JALL)** v.22, n°1, 69-80, 2001.
- QUINT, N. Un bref aperçu des racines africaines de la langue capverdienne. in: LANG, J.; HOLM, J.; ROUGÉ, J.-L., SOARES, M. J. (Eds), **Cabo Verde: origens da sua sociedade e do seu crioulo**.Tübingen: Narr, 2006, p. 75-90.
- QUINT, N. **L'élément africain dans la langue capverdienne. Africanismos na língua caboverdiana**. Paris: L'Harmattan, 2008.
- QUINT, N. **Vamos falar caboverdiano, língua e cultura**. Paris: L'Harmattan, 2010.
- RIBEIRO, O. Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde. **Revista da Faculdade de Letras de Lisboa**. v. 21, 2ª série, n° 1, 1995.
- RIO-TORTO, G. M. **Fonética, fonológica e morfologia do português: conteúdos e metodologia**. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- ROCHA, A. **Subsídios para a história da ilha de Santo Antão**. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1990.
- SILVA, B. L. da. **O dialecto crioulo de Cabo Verde**. Fac-simile da 1ª edição de 1957, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- SOUZA, U. R. de. **Fonologia do cabo-verdiano: das variedades insulares à unidade nacional**, dissertação de doutoramento, Universidade de Brasília, 2007.
- TEIXEIRA, C. A. da C. Lusiadas. Trad. em crioulo da ilha de Santo Antão de Cabo Verde, **Revista portuguesa**, n° 9, 1º ano, p. xxx-567. 1888
- TORRÃO, M. M. "Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. O algodão da ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-europeia para uma manufactura africana", **Stvdia** Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, v. 50, 157-176, 1991.
- VASCONCELLOS, J. L. "Dialectos Crioulos Portugueses de África", **Revista Lusitana**, Lisboa, vol.5, n° 1, p. 241-261, 1898.
- VEIGA, M. **Diskrison Strutural di Lingua Kabuverdianu**. Praia: Institutu Kabuverdianu di Livru, 1982.
- VEIGA, M. **O Crioulo de Cabo Verde. Introdução à Gramática**. 2.ed. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, Instituto Nacional da Cultura, 1996.
- VEIGA, M. **Dicionário cabo-verdiano- português**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2011.

O amazighe entre as línguas de Marrocos

Habiba Naciri

Universidade Mohammed V Rabat, Marrocos

Nada El Ahib

IEHL, Universidade Mohammed V Rabat, Marrocos

Introdução

De modo geral, a língua, considerada como meio de expressão de ideias entre os seres humanos e, portanto, um meio de comunicação, adota em certas comunidades linguísticas posturas diferentes. A língua enquanto meio de comunicação e expressão é a mesma, mas no seu uso, assistimos a uma relevância de uma(s) em virtude de outra(s). A situação linguística marroquina reflete esta diversidade.

Começamos por dizer que Marrocos é um país africano situado no extremo norte do continente. É um país muçulmano de duas línguas oficiais a saber o árabe e o *amazighe*. Através deste artigo intitulado *O amazighe entre as línguas de Marrocos*, pretendemos refletir sobre a realidade linguística marroquina caracterizada pelo seu multilinguismo social e plurilinguismo individual. De facto, cada visitante a este canto norte-africano nota uma diversidade de línguas distribuídas a nível social. A situação parece até ser estranha quanto mais se sabe que as línguas maternas não são línguas de ensino. O nosso objetivo através deste texto consiste em representar o mapa linguístico marroquino ao leitor lusófono.

Assim, iniciaremos a nossa discussão determinando as línguas oficiais do país definidas na constituição da monarquia marroquina de 2011 e consideraremos ainda as línguas estrangeiras intervindas no nosso contexto. Após termos descrito as línguas nacionais e estrangeiras, abordaremos a política linguística empreendida no sistema educativo nacional. Sempre em relação com o título deste texto, tentaremos demonstrar a nova situação da língua autótone de Marrocos, o *amazighe*, após a publicação da nova constituição de 2011. Como é bem sabido, Marrocos é um país norte africano de língua oficial árabe e amazighe, cuja religião é o Islão, como aparece na sua constituição de 2011:

Estado Soberano Muçulmano, ligado à sua unidade nacional e à sua integridade territorial, o reino de Marrocos pretende preservar, na sua plenitude e na sua diversidade, a sua identidade nacional única e indivisível. A sua unidade, forjada pela convergência das suas componentes árabe-islâmica, amazighe e Saaro-hassaniana, foi nutrida e enriquecida pelos seus afluentes africanos, andaluzes, hebreus e mediterrâneos. A proeminência dada à religião muçulmana neste quadro de referência nacional anda de mãos dadas com o apego do povo marroquino aos valores de abertura, moderação, tolerância e diálogo para o entendimento mútuo entre todas as culturas e civilizações do mundo”.

A definição da nova constituição de 2011, alicerça-se na diversidade socio-cultural e étnica de Marrocos. Isto é, voltando atrás e precisamente na constituição de 2002, encontramos a seguinte definição: “O reino de Marrocos, estado muçulmano soberano, cuja língua oficial é o árabe, constitui uma parte do Grande Magreb Árabe” (Preâmbulo da Constituição, versão 1996 apud MESSAOUDI, 2002).

À primeira vista, era evidente que a constituição de 2002 não traduzisse a realidade sociolinguística do país. Isto é, quem viaja pelas cidades marroquinas verificará que cada região, cada cidade e até cada casa se caracteriza por uma fala diferente da outra e não por uma. De facto, Marrocos é um país multilingue onde coabitam línguas nacionais e línguas estrangeiras.

Mas antes de procedermos à descrição destas línguas, queríamos assinalar que esta característica sociolinguística adota um carácter social e não individual. O multilinguismo é um termo que se usa para fazer referência a um determinado espaço geográfico onde se fala mais de uma língua ou variedade linguística. Dentro da mesma sociedade, o critério de posse das línguas pode variar de indivíduo para indivíduo. Ao contrário, o plurilinguismo é um conceito que se usa para se referir a indivíduos que possuem, além da língua materna, outras línguas de expressão.

Como notamos, dentro do mesmo espaço geográfico, caracterizado pelo multilinguismo, podem encontrar-se pessoas monolíngues ou plurilíngues. Daí, os dois conceitos fazerem referência à utilização de uma língua, duas ou até muitas, um vinculado com o aspeto social “multilinguismo”, e o outro com o aspeto individual “plurilinguismo”.

1.As línguas em Marrocos

Em Marrocos coabitam muitas línguas no seu espaço geográfico, como referido no ponto anterior, e que estende desde a cidade de Tanger, no norte, até a cidade de Lagouira, no sul. Estas dividem-se em línguas nacionais e outras estrangeiras. Segundo o recenseamento de 2014, quase a maioria da população marroquina fala o árabe marroquino conhecido sob o nome do Darija apresentando 89,8% (96% no meio urbano, e 80,2% no rural).

Relativamente ao amazighe, esta língua autótone é falada aproximadamente por 27% distribuída do modo seguinte: 15% Tachelhite, 7,6% Tamazighte e 4,1% Tarifite. Esta percentagem é menos representativa no meio urbano (20,1%) do que no meio rural (36,6%). A prática de Tachelhite está bem notada nas regiões de Souss-Massa com 70% da população, em Guelmim-Oued Noun com 52,5%, Draa-Tafilalet com 29,7% e Marrakech-Safi com 27,6%.

Enquanto à variedade Tamazighte, está expandida nas regiões de Draa Tafilalet com 48,8%, Beni Mellal-Khenifra com 29,9% e Fez-Meknes com 13,5%. Tarifite está centralizada nas regiões do oriente com 38,4% e de Tánger-Tetuan com 8,2%.¹² De seguida, tentaremos descrever cada língua separadamente.

1.1 As línguas nacionais

As línguas nacionais consistem no (i) árabe clássico, língua oficial do país, o árabe marroquino, uma versão do árabe originário de Marrocos, esta língua tem variedades regionais, (ii) o amazighe conhecido na literatura internacional sob o nome do berbere, apresenta tal como o árabe marroquino, variedades conhecidas com o nome de tarifite, tamazighete e tachelhite e é considerado a partir de 2011 como língua oficial do país.

1.2. O árabe clássico

A História data que a introdução desta língua no território marroquino remonta ao século VII. Os árabes, procedentes do Oriente Médio, chegaram às terras norte africanas levando a sua cultura e a sua língua. Empurrados pelas intenções de conquista das terras ultramarinas, viram nos territórios marroquinos, pelas disposições geográficas de que dispõe, a zona adequada para aceder aos seus objetivos. Nessa altura, as línguas faladas pela população das terras invadidas eram o latim e o amazighe.

¹² As percentagens foram publicadas na página oficial do recenseamento de 2014: <https://www.hcp.ma/downloads/>

Aceitando o Islão como religião, a língua do Livro Sagrado Alcorão, o árabe conseguiu ganhar o estatuto da oficialidade. Um estatuto que se manteve até aos nossos dias em todos os países árabes. Mesmo não sendo a língua materna dos árabes e pela grande carga afetiva que tem, foi sempre usada na expressão literária e continua a ser descrita na maioria das gramáticas para perceber a sua estrutura linguística.

Podemos afirmar que o árabe clássico não se usa no quotidiano dos marroquinos simplesmente porque não é língua materna deles. Esta língua sofreu mudanças linguísticas das quais resultou uma versão simplificada denominada o árabe moderno (ENNAJI, 2001). O árabe moderno, em termos simples, é uma versão simplificada do árabe clássico, resultante da política de arabização nos países árabes. O objetivo do surgimento desta variedade é o de acompanhar o desenvolvimento mundial através da inserção no léxico árabe clássico de novas palavras que aludem aos setores da tecnologia e da vida moderna.

O processo baseou-se essencialmente na tradução de muitas palavras do francês ou do inglês e do empréstimo destas línguas. Ennaji (2001, p.54) cita alguns destes empréstimos do francês:

Quadro 1: Empréstimos do francês

Canal	qanāt	قناة
Télévision	tilifiziyūn	تلفزيون
Vidéo	fidyū	فيديو
Balkanisation	balqanat	بلقنة

Fonte: Elaboração própria

O árabe moderno usa-se essencialmente nos meios audiovisuais e na comunicação social. A inovação desta variedade radica no facto de a nível estrutural utilizar: Na morfologia, apagar as flexões de caso: árabe clássico:

الشبكية عبارة عن طبقة رقيقة من النسيج العصبي تبطن الجدار الخلفي داخل العين

Aš-šabakiyatu cibāratun can ṭabaqatin raqīqatin mina nnasīgi al-caṣabīyi tubaṭṭīnu al-ḡidāra al-ḥalfiyyi dāhila al-cayni

-A retina é uma camada fina de neurónios que reveste a parte interna dentro do olho. (a retina é uma túnica nervosa de olho): árabe moderno:

الشبكية عبارة عن طبقة رقيقة من النسيج العصبي تبطن الجدار الخلفي داخل العين

Aš-šabakiya cibāra can ṭabaqa raqīqa min nnasīg al-caṣabī tubaṭṭīn al-ḡidār al-ḥalfi dāhīl al-cayn

-A retina é uma camada fina de neurónios que reveste a parte interna dentro do olho. (a retina é uma túnica nervosa de olho).

Ennaji (2001, p.55), comparando entre o árabe clássico e o árabe moderno, afirma que a mesma frase é utilizada tanto no árabe clássico como no estandar (árabe moderno) com uma única diferença: os morfemas em posição final nas palavras são ausentes no árabe estandar.

A nível da ordem das palavras na frase é frequente o uso da estrutura S(ujeito) V(erbo) O(bjeto) em alteração com a VSO do árabe clássico, e na sintaxe, pelo contacto com o francês, muitas formas desta língua penetraram ao árabe moderno.

O árabe moderno caracteriza-se do árabe clássico pelos seguintes traços específicos: (i)- um léxico novo influenciado por muitas expressões idiomáticas e empréstimos do francês ou inglês; (ii)- uma mudança sintática e estilística pelo contacto com a língua francesa; (iii)- uma fonologia influenciada pela fonética do árabe marroquino (Ennaji, 2001).

1.3.O árabe marroquino

Começamos por dizer que o árabe marroquino é a variedade oral do árabe clássico, particular de Marrocos, e é língua materna dos marroquinos não amazighes. Considera-se como língua veicular por ser escolhida como uma ferramenta de comunicação não só entre árabes e amazighes, mas também entre os amazighes das diferentes variedades do país.

Na ausência de um Atlas linguístico de Marrocos é difícil proceder a uma descrição rigorosa das variedades do árabe marroquino. Porém, na literatura marroquina descreve-se que este *koiné* varia segundo o espaço geográfico, apresentando variedades urbanas, rurais e beduínas:

- (i)- Variedade citadina: expressada nas cidades tradicionais como Fez e Meknes.
- (ii)- Variedade montanhosa: pronunciada na região noroeste do país.
- (iii)- Variedade *crubi*: pronunciada nas regiões oeste e nos arredores das seguintes cidades: Casablanca, Settat, Eljadida, Marraquexe, entre outras.
- (iv)- Variedade *bedoui*: utilizada nas regiões orientais e nas cidades de Oujda, Figuigue, etc.
- (v)- Variedade *hassani*: pronunciada nas regiões do Saara no sul de Marrocos em cidades como Laayoune, Tarfaya, Boujdour.

1.4. O amazighe

O amazighe é a língua dos primeiros habitantes do Norte de África antes do processo da arabização destas terras. El Gherbi (1993, p.15, tradução nossa), descrevendo as línguas presentes no contexto marroquino, considera que esta língua “é a língua de uma população denominada “*imazighen*” que se estabeleceu desde o período neolítico numa área geográfica que se estende do Mediterrâneo ao Níger e do Atlântico à fronteira egípcio-líbia”.

Em 682, os muçulmanos levaram o árabe a terras dos “*imazighen*”, aceitando a religião muçulmana, esta população deixou espaço à língua do Alcorão para adotar o estatuto da língua oficial por motivos de conotação religiosa. Não obstante, mesmo que não pudessem levar esta língua à oficialidade, esta população conservou a sua identidade cultural e linguística através das gerações, por via oral. Não temos estatísticas sobre o número dos falantes desta língua em todos os países norte africanos a não ser as mencionadas acima do recenseamento de 2014.

Porém, Ennaji (1991) refere que a grande população amazighe existe em Marrocos. Por sua vez, Majdi (2009) cita que 40% da população marroquina é amazighe. Depois do árabe marroquino, é a segunda língua mais usada no país e é língua materna de um número importante de marroquinos. O amazighe utiliza-se em três espaços geográficos isolados uns dos outros, apresentando três variedades distintas:

- (i)-Tarifite é uma variedade pronunciada no noroeste de Marrocos, na região do Rif, em cidades como Tetuan, Nador, Husaima, entre outras.
- (ii)-Tamazighete é o amazighe do centro; usa-se nas regiões rurais em torno das cidades, como Khenifra, Fez, Ifran, Khemisat, etc.

(iii)-Tachelhite é uma variedade utilizada por muitas pessoas do sul de Marrocos, particularmente desde a cidade de Marraquexe, passando por Agadir, Taroudante, Ouarzazate, Essaouira, e os arredores destas.

Torna-se difícil proceder a uma descrição linguística desta língua por ser sempre uma língua não codificada (hoje em dia, a caligrafia utilizada para a codificar é Tifinaghe). Porém, podemos dizer que deriva da família linguística camítico-semítica e que pelo impacto da língua árabe, muitas palavras desta língua formam parte do seu léxico, sobretudo no campo da religião¹³.

2.As línguas estrangeiras: As línguas da colonização

2.1.Francês

A presença da língua francesa nos territórios marroquinos remonta ao início do século XX. Mais precisamente no ano de 1907. A partir desta data, o francês tornou-se um elemento essencial da paisagem linguística marroquina. Descrevendo a seguinte existência, relacionando-a com os fatores históricos, temos que assinalar que esta língua merece duas leituras: (i)- a língua francesa nos tempos da colonização e (ii)- o francês nos tempos da independência do Reino de Marrocos.

Nos tempos da colonização, a língua francesa era a língua oficial das regiões francesas e usava-se independentemente das línguas autótones. Nos tempos da independência, esta língua passou a adquirir o estatuto da primeira língua estrangeira. De facto, a independência trouxe uma nova repartição das línguas no mapa nacional. Isto é, o árabe, que era marginalizado, passou a ser a língua oficial do país. Krikez (2005 *apud* ROLDÁN, 2005, p.38) reparte o modo de considerar a língua francesa nos tempos da independência em três etapas:

Na primeira etapa (1956-1970), a da independência, mesmo sendo divulgado que a língua oficial do país é o árabe, o francês, pela inexistência de funcionários marroquinos tanto nas administrações como no ensino, continuava a manter o seu estatuto, como era antes nos tempos da colonização. Nos anos oitenta, o francês começou a deixar espaço ao árabe, facto animado pela subida das vozes que reclamavam o perigo daquela língua para a identidade muçulmana do país.

Começou então o processo de arabização em todos os domínios, reduzindo-se o francês ao âmbito do ensino científico e técnico. Nessa altura, o conceito fundamental era o de considerar o árabe como língua oficial, e o francês como primeira língua estrangeira. A última etapa definida por este investigador vai desde 1980 até a atualidade. Nesta última etapa põe-se em prática as conclusões anteriores. Ou seja, a língua francesa é a primeira língua estrangeira do país, língua de abertura ao mundo, tem de ser ensinada devido às considerações socioculturais marroquinas.

Pois, os franceses que permaneceram após a independência, seguiram com a língua deles, houve missões francesas cuja tarefa era construir uma nova geração franco-marroquina ou mesmo marroquina baseando-se na língua francesa. O grande público marroquino segue os estudos em escolas estatais visto o preço exagerado das missões e das escolas privadas. Segundo um Relatório feito em 2014, um marroquino sobre três fala francês, ou seja, 35% da nossa população fala a língua de Molière, conforme o observatório da língua francesa (ALAOUI, 2019). A língua francesa, continua a ser uma língua de prestígio na mentalidade marroquina, portanto, intervém nas Mídias e nos programas radiofónicos junto com o árabe.

¹³ Ver neste respeito Boukous "Le contacte des langues: motivations et processus". In Actes du deuxième colloque maroco-néerlandais, Faculté des Lettres Rabat (1990, p.241-249).

2.2. Espanhol

Boukous (1995, p.22) considera que a presença do espanhol em Marrocos data do século XVI, século no qual os mouriscos e os judeus encontraram refúgio nas cidades marroquinas do norte. Tal existência reforçou-se com a chegada dos colonizadores espanhóis a terras marroquinas em 1916. A colonização espanhola das terras marroquinas durou aproximadamente um meio século.

Roldán (2005), descrevendo a presença desta língua no contexto marroquino, afirma que relacionar esta presença unicamente com a época da colonização significa negar as relações tanto históricas como linguísticas entre ambas as civilizações.

A autora justifica a sua tese pela existência, no léxico espanhol, de palavras de origem árabe que datam a épocas remotas, a época da colonização. É uma língua utilizada por alguns marroquinos por razões culturais e económicas. Isto é, pela proximidade cultural, histórica e geográfica, o interesse pela língua do D. Quixote aumenta por parte dos marroquinos.

2.3. As demais línguas estrangeiras

2.3.1. Inglês

A língua espanhola tem uma relação histórica com Marrocos por ser, num determinado período, a língua oficial do colonizador das regiões do norte. No entanto, esta língua na atualidade retrocedeu, deixando o seu espaço à língua inglesa que não apresenta nenhum episódio na História do país. De facto, o inglês considera-se como segunda língua, após a língua francesa. Posição que, segundo Boukous (1995), será alterada no futuro, tornando-se o inglês a primeira língua estrangeira no país.

Marrocos segue no seu ensino uma estratégia de abertura para as línguas estrangeiras. Assim, outras línguas coexistem com o francês, espanhol e inglês, sobretudo no sistema universitário marroquino, a saber; alemão, russo, hebreu, português, chinês, entre outras. A Carta Nacional da Educação e da Formação (1999), além de sublinhar a importância de consolidar o ensino do árabe e de integrar o *amazighe* no ensino, assinala para a importância do ensino das línguas estrangeiras no percurso do estudante marroquino.

A Carta apela as universidades para o ensino de mais línguas nas universidades através da organização de cursos de especialidade como os departamentos de língua francesa, espanhola, inglesa, italiana, alemã, chinesa e portuguesa. Assim como cursos de língua complementar a termos de exemplo: língua coreana, japonesa, indiana, entre outras.

Ora, enquanto aos contextos do uso das línguas até aqui descritas, pode-se afirmar que as línguas nacionais, assim como as línguas estrangeiras, organizam-se a nível social devido às funções que assumem. Messaoudi (2002), descrevendo as línguas no mapa linguístico marroquino, considera que existem línguas com um estatuto jurídico (árabe clássico) e as línguas de utilização (*amazighe*, árabe marroquino, francês, espanhol). Eis a distribuição que a investigadora realizou:

Quadro 1: Domínios de utilização das línguas em Marrocos

DOMÍNIOS	USO ESCRITO	USO ORAL
Jurídico	AC, (F)	AC, AM
Ensino	AC, F	AC, F, (AM)

Administração	AC, F	AM, F, A
Económico	F, (AC)	F, AM, E
Audiovisual	AC, F	AC, AM, A, F
Edições	AC, F	AC, AM, (A)
Vida comunitária	AC	AC, AM
Vida privada	AC, F, AM	AM, A, F

Fonte: Adaptado de Messaoudi (2002, p. 36)

Legenda: árabe clássico= AC; árabe marroquino= AM; amazighe= A; francês= F; espanhol= E)

Através da distribuição, em termos de domínios efetuada por Messaoudi, a nível da expressão oral parece ser o árabe marroquino a variedade mais utilizada nos diferentes setores sociais da vida quotidiana dos marroquinos. O amazighe, outra língua materna, usa-se na vida privada entre amigos e familiares, optando-se nas comunicações com arabofalantes pela utilização do árabe marroquino, língua franca da população inteira.

Paralelamente ao árabe marroquino e ao amazighe, a nível do uso escrito, o árabe clássico predomina em comparação com o uso do francês. Esta língua intervém na vida social dos marroquinos, é utilizada tanto a nível da escrita como na oralidade, em diferentes contextos: ensino, economia, audiovisual, administração, entre outros.

A língua espanhola, por sua vez, é ensinada e utilizada, sobretudo na economia e na administração pelas fortes relações entre os dois países vizinhos. Na sua descrição, Messaoudi (2002) não considerou a língua inglesa que, em nosso entender, na atualidade, dispõe dos seus setores específicos.

3. As línguas no sistema educativo em Marrocos

Antes do período da colonização francesa e espanhola, em Marrocos, o ensino era baseado no árabe clássico. O valor das línguas dentro da sociedade marroquina daqueles tempos era organizado numa língua para a elite e muitas línguas para a população (CHEDDADI, 2011).

De facto, a divisão linguística era a favor da língua árabe clássica, considerada como língua oficial, de ensino e da elite intelectual. As variedades do árabe marroquino e do amazighe eram tratadas como línguas do resto da população, com conotação negativa (analfabetismo, pobreza, ignorância). Este detalhe histórico é importante tê-lo em consideração pela grande consequência que viria trazer ao mapa nacional, isolando o árabe clássico da maioria da população (CHEDDADI, 2011).

No período colonial (1912-1956), a política linguística seguida era baseada na separação entre as línguas nacionais do país, determinando os contextos da utilização do árabe clássico, impedindo de tal modo a sua unificação com o árabe marroquino. O colonizador seguiu uma política de separação no ensino. Isto é, o ensino nasce essencialmente da metodologia da separação. Separar entre os grupos étnicos (amazighe, judeus e árabes), uma separação social (ricos e pobres) e uma separação no ensino tornando este alcançável nuns determinados níveis para a população autótone.

Nas regiões francesas, o francês era a língua oficial da colónia marroquina. A língua árabe na altura, não desfrutava de um potencial, a não ser o de constituir uma língua do ensino da cultura e da religião muçulmanas. Nas regiões espanholas, paralelamente ao francês, o espanhol era a língua oficial das colónias do norte. Porém, diferentemente da política linguística dos franceses, Espanha não marginalizou o árabe clássico no ensino, nem impediu a população autótone do bacharelato espanhol, como fizeram os franceses.

No período da independência era evidente seguir uma política de revalorização das línguas nacionais. Não obstante, todo o interesse foi orientado para o árabe clássico sem ter em consideração as demais variedades nacionais. Então, começou uma política de arabização do ensino e da administração pública no país, passando por alto a realidade multilingue vivida. A outra variedade linguística que não desempenhou nenhum papel a nível oficial, mesmo sendo a língua franca dos marroquinos, é o árabe marroquino. Sendo assim, os defensores de inserir esta língua no ensino consideraram oportuno que os marroquinos tenham um desenvolvimento em termos de competência linguística na sua língua materna segundo UNESCO.

Outra opinião a este respeito leva a considerar importante a existência de uma língua nova em Marrocos, uma língua que destruísse todas as línguas (AL JABIRI *apud* BOURKIA, 2011, p.20) e misturasse o árabe clássico, árabe marroquino, amazighe e francês e as demais línguas utilizadas pelos marroquinos na vida quotidiana. Por último, existem vozes que reclamam um bilinguismo nacional, com um favorecimento da língua francesa em detrimento do árabe clássico, por ser língua mundial e de abertura ao poder económico e tecnológico, e o árabe clássico, língua regional (países árabes) e de determinados domínios sociais (justiça, religião). Relativamente à formação docente, após a independência do país em 1956, três institutos assumiram a responsabilidade da formação de professores a saber: (i) Escola Normal Superior (ENS), (ii) O Centro Pedagógico Regional (CPR) e (iii) o Centro de formação de docentes (CFI). Após a reforma de 2000, houve transformações cruciais e como o espaço aqui não dá para elencar esta passagem, recomendamos consultar Lahchimi (2015 - La réforme de la formation des enseignants au Maroc).

4.Marrocos multilingue

Nos últimos tempos, a maioria dos trabalhos científicos realizados sobre a situação sociolinguística do país incidem sobre a grande mudança que se efetua a este respeito (YOUSSI, 1983; ENNAJI, 2004). De facto, o mapa linguístico nacional conheceu o nascimento de duas variedades do árabe clássico e do árabe marroquino a saber o árabe moderno e o árabe marroquino mediano, respetivamente.

Não considerámos estas duas variedades no início desta descrição por termos a certeza de que ambas são consequências de dois fatores essenciais: a arabização e o ensino. Daí, optámos por inseri-las nesta parte, após termos descrito os fatores históricos que contribuíram para o processo de arabização do qual resultou o árabe moderno, e também após termos aludido ao sistema educativo, por ser o árabe marroquino mediano uma variedade utilizada essencialmente pelas pessoas instruídas.

Daí, notamos que, de uma situação de diglossia, passamos a uma situação de triglossia (YOUSSI, 1983), ou de quadriglossia (ENNAJI, 2001), em que cada variedade escrita e oral se duplica dando origem a outro nível linguístico. Baseando-nos nos trabalhos de Youssi (1983) e de Ennaji (2001), a representação que apresentamos é a seguinte:

Quadro 2: Situação do árabe no contexto marroquino

	Língua árabe	
Diglossia	árabe escrito (árabe clássico)	árabe oral (árabe marroquino)

Triglossia Youssi (1983)	árabe literário		árabe mediano	árabe marroquino
Quadriglossia Ennaji (2001)	árabe clássico	árabe moderno	árabe mediano	árabe marroquino

Fonte: Dados da pesquisa

Estas variedades são organizadas desde a variedade alta (árabe clássico) à variedade baixa (árabe marroquino). A nível social cada variedade é utilizada num determinado domínio de uso e a nível linguístico cada uma se diferencia da outra por traços distintos. Assim, verificamos como o processo da arabização e o ensino constituíram fatores cruciais para o enriquecimento do mapa linguístico nacional.

4.1.A língua amazighe a partir de 2001

No começo do século XXI, Marrocos abriu uma nova página de conciliação com esta língua, ao proceder à sua inserção no ensino. Uma finalidade que terá influências sobre a realidade linguística do país sabendo que se ensina uma versão unida das três variedades (tarifite, tamazighete e tachelhite), ou simplesmente, uma nova língua.

A partir da sua criação por decreto real em 2001, o Instituto Real da Cultura Amazighe (IRCAM, doravante) enquanto organismo académico do governo marroquino assumiu desenvolver a cultura e a língua Amazighe no país. Efetivamente, com a sua fundação inicia-se uma nova era na difusão e no ensino do amazighe, isto é, a inserção desta língua no ensino marroquino consiste, sem dúvida, numa das decisões históricas tomadas. Mesmo não sendo ainda generalizada a inserção desta língua em todas as regiões do país, hoje em dia existe uma grande dinâmica no sentido de atingir este objetivo.

4.2.O Instituto Real da Cultura Amazighe

O Instituto Real da Cultura Amazighe como já mencionamos é um organismo académico do reino de Marrocos e que tem como vocação desenvolver as culturas das línguas amazighe de Marrocos desde a sua criação por decreto real em 2001. Tem como objetivos fundamentais a preparação de manuais pedagógicos e a formação de futuros professores da língua amazighe para poder assegurar a difusão desta língua em todo o país.

No início do ano académico 2003-2004, o amazighe torna-se língua de ensino em mais de 300 escolas primárias públicas do país. No ensino superior, uma licenciatura em língua e cultura amazighe introduziu-se na universidade marroquina especificamente nas faculdades de Agadir, Fez, Nador e Oujda. A termos de exemplo, a faculdade de Agadir teve 1000 estudantes na licenciatura e 24 no mestrado até ao ano 2018. Esta carreira em Agadir oferece ao estudante uma vasta formação em linguística, literatura, cultura e na didática do amazighe.

Mesmo assim, o corpo docente é de 80 professores, um número insuficiente para generalizar o idioma em todo o país. A conservação das línguas autótonas não é tarefa fácil. Assim, foram mobilizados vários elementos para promover e expandir dita missão. É a única instituição académica que se ocupa deste tema, além do setor pedagógico, ocupa-se também de promover o setor audiovisual tomando conta de programas em amazighe editados na Internet ou na rádio marroquinas.

O labor principal do instituto é unificar estas três variedades numa eliminando as diferenças que podem bloquear dita união. A preparação dos manuais escolares faz-se a partir de contos e histórias da língua árabe ou francesa ou outras línguas estrangeiras. O IRCAM agenda anualmente congressos e colóquios relacionados com a promoção do amazighe em Marrocos.

Para tal missão, o IRCAM adotou o alfabeto chamado *Tifinaghe* como grafia oficial da língua amazighe. Atualmente, o amazighe não desfruta do mesmo estatuto da língua árabe no ensino, embora os esforços se tenham multiplicado para atingir este objetivo, porém houve alguns detalhes que foram escapados na política linguística seguida.

Por outras palavras, o amazighe foi sempre uma língua que chegou de geração para outra por via oral. Muitos amazighófonos falam a língua, mas não dominam a caligrafia *Tifinaghe*. Isto é, muitos nativos não redigem em *Tifinaghe* nem sabem ler nesta caligrafia. Ora, outro obstáculo atrasou o processo da implementação do amazighe no ensino marroquino. Optar pelo amazighe estandar a detrimento das variedades faladas, a nosso modo de ver, causou um estado de recessão em vez de avanço.

Um amazighe do sul não entende simplesmente um amazighe do norte. Assim, unificar a língua para os dois, significa optar por um novo código não concebido por ambos. Assim, em vez de aprender a língua materna na escola assistimos a outra aprendizagem em amazighe. De facto, a televisão marroquina traduz esta realidade do amazighe. No início, os programas televisivos dão-se em amazighe estandar. Hoje em dia, um amazighe pode escolher no comando da televisão a variedade com a qual quer ouvir o seu programa. Quer dizer que não se pode ignorar o direito dos próprios nativos a ouvirem a língua deles na televisão. Isto é, a língua praticada no quotidiano e não a inventada através da mistura das variedades.

Conclusão

Concluimos afirmando que a nossa situação linguística mereceria outras leituras mais aprofundadas. No entanto, e como foi já assinalado, o texto não é uma pesquisa experimental. Mas sim, uma pesquisa bibliográfica na qual determinámos uma serie de objetivos e que tentámos, ao longo dos seus parágrafos, alcançar.

Assim, fizemos uma leitura do contexto linguístico marroquino e sublinhámos as línguas usadas nele. Ainda por cima, determinámos os contextos do uso de cada língua e a sua consideração nos documentos oficiais do país como na Constituição do país (2011) e na Carta Nacional da Educação e da Formação (1999). Aludimos ainda ao facto de as línguas maternas dos marroquinos não serem línguas de ensino na escola marroquina.

Assim sendo, podemos afirmar que, de momento, o multilinguismo em Marrocos, de acordo com Cheddadi (2011), não é resultado de uma política bem estudada nem de uma opção escolhida pelo governo. Este multilinguismo é resultado das circunstâncias socio-históricas as quais estabeleceram muitas línguas no país.

Contrariamente ao sustentado por investigadores como Levy (1999), o multilinguismo na realidade resulta de uma situação de caos linguístico (CHEDDADI, 2011; KABLI, 2011) na ausência de uma visão que tome em consideração todas as variedades do país. Esta situação de caos leva a que haja uma tendência de desvalorização das línguas nacionais e de refúgio nas línguas estrangeiras (CHEDDADI, 2011).

Não obstante, o facto de considerar o amazighe junto do árabe como línguas oficiais de Marrocos, conciliou a política linguística com a realidade do país. Mesmo que não se ensine em todas as escolas públicas, não se pode ignorar o grande dinamismo a este respeito. Ao nosso modo de ver, Marrocos deve revalorizar ainda as variedades faladas

dos próprios marroquinos quer arabófonos quer amazighófonos. Como sabemos, o árabe clássico não é língua materna dos árabes, nem o amazighe estandar é língua materna dos marroquinos amazighes. Ambas não se consideram na escola. O leitor lusófono pode através do presente trabalho ter umas ideias sobre as línguas usadas em Marrocos e verifica que o nosso país não é somente árabe mas sim árabe e amazighe com raízes profundas na África e laços na sua história.

Referências

- ALAOUI, L. **Combien de marocains parlent français?** Rapport. 2019. <https://www.lesiteinfo.com/maroc/combien-de-marocains-parlent-francais-rapport/> consultado a 11/03/2022.
- ANDAME, L. L'enseignement de l'amazighe au Maroc: aperçu sur la contribution des institutions chargées de son opérationnalisation. **Revue des Études Amazighes**, vol. 2, n°2, pp. 25-42, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, Université Ibn Zohr: Agadir, 2018.
- BOUKOUS, A. **Société, langues et cultures au Maroc: enjeux symboliques**. Rabat: Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, 1995.
- BOURKIA, R. At-ta'addud al-luġawī bayn al-muġtamaci wa as-siyāsī. **Al-Madrassa Al-Maghribiya**, n° 3, p. 13-41, 2011.
- CHEDDADI, A. Al-waḍc al-luġawī al-maġribī bayn 'irt al-māḍī wa muqtaḍayāt al-ḥāḍer. **Al-Madrassa Al-Maghribiya**, n° 3, p. 13-41, 2011.
- ELGHERBI, E.M. **Aménagement linguistique et enseignement du français au Maroc**. Meknès: Imprimerie La Voix de Meknès, 1993.
- ENNAJI, M. Multilinguisme et genre au Maroc. Langues et linguistiques. **Revue internationale de linguistique**, n° 14, p. 105-119, 2004.
- LEVY, S. Le multilinguisme marocain n'est pas une malédiction. **Problèmes Pédagogiques**, n° 9, p. 5-10, 1999.
- MAJDI, T. **Interculturalité et aménagement linguistique au Maroc : diversité et identité culturelle**. 2009. Disponível em: <http://ressources-cla.univ-fcomte.fr/gerflint/Algerie8/toufik.pdf> Acesso em: 14 ago. 2011.
- MESSAOUDI, L. La variation langagière au Maroc: éléments pour un aménagement linguistique rationnel. In: IBN EL FAROUK, A. H. (Eds.). **L'avenir des langues au Maroc**. Casablanca: Ennajah Aljadida. 2002, p. 29-45.
- NACIRI, H. **O multilinguismo e os processos de aquisição de PLE na universidade marroquina**. Dissertação de doutoramento: Faculdade de Letras e Ciências Humanas, UM5 Rabat, 2012.
- ROLDÁN ROMERO, M. El español en el contexto sociolingüístico marroquí: evolución y perspectivas (I). **Revista Aljamía: Consejería de Educación en Marruecos; Embajada de España**, n° 16, 2005.
- YOUSSE, A. La triglossie dans la typologie linguistique. **La linguistique**. Paris: Presses Universitaires de France, Vol 19, p. 71-83, 1983.
- YOUSSE, A. **Changement socioculturel et dynamique linguistique**. Rabat: Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, 1989.

**II PARTE: LÉXICO E ENSINO DE LÍNGUAS: ANGOLA, GUINÉ BISSAU E
MOÇAMBIQUE**

Lexicografando em línguas moçambicanas: o caso do Changana - desafios e ganhos

Bento Siteo

Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Ezra Alberto Chambal Nhampoca

Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Portugal

Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Introdução

O presente trabalho resulta de duas participações do Professor Bento Siteo, primeiro no programa Matabicho Linguístico, organizado pela UNILAB e depois, durante o Colóquio “A Codificação do Português de Moçambique”, que inclui o projecto de construção do *Dicionário do Português de Moçambique* (DiPoMo). O colóquio foi organizado pela Cátedra do Português Língua segunda e estrangeira, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo a 04 de Maio de 2022.

Depois dessas participações, decidimos transformar a fala do professor, em um artigo, como forma de fazer circular a nossa experiência sobre o labor lexicográfico da língua Changana. O trabalho tem como objectivo abordar os desafios, a complexidade e os ganhos que advêm do trabalho de elaboração de um dicionário bilingue, partindo da experiência da elaboração do Dicionário Português-Changana (PorChang) (SITEO, 2017), onde Bento Siteo foi o coordenador da pesquisa que conduziria à elaboração do PorChang e Ezra Nhampoca teve o papel de assistente de pesquisa juntamente com mais dois colegas, Henrique Mateus e Gervásio Chambo. Para melhor nos debruçarmos sobre a experiência de elaborar o PorChang, falaremos, primeiro, do processo que abriu caminho para a elaboração do Dicionário Changana - Português (ChaPort), pois foi este instrumento que iluminou, sobremaneira, a produção do PorChang.

Quanto à fundamentação teórica, de entre várias obras sobre lexicografia, baseamos-nos em três compêndios de carácter universal sendo eles, nomeadamente, Zgusta (1971); Bartholomew & Schoenhals (1983) e Landau (1989), cujos princípios teórico-metodológicos orientaram-nos na elaboração do Dicionário Changana-Português que se pretendia reverter. Autores mais recentes, dentre eles Kotzé (1999), de Schryver & Prinsloo (2000), Gouws (1996), Mpofu (2001), Siteo (1991), Makoni e Silveira (2018), entre outros. Também apoia a nossa pesquisa lexicográfica a abordagem funcionalista da tradução. “Funcionalismo” é um termo geral usado para designar as várias teorias que têm o foco sobre as funções dos textos e suas traduções, e não sobre a mera equivalência entre textos originais e as respectivas traduções (SITEO, 2015). Seguimos uma metodologia mista: bibliográfica, buscando informações em várias obras sobre lexicografia; recolhendo os dados nos dois dicionários mencionados e recorrendo à introspecção, uma vez que somos falantes nativos do Changana, para além de esta ser a nossa principal língua de trabalho. Como considerações finais, avançamos que a elaboração de um dicionário bilingue exige um trabalho complexo e desafiador, pois, para além de estabelecer uma relação de equivalência semântica entre a Língua Fonte e a Língua Alvo, nele, o lexicógrafo deve procurar atingir uma equivalência comunicativa (GOUWS, 1996, p. 16). Outro desafio é o de considerar fundamental basear-se na lexicografia humana, e do cuidado, alicerçadas na Linguística Humana no sentido de se criar condições para se ouvir o que os falantes têm a nos ensinar sobre as suas línguas (MAKONI E SILVEIRA, 2018). Por fim, estes dicionários,

para além de contribuírem para a fixação da escrita das línguas abrangidas, estão a beneficiar aqueles que trabalham com línguas moçambicanas e para a formação dos pesquisadores envolvidos.

O que motiva o nosso trabalho de produção lexicográfica é o facto de reconhecermos, tanto como falantes, assim como profissionais, a relevância da existência de dicionários, sejam monolíngues ou bilingues para as nossas comunidades, pois como afirmam Bolzan e Durão (2010, p. 45),

Falar, escrever e fazer pesquisa sobre dicionário poderiam ser consideradas coisas ultrapassadas, já que, hoje em dia, diante de qualquer dúvida, pode-se obter informação quase instantaneamente mediante “internet”. Parece que o dicionário lembrado no imaginário das pessoas como um livro grosso, pesado, incômodo para transportar (por causa de suas formas avantajadas), caiu no esquecimento e, [...]. No entanto, as editoras imprimem milhares de dicionários novos todos os anos, deixando uma pergunta no ar: onde vão parar todas essas obras? A resposta à pergunta é óbvia: O dicionário impresso continua importante. E ainda mais, tratando-se de dicionários nas línguas bantu moçambicanas cuja presença na *internet* é quase nula.

Esperamos que esta partilha possa contribuir na busca de respostas sobre o que fazer e como fazer para que a microestrutura de um dicionário bilingue “esteja de acordo com os princípios da coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, contextualização, informatividade e intertextualidade.” (KOTZÉ, 1999, p. 90). O texto apresenta as seguintes secções: primeiro temos esta introdução, depois segue os dados sobre a língua changana e de seguida, um breve relato do percurso da lexicografia do Changana. Na sequência, apresentamos os dois dicionários que envolvem o Changana e o Português, bem como alguns dados e o seu impacto na sociedade. Por fim, tecemos algumas considerações finais. Na secção que segue, apresentamos uma breve situação da língua changana em Moçambique.

1. O Changana

O Changana (designado por Xichangana pelos seus falantes) é uma língua bantu, classificada como S.53, por Guthrie (1967/71). Pertence ao grupo Tswa-Ronga, com código S.50, na classificação de Guthrie (SITOE, 1996). Na África do Sul, o Changana é designado pelo termo Tsonga (Xitsonga). Doke (1935), tal como Siteo (1996) reservam o termo Tsonga para um grupo de três línguas, Citshwa (S.51), Xichangana (S.53) e Xirhonga (S.54). As três são mutuamente inteligíveis, o que significa que os falantes das três línguas conseguem comunicar-se entre eles, usando cada um, a sua língua.

Em Moçambique, o Changana é falado predominantemente nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e no sul das províncias de Manica e Sofala (SITOE e NGUNGA, 2000; NGUNGA e FAQUIR, 2011). O último Censo realizado em Moçambique, mostrou que é terceira língua mais falada em Moçambique, depois do Emakhuwa e do Português e é a 2ª língua bantu mais falada no país, depois do Emakhuwa.

Esta língua é usada em alguns programas de rádio e televisivos. “O Changana é largamente usado na Bíblia e hinários, em cultos, sobretudo nas denominações reformadas. É uma das línguas abrangidas pelo ensino bilíngue em Moçambique, portanto é ensinada neste âmbito no nível primário e faz parte das 19 línguas bantu moçambicanas ensinadas na Secção de Línguas bantu da Universidade Eduardo Mondlane, a maior e mais antiga universidade do país” (NHAMPOCA, 2018, p.46).

Para além de Moçambique, o Changana é falado na África do Sul, no Reino de Eswatini e no Zimbabwe, sendo, portanto, uma língua transfronteiriça. Na África do Sul e

no Zimbabwe é uma das línguas oficiais. Nhampoca (2018) afirma que pelo facto de ser falado nos quatro países, esta língua é um importante veículo de comunicação formal e/ou informal para e entre as comunidades destes quatro países. Faz parte da Academia Africana de Línguas (ACALAN), uma organização Pan-Africana fundada em 2001 (NHAMPOCA, 2018).

2. Breve resenha do percurso da lexicografia envolvendo o Changana

Nesta secção, fazemos uma resenha do percurso da lexicografia envolvendo o Changana. Não pretendemos fornecer uma lista exaustiva das obras lexicográficas tais como dicionários, glossários, vocabulários, etc., mas sim elencar apenas algumas que julgamos representativas na história da lexicografia desta língua. Algumas obras que iremos alistar são gramáticas ou elementos de gramática que, mesmo não sendo dicionários, contribuíram para o desenvolvimento da lexicografia do Changana. Em muitas das obras aqui referidas, o termo Tsonga foi usado como sinónimo de Changana pelos seus autores. Para nós, como já mencionamos anteriormente, o termo tsonga designa o grupo de três línguas inteligíveis, nomeadamente, Ronga, Changana e Citshwa. Neste trabalho, sempre que possível, seguiremos uma ordem cronológica.

De acordo com Bill (1983), as primeiras listas de palavras de línguas bantu da Zona -S (segundo a classificação de Guthrie) surgem com os capitães portugueses, a partir do século XVI. Tais listas constituíam o chamado “regimento” (instruções para serem seguidas depois do desembarque) e incluíam muitas palavras identificáveis como sendo do grupo tsonga para facilitar o contacto dos marinheiros com os nativos.

Em 1903, Henri Alexandre Junod publicava *Vuvulavuri bza xitsonga* (Gramática tsonga) (DOKE, 1945). Esta obra configura-se como o primeiro manual compilado em Changana (SITOE, 1991). Mais tarde, em 1929, Junod publicou a 2ª edição desta gramática e em 1980 surge uma edição revista da mesma, editada pela Sasavona (SITOE, 1991). Em 1907, surge o *Elementar Grammar of the Thonga- Shangaan*, da autoria de Junod. Este trabalho descreve elementos da gramática e apresenta exercícios para a aprendizagem da língua (SITOE, 1991). Em 1932 é publicada a segunda edição deste manual.

Em 1909, surge o primeiro dicionário bilingue envolvendo changana e uma língua europeia: o Dicionário Changana-Inglês-Changana [*Pocket Dictionary Thonga (Shangaan) - English - Thonga (Shangaan)*] da autoria de Chatelain, um missionário suíço. O dicionário continha mais de 3.600 palavras (cf. CHATELAIN, 1978). Este trabalho registava ainda problemas de ortografia no Changana. Por vezes, a não indicação da aspiração, traço distintivo nesta língua, criou dificuldades na identificação do significado de muitas palavras. Estes problemas vieram a ser sanados com a edição revista, que já respeitava a ortografia oficial, entretanto introduzida (cf. Tsonga Language Committee 1976).

Em 1922, Loze publica os *Elementos de Leitura*. O título completo da obra é “Elementos de Leitura ou o primeiro livro para ensinar a língua portuguesa às crianças dos países dos Vatswa e Varonga” (cf. LOZE, 1922). A obra incluía um vocabulário português-ronga-changana. Em 1938, Chawner (cf. CHAWNER, 1938) publica *Step by Step in Thonga* [sic]. Trata-se de uma série de lições de Changana, com um apêndice sobre o alfabeto e os problemas da ortografia nesta língua.

Em 1929 Ntsan’wisi publica *How to write shitsonga (Shangan) under phonetic system*. Esta obra surge como a primeira elaborada por um falante de Tsonga, tentando descrever a sua própria língua de forma científica (SITOE, 1984). Em 1942, Nkondo publica, na África do sul, um manual, *Xivulavuri*, que é de facto um caderno de exercícios.

Em 1962, o Departamento da Educação Bantu na África do Sul publicou o *Tsonga Terminology and Orthography*. Trata-se de um dicionário terminológico trilingue (Inglês, Africânder e Changana). Esta era já uma segunda edição, pois a primeira havia surgido em 1956. Em 1976 aparece a terceira edição, revista e aumentada, e adaptada às regras da ortografia do Tsonga/Changana de então. Esta lista de termos ajudou a preencher a necessidade de uma terminologia moderna nas escolas, na rádio, nos jornais, no comércio e nos cursos vocacionais (TSONGA LANGUAGE COMMITTEE, 1976).

Em 1965, Armando Ribeiro, um padre católico, publica a Gramática Changana. É a primeira gramática produzida em Moçambique. Inclui muitos exemplos traduzidos para o português, e um apêndice com exemplos de expressões idiomáticas com a respectiva tradução “dinâmica”. Em 2012, Armindo Ngunga e Madalena Cítia Simbine publicaram a Gramática descritiva da língua changana. Esta obra já adota a nova ortografia padronizada da língua.

Ainda em 1965, publica-se o *Everyday Tsonga*, da autoria de Ouwehand (cf. Ouwehand 1965). Trata-se de um manual de curso para não-falantes e inclui um vocabulário Changana-Inglês em cada lição. Em 1967, surge o *Tsonga - English Dictionary*, da autoria de Cuenod, baseado no material recolhido por Berthoud (cf. Cuenod 1967), ambos missionários suíços. Este dicionário apresenta 16.871 entradas. É valorizado pela Introdução, que dá um esboço da nova terminologia gramatical (fonologia e morfologia) do changana, que inclui a indicação do tom. Apresenta também um apêndice que contém termos seleccionados dos criados pela Comissão da Língua Tsonga.

Em 1991, Bento Siteo apresenta uma versão revista do manual de curso de tsonga para não falantes, intitulado *Bzixile! - Curso de Tsonga para não-falantes* (SITOE 1988). A obra tem 24 lições que cobrem as situações mais frequentes da vida quotidiana. Cada lição tem uma secção de gramática, uma de vocabulário Changana-Português, uma de exercícios de gramática e uma de conversação.

Ainda em 1991, no âmbito da sua dissertação de mestrado, sob orientação do nosso embondeiro da Linguística Africana e da Lexicografia em particular, o Mwalimu¹⁴ Eugeniusz Rzewuski da Universidade de Varsóvia, Bento Siteo defendeu o seu trabalho de mestrado, intitulado *Lexicografia da língua Tsonga - uma proposta metodológica* (SITOE 1991). Era a primeira tentativa de sistematização de experiências pessoais que culminaram com a publicação da 1ª edição do *Dicionário Changana-Português*, em 1996. Este foi o primeiro dicionário de Changana compilado por um falante nativo da língua (SITOE, 1996). A segunda edição revista e aumentada deste dicionário surgiu em 2011 com cerca de 14.000 palavras contra as 12.000 da edição anterior. Contou com a colaboração de Ezra Chambal Nhampona (SITOE, 2011).

Em 2010 foi publicado o *Dicionário gramatical Changana*, da autoria do Padre Armando Ribeiro, mais uma publicação póstuma organizada pelos Padres Vicentinos, a partir dos apontamentos manuscritos do autor. Este dicionário explora aspetos de terminologia gramatical do Changana, de A à Z. Em 2012, Armindo Ngunga e Patrício Martins publicam um dicionário monolingue da língua changana, *Xihlamusarito xa Xichangana (Dicionário de Changana)*.

Em 2016, surge outro dicionário monolingue de Changana, intitulado *Tihlungu ta Rixaka - Dikixinari ya ririmi ra xitsonga*, da autoria de Makisi Max Marhanele e Vinani Bila, dois lexicógrafos sul-africanos falantes nativos desta língua, na sua variante sul-africana designada Tsonga. Ao longo da apresentação destas obras tivemos o ensejo de ver que a sua quase totalidade foi produzida por missionários, oficiais do governo colonial, entre

¹⁴ Professor na língua swahili.

outros. Para além do facto de que estes trabalhos eram concebidos para responder às necessidades de falantes de línguas europeias, a sua análise revelou que há uma proliferação de ortografias que tornou difícil realizar estudos posteriores, tanto fonológicos como lexicográficos. Na secção que se segue, debruçamo-nos sobre os dois dicionários que constituem o objecto deste trabalho.

3. Lexicografando em línguas moçambicanas: os projectos ChaPort e PorChang

3.1. A experiência de uma prática lexicográfica humana

Embora de forma breve, iniciamos esta parte do texto, relatando a nossa experiência de realizar um trabalho lexicográfico do Changana que se baseia numa abordagem da linguística humana. Tratando-se de um trabalho que visa partilhar os desafios da prática lexicográfica, consideramos fundamental a partilha desta abordagem.

Uma abordagem da linguística humana defende que “são as pessoas e suas actividades que devem ser centrais para um estudo da língua” e não o contrário, evidenciando com isto que, para o estudo das línguas, os seus falantes são de primordial importância (MAKONI E SILVEIRA, 2018, p. 379). E é isto que aplicamos em todo o trabalho que envolveu a produção do ChaPort e do PortChang, ao escutar os falantes da língua sobre o que dizem sobre a sua língua em todo o processo, respeitar as suas posições e contribuições, assim como colocá-los a par de tudo o que ocorre até ao processo de publicação dos dicionários.

Para tal, assumimos, durante o nosso trabalho, que os falantes e outras pessoas que irão usar os nossos dicionários são de primordial importância e assumimo-las como sujeitos “usando as suas línguas” (MAKONI E SILVEIRA, 2018); participando activamente na produção dos dicionários e não como meros informantes. Agora, *lexicografando* em línguas moçambicanas, vamos falar do Dicionário Changana-Português, que abriu caminho para o Dicionário Português-Changana.

3.2. O Projecto do Dicionário Changana-Português (ChaPort)

3.2.1. O ChaPort e seus objectivos e destinatários

O projecto da elaboração do dicionário Changana-Português surgiu no início da década 80, quando o Professor Bento Siteo ministrava aulas de Changana nos cursos livres para não falantes, realizados na actual Faculdade de Letras e Ciências Sociais, para responder, principalmente a duas perguntas constantemente colocadas pelos estudantes de Changana: “Como se diz X em Português?” e “O que significa a palavra changana Y?” (cf. SITO, 1991b). Nesta ocasião, o professor terá se apercebido de que era imperioso produzir-se um dicionário Changana-Português.

Constituíram objectivos do ChaPort podem ser assim resumidos: a) fornecer ao falante de changana os meios necessários para exprimir em português algo que tenha formulado em Changana; b) fornecer ao falante de português os meios necessários para compreender o que ouve ou lê em Changana. Deste modo, para ajudar os falantes nativos de Changana no sentido de produzirem textos em português, o dicionário integrou frases ilustrativas com a respectiva tradução. Tal material ilustrativo, bem como os significados dos vocábulos Changanas, tem em conta a regionalização do Português falado em Moçambique (cf. palavras sublinhadas nos seguintes exemplos), sobretudo ao nível do vocabulário. Vejam-se os seguintes verbetes:

(01) **lówólo** (*ri-ma*) 1. lobolo, espécie de dote que o noivo (ou a sua família) dá à família da noiva. 2. cerimónia de entrega do lobolo (uma das fases das bodas de casamento). | *ndzówólo*.

(02) **-khákhéla** *v.i.* falhar, faltar; ser incapaz, não poder; desconseguir.

(03) **jenje** (*ri-ma*), térmite, formiga branca, muchém. *sin. muhlwá*.

O ChaPort fornece ainda informação gramatical (p.e., o tipo de preposição que rege o verbo) e material ilustrativo que indica o género gramatical, a transitividade dos verbos, etc. Tomemos como exemplo este verbete:

(04) **-hundza 1.** *v.t.* ultrapassar; passar (por). *Váhundzé móvha lúwa*. Ultrapassaram aquele carro. **2.** *v.i.* passar (por). *Váhundzé hí kóla tolo*. Passaram por aqui ontem.

Por outro lado, onde se achou o equivalente português difícil ou semanticamente ambíguo quando isolado, forneceu-se sinónimos e/ou definições complementares e glossas, combinando assim o ChaPort com um dicionário monolíngue de português. Eis um exemplo:

(05) **-yambala v.t. 1.** (*roupa*) vestir. **2.** (*sapatos*) calçar. **3.** (*chapéu, brincos, etc.*) usar. **4.** (*idiom.*) *svakúyámbála* vestuário.

Como o dicionário visa também os não falantes de Changana na compreensão e produção de textos em Changana, para além dos significados e/ou definições, faz-se o uso combinado de glossas, rótulos e frases ilustrativas do emprego das unidades em estudo. Por outro lado, porque os usuários não falantes de Changana também não estão familiarizados com as práticas culturais changanas, “as decisões de um lexicógrafo não são tomadas apenas com base no significado semântico das palavras em estudo, mas são também influenciadas por factores sociolinguísticos e culturais.” (SITOE, 2015, p.105). Daqui decorreu a necessidade de coordenação de unidades lexicais entre as duas línguas pelo facto de uma das línguas poder lexicalizar um significado que não está lexicalizado na outra, por não ser culturalmente relevante.

Tomemos, a título de exemplo, duas práticas culturais changanas: o casamento e um dos ritos de purificação - *kucinga*. Em português, o homem casa-se; a mulher também se casa. Este conceito não encontra equivalência em Changana, pois culturalmente, o homem é sujeito activo e a mulher sujeito passivo no processo da constituição do lar. Vejamos como este milando é tratado no ChaPort:

(06) a. **-téká v.t. 1.** pegar; tomar; buscar; trazer; conquistar **2.** (*banca*) levantar, sacar; **3.** (*comércio*) importar, custar. *Gúmaná rítéké malé muni?* Quanto custou o cobertor? **4.** (*tomar por esposa*) desposar.

b. **-tékíwá v.pass.** casar-se (*a mulher*).

Em (06a) -téká também significa desposar (acepção 4). Estaria isto certo não fora a circunstância de que este verbo (-téká) só se aplicar em relação aos homens. Na tradição Changana, a mulher não desposa, é desposada, daí o ChaPort servir-se da glossa (tomar por esposa) e registar, em verbete independente, o mesmo verbo na passiva (**kutékiwá**) para albergar esta informação importante.

O rito de purificação designado por *kucinga* em várias culturas do sul de Moçambique, incluindo na cultura Changana, não encontra paralelo em Português. Sobre estes ritos, o ChaPort fornece a seguinte informação:

(07) **-cíngá II 1.** *v.i.* coabitar, ter relações sexuais como parte de ritos de purificação depois da morte de um parente chegado. (diz-se do homem que se deita com a viúva). **2.** *v.t.* rapar o cabelo como sinal de ter cumprido os ritos de purificação. **3.** *v.t.* receber por esposa a viúva de um parente.

O exemplo (07) mostra que não há um termo em Português para designar este fenómeno '*kucinga*'. O tempo e a criatividade linguística dos falantes encarregaram-se de

preencher esta lacuna lexical, introduzindo no Português de Moçambique o verbo *txingar* que até já consta do “Dicionário Português-Changana” (SITOE, 2017). O mesmo aconteceu com o verbo *casar* que gradualmente foi sendo empregue transitivamente em construções tais como “Consegui juntar dinheiro e finalmente casei a minha mulher o mês passado.” Estes exemplos foram captados nas pesquisas lexicográficas realizadas por Bento Siteo que procurou registar o facto no “Dicionário Português- Changana” (SITOE, 2017, cf. verbete *casar*).

O mesmo sucede com termos de parentesco. A organização dos termos de parentesco também ilustra bem esta dificuldade de busca de equivalentes entre línguas culturalmente distantes, e, paralelamente, a forma como os falantes criam estratégias para preencher estas lacunas nos seus processos comunicativos. A título de exemplo, na comunidade Changana, um primo é um irmão para todos os efeitos. Será que o ChaPort conseguiu ajudar o não falante de Changana a captar esta particularidade ditada pela cultura? Eis o verbete:

(08) **makwávú** (*mu-va*) **1.** (*genérico*) irmão; primo; concunhado; co-esposa. **2.** parceiro; membro de um par; congénere.

Nota-se que a informação cultural está omissa. Gouws (1996) aponta alguns dos recursos usados para a veiculação deste tipo de informação adicional em dicionários bilingues, entre eles o fornecimento de comentários em caixas à margem do verbete. Assim, o ChaPort teria uma caixa com a seguinte informação: «Na cultura Changana, um primo é considerado irmão para todos os efeitos.», informação que seria preciosa ao leitor da língua portuguesa! Este recurso também seria válido para o caso de *concunhado* e de *co-esposa*.

Outra fonte de enriquecimento do Changana é o Português e outras línguas, tais como o Zulu (Z), o Inglês (I) e o Afrincâner (A). Os empréstimos vindos destas línguas são incorporados no Changana num processo de acomodação morfofonológica e semântica (cf. SITOE, 1991), mas alguns itens lexicais, embora passem pela acomodação morfológica, conservam a sua pronúncia, introduzindo novos padrões fonológicos no Changana.

09) **adéptu** (*mu-va*) (*pl. váadéptu*) **1.** adepto. **2.** admirador partidário, sectário. (P).

10) **padrínyu** (*mu-va*) padrinho. [*cf. mutameli*]. (P).

11) **-bala** *v.t.* **1.** escrever. [*cf. -tsálá*]. **2.** (*presenças para pagamento da jornada de trabalho*) marcar. (Z) *-bhala*.

12) **-lapha** *v.t.* curar. *sin. -daha, -jaha*. [*cf. -ongola, -wongola, -tshúngúlá*]. (Z).

13) **ambrafáyi** (*ri-ma*) (*pl. maambrafáyi*) (*coloq.*) gira-discos. *sin. déke, gumbagúmba*. (I) *amplifier*.

14) **muchíní** (*mu-mi*) máquina; motor; aparelho; qualquer engenho. (I) *machine*.

15) **bérhe** (*ri-ma*) urso. (A) *beer*.

16) **-máká** *v.t.* fabricar; produzir industrialmente. (A) *maak*.

Os exemplos acima são empréstimos já se encontram consolidados, acomodados na língua Changana e língua e usados pelos falantes do Changana em Moçambique, por isso, no nosso trabalho, no “Dicionário Changana – Português”, decidimos registá-los.

3.2.2. Harmonização interna e externa da ortografia

Ao analisar as obras que constituíram fontes para o ChaPort, verificamos que a sua quase totalidade foi produzida por missionários, oficiais do governo colonial, alguns dos quais sem uma boa iniciação em Linguística. Para além do facto de que estes trabalhos eram concebidos para responder às necessidades de falantes de línguas europeias, a sua análise também revelou que havia uma proliferação de ortografias que tornava difícil estudos posteriores, tanto fonológicos como lexicográficos.

Para ilustrar esta situação, podemos ver que, até 1944, havia 12 sistemas ortográficos diferentes em uso simultâneo na escrita da língua changana (SITEO, 2002). Isto arrastou-se até 1949, quando representantes de falantes de Ronga, Xitshwa e Changana pugnaram pela unificação da escrita destas três línguas. Esta ortografia foi padronizada, tendo daí resultado o *Tsonga Terminology and Orthography* nº 2, publicado em 1962. Apesar dos grandes avanços conseguidos nesta obra, o sistema de escrita ainda enfermava de inconsistências, como se pode constatar na Figura 1, a seguir, extraída de Siteo (1984, p.16).

Quadro 1: Quadro de comparação das ortografias das línguas do grupo Tsonga

TSONGA ORTHOGRAPHY	b	by	c	d1	dj	dz	hl	j	-	n'	q	r	rh	-	sw	tl	ts	-	tsw	v	vh	x	xj	z	zw
JUNOD 1896 RONGA	b	by	tš	d1	dj	-	hl	-	đ	ñ	-	-	-	r	š	tl	-	t	tš	b	v	š	ž	z	ž
JUNOD 1907 TSONGA	b	by	-	d1	dj	-	hl	-	đ	ñ	-	r	-	-	sw	tl	-	tj	tsw	v	-	sh	-	z	-
QUINTAO 1917 RONGA	b	by	tx	d1	-	-	xl	-	đ	ñ	q	r	-	rj	bs	tl	-	ch	tbs	b	v	x	-	z	-
BERTHOUD 1920 RONGA	b	by	tš	d1	-	-	hl	-	đ	ñ	-	-	-	r	š	tl	-	t	tš	b	v	š	ž	z	ž
JUNOD 1929 TSONGA	b	by	c	d1	dj	dz	hl	j	-	n'	-	r	-	-	sw	tl	ts	-	tsw	v	vh	x	-	z	-
FARINHA 1946 RONGA	b	by	tsh	dh1	-	-	hl	-	dy	ñ	q	-	-	r	ps	thl	-	ty	tps	b	v	sh	-	-	-
NOGUEIRA 1959 RONGA	b	by	tjy	d1	djy	-	hl	-	đ	ñ	-	-	-	rj	ps	tl	-	tj	ps	b	-	x	-	z	-
RIBEIRO 1965 TSONGA	b	bz	tch	d1	dj	dz	hl	-	-	ñ	c	r	-	-	bs	tl	ts	-	ps	v	v	ch	-	z	-
OUWEHAND 1965 TSONGA	b	by	c	d1	dj	dz	hl	j	-	n'	q	r	rh	-	sw	tl	ts	-	tsw	v	vh	x	-	z	-
PERSSON (?) TSHWA	bh	by	c	d1	-	dz	hl	j	-	n'	q	r	r	-	sw	tl	ts	-	psw	v	v	x	-	z	z
MURGENTHAIER (?) RONGA	b	by	c	d1	-	dz	hl	-	j	n'	q	r	rh	r	sw	tl	ts	-	psw	v	vh	x	-	z	-
SÍMBOLOS FONÉTICOS	b	bj	tš	d1	dj	dz	đ	dž	đž	ñ	!	r	rh	ž	š	tl	ts	te	tš	β	v	ž	ž	z	ž

Fonte: Siteo (1984, p.16)

Volvidos mais de 100 anos sobre o primeiro documento escrito em Changana, o primeiro esforço de vulto em direcção à harmonização interna da escrita das línguas do Moçambique independente veio em 1988 com a realização de um seminário internacional promovido pelo NELIMO, da então Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane. Seguiram-se outros três seminários (1999, 2009 e 2018), sendo que o de 1999 e 2009 foram organizados pelas Faculdade de Letras e Ciências Sociais e o último (de 2018) organizado pelo Centro de Estudos Africanos e pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da mesma universidade.

Contudo, o projecto ChaPort enfrentava outro aspecto da escrita do Changana, uma língua transfronteiriça: a harmonização da sua ortografia nos países onde o mesmo é falado! É sabido que cada país da nossa sub-região mantém as suas próprias ortografias. Este é o caso de Moçambique e África do Sul. A título ilustrativo, citamos o caso da

utilização do mesmo símbolo gráfico para representar dois sons, como sucede no sistema ortográfico sul-africano com o uso do dígrafo <sw> com dois valores ([sw] e [ʃ]). Esta prática não permite distinguir *kuswaya* [kus^waja] 'torcer' de *kuswaya* [kuʃaja] 'enxotar'! E é assim que a forte tradição dos sistemas divergentes de escrita usados em Moçambique e na África do Sul, faz do Changana uma língua pluricêntrica em termos ortográficos.

Actualmente, vivemos num mundo em que a circulação de materiais escritos é essencial, principalmente com línguas que cruzam fronteiras. Por isso aceitamos o desafio lançado pelo CASAS - *The Centre for Advanced Studies of African Society* e embarcamos num esforço conjunto de harmonização das ortografias das línguas transfronteiriças da região. As seguintes obras e imagens de algumas das capas ilustram o empreendimento:

- *Intra- and Cross-Border Harmonisation of Mozambican Orthographies: The case of the Tsonga Group* (SITOE, 2002);
- *A Unified Standard Orthography for Tsonga/Changana* (SITOE, 2003a em co-autoria com Chimbutana, Hlungwani, Mabaso, Nkuna e Nxumalo);
- *The Unsolved Questions - Harmonisation of Mozambican Languages* (SITOE, 2003b em co-autoria com Armindo Ngunga);
- *Matsalela yokatsa hi Xichangana* (SITOE, 2006);
- *A Unified Standard Orthography for South Central African Languages (Malawi, Mozambique, Zambia and Zimbabwe)* (BANDA, MTENJE, MITI, CHANDA, KAMWENDO, NGUNGA, LIPHOLA, MANUEL, SITOE, SIMANGO, WAKUMELO, SIAKAVUBA, MUMPANDE, HACHONA, SINAMPANDE & MULEYA, 2008);
- *Bulu ra minsinya ya mihandzu - matshamela ni risima ra minsinya ya mihandzu* (Diálogo entre árvores de frutas - características e importância das árvores de fruta), que é uma brochura em Changana elaborada em 2006 por Ezra Chambal e Rodes Siteo, como meio de divulgação da ortografia padronizada e harmonizada do Changana.

Seguem as imagens de capas de algumas destas obras que ilustram o esforço de harmonização das línguas moçambicanas, incluindo o Changana, no país e na região da África Austral.

Figura 2: Capa do primeiro relatório de padronização das línguas moçambicanas (1988)

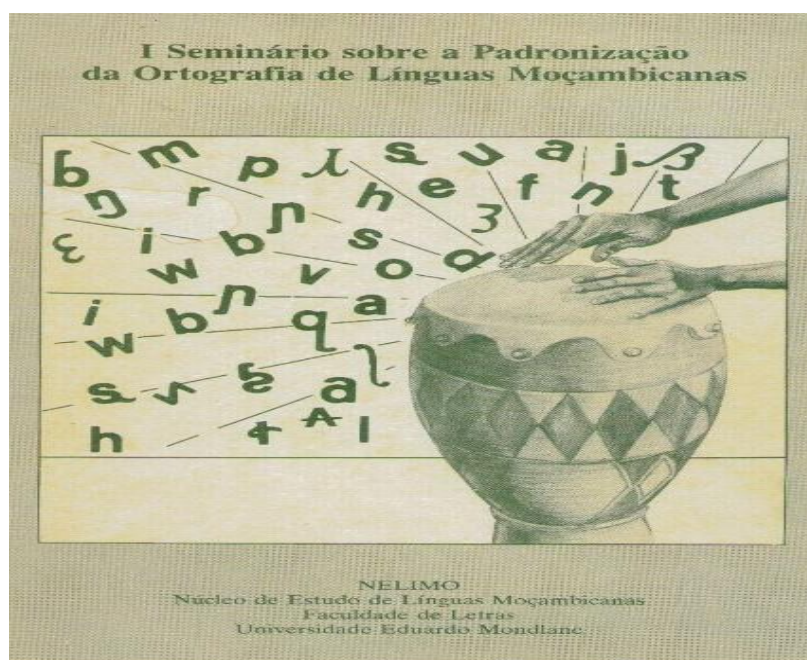


Figura 3: Capa do segundo relatório de padronização das línguas moçambicanas (2000)

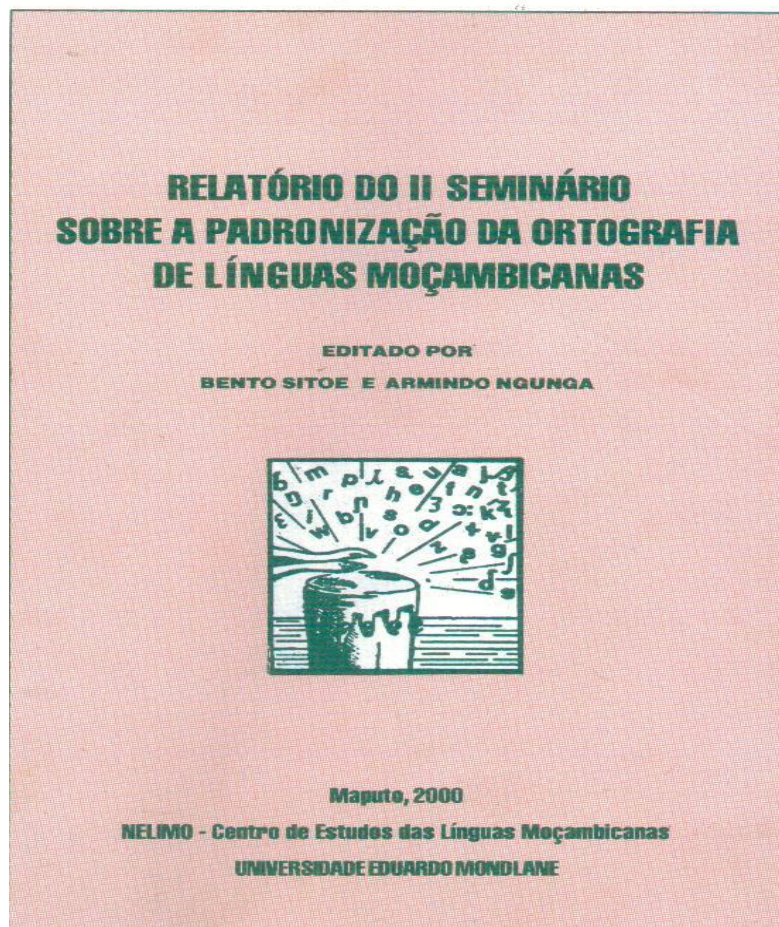
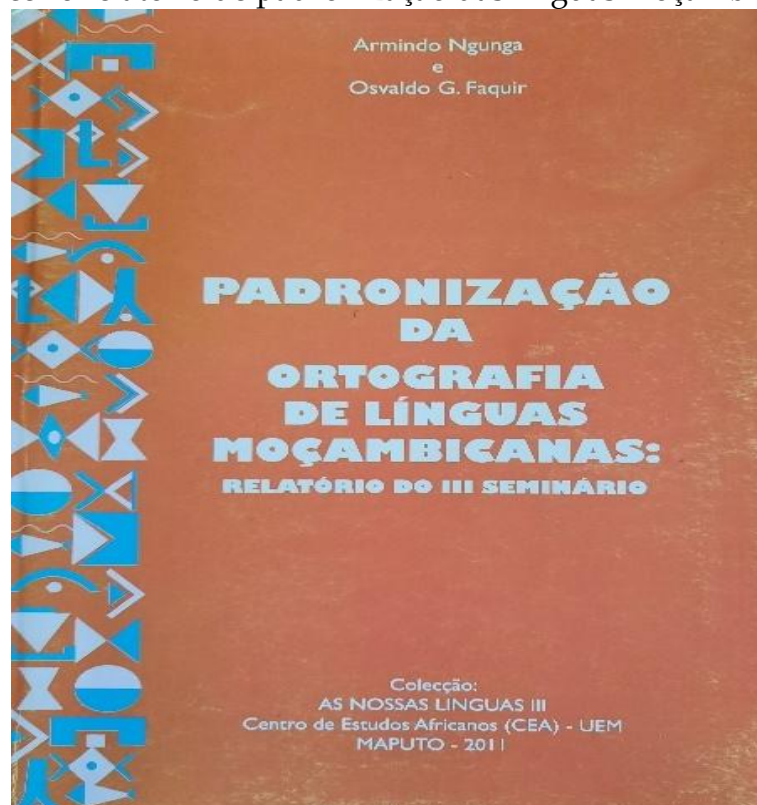
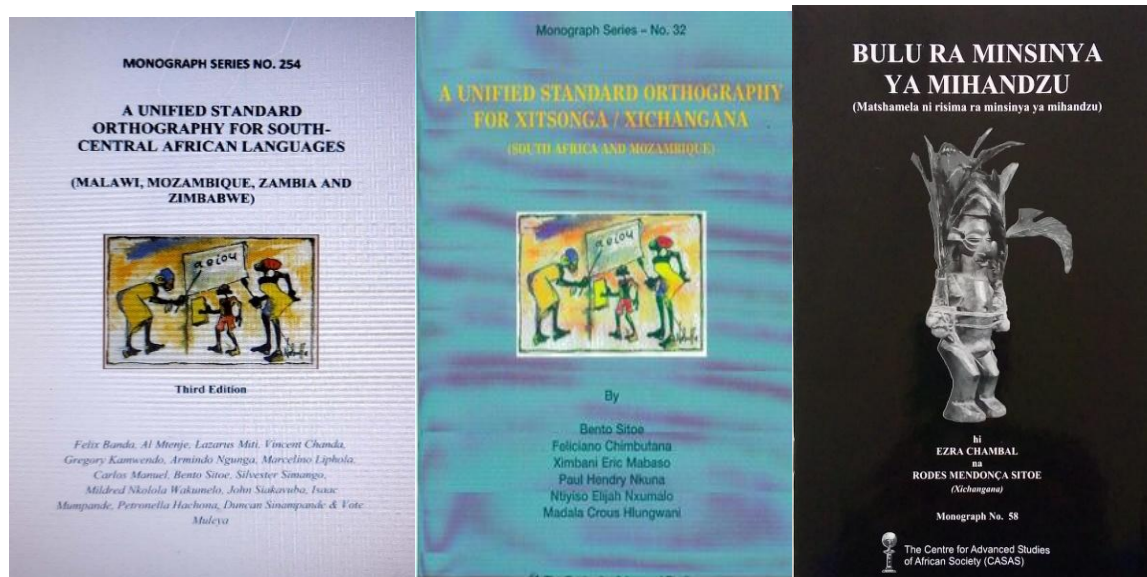


Figura 4: Capa terceiro relatório de padronização das línguas moçambicanas (2011)



Em 2018, realizou o quarto seminário de padronização das línguas moçambicanas e está para breve o lançamento do respectivo relatório.

Figuras 5, 6 e 7: Capas de alguns livros que mostram esforços de harmonização de algumas línguas na África Austral



3.2.3. Metodologia de recolha de material

Por razões já mencionadas, a descrição do histórico metodológico parte do período da elaboração do “Dicionário Changana-Português” publicado em 1996. A partir dos anos 70 Bento Siteo foi recolhendo palavras e expressões ligadas à vida quotidiana para o estudo da língua changana e também para o preenchimento das suas necessidades neste tipo de material em tanto que escritor nesta língua. Este material cobre, grosso modo, as províncias de Maputo e Gaza, em Moçambique, e zonas da África do Sul via obras literárias e contacto directo com comunidades falantes de "Tsonga" naquele país. O ficheiro pessoal produzido a partir destas recolhas alimentou o ChaPort.

Poucos anos depois, surge o Projecto de Elaboração do “Dicionário Changana-Português” (ChaPort), publicado em 1996. O trabalho desenvolvido neste projecto abriu caminho para os subsequentes projectos lexicográficos, dentre eles o de Ronga-Português (RoPort), publicado em 2008; a versão revista e alargada do Changana-Português, em 2011 e o de Português-Changana (PorChang), publicado em 2017.

Como já mencionamos, o Changana é uma língua transfronteiriça, portanto, um dos grandes desafios na prática lexicográfica envolvendo uma língua transfronteiriça, como é o caso de Changana, é a escolha da variedade que o dicionário irá contemplar e o estabelecimento de parâmetros da integração dos regionalismos. Por outro lado, uma língua transfronteiriça apresenta diferenças na sua ortografia porque cada país onde a mesma é falada tem o seu próprio sistema ortográfico. Mesmo com os trabalhos de harmonização acima citados, há questões que prevalecem exactamente pela pluricentralidade conferida à língua por ser transfronteiriça. Ao dicionarista coloca-se a questão de como lidar com as diferenças da escrita da língua. Tem-se verificado também que, quando se trata de uma língua de escrita relativamente recente, o outro desafio está relacionado com a escassez de fontes escritas para a constituição do corpus.

O ChaPort (2011) foi resultado da revisão, ampliação e reedição do Dicionário Changana Português (Siteo, 1996). Assim sendo, todas as bases metodológicas usadas para a elaboração do “Dicionário Changana-Português” na sua primeira edição serviram também para o ChaPort (2011). Porém, importa descrever aqui, que procedimentos metodológicos foram acrescentados na fase de sua elaboração.

De acordo com Siteo (2011), em 2003, a convite da UDEBA (Unidade de Desenvolvimento Básico - um projeto que desenvolve acções com vista a promover e alargar a educação básica), o autor fez uma coleta de contos na província de Gaza e ainda segundo o autor, “na mesma província, integrados numa brigada multi-sectorial em 2007 e 2008 recolhemos mais textos orais. O material recolhido alimentou a presente edição alargada do dicionário” (SITEO, 2011, p. VI). Nesta fase também se recorreu a inquéritos respondidos por colaboradores linguísticos para fornecer os significados em Português do material colectado ou as explicações de vários termos, sobretudo os relacionados com tradições, fauna, flora. Siteo recorreu também a diversos materiais bibliográficos que não foram usados na fase da elaboração do dicionário Changana - Português, na primeira edição, ou porque não teve acesso na altura, ou porque são de edições posteriores à publicação da primeira edição. E, por fim, como já mencionamos, os ideofones existentes no ChaPort foram (re)trabalhados a partir da pesquisa efetuada por Nhampoca (2010), durante o Mestrado (NHAMPOCA, 2018, p. 193) [Grifos nossos].

Portanto, o corpus para a compilação do ChaPort foi construído com base em documentos escritos (dicionários, compêndios de gramática, manuais de curso e guias de conversação, obras etnográficas e de literatura diversa) e fontes orais (contos, provérbios, programas radiofónicos, etc.).

Mais importante ainda, o ChaPort beneficiou também de dados recolhidos por meio de entrevistas realizadas ao longo de 1987 na província de Gaza. Foram abrangidos cerca de 80 homens e mulheres, com idades compreendidas entre 16 e 70 anos. A maioria eram agricultores, mas falou-se também com informantes de outros grupos sociais, nomeadamente escriturários, mecânicos, motoristas, pedreiros, ex-mineiros, professores primários, juízes eleitos, secretários de organizações democráticas, deputados, etc. Estas entrevistas resultaram num total de 90 horas de gravação em fita magnética. Posteriormente, o material foi transcrito (dactilografado, no início e, numa fase mais avançada, digitalizado num processador electrónico de texto). Estas entrevistas forneceram material precioso em termos de diversidade do léxico e da profusão de construções gramaticais que, se tivessem sido usados outros métodos de recolha de dados, não teriam sido talvez produzidos de forma tão natural, espontânea. Isto faz com que o ChaPort reflecta uma abordagem baseada na Linguística Humana na prática lexicográfica.

3.2.4. Metodologia de compilação

Em os finais da década de 1970, o autor do Dicionário Changana-Português (1996) ainda não possuía computador. Usava fichas em cartolina que eram dactilografadas numa velha máquina de escrever e armazenadas por ordem alfabética numa velha caixa de sapatos, como ilustrado abaixo:

Figura 8: Caixa de sapatos usada como ficheiro de armazenamento de informações para a constituição do Dicionário Changana-Português



Fonte: Arquivos lexicográficos de Bento Siteo.

Durante a fase de compilação dos verbetes, o autor foi, por um lado, guiado pelo conhecimento dos conteúdos e das lacunas dos dicionários à sua disposição. Por outro, foi guiado pela experiência de falante bilingue, que permite antecipar de certo modo algumas das áreas de sentido que necessitariam de ser documentadas para determinados verbetes.

Assim, Bento Siteo procedeu à consulta sistemática do material recolhido, retirando as unidades lexicais ainda não registadas nas suas fichas ou cujos sentidos não estivessem ainda indicados, bem como material ilustrativo pertinente para unidades mesmo já dicionarizadas. Neste exercício, contou com o apoio de cerca de 30 informantes, quer para o fornecimento de significados em português do material recolhido, quer para a explicação de termos relacionados com as tradições, a fauna, a flora, etc. Estes informantes constituíam o Núcleo das Línguas do Grupo Tsonga, então sediado nas instalações da Rádio Moçambique, em Maputo.

Devemos destacar aqui o papel deste núcleo de língua na pesquisa lexicográfica. No Emissor Interprovincial de Maputo e Gaza, da Rádio Moçambique explorava um programa semanal de uma hora onde os radiouvintes falantes de Changana respondiam a

questões concretas vindas do núcleo ou directamente do autor do Dicionário Changana-Português, como pesquisador.

Numa fase bem adiantada, Bento Siteo beneficiou de um computador cuja tela mostrava apenas sete linhas de texto. Mais tarde, um computador mais robusto permitiu-lhe utilizar um programa informático de apoio à lexicografia, o *Shoebox* (Caixa de Sapatos), cedido pela Sociedade Internacional de Linguística. A designação deste aplicativo foi em homenagem aos primeiros lexicógrafos que usavam caixas de sapatos para armazenarem as suas bases de dados. Actualmente, o aplicativo foi rebatizado com o nome de *Toolbox* (Caixa de Ferramentas) e permite um tratamento mais exaustivo do material recolhido.

3.3. O Projecto do Dicionário Português-Changana (PorChang)

3.3.1. O PorChang e seus objectivos e destinatários

O “Dicionário Português-Changana” é a continuação natural do “Dicionário Changana-Português”. Levou quase duas décadas a compilar, num trabalho que envolveu 4 pesquisadores, incluindo os autores deste artigo, dirigidos pelo Professor Bento Siteo e 36 falantes nativos de Changana espalhados pelo território nacional onde a língua é maioritariamente falada, nomeadamente as províncias de Maputo e Gaza. Este dicionário regista 17.506 verbetes.

O “Dicionário Português-Changana” tentou conciliar os seguintes objectivos: a) Fornecer ao falante de Português os meios necessários para **expressar em Changana**, oralmente ou por escrito, algo que tenha formulado em Português. b) Fornecer ao falante de Changana os meios necessários para **compreender** o que ouve ou lê em Português.

No concernente aos milandos da ortografia no “Dicionário Português-Changana”, aponta-se a necessidade de harmonização da ortografia do Português de Moçambique (PM) devido à proliferação de sistemas de escrita usados em documentos produzidos em Moçambique. O registo de algumas palavras vindas das línguas bantu apresenta algumas oscilações, pois em muitos casos parece não estar claro quais as regras que devem ser seguidas. Uns tendem para uma ortografia mais próxima da língua portuguesa outros para a ortografia da língua de origem. E é assim que muitas palavras usadas no PM ainda não têm a sua grafia estabilizada.

17) *xima/chima*;
txopela/tchopela;
Vilankulu/Vilan'kulu/Vilanculo;
bacela/bassela;
nkariningana/caringana;
phahlar/palhar; etc.

No seminário sobre a integração de empréstimos lexicais no Português de Moçambique, organizado em 2012 pelo Observatório de Neologismos do Português de Moçambique, uma das linhas de pesquisa da Cátedra de Português Língua Segunda / Língua Estrangeira, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (<http://www.catedraportugues.uem.mz>), no qual os dois autores deste texto participaram, foram estabelecidos os seguintes princípios que deveriam ser considerados no processo da padronização da ortografia dos empréstimos no PM:

- Reconhecer e respeitar o princípio de que os empréstimos lexicais do PM fazem parte do acervo lexical desta variante e devem ser nela integrados.
- Sempre que possível, padronizar-se o uso, aproximando a escrita da fala.

- Ter em conta que no sistema ortográfico do Português nem sempre há correspondência biunívoca entre os sons e os grafemas. Sendo assim, nos casos em que se tem um som da língua de origem para o qual o Português oferece vários grafemas, é preciso decidir qual deles usar.

- Para o caso de sons sem correspondência no sistema fonético do Português, como, por exemplo, os grupos consonânticos *pf*, *bv*, *ndr*, devem criar-se formas de escrita que não interfiram profundamente no sistema ortográfico do Português.

Concordamos com estas directrizes e temos estado a aplicar em trabalhos correntes, embora reconheçamos que esse tem que ser um exercício contínuo.

3.3.2. Fontes de extracção de dados do PorChang

Os dados compilados no Dicionário Português-Changana foram extraídos dos instrumentos abaixo:

a) Equivalentes em Português resultantes da reconversão do ChaPort com o auxílio do programa *Shoebox*. Os equivalentes passaram a encabeçar os verbetes do PorChang.

b) Todas as palavras, em português, que ocorreram no ChaPort foram registadas no PorChang.

Para além deste material vindo do ChaPort, as unidades registadas neste dicionário tiveram como origem o material recolhido e seleccionado de diversas fontes que podem ser agrupadas em duas categorias a saber:

a) Documentos escritos

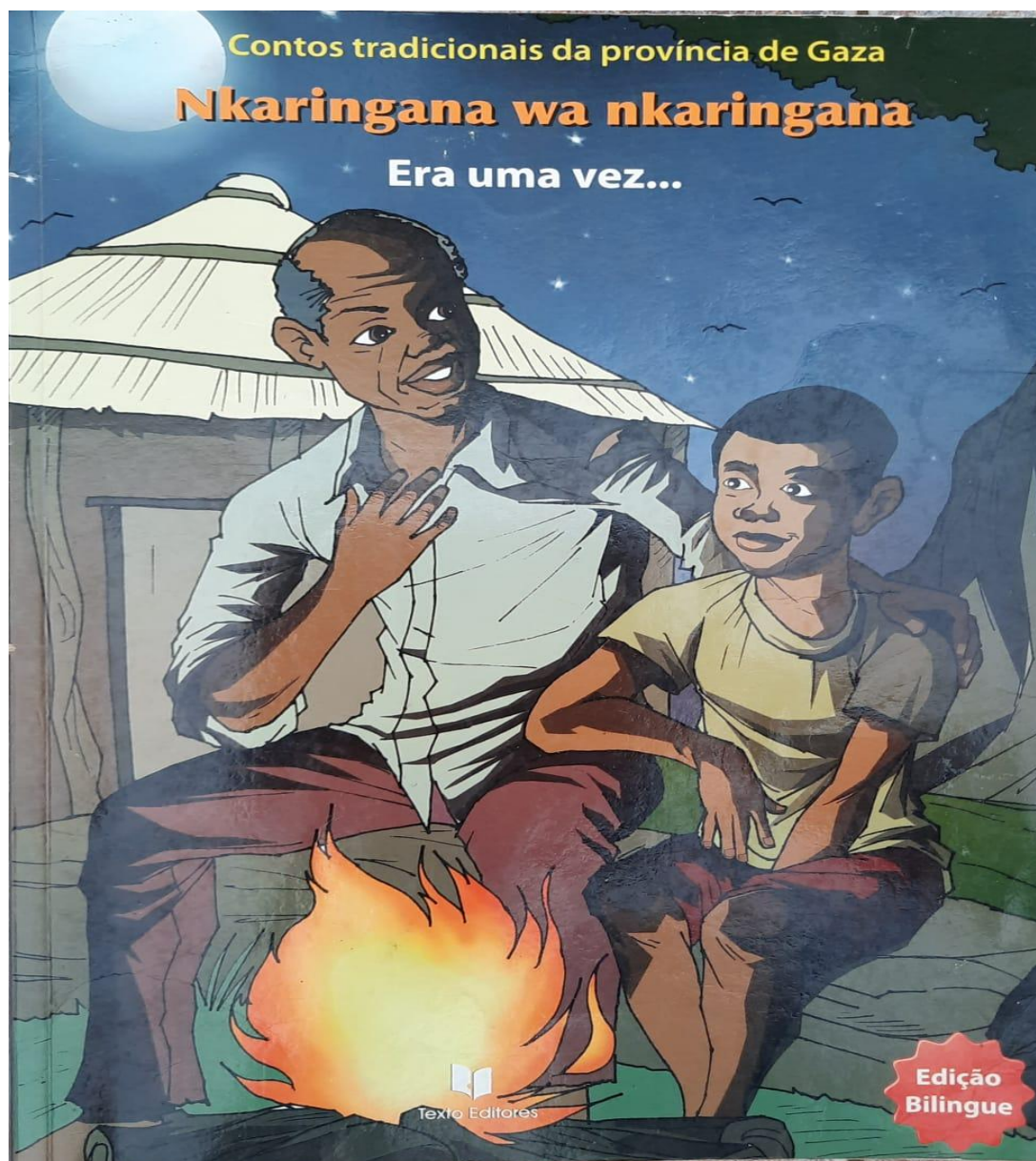
Em termos de documentos escritos, consultamos, para a extracção de dados, os seguintes:

- A Bíblia Sagrada de João Ferreira Almeida (1956);
- O Léxico no Português de Moçambique. Aspectos Neológicos e Terminológicos (Mendes 2000);
- Minidicionário de Moçambicanismos (DIAS, 2001);
- Abecedário dos mamíferos selvagens (DIAS, 1981);
- o primeiro volume de Plantas Medicinais, seu uso tradicional em Moçambique (JANSEN E MENDES, 1983);
- Plantas Medicinais, seu uso tradicional em Moçambique. (Vol. 2) (JANSEN E MENDES, 1984.);
- Plantas Medicinais, seu uso tradicional em Moçambique. (Vol. 3) (JANSEN E MENDES, O. 1990.);
- Usos e costumes dos Bantu. (Vols. 1 e 2) (JUNOD, 1996);
- Moçambicanismos - Para um Léxico de Usos do Português Moçambicano (LOPES, SITO E NHAMUENDE (2002);
- entre outros.

b) Contos

Em 2003 recolhemos contos changanas que foram traduzidos para Português e publicados numa edição bilingue. O material recolhido deste livro alimentou o dicionário com vocabulário muitas vezes ligado às tradições da comunidade changana. Abaixo segue a imagem do referido livro

Figura 9: Capa do livro de contos bilingue (Português-Changana)



3.3.3. Metodologia de compilação

No geral, o Dicionário Português-Changana retoma as estratégias do Dicionário Changana-Português para ajudar tanto os falantes nativos de Changana como os de português. Ao longo da compilação do dicionário envolvemos 14 informantes em Maputo e 22 em Gaza aos quais distribuímos fichas de inquérito. Após o preenchimento das fichas foram realizados encontros periódicos da equipa do PorChang com os informantes para a análise e harmonização dos conteúdos das fichas.

Duas séries de fichas permitiram a recolha de significados em Changana do material recolhido e a explicação de termos relacionados com as tradições, a fauna, a flora, etc. As fichas da primeira série tinham como título: “*Como se diz em Changana? - Ficha de pesquisa de equivalentes*”. A seguir à explicação sobre o seu preenchimento, para maior precisão das respostas, as palavras eram agrupadas por “famílias” do tipo: a) carta, papel, página, folha; b) fácil, simples, leve, simplificar, facilitar, singelo; c) átomo, molécula,

célula; d) documento, requerimento, declaração, guia de remessa, guia de recepção. Abaixo segue um exemplo da ficha:

Figura 10: Ficha de inquérito (“Como se diz em Changana? - Ficha de pesquisa de equivalentes”)

Como se diz em Changana?
FICHA DE PESQUISA DE EQUIVALENTES

Dicionário
PorChang 001

Data: / / 20

Prezado(a) informante,

Ficar-lhe-emos gratos se nos ajudar a encontrar os equivalentes em Changana das palavras que apresentamos nesta Ficha, em Português.

Ao trabalhar nesta ficha, certamente encontrará outras palavras que aqui não aparecem. Também poderá estar interessado(a) nos seus antónimos (p.e. **subir-fechar**; **abrir-fechar**). Por favor, envie-nos também essas palavras com os respectivos equivalentes e explicações.

Se uma palavra é usada em muitos contextos diferentes, dê-nos os equivalentes, indicando em que contextos ocorrem. Por exemplo:

fio (linha fiada e torcida) – ntambhu: (fio de ornamento) – nkentana: (fio, gume de instrumentos cortantes) – yukarhi

Se quiser passar-nos qualquer informação e não tiver tempo de escrever, por favor envie por sms ou mande um bip a este número, e anotaremos a informação com agrado: 823296200.

carta, papel, página, folha

documento, requerimento, declaração, guia de remessa, guia de recepção

átomo, molécula, núcleo, célula

OBSERVAÇÕES/INFORMAÇÃO ADICIONAL:

Nome do(a) informante:

Idade: Lugar de nascimento:

Lugar de residência: Desde: _____

Ocupação: Contactos:

email:

O investigador:

Agradecimentos antecipados de Bento Siteo e Equipa

Fonte: Projecto PorChang

As fichas da segunda série consistiam de um conjunto de verbetes “problemáticos” (com *nós de estrangulamento*, como dizíamos entre nós na equipa). Tinham como título: “Ajude-nos a corrigir eventuais erros”. Estas fichas funcionaram como forma de testagem do dicionário em elaboração, uma metodologia proposta por Lombard 1994 e De Schryver & Prinsloo 2000. De acordo com estes autores, os lexicógrafos compilam dicionários para os utentes-alvo. Estes consultam os dicionários e acabam por avaliar esses mesmos

dicionários. Assim, os seus utentes (que eram o foco original dos compiladores) acabam sendo os críticos privilegiados dos dicionários. Forma-se uma cadeia de três elementos no processo da compilação de dicionários: o compilador, o utente e o dicionário. Estabelece-se e justifica-se assim a importância de uma ligação permanente compilador/utente ao longo do processo da compilação do dicionário.

Como falantes nativos da língua changana, várias vezes recorreremos à intuição de falante nativo durante as conversas com os consultores linguísticos e durante o registo e sistematização dos dados. E como pesquisadores, contou, igualmente e de forma relevante o fato de já trabalharmos com a língua changana há vários anos. Por razões óbvias, este método perpassou todo o processo de elaboração do PorChang.

4. Repercussões dos projectos lexicográficos

O primeiro ganho, nestes projectos de que temos vindo a falar, é o da componente de formação de pesquisadores envolvidos no projecto, no domínio da Lexicografia e da Linguística Descritiva das línguas bantu. Seis pesquisadores beneficiaram de um curso de lexicografia de um semestre, concebido e orientado pelo Professor Bento Siteo na UEM, no NELIMO – Centro de Estudos das Línguas Moçambicanas. A quase totalidade destes colegas foi integrada nas diferentes equipas dos dois projectos aqui apresentados. Daqui nasceram outros projectos, nomeadamente o “Dicionário Ronga-Português” (RoPort); os projectos dos dicionários Cicopi-Português, Gitonga-Português, Português-Citshwa e o Dicionário de Ideofones de Changana que estão em curso.

O Centro de Estudos Africanos lançou também um curso de Lexicografia. Um dos resultados deste curso foi o surgimento do primeiro dicionário monolíngue de Changana produzido em Moçambique por moçambicanos. Este trabalho teve a supervisão do Professor Armindo Ngunga.

O envolvimento permanente com representantes da comunidade Changana, seja por rádio, por inquéritos e encontros desde o início dos projectos até às cerimónias de lançamento dos dicionários têm um grande impacto no seio desta comunidade. Sentem-se donos dos produtos de pesquisa e falam deles com orgulho e sentem-se seus co-autores pois com eles se identificam. Um dicionário elaborado nestes moldes, para além de outros aspectos, acaba sendo o pódio de onde o povo descreve a sua língua e a sua cultura.

À guisa de conclusão

A descrição que fizemos destes dicionários mostra claramente que há uma vastidão de desafios no processo de elaboração de um dicionário, em geral e mais concretamente, do dicionário bilingue. Um dos desafios que a experiência nos faz partilhar, é a consideração de que “o objectivo principal do dicionário bilingue não deve ser apenas o estabelecimento de uma relação de equivalência semântica entre a LF e a LA. Pelo contrário, o lexicógrafo deve procurar atingir uma equivalência comunicativa” (Gouws 1996: 16).

Por outro lado, ressalta o facto de praticarmos uma Lexicografia Humana, do cuidado, atrelada aos princípios da Linguística Humana no sentido de considerarmos importante e fundamental escutar as comunidades falantes e construirmos com elas os materiais lexicográficos. Os falantes têm muito a nos dizer e a nos ensinar sobre as suas línguas. Propomos esta prática a outros colegas, seja no trabalho lexicográfico assim como em outros campos da pesquisa linguística.

Estes dicionários, para além de contribuírem para a fixação da escrita das línguas abrangidas, estão a beneficiar aqueles que trabalham com línguas moçambicanas, dentre

eles, acadêmicos, planejadores linguísticos, alunos e professores do Ensino Bilingue, bem como os falantes de Português que querem aprender estas línguas. Por fim, gostaríamos de mencionar que este processo foi igualmente importante na formação do pessoal técnico nele envolvido pela aplicação dos resultados da pesquisa em teses e em outros trabalhos de descrição das suas línguas de trabalho. Este é outro desafio que deixamos aqui como recomendação tendo em conta que uma pesquisa, para além de outras finalidades, deve ou deveria contribuir para a elaboração de trabalhos concretos, enriquecendo desta forma a ciência e as comunidades.

Referências

- ALMEIDA, J. F. **A Bíblia Sagrada**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1956.
- BARTHOLOMEW, D.; SCHOENHALS, L. **Bilingual dictionaries for indigenous languages**. México: Summer Institute of Linguistics, 1983.
- BILL, M. **Mbita ya vutivi: tsonga bibliography (1883-1983)**. Johannesburg: Sasavona Publishers, 1983.
- BOLZAN, R.; DURÃO, A. Abandonando os clichês para descortinar um cenário favorável ao uso do dicionário na sala de aula. In: **Vendo o dicionário com outros olhos**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 45-62, 2010.
- CHAMBAL, E.; SITO, R. **Bulu ra minsinya ya mihandzu (matshamela ni risima ra minsinya ya mihandzu) - Diálogo entre árvores de frutas (características e importância das árvores de frutas)**. Cape Town: The Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS) - Monograph Series nº 58, 2006.
- CHATELAIN, C. **English-Tsonga Tsonga-English pocket dictionary**. Braamfontein, Johannesburg: Sasavona Publishers, 1978.
- CHAWNER, A. **Step by step in Thonga**. Nelspruit: Emmanuel Press, 1938.
- DE SCHRYVER, G.-M. & PRINSLOO, D. The concept of “simultaneous feedback”: towards a new methodology for compiling dictionaries. *Lexikos*, [S.L.] nº 10, p. 1-31, 2000.
- DIAS, H. **Minidicionário de Moçambicanismos**. Maputo: Edição da Autora, 2001.
- DIAS, J.A.T.S. **Abecedário dos mamíferos selvagens de Moçambique**. Maputo: Empresa Moderna, 1981.
- DOKE, C. **Bantu Linguistic Terminology**. London: Longman, 1935.
- GOUWS, R. Bilingual dictionaries and communicative equivalence for a multilingual society. *Lexikos*, [S.L.], nº6, p. 14-31, 1996.
- JANSEN, P. C. M.; MENDES, O. **Plantas Mediciniais, seu uso tradicional em Moçambique**. Vol. 1, Maputo: Ministério da Saúde, 1983.
- JANSEN, P. C. M.; MENDES, O. **Plantas medicinais, seu uso tradicional em Moçambique**. Vol. 3, Maputo: Ministério da Saúde, 1990.
- JUNOD, H. **Usos e costumes dos Bantu**. Vol. 1/2. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996.
- JUNOD, H.-A. **Vuvulavuri bya Xitsonga**. Kensington, Johannesburg: Swiss Mission in South Africa, 1967.
- JUNOD, H.-P. **Vutlhari bya Vatsonga (Machangana) - The wisdom of the Tsonga-Shangana people**. Cleveland, Transvaal: Central Mission Press, 1936.
- KOTZÉ, E. Translating culture in bilingual dictionaries. *Lexikos*, [S.L.], nº p. 89-107, 1999.
- LANDAU, S. **Dictionaries: The art and craft of lexicography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- LOPES, A.; SITO, S. ; NHAMUENDE, P. **Moçambicanismos - Para um léxico de usos do português moçambicano**. Maputo: Livraria Universitária, UEM, 2002.

- LOZE, P. **Elementos de leitura ou o primeiro livro para ensinar a língua portuguesa às crianças dos países dos vatswa e varonga**. Johannesburg: Central Mission Press, 1922.
- MAKONI, S. B. Da linguística humana ao sistema "d" e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas. Trad. de Alexandre Cohn da Silveira. **Revista da Associação Brasileira de Linguística**, vol. 17, nº 2, p.376-419, 2018.
- MARHANELE, M. M.; BILA, V. **Tihlungu ta rixaka: Dikixinari ya ririmi ra xitsonga**. Polokwane: Timbila Publishing, 2016.
- MENDES, I. **O Léxico no Português de Moçambique: Aspectos Neológicos e Terminológicos**. Maputo: PROMÉDIA, 2000.
- MPOFU, N. Problems of equivalence in Shona-English bilingual dictionaries. **Lexikos**, [S.L:], nº 11, p. 242-251, 2001.
- NGUNGA, A.; SIMBINE, M.C. **Gramática Descritiva da Língua Changana**. Maputo: Centro de Estudos Africanos- UEM, Coleção 'As Nossas Línguas v', 2012.
- NGUNGA, A.; FAQUIR, O. **Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: (Relatório do III Seminário)**. Maputo: Centro dos Estudos Africanos, 2011.
- NHAMPOCA, E. **Uma proposta metodológica para a compilação de um dicionário de ideofones do changana**. 2010. 67 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2010.
- NHAMPOCA, E. **Identidade categorial e função dos ideofones do Changana**. 2018. 347 f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Brasil, Florianópolis, 2018.
- OUWEHAN, M. **Everyday Tsonga**. Johannesburg: Swiss Mission in South Africa, 1965.
- RIBEIRO, A. **Gramática Changana**. Caniçado: Missão de S. Vicente de Paulo - Evangelizar, 1965.
- SIMANGO, S.; WAKUMELO, M.; SIAKAVUBA, J.; MUMPANDE, I.; HACHONA, P.; SINAMPANDE, D.; MULEYA, V. **A Unified Standard orthography for South Central African languages (Malawi, Mozambique, Zambia and Zimbabwe)**. Cape Town: The Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS), Monograph Series nº 254, 2008.
- SITOE, B.; NGUNGA, A. The unsolved questions: harmonisation of mozambican languages. In: CHEBANE, A.; JOKWENI, M.; MOKITIMI, M. I.; NGUBANE, S. (Org.) **Unifying Southern African Languages - Harmonization and Standardization**. Cape Town: The Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS), Book Series nº 32, 2003.
- SITOE, B. O impacto da "reação simultânea" na prática lexicográfica. **IX Conferência da LASU**, 27-29/11/07. Comunicação. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2007.
- SITOE, B. Intra- and Cross-Border Harmonisation of Mozambican Orthographies: The case of the Tsonga Group. In: PRAH, K. K. (Ed.). **Speaking in Unison - The Harmonization and Standardization of Southern African Languages**. Cape Town: The Centre for Advanced Studies of African Society (Book Series Nº 22), 2002.
- SITOE, B. Alguns dados sobre a lexicografia do tsonga. **Série Cadernos Tsonga**. Maputo: UEM, Departamento de Letras Modernas, nº 3, 1984.
- SITOE, B. **Bzixile - Curso de Tsonga para não-falantes**. Maputo: UEM, Departamento de Letras Modernas, 1991b. (Não publicado).
- SITOE, B.; CHIMBUTANE, F.; MABASO, X. E.; NKUNA, P. H.; NXUMALO, N. E.; HLUNGWANI, M.C. **A Unified Standard Orthography for Tsonga/Changana**. Cape Town: The Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS), Monograph Series nº 32, 2003.

- SITOE, B. **Contribuição para a história das gramáticas do tsonga**. Série Cadernos Tsonga. Maputo: UEM, Departamento de Letras Modernas, nº 1, 1984.
- SITOE, B. **Dicionário Changana-Português**. 2.ed, Maputo: Texto Editores, 2011.
- Sitoe, B. **Dicionário Changana-Português**. Maputo: INDE, 1996.
- SITOE, B. **Dicionário Português-Changana**. Maputo: Texto Editores, 2017.
- SITOE, B. Lexicografia Changana-Português: milandos de equivalência. In: GONÇALVES, P.; CHIMBUTANE, F. (Org.). **Multilinguismo e multiculturalismo em Moçambique: em Direcção a uma coerência entre discurso e prática**. Porto: Alcance Editores, 2015, p.103-131.
- SITOE, B. **Lexicografia da Língua Tsonga: uma proposta metodológica**. (Dissertação de Mestrado em Linguística Africana). Varsóvia: Universidade de Varsóvia, 1991.
- SITOE, B.; NGUNGA, A. **Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: (Relatório do II Seminário)**. Maputo: NELIMO, 2000.
- SITOE, B. Translation: Languages and cultures. **Contrast African Humanities**, Boston: Boston University) nº 9, p.1-13, 1990.
- SITOE, B.; BANDA, F.; MTENJE, A.; MITI, L.; CHANDA, V.; KAMWENDO, G.; NGUNGA, A.; LIPHOLA, M.; MANUEL, C.; **Tsonga Language Committee**. Tsonga terminology and orthography. Pretoria: Department of Bantu Education, nº 2, 1962.
- ZGUSTA, L. **Manual of lexicography**. Praga: Academia, 1971.

No princípio eram os africanismos: descrição e análise da lexicografia do português em Angola

Bernardo Sacanene

Escola Superior Pedagógica do Bengo, Angola

Introdução

O presente texto apresenta uma abordagem sobre a descrição e análise do léxico do português falado em Angola. Um trabalho de recolha documental da produção lexicográfica da realidade em estudo. Os dados sobre a descrição do léxico do português em Angola datam do século XVII, altura em que começaram a ser produzidos os primeiros dicionários até aos dias de hoje. Angola é, do ponto de vista linguístico, uma realidade multilingue onde coabitam não apenas as línguas de origem bantu (umbundo, quimbundo, quicongo, cokwe, nganguela, etc) e de origem não bantu (khoisan e vátwa), mas também a de origem neolatina (portuguesa). O contacto entre essas línguas propiciou a entrada de unidades lexicais das línguas angolanas no português e vice-versa e, a medida do tempo, elas vão ganhando corpo e fixam-se no léxico do português.

Traçou-se, para isso, como objetivo geral, recolher os dados para a construção teórica e documental da lexicografia do português em Angola e como específicos os seguintes: reunir os trabalhos feitos sobre a lexicografia do português em Angola; descrever o léxico do português em Angola; apresentar algumas características do léxico do português em Angola; analisar a técnica lexicográfica nessas obras. A razão do presente trabalho ancora-se no facto de o resultado do contacto entre os povos dar lugar a uma forma própria de falar a língua portuguesa em Angola e, como defende Marquilhas (2013, p. 23) “a par das mudanças na gramática das línguas, há outras alterações, as mudanças lexicais, tradicionalmente registadas nos dicionários etimológicos.” Neste artigo, o foco são as mudanças do português no domínio do léxico.

Essas transformações ocorrem, como se viu, entre vários domínios de descrição linguística e o da lexicografia é um deles. Sendo por isso importante compreender as alterações do léxico do português falado em Angola para responder às questões relacionadas à duplicidade ou triplicidade gráfica, encontrar estratégias para a consolidação das aceções marcadas como angolanismos (SACANENE, 2020). Este estudo reveste-se de importância capital por ser uma das vias para sistematização, com a formulação de teorias sobre os princípios lexicográficos do português em Angola.

1. Trabalhos relacionados

Para abordagem selecionou-se alguns trabalhos que servem de referência por estarem relacionados com o que a ser desenvolvido. O primeiro é o de Porto Dapena (2002) por trazer, de forma genérica, aspetos da lexicografia que ajudarão a compreender os fenómenos que também ocorrem na realidade do léxico do português falado em Angola. O segundo é o trabalho de Ribas (2014), uma obra importante por ser uma das pioneiras referências lexicográficas que apresenta a descrição de unidades das línguas bantu em uso do léxico do português falado em Angola. O estudo de Fonseca (2016) é outro importante trabalho que serve de banco de dados para análise e descrição do léxico em uso em Angola.

Seguimos Kukanda (2002) que aborda a lexicografia em português sobre as línguas bantu: balanço e perspectivas. Nesse trabalho, o autor fala dos dicionários, do léxico, dos guias de conversações, dos catecismos com o propósito de examinar os resultados, os produtos do seu exercício e a sua incidência na eventual expansão do português e divide essa abordagem em partes, nomeadamente: o papel ativo que os escritos bilingues tiveram

no conhecimento das línguas bantu e o aperfeiçoamento da língua portuguesa. O estudo de Fernandes (2019) que apresenta uma visão geral de alguns dicionários das línguas africanas, tendo como principal tópico de discussão o papel dos missionários católicos, protestantes e dos falantes nativos, desde o início da colonização europeia e apresenta como objetivo o de complementar a investigação anterior, bem como indicar os primórdios e os marcos das obras lexicográficas africanas. Na mesma ordem, o trabalho de Silvestre (2016) que apresenta a lexicografia como uma área das ciências das linguagem que serve para analisar e propor métodos de descrição do léxico. Um estudo que vai dar suporte para analisar e descrever os percurso lexicográfico da realidade angolana.

Por fim, ao trabalho de Lino (2017) aqui trazido com dois propósitos: o de refletir sobre o estado da lexicografia angolana na era digital para a responder aos desafios dos dias que correm e o segundo propósito é o de estudar as possibilidades para a construção de dicionários eletrónicos.

2. Descrição do método

A descrição do método do presente estudo passa por princípios teóricos da lexicografia e da metalexicografia. A lexicografia por se encarregar de analisar e propor métodos de descrição e a metalexicografia enquanto técnica utilizada na elaboração dos dicionários. Há, em Angola, línguas de diversas origens, designadamente: as de origem bantu, não bantu e neolatina, que por força das circunstâncias históricas coabitam. A coabitação propiciou contacto linguístico e o resultado desse contacto é a presença das unidades das línguas bantu no léxico.

Para o efeito, a abordagem apresentada por Porto Dapena (2002) relacionada à metalexicografia, serve de aporte ao traçar princípios gerais úteis para a análise da produção lexicográfica feita sobre a realidade linguística angolana, ajudando, deste modo, não apenas compreensão dos fenómenos, como também contribuir para melhorar aspetos dessa realidade, com a construção de teorias e a elaboração de obras.

3. Características do léxico do português falado em Angola

Quando se fala sobre o léxico do português em Angola reduz-se a abordagem à incorporação das unidades lexicais das línguas angolanas no português, resultante de uma tradição que acompanhou este processo desde o século XV até aos dias de hoje. A incorporação não deixa de ser um dos fundamentos, como vários estudiosos referiram (GONÇALVES, 2013; MARQUES, 1985; MENDES, 1985; QUINTA, BRÁS, & GONÇALVES, 2017) há também a extensão de sentido em que unidades lexicais exprimem a ideia primitiva (RIBAS, 2014).

A extensão de sentido, expressa na ideia primitiva ocorreu com os verbos dormir, ouvir e comer apontados por Sacanene (2020, p. 22) em que “o verbo dormir ganha uma aceção que encerra a ideia de ‘permanecer durante a noite’ (ex.: a banheira dormiu no quintal); o verbo ouvir incorpora uma aceção relacionada com a ideia de ‘sentir’ (ex.: hoje, ouvi a injeção); o verbo comer inclui uma aceção relacionada com a ideia de ‘gastar ou usar’ (ex.: O Pedro comeu o dinheiro)”.

Um dos elementos que caracteriza o português falado em Angola é a presença de unidades das línguas angolanas no léxico. A preocupação com presença de unidades das línguas africanas no português angolanas data, de acordo com Tinhorão (1988), de 1642, altura em que missionários portugueses e estrangeiros foram enviados a África para o entendimento das línguas aí faladas.

O léxico do português em Angola não foge ao que acontece na língua de uma forma geral. À língua neolatina se juntam, fruto dos contactos, elementos da língua das línguas bantu e como referiram Quinta et al (2017, p. 147) “a nível de Angola, cruzam-se seis línguas de carácter mais amplo: Umbundu, Quimbundu, Quikongo, Cokwe, Fiote, Cuanhama”. As unidades lexicais das línguas mencionadas são as que mais contribuíram ao léxico. Bastará, para efeitos de provas, conferir os dados apresentados nos dicionários contemporâneos portugueses (CASTELEIRO, 2001; HOUAISS & VILLAR, 2011; WEISZFLOG, 1998) obras lexicográficas de referência.

As unidades lexicais das línguas angolanas merecem maior atenção, porque além de responderem às necessidades de comunicação, nem sempre estão tratadas de maneira uniforme nas obras que as descrevem. A saída língua de partida à língua de chegada nem sempre ocorreu de satisfatória. A observação feita por Ribas (2014, p. 8) refere que “o aportuguesamento dos nomes nem sempre se operou naturalmente, sem perturbações arrepiantes”. As variações gráficas em unidades que se observam nos exemplos como *txissângua*, *quiçângua*, *quissângua* presentes nos dicionários portugueses são alguns dos exemplos.

O léxico do português em Angola caracteriza-se pela combinação das palavras de origem neolatina e as de origem bantu o que tem evoluído. A singularidade desse léxico caracteriza-se não apenas pelo uso de unidades das línguas angolanas, mas também pelo facto de esta ter sido apropriada pelos nativos, transformando-o, com significações típicas da realidade local. Será a considerar a incorporação de unidades das línguas de origem no léxico, a forma como algumas dessas unidades são descritas nas obras lexicográficas de referência que conduzem o estudo. Assim, enumeramos os aspetos que mais destaque têm merecido.

3.1. A existência de um número considerável de unidades oriundas das línguas angolanas

O percurso e a difusão das línguas bantu do seu habitat original no oeste, algures nos Camarões até a leste das margens do lago Vitória (Janson, 2018) e o contacto, no século XV, com a língua portuguesa tornou Angola um país multilingue e como afirmou Inverno (2018, p. 83)

os contactos entre esses povos originaram uma reestruturação linguística significativa quer das línguas africanas quer da língua portuguesa, resultando no desenvolvimento no país de um *continuum* de variedades do português que aponta para a emergência em Angola de uma variedade nacional da língua.

A reestruturação de que fala Inverno (2018) encontram-se, a nível do léxico, várias unidades das línguas angolanas no português. E são essas unidades que estão a ser objeto de análise no presente estudo. Essas unidades entram na língua por necessidade de comunicação e passam por dois processos, nomeadamente: adequação e adaptação à língua de chegada. E foi por esses processos que unidades como: *camundongo*, *carne de funje*, *chá-caxinde*, *cupapata*, *feijão macunde*, *kota*, *loengo*, *lomapa*, *lombi*, *lomungo maculo*, *musseque*, *quixiquila*, *sanzala*, *umbundo* entraram na língua. Importa, entretanto, referir que muitas das unidades lexicais referenciadas já se encontram em dicionários contemporâneos em Casteleiro (2001) e em Houaiss e Villar (2011), apenas para mencionar dois.

3.2.A extensão de sentido

A extensão de sentido é um fenómeno próprio das línguas. A razão de ser apresentada como uma característica do léxico do português falado em Angola reside no facto de a extensão acontecer, exprimindo a ideia primitiva (RIBAS, 2014) das línguas angolanas. Tais ocorrências se dão como resultado da interferência linguística.

Os exemplos de frases tomadas de falantes nativos do umbundu, transportadas para português, por Calossa (2019, p. 26), servem para ilustrar. “Estou a escutar cheiro de peixe”, em consequência, acredita-se, da tradução literal da frase em umbundu “Ndiyevite elemba lyombinsi”, perfeitamente funcional nesta língua.

Como essa, temos outros exemplos:

- A roupa dormiu na corda [ideia de permanência durante a noite];
- Hoje, ouvi a injeção [ideia de sentir a dor da picada]; (RIBAS, 2014, p. 7);

Os exemplos trazem, portanto, a particularidade de apresentarem construções fráscas com unidades lexicais em português, porém com uma organização lógico-estrutural de matriz bantu (MIGUEL, 2019).

3.3.O hibridismo

Ocorre nas circunstâncias em que uma unidade lexical apresenta a seguinte configuração: morfema de uma língua angolana (doravante, LA) + morfema da língua portuguesa (doravante, LP) ou prefixo (adiante, pref.) de uma LA + Radical (aqui, rad.) de LA + Sufixo (agora, suf.) da LP. Para os casos de híbridos complexos a constituição é LP + LA ou vice-versa.

Para Severo (2014), o hibridismo é um dos elementos que contribuem para a expansão da língua portuguesa no contexto multilingual africano, influenciando nas variedades angolana e moçambicana do português. Os hibridismos surgem para satisfação de uma necessidade especial de comunicação e designam atividades económicas, realidades que o país vai conhecendo em função das novas dinâmicas sociais. As unidades recolhidas em dicionários e em trabalhos que descrevem a realidade lexicográfica angolana, apresentadas nos exemplos *infra*, ilustram essa realidade.

candongueiro/a>
moambeiro/a>
quilapeiro/a>
zungueiro/a>

De acordo com Mendes (2010) as palavras híbridas podem apresentar as seguintes estruturas:

- a) Base da LA + Suf. da LP = nomes ou verbos
candongu-eiro> candongueiro: veículo privado de transporte de passageiros
moamb-eiro> moambeiro
mayuyar > mayuyar: falsificar
kinguilar> quinguilar: esperar, vender (alusão a espera que fazem os vendedores informais de moeda estrangeira)
zung-ar> zungar: vender (venda ambulante)
zung> **ueiro**: vendedor ambulante
- b) Pref. da LA + radical da LA + pref. da LP
mu -ulemb-eira> mulembeira: sombreiro
di-komb-ar> dicombar: vender (alusão a rapidez com que se vende um produto)
- c) Prefixo da LA + nome da LP

ki-mercado: mercado grande

ka-relógio: relógio pequeno

As unidades híbridas, quanto ao processo de formação, podem ser derivadas (por prefixação e sufixação) e composta.

ba-kongo

mufet-ada

barra do Dande

beijão makunde

Assim, considerando os aspetos enumerados, pode-se dizer o léxico do português em Angola apresenta elementos que o distanciam de outras realidades, concretamente: Portugal e Brasil. A presença de elementos das línguas bantu data dos séculos XVII e XVIII (TINHORÃO, 1988) facto que permitiu concluir que o significado dessas unidades apresentam uma relativa estabilidade o que não impede, desde logo, a existência, fruto das dinâmicas próprias das línguas, inovações que ocasionam a extensão dos valores semânticos.

4.A dicionarística angolana: fontes

A situação sociolinguística de Angola contribuiu para a existência de interferência linguística o que, de certa forma, permitiu que o português apresentasse características diferentes quando comparado à variedade de Portugal. As diferenças acontecem, de acordo com Mendes (1985), como resultado de interferências inevitáveis que a língua portuguesa sofre em Angola pelo contacto com as outras línguas existentes atualmente.

A presença de unidades das línguas angolanas no léxico do português fez com que os dicionários das línguas bantu fossem considerados como fontes da dicionarística. Para o efeito, tomou-se como referência listas de palavras, vocabulários e dicionários monolingues, bilingues ou trilingues que datam desde o século XVI até aos dias de hoje.

A opção pelos dicionários monolingues, bilingues ou trilingues está intimamente ligada ao panorama linguístico angolano e, porque se entende que a consolidação do estudo do léxico do português falado em Angola passa, em certa medida, pelo estudo de unidades lexicais das línguas que compõem o mosaico linguístico do país. E como defende Vatomene (2002, p. 342) “a política dum língua de partilha em comum como o português deve, não só se preocupar com o futuro deste último, mas também ajudar na clarificação de outras manifestações linguísticas do espaço lusófono”.

Angola não é ainda prolífica no que a produção de dicionários diz respeito. Várias são as razões que concorrem para isso aconteça e dessas, destaca-se o facto de estar a emergir a variedade do português nessa região e, conseqüentemente, as algumas pesquisas na área em referência.

O ano 1482 marca o início dos contacto entre os portugueses e os angolanos, mas é no ano de 1574 que começou o povoamento. Segundo Neto (1979, p. 516-517), o iniciador da próspera Angola de nossos dias foi o grande Governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772), a quem não foi estranha a política do idioma: determinou que os brancos ensinassem aos filhos a língua portuguesa e a ensinassem também aos negros, como se fazia no Brasil. De facto, ainda em 1792 o idioma dominante lá dominante era o ambundo.

Do processo de contacto resultou, de acordo com Neto (1979), a coexistência de três vocabulário, nomeadamente: o vocabulário português, utilizados pelos portugueses entre

si; o bundo, pela população nativa entre si; e um vocabulário intermédio, usado nas relações das populações nativas com os portugueses ou por estrangeiros na comunicação com os portugueses ou com a população nativa.

Tinhorão (1988) defende que a preocupação com o entendimento das línguas africanas por parte dos missionários portugueses data de 1642, porém somente em meados do século XIX surgiu a preocupação de procurar dentro da língua portuguesa, que possíveis palavras teriam advindo do seu contacto específico com as falas dos negros africanos.

Em Portugal, os primeiros estudos foram do então bispo do Reservatório de Coimbra e conde de Arganil, D. Francisco de São Luiz, depois cardeal Saraiva na obra intitulada:

- Glossário de vocábulos portugueses derivados das línguas orientais e africanas, excepto a árabe (SARAIVA, 1837);

No Brasil, os estudos sobre as palavras africanas no português estão nas obras e capítulos de obras que se seguem:

- O elemento afro-negro no português do Brasil (RAIMUNDO, 1933);

- Africanismos no Brasil (BELTRAN, 1987);

- Africanos no Brasil (RODRIGUES, 2010);

- Influência africana no português do Brasil (MENDONÇA, 2012);

- Mitos africanos no Brasil (CARNEIRO, 1937);

- Os africanismos do dialecto Gaúcho (DE LAYTANO, 1936);

- O negro e o garimpo em Minas Gerais (FILHO, 1985);

- A contribuição negro-africana para o vocabulário português (TINHORÃO, 1988, p. 415-440).

Os trabalhos acima referidos servem de fonte para o que se pretende que seja a abordagem dicionarística da realidade em estudo. Para Angola, existem algumas obras que servem ou deveriam servir de base para a consolidação de aspetos ligados à etimologia, aos problemas da dupla ou tripla grafia, aos problemas nas definições do estudo do léxico do português falado em Angola. Dessas obras, selecionamos os dicionários bilingues ou trilingues (português e uma língua bantu e vice-versa) e os dicionários monolingues em português.

4.1. Tipologia dos dicionários

Para Villalva e Silvestre (2014), as tipologias lexicográficas são determinadas a partir dos dicionários existentes e da sistematização das suas características. As obras lexicográficas apresentadas sobre a realidade lexicográfica angolana vão permitir identificar os tipos de trabalhos existentes. Sabe-se que o objetivo a alcançar, a finalidade e a função são pressupostos para a classificação dos dicionários.

Quanto ao objetivo pelo qual é compilado, os dicionários classificam-se em: dicionário de língua, aqueles que descrevem unidades lexicais pertencentes a uma determinada língua (CORREIA, 2009); dicionários de coisas e os dicionários enciclopédicos, que combinam informação linguística e extralinguística (VILLALVA & SILVESTRE, 2014);

Quanto ao número de línguas tratadas, os dicionários podem ser: dicionário monolingue; dicionário bilingue; dicionário plurilingue;

Relativamente à função, isto é, o objetivo com o utilizador usa o dicionário: a resolução de dificuldades linguísticas, o acesso a conhecimentos gerais, a síntese do conhecimento em domínios específicos, podendo ser monofuncionais ou polifuncionais

SVENSÉN, 2009 citado por Villalva e Silvestre (2014). Para Correia (2009), a função do dicionário é a que permite considerar dicionário de compreensão e dicionários de produção, sendo o de compreensão aqueles que tratam do significado ou significados de uma dada entrada, realizando o percurso semasiológico e os dicionários de produção os que se ocupam dos enunciados, corretos e diversificados, na língua segunda ou estrangeira, bem como com o desenvolvimento do vocabulário do estudante.

Quanto ao suporte de publicação podem ser: em papel, digital, conhecido, de acordo com Almeida (2003), como dicionários *machine readable*. Correia (2009) fala da existência de dois tipos de dicionários em suporte digital, nomeadamente: os concebidos para serem usados por máquinas, servindo de base para sistemas diversos de processamento da linguagem natural e os que são organizados para serem usados por pessoas. Os dicionários em suporte digital deram lugar aos dicionários em suporte eletrônico, os quais oferecem, segundo Almeida (2003) um maior leque de possibilidades a nível de funcionalidade e uma crescente exigência de interligações. São consultáveis pela internet, em ligação direta a uma de base de dados e com as possibilidades de atualização constante (VILLALVA & SILVESTRE, 2014).

Segundo Villalva e Silvestre (2014, p. 197), “os novos modelos de dicionários eletrônicos distinguem-se dos impressos pelo fato de explorarem hiperligações entre palavras, por ampliarem a quantidade de dados consultáveis e pela interação com aplicações de correção ortográfica e paradigmas de flexão e conjugação”.

A descrição que fazemos sobre os tipos de dicionários serve para compreender o enquadramento que deve ser dado ao DRA. Assim, o DRA enquadra-se nos dicionários de língua. Há um caminho, ainda longo, a percorrer para que se possam produzir mais obras e que essas respondam aos anseios das populações e da ciência.

4.2. Dicionários monolíngue em português

Há uma presença a considerar de unidades das línguas angolanas no léxico do português. Nos primeiros momentos, a presença dessas unidades foram consideradas por Cuesta e Luz (1971) como muito leves e com uma abrangência apenas ao nível local. Hoje a realidade é outra, os números presentes no Dicionário Língua Portuguesa Contemporânea (CASTELEIRO, 2001) e no Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS, 2001) mostram que o léxico oriundo das línguas angolanas apresenta uma abrangência maior.

Os números das unidades lexicais oriundas das línguas bantu justificam a existência de dicionários. E como defendem Villalva e Silvestre (2014, p. 190) “os dicionários monolíngues são uma manifestação de emancipação das línguas.” No contexto angolano, os dicionários monolíngues em português e outros trabalhos de natureza lexicográfica, resultam das características que essa língua tem estado a tomar. Embora ainda em número muito reduzido, as obras existem e estudos têm sido feitos para ajudar na construção de grandes dicionários. Das obras existentes, destacamos as seguintes:

- Dicionário de regionalismos angolanos (RIBAS, 2014);

O Dicionário de Regionalismo Angolanos é a principal fonte de estudo dada a exiguidade de obras dessa natureza para a realidade angolana. O português que emerge em Angola apresenta características que o distanciam das outras variedades linguísticas. Cuesta Vázquez e Mendes da Luz (1971) apontam alguns traços próprios do português de Angola, fruto da influência das línguas locais sobre essa língua. Uma posição partilhada por Ribas (2014, p. 80) ao defender que “por efeito da influência, sofre a língua portuguesa, em Angola, a natural modificação, quer na prosódia, quer na extensão de

sentido. E a par dessa alteração, o incorporamento de vocábulos essencialmente regionais: uns, em sua pureza; outros, no hibridismo do acasalamento”.

A influência de unidades provenientes das línguas angolanas deu lugar ao alistamento de numerosos termos de uso corrente no português falado em Angola, coligidos na publicação intitulada “Dicionário de Regionalismos Angolanos”, adiante designado DRA.

- Pequeno dicionário Caluanda, 1001 termos da fala de Luanda explicados em português (FONSECA, 2016);

- Umbundismos no Português de Angola Proposta de um Dicionário de Umbundismos (COSTA, 2015);

- Proposta de um dicionário virtual do português de Angola como ferramenta de análise vocabulário de textos literários angolanos (BLACK, 2014);

As obras de Ribas (2014) e de Fonseca (2016) são importantes bancos a ter em conta para a elaboração de trabalhos lexicográficos do português falado em Angola. As unidades lexicais oriundas das línguas angolanas são elementos do banco de dados porque:

- permitem consolidar as unidades lexicais já registadas;
- ajudam a identificar se os problemas nas definições são das línguas de partida ou dos dicionários;
- contribuem para estudos de PLN com as mesmas línguas;
- tornam as línguas angolanas exequíveis em programas como: LinguaKit e IRAMUTEQ;
- minimizam problemas da dupla ou tripla grafias

4.3. Dicionários bilíngues ou trilingue: português/línguas bantu

Referências colhidas em Fernandes (2019) indicaram que os primeiros dicionários da África Ocidental-Central datam de 1648 e estão escritos em kikongo, em kimbundu, em umbundu, depois Wolof, do qual o primeiro dicionário é de 1825, Yoruba, com o primeiro dicionário em 1843 e o Hausa também em 1843.

Neste estudo, falaremos apenas dos dicionários¹⁵ que descrevem as línguas do espaço angolano. Apresentamos, à semelhança de Vatomene (2002), um inventário de alguns dicionários das línguas bantu faladas em Angola.

Tais são:

- Vocabularium Latinum, Hispanicum, et Congense ad usum missionariorum transmittendorum ad regni Congi missiones (Vocabulário latino, espanhol e kikongo para utilização dos missionários enviados para missões no Reino do Kongo) terminado em meados de 1648);

- Catecismo em português e kimbundu por Padre José de Gouveia de Almeida (1715);

- Dicionário da língua Bunda ou Angolense por Bernardo Maria de Cannecatim (1805);

- Dicionário de Umbundu por William Henry Sanders e William Edwards Fay (1885);

¹⁵ Mais pormenores sobre a microestrutura de alguns dicionários aqui inventariados veja-se o trabalho de Fernandes (2019) que apresenta uma visão geral de alguns dicionários de línguas africanas, sublinhando o papel dos missionários (católicos e protestantes) e falantes nativos desde o início da colonização era até aos dias de hoje.

- Dicionário e gramática da língua Kongo por William Holman Bentley (1887 com um apêndice de 1895);
- Ensaio de Dicionário Português – Kimbundu por Joaquim Dias Cordeiro da Matta (1893);
- Noções de gramática landina e breve guia de conversação em português, inglês e landim por Alberto Carlos de Paiva Raposo (1893);
- Vocabulário Português-Umbundu e Umbundu-Português por José Pereira do Nascimento (1894);
- Catecismo Kimbundu e Português por Victor Wendling (1903);
- Dicionário Ganguela-Português. Língua falada nas regiões do Cubango, Nhemba e Luchaze, coordenado pelo pastor Guy Atkins (1939);
- Dicionário Olunyaneka - Português por Benedito Bonnefoux (1940);
- Dicionário Kimbundu - Português por A. Assis Júnior (1942)
- Dicionário Etimológico Bundo - Português por Albino Alves (1951);
- Guia prático para aprendizagem das línguas portuguesa e omumbuim (língua indígena da Gabela, Amboim, Cuanza Sul por António da Silva Maia (1951);
- Lições de gramática de quimbundo (português e banto) dialeto Omumbuim. Língua indígena da Gabela, Amboim, Cuanza Sul por António da Silva Maia (1951);
- Manual prático de conversação em Português e Mussele por António da Silva Maia (1955);
- Dicionário complementar português – kimbundu – kikongo (línguas nativas do centro de Angola) por António da Silva Maia (1964);
- Dicionário Português-Umbundu por Grégoire Le Guennec e José Francisco Valente (1972);
- Dicionário Cokwe-Português por Adriano Barbosa (1989).

A apresentação da lista de dicionários tem duas razões: a primeira para o levantamento do trabalho dicionarístico angolano e a segunda, por se entender que essas obras ajudarão a minimizar problemas já mencionados como: da duplicidade ou da triplicidade gráfica, da quase exclusividade etimológica de algumas unidades, e dos dados relacionados às definições que não correspondem, questões relacionadas ao preconceitos (CORREIA, 2006; SACANENE, 2019).

5. Léxico do português em Angola: notas breves

Este tópico abre com o posicionamento de Gonçalves (2013, p. 161) segundo o qual “os condicionamentos socio-históricos que subjazem à formação das variedades africanas do português, só começam a ganhar um formato mais consistente nos últimos vinte anos do séc. XX.” As unidades lexicais das línguas angolanas resultam do contacto entre os povos. Casteleiro (2001) fala de africanismos e advoga que esses fazem parte do conjunto de entradas que ocorrem na comunicação oral ou escrita em português nos países africanos lusófonos. Para Villalva e Silvestre (2014, p. 11), “os estudos sobre a natureza do conhecimento lexical no que diz respeito à aquisição, à compreensão ou à produção são sem dúvida interessantes e talvez decisivos para o conhecimento do uso da linguagem como um todo”.

Entende-se que a abordagem sobre léxico do português em Angola deve ir além da incorporação vocabular. A metalexicografia dessas unidades vai contribuir para a formulação de princípios teóricos da realidade em estudo. Para efeito, seguiu-se Schmitz (2007) que na resenha que faz ao Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (adiante DLPC) questiona os critérios usados para determinar a frequência de uso de

certos africanismos. A proposta de Schmitz (2007) reforça a existência de unidades lexicais de origem bantu nos dicionários de referência, por um lado e a necessidade de maior estudo, por outro.

Um dos problemas que o léxico do português em Angola apresenta é a questão gráfica. A questão da duplicidade gráfica no DLPC é atribuída às fontes. Miguel (2019) fala da confusão [sic] que se verifica na escrita das unidades das línguas bantu em português. Uma questão que considera complexa e que tem suscitado debates e desses surgem duas tendências: a do uso da grafia latina e da grafia bantu.

A proposta para esse caso é, a semelhança de Miguel (2019), a de adequação à língua de chegada, a razão é de ordem metodológica, sendo que os dicionários conservam informações sobre a etimologia. O estudo sobre o léxico passa em analisar a questão gráfica. Assim, a construção de *corpora* das línguas angolanas ajudaria a minimizar os problemas da duplicidade ou triplicidade gráfica que as unidades das línguas angolanas no léxico do português apresentam e melhoraria a descrição e consolidaria o léxico.

Sacanene (2020) aponta como um dos entraves para o estudo mais exaustivo do léxico do português falado em Angola, que permita a utilização de ferramentas informáticas e de métodos quantitativos, a falta de adequação das línguas angolanas ao novo contexto das tecnologias digitais. Com a construção dos *corpora* será possível tratar também do problema relacionado a atribuição da etimologia dessas línguas; incluir as marcas de uso o que vai permitir manter a distância entre o que é descrito no dicionário e o lexicógrafo, minimizando as conotações negativas que essas unidades apresentam (SACANENE, 2019). E assim, propor a atualização dos artigos (verbetes).

Considerações finais

O português falado em Angola distancia-se daquele que é falado em Portugal e no Brasil. Neste trabalho, o principal objetivo foi o de recolher os dados para a construção teórica e documental da lexicografia do português em Angola. Escolheu-se os princípios da lexicografia e da metalexicografia como metodologias para defender que não bastava falar da incorporação de unidades lexicais das línguas angolanas, é preciso ir além, formulando teorias que possam contribuir para a sistematização do que é dito e tornar essas unidades mais consistentes. Das características que o léxico do português falado em Angola apresenta destacam-se as seguintes: a existência de um número considerável de unidades das línguas angolanas; a extensão de sentido e o hibridismo.

O trabalho discutiu alguns aspetos que serviram de base para minimizar os problemas que as unidades lexicais oriundas das línguas angolanas presentes no português apresentam. A primeira proposta foi a de apresentação das fontes para a dicionarística. Essas fontes, além de servirem como banco de dados ajudam a consolidar as unidades já descritas nas obras lexicográficas de referência. Questões relacionadas aos casos da dupla ou tripla grafia; dos problemas na definição (conotação negativa); a falta de correspondências algumas definições e a atribuição quase exclusiva da etimologia a uma única língua foram alguns problemas que mereceram atenção.

No que concerne às tipologias, há mais registos de dicionários de língua. Será preciso investir mais na construção de dicionários para que haja muitas outras tipologias de modo a melhorar a oferta e desenvolver ciência lexicográfica. A proposta de atualização dos artigos (verbetes) para responder à realidade local é uma necessidade premente e, isso poderá ser conseguido com a adequação dos trabalhos lexicográficos às novas tecnologias. As unidades oriundas das línguas angolanas no léxico do português são um facto é,

preciso, portanto, estudá-las para o crescimento da ciência lexicográfica, em geral e da angolana, em particular.

Agradecimentos

Manifesto os meus agradecimentos ao Dr. Elias Sancho Malavoloneke pela ajuda com a tradução do *Elomboluilo*.

Referências

- ALMEIDA, J. J. D. de. **Dicionários dinâmicos multi-fonte**. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Minho, 2003.
- BELTRAN, B. **O Africanismo brasileiro**. Recife: Pool, 1987.
- BLACK, C. M. F. **Proposta de um dicionário virtual do português de Angola como ferramenta de análise vocabular de textos literários**. Universidade Aberta, 2014.
- CALOSSA, B. V. **Aquisição e erosão no desenvolvimento linguístico de falantes bilingues em Angola**. Dissertação de Mestrado. Português Língua Não Materna, Português Língua Estrangeira (PLE) em Língua Segunda (L2), Universidade do Minho, Minho, 2019.
- CARNEIRO, A. J. de S. **Mitos africanos no Brasil**. Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.
- CASTELEIRO, J.M. (Ed.). **Dicionário da língua portuguesa contemporânea da academia das ciências de Lisboa**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/ Editorial Verbo, 2001.
- CORREIA, M. A discriminação racial nos dicionários de língua: tópicos para a discussão, a partir de dicionários portugueses contemporâneos. **Alfa Revista de Linguística**, vol.50, nº2, 155-171, 2006.
- CORREIA, M. **Os dicionários portugueses**. Lisboa: Caminho, 2009.
- CUESTA, P. V.; LUZ, M. A. M. da. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 1971.
- DE LAYTANO, D. **Os africanismos do dialecto Gaúcho**. Porto Alegre: Livraria do globo, 1936.
- FERNANDES, G. Missionary and Subsequent Traditions in Africa. In: CONSIDINE, J. (Ed.). **The Cambridge World History of Lexicography**. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781316827437.032>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- FILHO, A. da M. M. **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. Itatiaia Limitada, 1985.
- FONSECA, M. S. **Pequeno dicionário Caluanda, 1001 termos da fala de Luanda explicados em português**. Lisboa: Guerra e Paz, 2016.
- GONÇALVES, P. O português em África. In: RAPOSO, E. B. P. (Ed.). **Gramática do Português**. Vol. I, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 157-178.
- HOUAISS, A. (Ed.). **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário do português atual**. Lisboa: Círculos de Leitores, 2011.
- INVERNO, L. Contacto linguístico em Angola: retrospectiva e perspectivas para uma política linguística. In: PINTO, P. F.; MELO-PFEIFER, S. (Eds.). **Políticas Linguísticas em Português**. Lisboa: Lidel, 2018, p. 82-105.
- JANSON, T. **História das línguas: uma introdução**. Associação Galega da Língua, Trans. Galiza: Através editora, 2018.
- KUKANDA, V.A Lexicografia em Português sobre as línguas bantu balanço e perspectivas. **Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Porto, 5 a 9 de Setembro de 2000, p. 337-344, 2002.

- LINO, T. Portuguese lexicography in the Internet era. *The Routledge Handbook of Lexicography*, p. 608–618, 2017. Disponível em: <https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9781315104942.ch38>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- MARQUES, I. G. Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola. **Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo**, Lisboa-1983, Actas, I, 205–224. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.
- MARQUILHAS, R. Fenómenos de mudança na história das línguas românicas. In: RAPOSO, E. B. P. (Ed.), **Gramática do Português**. Vol.I. Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- MENDES, B. C. **Contributo para o estudo da língua portuguesa em Angola**. Lisboa: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, 1985.
- MENDES, I. **Da neologia ao dicionário: o caso do português de Moçambique**. Maputo: Texto Editores, 2010.
- MENDONÇA, R. **A Influência africana no português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012.
- MIGUEL, A. J. **Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais bantos no português oral de Luanda**. (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa), 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/37919>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- NETO, S. da S. **História da Língua Portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- PORTO DAPENA, J.-Á. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, S.A., 2002.
- QUINTA, J.; BRÁS, J.; GONÇALVES, M. N. O. Umbundo no poliedro linguístico angolano: a Língua Portuguesa no entrelaçamento do colonialismo e pós-colonialismo. **Revista Lusófona de Educação**, vol.35, p.137–154, 2017.
- RAIMUNDO, J. **O elemento afro-negro na língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1933.
- RIBAS, Ó. **Dicionário de regionalismos angolanos**. Luanda: Fenacult, 2014.
- RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- SACANENE, B. **Análise e funcionamento dos angolanismos no léxico do português**. Tese de doutoramento. Universidade do Minho, Minho, 2020.
- SACANENE, B. S.Análise dos angolanismos no dicionários da língua portuguesa contemporânea. **Revista Diacrítica**, vol.32, nº2, p.485–503, 2019.
- SARAIVA, F. de S. L. **Glossario de vocabulos portuguezes derivados das linguas orientales e africanas excepto a árabe**. Lisboa: tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1837.
- SCHMITZ, J. R. Dicionário da língua portuguesa contemporânea. **DELTA: Documentação de Estudos Em Lingüística Teórica e Aplicada**, vol.23, nº1, p. 139–149, 2007.
- SEVERO, C. G. Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações. In: SERRA, C. (Org.). **Estão as línguas nacionais em perigo**. Lisboa: Escolar Editora, 2014, p. 8–36.
- SILVESTRE, J. P. Lexicografia. In: MARTINS, A. M. ; CARRILHO, E. (Org.), **Manual de linguística portuguesa**. s.l./s.e., 2016. p. 200–223.
- TINHORÃO, J. R. **Os negros em Portugal, uma presença silenciosa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.
- VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. **Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do português**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- WEISZFLOG, W. (Ed.). **Michaelis: moderno dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

Língua, cultura e noção de variação no ensino da língua portuguesa em Moçambique

Rajabo Alfredo Mugabo Abdula

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Introdução

A variação é uma característica comum de todas as línguas, pois, nenhuma língua se mantém estanca o tempo todo sem permitir variações e mudanças. A variação pode ocorrer em diferentes níveis da língua, contudo, no contexto moçambicano, o nível lexical tem tido maior notabilidade devido aos empréstimos lexicais que a língua portuguesa recebe das línguas bantu moçambicanas, o que pressupõe que, o conhecimento do léxico é indispensável para estudo e compreensão de qualquer língua. O léxico não é apenas o conjunto de vocábulos, o léxico envolve também a cultura dos falantes, isto é, “o léxico de uma língua é constituído por um conjunto de vocábulos que representam o patrimônio sociocultural de uma comunidade” (SORBA; ISQUERDO, 2006, s/p). Portanto, estudar o léxico significa também estudar a cultura dos falantes, seus hábitos, seus valores, sua visão do mundo e o significado em torno de cada palavra ou conjunto de palavras.

Em Moçambique além de se falar a língua portuguesa que é a língua oficial, são faladas também cerca de vinte línguas do grupo linguístico bantu, que constituem língua materna da maioria da população moçambicana, principalmente as que vivem nas zonas rurais. Por causa do contexto em que a língua portuguesa se encontra, o léxico da língua portuguesa em Moçambique acaba sofrendo influência do léxico das línguas bantu moçambicanas, como fizemos menção anteriormente, o que faz com que o português falado em Moçambique seja diferente em alguns aspectos do português falado em outras regiões do globo terrestre. Existem estudos realizados sobre a variedade moçambicana do português, tais como (ABDULA, 2017, 2021), (TIMBANE; ABDULA, 2016), (TIMBANE, 2017), (TIMBANE; NHAMPOCA, 2017), (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004), (GONÇALVES, 2007, 2012), (MENDES, 2010), etc., que mostram algumas diferenças entre o português moçambicano e o português europeu.

A escola moçambicana encontra-se em um meio onde a norma-padrão do português europeu é a norma usada formalmente pelas instituições e a norma ensinada nas escolas, ao mesmo tempo que tem ao seu redor um povo que fala outras línguas além do português. Muitos moçambicanos aprendem o português na escola e o português desses moçambicanos sofre grande influência das suas línguas maternas e das suas culturas. Para os alunos que chegam à escola falando português, sobretudo os da zona urbana, também trazem consigo um português com características próprias, um português moçambicano que não conforma com às normas da variedade e cultura europeias.

Tendo em conta o contexto sociolinguístico e cultural de Moçambique, e da importância do ensino da língua portuguesa nas escolas moçambicanas que respeite as características do português moçambicano, foi realizada a presente pesquisa que tem por objetivo analisar a presença, tratamento e ensino da variedade moçambicana de língua portuguesa no livro do aluno. Em termos de metodologia, trabalhamos com livro de língua portuguesa da 11ª classe, decidimos trabalhar com este livro porque, diferentes de livros de outras classes, o livro da 11ª classe fala em uma das suas unidades sobre o português de Moçambique, a nossa variedade de análise. Procuramos dentro da unidade ver como é tratado e ensinado o português de Moçambique, a ausência ou presença de noção de variedade e os respectivos exemplos apresentados.

Em termos de organização, primeiro falaremos de cultura, porque ela tem um papel importante na análise de aspectos linguísticos, sobretudo em contextos como Moçambique onde a variedade do português moçambicano transporta consigo marcas de culturas e de outras línguas faladas no país; a seguir falaremos do ensino da língua portuguesa em Moçambique; léxico, cultura e ensino; análise do ensino e aprendizagem da língua portuguesa no livro do aluno e, por último, as considerações finais.

1. Cultura

O termo “cultura” pela sua complexidade e multidisciplinaridade tem sido definido em diferentes áreas de conhecimento sob diferentes perspectivas. A cultura é estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, etc. A palavra “cultura” deriva do termo latim *colare* que significa “cuidar”, “cultivar” e “crescer”, entre outras coisas (TUCKER, 1931).

Kluckhohn (1951), em uma abordagem mais antropológica considera que a cultura consiste em formas padronizadas de pensar, sentir e reagir, adquiridas e transmitidas principalmente por símbolos, constituindo as realizações distintivas dos grupos humanos, incluindo suas personificações em artefatos; o núcleo essencial da cultura consiste em ideias tradicionais (ou seja, historicamente derivadas e selecionadas) e, especialmente, seus valores associados. (KLUCKHOHN, 1951, p. 86, tradução do autor).

A cultura está, no entanto, associada ao um conjunto de valores, práticas e representações que caracterizam o modo de vida e organização de uma sociedade. De acordo com Benveniste (2005),

cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradição, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade [...] (BENVENISTE, 1963/2005, p. 32).

A cultura é inerente à sociedade, o que quer dizer que não é possível dissociar a cultura da sociedade. Para que se fale de cultura é preciso que haja um povo, uma sociedade e/ou conjunto de pessoas que partilham determinados valores, práticas e crenças, sendo a linguagem é um dos principais veículos para a transmissão desses valores. Assim, podemos dizer que a língua se realiza na sociedade e transporta consigo valores culturais que caracterizam a sociedade onde a língua se realiza. Na relação entre língua, cultura e sociedade, se nós

quisermos compreender o papel da língua na vida das pessoas, precisamos ir além do estudo de sua gramática e entrar no mundo da ação social, onde as palavras são encaixadas e constitutivas de atividades culturais específicas, tais como, contar história, pedir um favor, mostrar respeito, insultar[...] (DURANTI, 2000, p. 39).

A cultura se constitui no diário de um povo que no seu ideário atribui significados simbólicos às diferentes representações que caracterizam o seu modo de ver, compreender e de se manifestar em função dos eventos que ocorrem no seu quotidiano e no mundo em que estão inseridos. Dessa forma, eles se moldam em seu próprio meio e formam a sua própria identidade. Não existe povo sem cultura e nem cultura sem povo, do mesmo jeito

que não existem culturas superiores e culturas inferiores. Durante o período colonial em Moçambique foi criada a narrativa que dizia existir línguas e culturas superiores e inferiores; as línguas e culturas europeias foram rotuladas como línguas e culturas superiores, ao passo que, as línguas e culturas moçambicanas foram rotuladas como línguas e culturas inferiores. O exemplo prático dessa prática é o que acontecia com os chamados assimilados em Moçambique. Os assimilados eram moçambicanos de raça negra que para ascenderem outro *status* social (*status* de assimilado) eram obrigados a abandonar a sua língua e cultura e adotar a língua e cultura do colonizador, neste caso a língua portuguesa, como língua de comunicação. Esta relação hierárquica da língua e cultura estabelecida no período colonial teve impacto no período pós-colonial ao se procurar manter a estrutura hierárquica herdada.

No contexto moçambicano é inapropriado falar de uma cultura única que represente todos os moçambicanos, isto é, falar de uma cultura moçambicana. Por ser um país multilíngue e multiétnico, o que se pode falar é de culturas moçambicanas. O léxico da língua portuguesa em Moçambique sofre influência do léxico das línguas bantu moçambicanas, uma influência que não deve ser ignorada durante o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa e não só. Este assunto será desenvolvido ao longo deste trabalho, porém, é preciso antes perceber qual é situação da língua portuguesa em Moçambique no que diz respeito ao ensino desde o período colonial aos dias atuais. Essa questão será desenvolvida na próxima seção.

2. Ensino da língua portuguesa em Moçambique

No período colonial a língua portuguesa era usada como a única língua de ensino nas instituições de ensino em Moçambique, fazia parte dentro da política linguística colonial. Durante o período colonial, o ensino era destinado aos portugueses e seus descendentes que viviam em Moçambique, tendo em conta que esse período Moçambique era considerado uma província de Portugal, e poucos eram os moçambicanos que tinham acesso ao ensino, conseqüentemente, o acesso à língua portuguesa.

A língua portuguesa passou a ser um instrumento de elevação social e de distinção entre os civilizados e os não civilizados. De acordo com Arakaki (2006, p. 60), “a posição de superioridade dava-se principalmente à comunicação em língua portuguesa; o domínio nessa língua era prova cabal da aculturação ou a chave para o universo dos assimilados”. Embora a política de assimilacionismo transparecesse ser uma política que visasse massificar o ensino da língua portuguesa para a população moçambicana, ela não passou de um processo de discriminação e de separação de um pequeno grupo de moçambicanos das suas línguas e culturas, e que, na prática, eles não chegaram a ter os mesmos privilégios tidos pelos europeus.

Sendo, portanto a língua a expressão máxima de um povo, com efeito, não obstante a discriminação cada vez mais institucionalizada na estrutura social e a determinação do regime colonial de limitar as aspirações sócio-políticas do povo moçambicano, o sistema de ensino não se orientou por um plano rigoroso ou padrão uniforme no período de 1885-1930. (ARAKAKI, 2006, p.60). Quando Moçambique se torna independente o número de moçambicanos que falava a língua portuguesa era muito pouco. Os dados estatísticos do Censo realizado em 1980, cinco anos após a independência de Moçambique, davam conta de que a língua portuguesa era falada por 25% e era língua materna de 1% da população moçambicana.

Após a independência de Moçambique, o país adotou a língua portuguesa como língua oficial e foi implementado o programa de massificação do ensino em todo o país.

Esse programa permitiu aumentar o número de alunos nas escolas e, por via disso, o aumentou do número de pessoas que falam a língua portuguesa. Com relação a essa questão, considera Gonçalves (2000, p. 2) que, “no que se refere à área educacional, os dados estatísticos disponíveis revelam que, imediatamente a seguir à independência, duplicou o número de alunos inscritos no ensino primário, passando de 650 mil para um milhão e trezentos mil”, o que fez com que, de acordo com o Censo de 1997, o número de falantes de língua portuguesa passasse para 39,6%.

A língua portuguesa continua sendo a língua de ensino nas escolas moçambicanas, embora haja algumas escolas com ensino bilíngue envolvendo a língua portuguesa e línguas bantu moçambicanas. O ensino da/em língua portuguesa tem permitido o crescimento do número de falantes dessa língua no país. Hoje a língua portuguesa é falada por uma grande parte da população moçambicana como língua segunda, e é língua materna de 16.6% da população de acordo com o Censo de 2017.

O ensino da língua portuguesa em Moçambique é feito seguindo a norma-padrão europeia, porém, o contexto geográfico e sociolinguístico de Moçambique faz com que o português falado no país se diferencie em alguns aspectos do português europeu, o léxico é um dos exemplos notórios dessa diferença, onde as línguas bantu moçambicanas têm influenciado bastante o português falado em Moçambique, como veremos a seguir.

3. Cultura, léxico e ensino

As línguas são constituídas de uma diversidade de vocábulos, e o conjunto ou acervo desses vocábulos é considerado de léxico. De acordo com Vilela (1994), o léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. De acordo com o autor, eventos como avanços e recuos civilizacionais, descobertas e invenções, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, etc., antes de passarem para a língua e para a cultura dos povos, têm um nome e esse nome faz parte do léxico. Podemos assim considerar que, “o léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo”. (VILELA, 1994, p. 6).

A forma como o povo vê o mundo ou a “janela através da qual o povo vê o mundo”, como diz Vilela (1994), diz respeito ao conhecimento que o povo tem sobre o mundo e os eventos que nele ocorrem, e que são registrados através do léxico. Todavia, o léxico de uma língua não se resume apenas ao conhecimento que o povo tem sobre o mundo, vai além disso; “[...] além de o léxico ser a forma de registrar o conhecimento do universo, também é um sistema aberto que engloba o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história, que constitui um tesouro cultural abstrato” (CUMPRI, 2012, p. 42). É ao longo da história que o patrimônio cultural se edifica numa relação intrínseca entre linguagem, povo e diferentes valores e experiências vividas pelo povo ao longo dos tempos que o léxico se encarrega de registrar. O Léxico de uma língua,

constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos [que] abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é somatória de toda experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da cultura, através das idades (BIDERMAN, 1978, p.139).

O léxico ao envolver conhecimentos sobre o universo, experiências vividas ao longo do tempo e todos os valores culturais de uma sociedade, significa que o léxico não surge por acaso, surge da necessidade de nomear as coisas e de nos relacionarmos com outros

com os seres semelhantes e com o mundo em que vivemos. De acordo com Ferraz (2016, p. 10),

da língua, o léxico é o componente que se relaciona mais estreitamente com o conhecimento do mundo. Ao longo de toda a vida, estamos sempre a incorporar, por meio do léxico, o conhecimento de que necessitamos para nos relacionarmos com o mundo extralinguístico. O léxico de uma língua é constituído de unidades criadas a partir da necessidade, expressa pelos grupos sociais, de interação com o universo sociocultural, e por isso mesmo essas unidades, emanadas desses grupos, carregam informações diretamente relacionadas às experiências humanas.

O estudo do léxico é uma das áreas importantes quando se pretende estudar uma determinada língua, pois, envolve conhecimentos linguísticos e culturais da língua a ser estudada. É através da linguagem que os valores culturais da comunidade são transmitidos e apreendidos; assim, “[...] compreende-se que, por meio da linguagem, o homem se relaciona e interage em sociedade, propagando hábitos culturais, revelando a própria identidade e construindo a identidade coletiva” (SOUSA; DARGEL, 2020, p. 10). A relação entre linguagem e cultura é uma relação de dependência, a cultura depende da linguagem para se manifestar e se afirmar, ao mesmo tempo que a linguagem é produto da cultura de um povo. Podemos assim dizer que a linguagem “é o mecanismo pelo qual a cultura sobrevive, e é, ao mesmo tempo, o alimento, o condicionante, a marca, o resultado, ou seja, um produto cultural construído por intermédio da cristalização de uma língua em uma sociedade (SOUSA; DARGEL, 2020, p. 10).

Sendo o léxico responsável pelo transporte e armazenamento de valores culturais e a visão que o povo tem sobre o mundo, então, o estudo da língua passará pelo estudo e compreensão dos fatores linguísticos e extralinguísticos dos falantes da língua. Se quisermos compreender o papel da língua na vida das pessoas, de acordo com Duranti (2000, p. 39), “precisamos ir além do estudo de sua gramática e entrar no mundo da ação social, onde as palavras são encaixadas e constitutivas de atividades culturais específicas, tais como, contar história, pedir um favor, mostrar respeito, insultar[...]”. O léxico, no entanto, entende-se como sendo a primeira via de acesso ao texto e, por via disso, “representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, pois o léxico é o que mais deixa transparecer os valores, crenças, hábitos e costumes de uma comunidade” (ISQUERDO; OLIVEIRA, 1998, p. 07). Estudar o léxico de uma língua significa

estudar a história e a cultura de quem utiliza essa língua. O acervo lexical de um povo é construído ao longo de sua história social, política, econômica, religiosa, etc. Em cada época as palavras se modificam, se ajustam, se acoplam, são esquecidas, são lembradas, são criadas, ajustando sua fonética de acordo com a fala de determinadas comunidades, diversificando o seu significado de acordo com a época vigente, sendo proibida e/ou permitida de acordo com a sociedade em que esteja inserida. Todos esses caminhos, dão, aos estudos lexicológicos, possibilidade de poder estudar as palavras de uma língua nas mais diversas perspectivas (ABBADE, 2012, p. 145).

O português de Moçambique tem sofrido influência das línguas bantu moçambicanas como temos vindo a falar ao longo deste trabalho, e o léxico é o campo que mais sofre influência. Muitos nomes, sobretudo de comidas, plantas, rios, animais, lugares, rituais tradicionais, danças, etc., são oriundos das línguas bantu, mesmo que haja

equivalente na língua portuguesa. Dado o fato de serem nomes usados com muita frequência nas línguas bantu moçambicanas acabam sendo usados no português. Por exemplo, a palavra *mungunha* (*mukunya* na língua Emunika falada em Pebane, na Zambézia) tem sido usada para se referir ao indivíduo de raça branca, o mesmo que *mulungo* usado no sul do país, no entanto, essas palavras têm equivalente no português, porém em certos casos os falantes dessas línguas e dessas regiões preferem usar *mugunha* e *mulungo*, respetivamente e não branco.

A influência que as línguas bantu exercem sobre o português de Moçambique não é de hoje, tem havido registro de ocorrência de neologismo desde o período colonial e tem crescido cada vez mais na medida que aumenta o número de falantes da língua portuguesa. De acordo com Gonçalves (2000, p. 2),

algumas pesquisas exploratórias sobre o Português usado no início deste século (1911-30) revelam, por exemplo, a existência de diversos neologismos de origem bantu: alguns desses empréstimos sobreviveram até hoje (exemplo s: *milando* ('confusão'), *lobolo* ('tributo pago pelo noivo aos pais da noiva'), *mulungo* ('branco')), mas outros parecem ter caído completamente em desuso (exemplos: *tinemba* ('polícias'), *murini* ('agricultor')).

Num país onde a maioria da população fala uma língua moçambicana a influência é inevitável e, dessa forma, o português de Moçambique vai se constituindo, mostrando suas particularidades e peculiaridades que o torna diferente do português falado em outras geografias. Além das línguas bantu moçambicanas, vários novos itens lexicais são criados atribuindo-lhes significados que só os falantes de português de Moçambique ou de uma determinada região de Moçambique são capazes de descodificar e usar.

O uso da palavra *mabassa* (da língua Echuwabo *mabasa* - trabalho) em Quelimane é frequente ao invés de usar a palavra "trabalho". As palavras *pante* (lâmparina), *samussingue* (pessoa que trabalha com transporte de carga na cabeça ou na carrinha de mão), *maza* diminutivo de *mazankongo* (alguém que é bom ou especialista em alguma coisa 'fera'), *mapebane*, *machuabo*, *manharinga*, *manhambane*, (alguém que é natural de Pebane, Quelimane, Maganja da Costa e Inhambane), *nampidane* (mulher de má vida, prostituta), *manhazo* - do Echuwabo *manyazo* (vergonha), *magagada* (mandioca seca), *mulamo* (cunhado), *txunar* (arranjar, organizar, embelezar, reparar, condimentar, adaptar, etc.), *txonado* (sem dinheiro, falido).

No campo da tecnologia verifica-se o uso de palavras de línguas bantu moçambicanas como é o caso da recém-criada plataforma de venda de música na Zambézia *mussika* que significa mercado em português, ou do aplicativo *txapita* que significa correr ou tornar rápido algo, uma linguagem comumente usada por jovens de Maputo, e muitos outros nomes que vão surgindo, num processo natural de evolução, adaptação e atribuição de nomes às novas tecnologias digitais que estejam de acordo com os nomes e saberes locais.

Os empréstimos lexicais das línguas bantu muitas vezes não ocorrem com objetivo de simplesmente substituir um item lexical por outro, no caso em que exista equivalente na língua portuguesa. A razão do empréstimo vai muito além disso, envolve valores culturais que só podem ser representados usando aquele item lexical e não o seu equivalente na língua portuguesa. Quando o falante diz *magagada*, por exemplo, não está querendo dizer apenas uma mandioca seca, envolve todas as representações culturais e tradicionais que envolve a palavra *magadada*, desde o processamento até a secagem e o

valor e fim que é atribuído após esse processo, que não encontra quando se diz mandioca seca para um falante que não partilha os mesmos valores culturais.

O ensino do léxico em Moçambique deve ter em conta não só ao léxico da língua portuguesa devidamente dicionarizados, como deve ter em conta aos neologismos presentes no quotidiano do povo moçambicano. A questão da norma padrão europeia usadas nas escolas não deve ser usada como argumento para negar a variedade moçambicana da língua portuguesa ainda em formação.

A escola não deve ser um lugar onde a realidade linguística do aluno é ignorada em defesa da “imutabilidade” da gramática prescritiva, prejudicando-o por causa da sua história, cultura e contexto linguístico que não coadunam com a norma-padrão em vigor na escola. Devido ao uso de neologismos em sala de aula os alunos têm sofrido reprovações, porque o professor não conhece ou não tolera tais neologismos em redações, exames parciais ou finais, em concursos, exames de admissão (TIMBANE; NHAMPOCA, 2017). Ao contrário disso, sem perder o foco dos objetivos escolares previamente definidos, a escolha deve ser o lugar de acolhimento, de estudo e de defesa da legitimação de uma variedade linguística que represente a realidade sociolinguística do aluno e do país. É sobre questões desta natureza que vamos procurar perceber na próxima seção olhando concretamente para o livro do aluno.

4. Análise do ensino e aprendizagem da língua portuguesa no livro do aluno

A nossa análise sobre o ensino e aprendizagem do léxico foi feita com base nos dados extraídos do livro do aluno, disciplina de língua portuguesa, 11^a classe, do qual apresentamos a referência.

MACIE, F. V. *Pré-universitário – Português 11*. Maputo: Longman Moçambique, 2009.

O livro da 11^a classe fala sobre o português de Moçambique na unidade nove, fala ainda sobre a diversidade linguística do país e apresenta algumas línguas do grupo bantu faladas em Moçambique. Fala da evolução da língua portuguesa e da evolução do léxico na unidade quinze. Após apresentação das línguas bantu moçambicanas, o livro fala da influência que essas línguas exercem sobre o português, como podemos constatar na frase abaixo. O português “é a língua oficial do país, eleita após a independência nacional. Naturalmente, este é influenciado pelas línguas nativas e pelas suas variedades dialetais, distribuídas por diferentes espaços físicos do país” (MACIE, 2009, p. 114).

Por causa dessa influência, o livro fala da legitimidade de se falar de fatores locais do português de Moçambique que varia de região para região em função da língua local falada em cada região. “...por isso é legítimo falar-se de factores locais do português em Moçambique. Assim, os macuas, por exemplo, irão expressar-se em português diferentemente dos senas, dos nyungues ou dos ndaus, no que respeita a vários fatores da gramática” (MACIE, 2009, p. 114).

De seguida o livro apresenta os níveis de diferença entre o português padrão e o português falado em Moçambique, nomeadamente, classe lexical, concordância, tipos de estrutura sintética, escolha lexical dos verbos, nomes e adjetivos, semântica, ordem sintática, concordância nominal e verbal, regência verbal, léxico-sintaxe e casos de construções passivas, e os seus respetivos exemplos.

➤ Na classe lexical (pronomes, artigos e preposições)

“O meu pai agarrou ele (agarrou-o)” (Página 114).

(01) “Tinha cortado cabelos (cortado os cabelos)” (Página 114).

- Concordância (número, gênero, pessoa, tempo, modo e voz).
 - (02) “Os donos da mala viu (viram)” (Página 114)
 - (03) “Esta senhora é amigo (amiga)” (Página 114)
- Tipos de estrutura sintática (subordinação e coordenação).
 - (04) “Para que as coisas crescer melhor (cresçam melhor)” (Página 114).
 - (05) “Chegou a dizer que não tens vergonha (que não tinha vergonha)” (Página 114).
- Escolha lexical dos verbos, nomes e adjetivos.
 - (06) “Indivíduos passageiros (que estão de passagem)” (Página 114).
- Semântica (atribuição de novo significado a palavra do português).
 - (07) “Chegaram as estruturas (responsáveis do governo)” (Página 114).
- O livro ainda apresenta casos como:
 - (08) “Calamidade - roupa em segunda mão; pasta - mala (saco) de mão; situação - problema; crise - guerra”. (Página 114)
- Ordem sintática.
 - (09) “Eu estou cada vez mais a pintar (estou a pintar cada vez mais)” (Página 114)
- Concordância nominal e verbal.
 - (10) “Os seminaristas tinha... (tinham)” (Página 114)
- Regência verbal.
 - (11) “Despediu os pais à saída (despediu-se dos)” (Página 114)
 - (12) “Nem ler e escrever não sabem (nem ler e escrever sabem)”. (Página 114).

Léxico-sintaxe

- Verbos que exigem uma determinada preposição (regência verbal).
 - (13) “Eu concordo disso (com isso)” (Página 114).
 - (14) “Eu tinha de ir participar um curso na Suécia (num)” (Página 114).
 - (15) “Ensina os pais a respeitar aos tios (os)” (Página 114)
 - (16) “Não tem amor os filhos (aos)” (Página 114)
 - (17) “Tem de passar da cidade (na)” (Página 114)
 - (18) “Fico admirado naquilo que estou a ver (com aquilo)” (Página 114).
 - (19) “Foi na alatura que eu separei com os amigos (dos)” (Página 114).
 - (20) “Os alunos também abusam a eles (deles)” (Página 114).
 - (21) “Sai nas forças armadas (das)” (Página 114).
 - (22) “Era muito mimada com os pais (pelos)” (Página 114)
 - (23) “Tenta trabalhar fim-de-semana (no fim de semana)” (Página 114)
- Construções passivas.
 - (24) “(Nós) fomos atribuídos os sítios (atribuíram-nos)” (Página 115)
 - (25) “Fui nascido em casa (nasci)”. (Página 115).

Fonética

- Pronúncia de consoantes líquidas.
 - (26) “Areia (arreia); reembolsar (reemborsar)” (Página 15).
- Queda da vogal inicial
 - (27) “Aguentar (guentar); levantar (alevantar)” (Página 15).
- Nasalização de vogais
 - (28) “exame (enzyme); até (anté)”. (Página 15)

A questão do português de Moçambique não tem sido abordada nos livros escolares das diferentes classes onde a norma-padrão tem sido a única norma ensinada nas

aulas de língua portuguesa. O livro da 11ª classe procura trazer esse tema para a sala de aula, mas sem aprofundar muito no assunto. O tema é abordado de uma forma superficial, é tratado na unidade nove e cerca de uma página e meia o que revela a sua “impertinência” no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Por ser uma variedade conhecida e falada pelos alunos seria importante se tivesse mais destaque nas aulas, buscando exemplo da fala dos próprios alunos.

A outra questão está relacionada com os empréstimos lexicais das línguas bantu. No começo o livro fala da diversidade linguística em Moçambique e apresenta exemplos de algumas línguas bantu moçambicanas, e fala ainda da influência que essas línguas exercem sobre o português falado em cada região do país; no entanto, não apresenta nenhum exemplo de empréstimo lexical das línguas bantu para o português, mesmo se sabendo que esse tipo de empréstimo é o que mais se verifica na relação entre o português e as línguas bantu moçambicanas.

Um outro aspecto importante observado no livro são os exemplos apresentados. Todos os exemplos foram extraídos e adaptados do livro *Panorama do Português Oral de Maputo* de Stroud e Gonçalves (1997). Isso significa dizer que os exemplos do português de Moçambique apresentados apenas representam a forma como a população de Maputo fala a língua portuguesa e não inclui as outras formas referentes à outras regiões do país. Sendo um livro de ensino usado em todo o país seria importante que tivessem sido trazidas outras formas de falar a língua portuguesa em outras regiões do país; ou, por outra, deveriam ter sido trazidos exemplos do português de Moçambique que comumente ocorrem em todo o país ou uma grande parte do país, através de estudos sobre o português de Moçambique feitos em outras províncias ou estudos que falem sobre o português moçambicano em outras regiões do país.

Um pormenor importante observado no livro é como exemplos apresentados são tratados a posterior. Se no começo eles foram apresentados como formas do português de Moçambique, no final eles foram tratados como formas incorretas do português. Em forma de exercício, os alunos são exigidos a identificar frases incorretas para depois escreverem corretamente as referidas frases identificadas, como se pode ver nos seguintes exemplos extraídos do livro:

- (29) “Este livro fui dado pela minha mãe”. (Página 115).
- (30) “Fui desprezado com as minhas irmãs”. (Página 115).
- (31) “Nem na praia nem no baile estiveram”. (Página 115).
- (32) “A gente somos acolhedoras”. (Página 115).
- (33) “Por acaso desconsigui de levar toda a encomenda”. (Página 115).
- (34) “Foi-me emprestado um manual”. (Página 115).
- (35) “Quando fores ao campo, passa da minha casa”. (Página 115).
- (36) “Os aniversariantes tem muita sorte”. (Página 115).
- (37) “A população fez parte do filme”. (Página 115).

O que o livro quer dar a entender é de que em Moçambique existem particularidades do português falado, que pode variar de região para região, no entanto, essas formas de fala são incorretas, porque a forma correta é a norma-padrão. Estamos cientes que a escola tem por objetivo formar o aluno para que possa ser útil para o país, dando-lhe, ao mesmo tempo, diretrizes de busca de um futuro melhor, e isso passa inicialmente por saber ler e escrever corretamente. Todavia, a escola não deve ser um lugar de não reconhecimento e de preconceito sobre a variedade Moçambicana do

português em defesa da gramática normativa do português europeu. É preciso que a escola traga a variedade do português moçambicano para sala de aula, mostre aos alunos qual é a diferença existente entre a variedade que eles usam fora da escola e a variedade padrão, e indique os diferentes contextos que cada uma das variedades deve ser usada em função da variedade moçambicana do português não ter sido ainda normatizada. Os exemplos das diferentes formas de falar português em Moçambique não devem ser trazidos para sala de aula como exemplos ilustrativos de formas incorretas de falar português.

Na unidade quinze onde o livro fala da evolução do léxico, apenas se faz referência da evolução do latim popular ao latim erudito e não vai além disso. Poderia ter sido usada esta subseção dentro da unidade para mostrar como o léxico da língua portuguesa evoluiu até chegar ao léxico do português de Moçambique, trazendo exemplos de neologismos, desde os empréstimos do latim para o português até aos empréstimos das línguas bantu moçambicanas para o português, assim como outras formas de neologismos que ocorrem no português de Moçambique.

Considerações finais

Moçambique é uma país multicultural e multilíngue onde a língua portuguesa coabita com várias outras línguas, sobretudo, de origem bantu. Ensinar a língua portuguesa em Moçambique significa não dissociar língua de cultura e da influência que as línguas bantu moçambicanas exercem sobre a língua portuguesa em Moçambique. O português de Moçambique carrega consigo marcas das línguas moçambicanas e o léxico é a parte mais visível dessa influência.

A maioria dos livros de língua portuguesa não fala do português moçambicano e das suas características. O livro de português da 11^a classe, o nosso livro de estudo, depois de analisado constatou-se que o livro fala superficialmente do português de Moçambique em uma das suas unidades, porém, não traz exemplos do português moçambicano, sobretudo, de níveis tão importantes para a formação do português moçambicano como é o caso do lexical, tendo em conta os empréstimos oriundos das línguas bantu moçambicanas.

Em casos em que exemplos do português de Moçambique são trazidos, são tratadas como formas incorretas do português. Essa posição que a escola toma sobre a variedade moçambicana do português tem a ver com o fato do português europeu ser a norma-padrão em uso nas escolas e pela falta de uma política linguística que olhe para a variedade moçambicana do português como forma correta, aceita e não incorreta e rejeitada.

Referências

- ABBADE, C. M. de S. Lexicologia social: a lexemática e a teoria dos campos lexicais. In: ISQUERDO, A. N; SEABRA, M. C. T. de (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012. vol. VI. p.145-156.
- ABDULA, R. A. M. Variação lexical e ensino da língua portuguesa em Moçambique. **Revista Leia Escola**, vol. 2, n. 2, p. 108-118, 2021.
- ABDULA, R. A. M. criatividade da língua portuguesa: estudo de moçambicanismos no português de Moçambique. **RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa**, IV Série, n. 32, 2017, p. 79 - 95.

ARAKARI, N. A. **O ensino de língua portuguesa em Moçambique no período colonial de 1940 a 1960: uma visão historiográfica.** (Dissertação de mestrado em Língua Portuguesa), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

BENVENISTE, E. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística (1963). In: BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I.** 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional.** Rio de Janeiro: LTC, 1978.

CUMPRI, M. L. Algumas reflexões sobre léxico e gramática. **Entrepalavras**, Fortaleza, vol.2, nº1, jan./jul., 2012. p.41-50. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/viewFile/41/90>. Acesso em: 08 nov. 2021.

DURANTI, A. **Antropologia Lingüística.** Trad. espanhola: Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

FERRAZ, A. P; SILVA FILHO, S. C. da. O desenvolvimento da competência lexical e a neologia no português brasileiro contemporâneo. In: FERRAZ, A. P. (Org.). **O léxico do português em estudo na sala de aula.** Araraquara: Letraria, 2016.

GONÇALVES, P; CHIMBUTANE, F. O papel das línguas bantu na gênese do português de Moçambique: O comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais. **Papia**, vol.14, 2004, p. 7-30.

GONÇALVES, P. **(Dados para a) história da língua portuguesa em Moçambique.** 2000. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/portuguesmocambique.pdf>, Acesso em: 22 nov. 2021.

GONÇALVES, P. Pesquisa sobre a gênese das variedades de línguas coloniais e instrumentos de análise: Uma aliança fertilizadora. In LOBO, M; COUTINHO, M. A. (Org.). **XXII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística**, 2007, p. 27-40

GONÇALVES, P. Contacto de línguas em Moçambique: Algumas reflexões sobre o papel das línguas bantu na formação do novo léxico do português. In: LOBO T. et al. (Org.) **ROSAE: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias.** Salvador: EDUFBA, 2012, p. 401-405.

KLUCKHOHN, C. The study of culture. In: LERNER, D; LASSWELL, H.D. (Eds). **The Policy Sciences.** Stanford, CA: Stanford University Press, 1951, p. 86-101.

MACIE, F. V. **Pré-universitário - Português 11.** Maputo: Longman Moçambique, 2009.

MENDES, I. **Da neologia ao dicionário. O caso do português de Moçambique.** Maputo: Texto Editores, 2010.

ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. N. **As ciências do léxico; lexicologia, lexicografia, terminologia.** Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.

SÁ, E. J. De. O léxico na região Nordeste: questões diatópicas. **ReVEL**, vol. 9, nº 17, 2011. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 22/05/2021.

SORBA, J. C. D.; ISQUERDO, A. N: Variantes para papagaio de papel: uma pesquisa geolingüística. In: **Seminário de estudos sobre linguagem e significação**, 2006.

SOUSA, A. M. de; DARGEL, A. P. T. P. Onomástica: interdisciplinaridade e interfaces. **Revista GTLex.** vol. 3, nº 1, p. 7-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/Lex5-v3n1a2017-1>. Acesso em: 25/11/2021.

TIMBANE, A. A; ABDULA, R. A M. lexicultura na literatura e no ensino da língua portuguesa em Moçambique. **Interfaces**, vol. 27, nº 3, p. 25-39, 2016.

TIMBANE, A. A. A variação linguística do português moçambicano: uma análise sociolinguística da variedade em uso. **RILP: Revista Internacional em Língua Portuguesa**, IV Série, n. 32, 2017, p. 19-38.

TIMBANE, A. A.; NHAMPOCA, E. A. C. A terminologia do futebol em Moçambique: o caso dos neologismos na aula de língua portuguesa do ensino médio. **Calidoscópico**, vol. 15, nº 1, 2017.

TUCKER, T. G. **Etymological dictionary of Latin**. Chicago: Ares Publishers, 1931.

VILELA, M. **Léxico e gramática**. Coimbra: Almedina, 1995.

A criatividade e a variação léxico-semântica do português guineense*

Yuran Fernandes Domingos Santana
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Alexandre António Timbane
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Introdução

Falar de África é emergir numa diversidade linguística e cultural. O plurilinguismo é um fenómeno natural e frequente entre os povos e grupos étnicos. Na África predominam línguas de origem africana, europeia e asiáticas. A chegada e o enraizamento de línguas europeias se deveram ao sistema colonial que se implantou sob a forma de Lei (Constituição, Decreto), uma política linguística da obrigatoriedade, ou melhor, da oficialidade dessas línguas europeias. Após as independências, a maioria dos governos africanos adotou línguas europeias como oficiais, tal como Rodrigues (2011), Timbane e Rezende (2016) e Petter (2015) sustentam. A Guiné-Bissau, objeto da presente pesquisa, tem uma situação sociolinguística complexa. Os guineenses, segundo Namone e Timbane (2017, p.51), convivem com línguas de origem e de base africanas, das quais se pode citar: crioulo (o guineense*), balanta, fula, mandinga, manjaco, papel, biafada, bijagos, mancanha, felupe, nalu, entre outras sem número expressivo de falantes.

Apesar de a Constituição da República da Guiné-Bissau não fazer referência ao português como língua oficial do país, está claro que ela é a língua do poder, aquela que discrimina os guineenses em alfabetizados e analfabetos, cultos e incultos, deixando de lado o crioulo (falado por mais de 44,31%) que é a língua de maior expressividade para a maioria da população localizada geograficamente nas áreas urbanas e suburbanas (NAMONE & TIMBANE, 2017). É importante destacar que não está escrito em nenhum parágrafo (artigo) da Constituição, mas é sabido (por todos os guineenses e pela comunidade internacional) que o português é a única língua oficial do país. O funcionamento do Estado, da justiça, da educação depende do conhecimento da língua portuguesa. Quem não sabe português fica excluído (a) na prática cotidiana. Alguns guineenses relatam maus tratos, punições e outros castigos sofridos pelos alunos em vários sistemas de ensino causados pela falta de domínio da língua do poder (TIMBANE & REZENDE, 2016). A língua portuguesa é falada por populações alfabetizadas ou por aquelas que moram nos grandes centros urbanos. Essa camada populacional utiliza o português com intuito de obter sucessos no emprego e na educação. Todavia, a maioria dos guineenses se comunica em crioulo, que é a língua franca entre guineenses e povos da região da África Ocidental.

O estudo da língua em seu contexto social tem merecido espaço privilegiado por parte de linguistas com maior ênfase a partir dos anos 1960 com os trabalhos do linguista americano William Labov. A língua tem uma função social - a da comunicação, e ela só pode ser compreendida e interpretada dentro do contexto sociocultural. É importante compreender que a língua não é um sistema uno, invariado, estático, mas, necessariamente, abriga um conjunto de variedades, variantes e dialetos. Todas as línguas são moldadas pelos contextos socioculturais e a sua variação e mudança dependem da forma como os usuários replicam o seu uso. Todas as línguas faladas tendem a mudar com

* Este trabalho resulta de uma Pesquisa de Iniciação Científica apoiada pelo PIBIC/FAPESB

o tempo, desviando-se constantemente com relação à norma. Sendo assim, a norma não é apenas ou simplesmente um conjunto de formas linguísticas pré-estabelecidas, mas, também, um agregado de valores socioculturais usados por uma comunidade linguística. Acerca mais especificamente do contexto moçambicano, observa-se que a escola se apoia no português de Portugal (norma-padrão europeia) para ensinar e avaliar competências em português dos alunos, o que faz com que estes não progridam academicamente. É importante deixar claro que a variação não é exclusiva dos falantes não-escolarizados. Ninguém fala a norma-padrão a todo momento, pois ela é artificial, ou seja, não é língua materna de ninguém.

O estudo se justifica na medida em que o português guineense é uma realidade no contexto daquele país, sendo que até mesmo os professores convivem com esta variedade em redações e em outros textos acadêmicos de alunos de todos os níveis de ensino. Nessa perspectiva, a pesquisa surge da necessidade da realização de estudos sistemáticos e sem preconceitos sobre a variedade guineense do português e os valores semânticos que esta carrega, para que se possa criar dicionários e gramáticas que a descrevam. Sabe-se que a gramática do português europeu e os dicionários não satisfazem na plenitude às necessidades comunicativas dos guineenses, o que significa que os guineenses precisam afirmar a sua variedade abrindo espaço para que sem preconceito haja ensino de português baseado nela. Sendo certo que os guineenses nunca e jamais falaram o português europeu, então, eles têm o direito de usar a sua própria variedade no sistema de ensino e, por intermédio dela, alfabetizar os seus cidadãos.

A pesquisa tem por objetivo geral analisar a variabilidade léxico-semântica do português falado na Guiné-Bissau. Especificamente, ela busca **a)** descrever a variação léxico-semântica do português guineense; **b)** gravar falantes do português em situações informais de comunicação; **c)** explicar as características do léxico em contexto guineense e atribuir os significados que as palavras carregam. Por conseguinte, o texto encontra-se estruturado da seguinte maneira: na primeira seção, descrevemos a situação sociolinguística da Guiné-Bissau, apresentando a classificação das línguas faladas no país. Em seguida, será feita uma abordagem sobre as especificidades léxico-semânticas do português falado no país. Na terceira seção, são apresentados os métodos empregados para a realização da pesquisa, os dados colhidos e a consequente análise. A última seção apresenta a conclusão e as referências utilizadas na elaboração do presente artigo.

1 Situação sociolinguística da Guiné-Bissau: o grande poliedro linguístico

A Guiné-Bissau, à semelhança do que acontece em todo o continente africano, é um país marcado por uma enorme diversidade linguística e cultural. No seu território de 36.125 km² espalham-se várias línguas e povos, dando origem a um cenário de permanente contato. Nesta perspectiva, Embaló (2008) argumenta que a Guiné-Bissau é um verdadeiro mosaico étnico-cultural onde coexistem mais de duas dezenas de grupos étnicos e diversas línguas que desencadeiam uma situação de triglossia ou de diglossias sobrepostas. A autora evidencia a complexidade da situação linguística do país ao salientar que o crioulo (guineense ou *kriol*), língua veicular e de unidade nacional, convive com mais de duas dezenas de línguas africanas do tronco nigero-congolesas (línguas maternas da esmagadora maioria dos guineenses) e a língua portuguesa (o único idioma oficial).

Conforme Silom (2019), a Guiné-Bissau conta com a presença de mais de 30 grupos étnicos, sendo que cada um deles possui a sua língua específica e busca a afirmação das suas identidades. Além das línguas étnicas, o país registra a presença do Guineense,

Inglês, Francês e Wolof. A presença das três últimas línguas acontece em razão das fortes relações socioeconômicas que o país estabelece com o Senegal, Guiné Conacri e a Gambia. A diversidade linguística é um fato no país, mas a utilização dessas línguas nas emissoras de rádios locais é dispare (SANTOS, 2015). Para o autor, a língua portuguesa coexiste com o crioulo nas rádios de maior alcance, mas também possível ouvir as línguas étnicas, o francês e o árabe em determinadas rádios.

A classificação de Greenberg (1963), que agrupou as línguas com base em critérios genéticos, distribuiu as línguas do continente africano em quatro grandes grupos: nigero-congolês, afro-asiático, nilo-saariano e khoisan. De acordo com essa classificação, as línguas da Guiné-Bissau fazem parte do tronco nigero-congolês. Petter (2015) aponta que esse tronco é o maior do mundo, reunindo 1.524 línguas e se estende por grande parte da África ao sul do Saara, incluindo quase toda parte da África ocidental, central, oriental e meridional. O grupo bantu é o maior e o mais conhecido conjunto linguístico nigero-congolês. Conforme a linguista brasileira, a classificação das línguas do grupo nigero-congolês considerou a existência de traços comuns nos níveis fonológico, morfológico, sintático e lexical. Assim sendo, essa classificação identificou as seguintes subfamílias linguísticas pertencentes ao grupo nigero-congolês: Cardofiana, Mandê (mande), Atlântica, Ijoide, Dogon, Kru, Gur (voltaica), Adamoua-ubangui, Kwa (cua), Benue-congo.

Discorrendo sobre a classificação das línguas da Guiné-Bissau, Scantamburlo (2013) afirma que, para além do português e do crioulo (guineense), no país são faladas 25 línguas étnicas pertencentes as subfamílias Oeste-Atlântica e Mande, duas das sete da família Niger-Congo. As outras cinco subfamílias mencionadas pelo autor são: Gur, Kwa, Adamawa, Benué, Bantu. As doze línguas mais faladas na Guiné-Bissau são: Crioulo Guineense (44,31%), Balanta (24,54%), Fula (20,33%), Português (11,08%), Mandinga (10,11%), Manjaco (8,13%), Papel (7,24%), Biafada (1,97%), Bijagó (1,97%), Mancanha (1,86%), Felupe (1,48%), Nalú (0,31%) (SCANTAMBURLO, 2013). Entretanto, o autor observa que falta nessa listagem a língua **Mansoanca** (11.556) pertencente à subfamília mande, mas incluída no grupo **Balanta**. Além dessas línguas, Scantamburlo (2013) afirma que existem 16 línguas consideradas minoritárias: **Bagas, Baiotes, Bambarãs, Banhuns, Cassangas, Conhagui, Cobianas** (ou Coboianas), **Jacancas, Jalofos** (ou Wolof), **Landumãs, Padjadincas** (ou Badjaranca), **Saracolés** (ou Soninkés), **Sereres** (ou Nhomincas), **Sossos** (ou Jaloncas), **Tandas, Timenés**.

Segundo Scantamburlo (2013. p. 27), essas “16 línguas são consideradas minoritárias no País pelo facto de integrarem entre umas centenas ou mesmo alguns milhares de locutores”. No entanto, preferimos utilizar a expressão línguas minorizadas, dado que é a política linguística que seleciona e hierarquiza as línguas a serem utilizadas na vida sociopolítica de uma nação. Nesse sentido, corroboramos com Petter (2015, p. 195) ao afirmar que “é a dinâmica social, que sofre imposição de políticas dos governos, que vai selecionar e hierarquizar o uso das línguas em presença”.

Para Couto e Embaló (2010), as principais línguas étnicas faladas na Guiné-Bissau são: fula (16%), balanta (14%), mandinga (7%), manjaco (5%), papel (3%), felupe (1%), beafada (0,7%), bijagó (0,5%), mancanha (0,3%), (nalú 0,1%). Os autores apontam que existem ainda línguas com um número pouco significativo de falantes: o bayote, o banhum, o badyara (pajadinca), o cobiana, o nalú, o cunante (sem porcentagem de falantes), o cassanga (já praticamente desaparecido), o wolof, o francês, o inglês, entre outras. Há também o crioulo, falado por uns 75% a 80% da população e sendo, portanto, a língua mais falada do país. Os autores realçam que, para agravar o quadro, o português é o idioma oficial, mas conhecido apenas por cerca de 13% da população.

Como se pode ver, a Guiné-Bissau é um país de matriz linguística e cultural africana, contando com uma enorme presença de línguas e povos. Após a independência, declarada em 1973 e reconhecida no ano de 1974, o país escolheu como oficial a língua do ex colonizador e pouco ou nada fez para a oficialização e promoção das línguas autóctones africanas. Consequentemente, o português é a única língua oficial no país, concentrando as atenções das instituições e serviços públicos, entre os quais o sistema de ensino. Não obstante a oficialização exclusiva da língua portuguesa, o crioulo não é apenas a língua mais falada pelos guineenses, mas também a língua que expressa a identidade nacional e a língua veicular (franca), já que é utilizada como meio para estabelecer a comunicação entre falantes de línguas diferentes. Dessa forma, a língua veicular (crioulo ou guineense) é mais utilizada do que a língua oficial (português).

Neste prisma, Couto e Embaló (2010) apontam que, na Guiné-Bissau, as línguas étnicas possuem mais falantes que o português, idioma falado essencialmente como segunda ou terceira língua por proximamente 13% de pessoas, enquanto o crioulo é a língua majoritária no país. É nesse sentido que os dados estatísticos “corroboram o fato de o português, apesar de língua oficial, até hoje não ser língua vernácula no país e ter seu uso limitado ao meio formal, a casos específicos” (SANTOS, 2015, p. 19). Importa destacar que, apesar de a oficialidade fazer do português a língua da escola, dos meios de comunicação, da documentação oficial do governo em atos oficiais, dentre outras coisas, o fato não está consignado na Constituição da República da Guiné-Bissau (1996). O “status de língua oficial atribuído ao português é apenas tácito” (COUTO 1990, p. 53).

A política linguística do sistema educativo da Guiné-Bissau tem como supedâneo o Decreto-Lei – n.º 7/2007 de 12 de novembro de 2007, que garante a obrigatoriedade da utilização da “língua portuguesa (LP) em todas as instituições públicas, nomeadamente nas escolas e especificamente dentro da sala de aula e no recinto escolar” (FONSECA, 2012, p. 27). No entanto, a autora afirma que esse decreto prevê a possibilidade da utilização do crioulo nos debates na Assembleia Popular e que, apesar do estabelecimento do português como língua de ensino, os professores utilizam o crioulo como língua veicular e de apoio, principalmente no recinto escolar e constantemente em sala de aula, espaço onde se verifica também a utilização de outras línguas nacionais nas zonas do interior do país. De modo geral, esse estudo constatou que o crioulo é o principal meio de comunicação utilizado fora da sala de aula na Guiné-Bissau.

Em relação às políticas linguísticas para o país, faz-se premente “uma política linguística realista e um planeamento exequível a curto e médios prazos” (COUTO, 1990, p. 51-52). Destarte, entendemos que, sendo a Guiné-Bissau um país plurilíngue e pluricultural, onde coexistem vários povos e línguas, as políticas linguísticas precisam ser a fiel expressão desse rico e heterogêneo contexto social. Nessa perspectiva, as línguas locais (étnicas e o guineense) necessitam de ser preservadas e integradas na vida da sociedade, atribuindo-lhes, tal como ocorre com a língua portuguesa, funções como o uso na administração, no sistema educativo e em outros setores que constituem o país.

2 O português na Guiné-Bissau e a cosmovisão africana no nível léxico-semântico

A Guiné-Bissau é um país africano que faz parte da lusofonia, isto é, da comunidade de países e povos que compartilham a língua e cultura portuguesas. Todavia, a língua portuguesa não é falada do mesmo modo em todo o espaço lusófono, visto que é formada por um conjunto heterogêneo de variedades, a saber: angolana, brasileira, cabo-verdiana, europeia, guineense, moçambicana, macauense, timorense e são-tomense.

A língua portuguesa tem como berço a região da Península Ibérica, especificamente em Portugal, sendo transplantada para a Guiné-Bissau com o advento da colonização portuguesa em África e colocando este idioma em permanente contato com as línguas africanas existentes nesta nação africana. Desse contato linguístico se originou a variedade do português guineense, a qual apresenta características peculiares ao nível fonético, morfológico, sintático, semântico, pragmático. Deve-se notar que o que consideramos português guineense na presente pesquisa não é algo homogêneo, já que existem variantes linguísticas no português falado no país. Por exemplo, o português falado no sector autónomo de Bissau (capital do país) difere do português falado na região de Bafatá (seis setores), assim como da região de Gabú (cinco setores). A língua portuguesa foi transformada pelos países africanos nos planos oral e escrito, refletindo as experiências e particularidades sóciohistóricas de cada nação. Nesse sentido, Mudiambo (2013, p. 17) assevera que

De facto, os cinco países africanos lusófonos partiram do princípio de que a língua é uma realidade cultural. [...] Reapropriaram-se da Língua Portuguesa como se fosse originalmente deles. Assumiram-na com toda a dignidade e natureza, introduzindo-a, progressivamente em todo o espaço nacional, privilegiando-a, difundindo-a, dando-lhe um estatuto nobre, tornando-a totalmente sua, tão sua que a modificam, ao estilo propriamente nacional. Transformaram-na no plano da oralidade e mesmo no plano escrito, transformações que reflectem as realidades típicas de cada país. A Língua Portuguesa deixa, portanto, de ser exclusivamente de Portugal para ser de todos os países que a usam. Ela não é de ninguém, para ser de todos. Não há, por conseguinte, um dono. Todos os utentes são donos. É assim que encontramos muitas variedades: a variedade de Angola, a variedade de Moçambique, a variedade de Portugal, etc.

Por conseguinte, o português guineense apresenta uma série de especificidades ao nível gramatical, resultantes de séculos de contato linguístico do português com o crioulo e as línguas étnicas. A língua portuguesa falada no país é, pois, resultado das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais dos povos que formam a nação guineense. Nesse sentido, a variedade local necessita de descrições sistemáticas e coerentes que permitam a sua identificação. Por enquanto, a norma a que Guiné-Bissau obedece é a do português lusitano, um padrão de “língua certa” afastado do português popular guineense e das variedades urbanas da própria elite letrada do país.

Couto e Embaló (2010) demonstram que o português da Guiné-Bissau apresenta várias singularidades em diferentes níveis de análise linguística: fonético-fonológico, léxico-semântico, lexical e morfossintático. Neste estudo, limitamos aos níveis léxico-semântico e estritamente lexical os exemplos das especificidades do português guineense, uma vez que o escopo é a abordagem da criatividade e variação léxico-semântica do português falado pelos guineenses.

3 Metodologia, apresentação e análise de dados

A fala é um ato da faculdade humana para a linguagem. Esse saber é depositado na mente de cada indivíduo, que necessita inteiramente deste emaranhado de signos combinatórios para haver uma compreensão, fazendo-se inicialmente uma comunicação. A língua portuguesa pertence aos falantes das variedades e a eles serve para satisfazer as necessidades comunicativas pontuais. Sem a variedade seria impossível exprimir ideias e

realidades próprias dos diversos lugares geográficos. Segundo Antunes (2009, p. 22) a língua, sob a forma de uma entidade concreta, não existe. O que existe são falantes; são grupos de falantes. São estes grupos de falantes que precisam ser respeitados, ser respeitada a sua história, os seus modos de interpretar o mundo, suas crenças, enfim sua cultura. Toda língua viva tem seus mecanismos de ampliação do léxico, da semântica, da fonética e da morfossintaxe. Existem realidades culturais que o dicionário de Portugal não consegue dar conta, isto é, são realidades intraduzíveis pelo dicionário lusitano. Por isso a entrada de estrangeirismos lexicais e semânticos resolve essa lacuna léxico-semântica existente em quase todas as línguas.

O presente artigo pretende realizar um estudo sociolinguístico que analisa o léxico da variedade guineense do português, partindo do vocabulário utilizado na fala dos cidadãos escolarizados e não escolarizados de jovens, adultos e idosos. Os informantes escolhidos residem na cidade de Bissau, a capital do país. A escolha do léxico como fenômeno de estudo se justifica pelo fato de ser o mais evidente ou saliente na variedade (TIMBANE, 2013), carregando significados que variam de variedade em variedade. A língua falada foi o principal objeto da pesquisa porque representa a língua em uso, se a entendermos como um produto social e um conjunto de convenções adotadas pelo corpo social (SAUSSURE, 2006).

Para a consecução dos objetivos traçados, achou-se necessário optar por uma pesquisa de caráter bibliográfico e o método qualitativo para a análise dos dados. Em relação à pesquisa bibliográfica, utilizamos trabalhos da área, ou seja, artigos, monografias, dissertações, teses e livros sobre o tema de pesquisa.

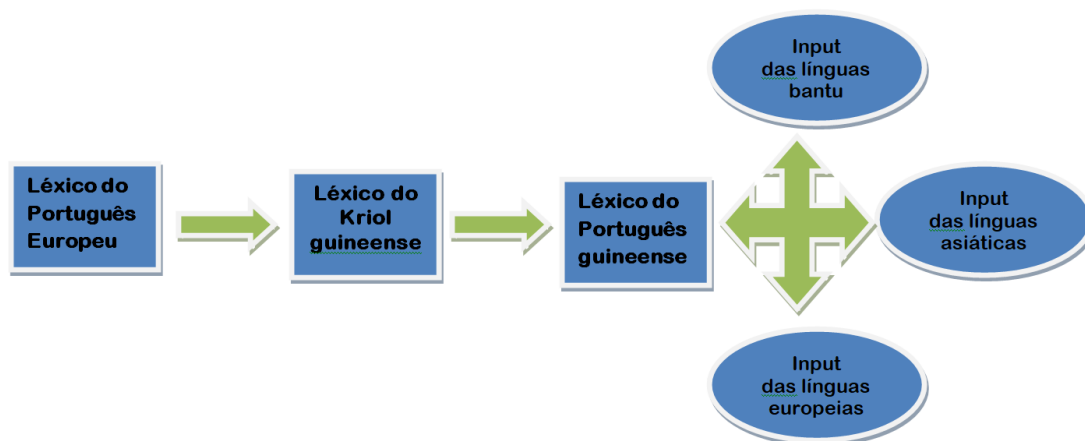
Observa-se, no tocante ao nível léxico-semântico do português guineense, a transposição de conteúdo das línguas étnicas africanas e do crioulo (o guineense) para o português. As transposições de conteúdo dessas línguas para português falado na Guiné-Bissau, conforme Santos (2015), estão presentes tanto na fala quanto na escrita, especificamente na literatura, nos livros técnicos e nos jornais do país.

Segundo Couto e Embaló (2010, p. 52), o nível léxico-semântico do português falado pelos guineenses “deixa entrever a cosmovisão africana”. Os autores apontam, como se pode ver nos exemplos que se seguem em (1), (2) e (3), que os falantes do português guineense fazem transposições de conteúdo do crioulo e utilizam expressões que constituem traduções literais desta língua para o português. Por exemplo, a forma “doente” apresenta um único equivalente no português, mas a forma **a mi N duensi** em crioulo possui dois significados: “estou doente” ou “estou cansado”. Dessarte, os falantes efetuam uma transposição de conteúdo do crioulo para o português, fazendo com que a expressão “eu estou doente” adquira o significado de “eu estou cansado”. Logo, a expressão pode possuir dois significados, como se pode ver abaixo:

Exemplo 1 - *Eu estou doente ou eu estou cansado (Português da Guiné-Bissau)*

O léxico do português europeu alimentou o léxico do guineense. O léxico do guineense, por sua vez, alimentou a variedade guineense do português. É importante ressaltar que o português guineense recebeu influências de outras línguas de origem asiática (o árabe), europeias (inglês, francês), línguas bantu (manjaco, papel, etc.). Os aportes lexicais de línguas originárias desses espaços geográficos contribuem em grande medida para a consolidação da variedade local. Sendo uma das faces mais visíveis da língua, o léxico salta à vista de tal forma que compreendemos a sua origem pelos traços que conjugam a palavra ao significado, como é o caso das palavras **omi garandi (ancião)** e **mindjer garandi (anciã)**.

Esquema 1: Caracterização do deslocamento lexical da variedade guineense do português



Fonte: Elaboração própria

É importante destacar que os empréstimos lexicais no português guineense são provenientes na grande maioria do guineense, sendo a língua que mais interfere nesta variedade do português. Esta característica é mais notável no setor da fonologia, onde os falantes podem pronunciar uma palavra do guineense (Ex: /opinion/) ao invés de uma palavra da língua portuguesa (Ex: /opinião/). Esta situação acontece por o guineense ser a língua mais dominante e língua franca.

No português guineense, as expressões “homem grande” e “mulher grande” constituem traduções literais do crioulo: **omi garandi e mindjer garandi**. Cabe ressaltar que o adjetivo “grande” presente nas duas expressões não faz referência à estatura de uma pessoa. Elas “designam anciãos respeitáveis na tabanca, a quem se pede conselhos e se deve obedecer, enfim, são pessoas que merecem deferência de todos” (COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 53). Nesse prisma, as duas expressões evidenciam a ligação existente entre a língua e a cultura, já que espelham a cosmovisão africana em relação aos mais velhos (homem/mulher grande = ancião/anciã), isto é, vistos como bibliotecas vivas, fontes de transmissão de conhecimentos e de manutenção da cultura. Os autores mostram que existe também a expressão dor de corpo, utilizada para referir-se a um mal-estar geral (uma dor mal definida). Ela também constitui uma tradução literal do crioulo **dor di curpu**. Expressões que são traduções literais do crioulo

Exemplo 2 - Homem grande - ancião (Português da Guiné-Bissau)

omi garandi (crioulo)

Mulher grande - anciã (Português da Guiné-Bissau)

mindjer garandi - (crioulo)

Exemplo 3 - Dor de corpo - uma dor mal definida, a um mal-estar geral

dor di curpu - (crioulo) Couto e Embaló (2010, p. 53)

Além das expressões apresentadas nos exemplos acima, outras palavras ou expressões específicas do português guineense podem ser encontradas na literatura produzida no país, assim como nos livros técnicos e nos jornais. Essas palavras acabam sendo incompreensíveis para um brasileiro ou português, como se pode ver nos exemplos abaixo:

- Exemplo 1 - *falar mantenha: cumprimentar, saudar*
 Exemplo 2 - *varrer palha: bajular (do crioulo: bari padja)*
 Exemplo 3 - *contar mentira: dizer mentiras*
 Couto e Embaló (2010, p. 54)

Do ponto de vista estritamente lexical, o português guineense apresenta diversas palavras oriundas das línguas locais. Segundo Sapir (apud Couto e Embaló 2010, p.53), “o léxico é a parte da língua que mais diretamente reflete o ambiente, tanto o físico quanto o social”. Especificamente, o português guineense apresenta inúmeros termos para se referir à fauna, à flora e a outros aspectos da natureza e da sociedade guineense. Esses termos são chamados de “crioulismos lexicais em português” (COUTO e EMBALÓ, 2010).

Quadro 1: Palavras específicas do português guineense

Termo	Significado
<i>candongá</i>	pequeno veículo de transporte popular interurbano
<i>poilão</i>	árvore típica, grandiosa
<i>tabanca</i>	agupamento típico de casas africanas, nos arrabaldes das cidades e na zona rural
<i>lala</i>	espaço plano, rodeado de mato, onde se pode plantar arroz
<i>chebéu</i>	dendê, ou a pasta extraída da polpa do dendê
<i>bajuda</i>	moça, rapariga
<i>jugudé</i>	tipo de abutre
<i>irã</i>	espíritos que podem ser protetores ou maléficos
<i>bolanha</i>	arrozal
<i>baloba</i>	local sagrado dos animistas, templo
<i>choro</i>	choro, mas também velório, cerimónias à volta do enterro.
<i>mandjua</i>	pessoa da mesma geração, muitas vezes que cresceu junto com alguém
<i>mandjuandade</i>	grupo de mandjuas
<i>mantenhas</i>	cumprimentos, saudações
<i>mofineza</i>	desventura, azar
<i>mouro</i>	curandeiro, feiticeiro muçulmano
<i>djambacosse</i>	curandeiro, feiticeiro animista
<i>codé</i>	filho(a) mais novo(a)

Fonte: Adaptado de Couto e Embaló (2010, p. 53-54)

Os exemplos apresentados acima mostram que o português falado na Guiné-Bissau apresenta especificidades léxico-semânticas, contendo palavras ou expressões que carregam valores semânticos que só podem ser compreendidos no contexto guineense. Essas unidades lexicais veiculam elementos culturais simbólicos, modos de estar, de ser e de agir do povo guineense.

No tocante às entrevistas, o roteiro foi composto por três questões abertas destinadas a mulheres e homens. Assim, mediante a utilização de um celular e via WhatsApp, realizamos a gravação com informantes guineenses falantes de português. Após a coleta de dados, efetuamos a devida transcrição e análise dos dados, para responder os questionamentos colocados pela pesquisa. No total, foram entrevistadas 18 pessoas e, visando preservar a identidade dos informantes, os participantes foram codificados por letras: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R. Foram

entrevistadas 10 (55,56%) mulheres e 8 homens (44,44%), distribuídas da seguinte maneira: 12 (66,67%) jovens, 4 (22,22%) adultos e 2 (11, 11) idosos.

A pesquisa observou a ocorrência de unidades lexicais do português guineense, a semântica destas unidades e a presença de elementos culturais. Os dados das entrevistas indicam que o português guineense apresenta características próprias, carregando unidades lexicais que a singularizam. Os dados das entrevistas demonstram a utilização de expressões que são traduções diretas do crioulo para português. Por exemplo, ao discorrer acerca dos sintomas provocados pelo coronavírus (COVID-19), os entrevistados utilizaram a expressão dor de corpo para designar dores localizadas em diversas áreas do corpo. Conforme mencionado na seção anterior, Couto e Embaló (2010) apontam que tal expressão é uma tradução literal do crioulo (**dor di curpu**). Outro fenômeno constatado foi que o adjetivo cansado pode possuir também o significado de velho no português guineense. Por exemplo, o informante P disse “O João já está cansado”, querendo dizer que “O João já está velho”. Assim, a sentença do PGB “O João está cansado” pode significar “O João está velho”.

A pesquisa identificou que houve uma variação na forma de se referir a COVID-19, isto é, alguns falantes pronunciaram Covid-19 e outros falaram Covic. No total, a forma Covic ou covic-19 foi pronunciada 15 vezes (28,302%), enquanto a forma covid-19 foi mencionada 38 vezes (71.698%). Outras expressões foram pronunciadas de forma distinta do que se observa em outras variedades do português: *cursa* (cruza); *co* (com); *manufecção* (manifestação), *manufesta* (manifesta) e *manufestar* (manifestar); *provenção* (prevenção) e *provenir* (prevenir); *taca* (ataca); *todus* (todos); *sugunda* (segunda). Foram identificados dois empréstimos do crioulo: *opinion* (opinion) e *consigui* (N'consigui). Vale ainda salientar que, numa abordagem sobre as medidas de prevenção contra a Covid-19, os informantes A, F e G apontaram diversas vezes a utilização de lixívia (água sanitária no português brasileiro) como uma das precauções adequadas para se proteger da doença.

Os dados demonstram a presença de abreviaturas no português: **tado (estado)** – Ex: Informante A: “o quê que Estado tem **tado** a fazer pra face ao covic”; **távamo (estávamos)** – Ex: Informante I: “**tavámo** uso das máscaras que era obrigatória e suspensão das atividades que vão aglomerar mais pessoas”; **tava (estava)** – Ex: Informante M: “são as medidas que o Estado **tava** usar e nos mercados”.

Além disso, identificou-se a ocorrência de unidades lexicais específicas do português guineense: *tabanca* (agrupamento típico de casas africanas, nos arrabaldes das cidades e na zona rural) e *toka choro*¹⁶ (é um ritual ou cerimônia que se realiza após a morte de um ente querido). Ambas as palavras carregam significados ininteligíveis fora do contexto social guineense. Um angolano, brasileiro ou português não saberiam dizer o significado de tais palavras, pois elas não fazem parte da sua realidade ou do seu universo de significação. Elas refletem as experiências e especificidades sociais, culturais e históricas dos guineenses, mostrando que a língua carrega elementos culturais de um povo ou grupo

¹⁶ Segundo Seide (2017, p. 51), o *toka choro* caracteriza, por um lado, “um ritual fúnebre que faz com que a “alma” do falecido descanse em paz no mundo do além”, sendo considerado como uma prática essencial para os BALANTA, o que vai justificar todo o esforço da família enlutada para a realização desse ritual. Para o autor, o *toka choro* é realizado através de cerimônias onde são sacrificados animais trazidos pelos familiares e outras pessoas próximas ao falecido. Por outro lado, o *toka choro* é entendido como uma festa cujo objetivo é comemorar “o descanso da alma em boas condições no mundo do além” (SEIDE, 2017, p. 51). Nesse sentido, ele aponta que as pessoas que participam do *toka choro* não ficam tristes e chorando, mas sim felizes e celebrando porque entendem que o finado “está feliz aonde quer que esteja”.

social. Em outras palavras, esses achados corroboram com a ideia de que o léxico de uma língua constitui um marcador da identidade cultural do falante (ANTUNES, 2012).

Os escritores guineenses contribuem em grande medida na afirmação do léxico da variedade guineense, uma vez que seus textos são lidos por diversas faixas etárias. A escritora Odete Semedo, doutora em Letras (Literaturas de Língua Portuguesa), pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS), deixa claro nos seus textos que usa, por questões de afirmação identitária, unidades lexicais próprias do contexto da variedade guineense do português. É frequente vermos nos textos de Semedo empréstimos e estrangeirismos vindos do crioulo para o português. O quadro a seguir ilustra essas unidades extraídas da obra de Semedo (2000):

Quadro 2: Unidades lexicais vindas do guineense e das línguas bantu para português.

Unidade lexical	Significado
<i>noba</i>	Novidade, notícia, informações novas
<i>mandjuas</i>	Colegas; aqueles que pertencem à mesma coletividade
<i>butakan</i>	Nome próprio; expressão que significa “tocaste-me”
<i>ndjundja</i>	Organizar; juntar
<i>ntrumpi</i>	Estar confusa; interromper
<i>sikó</i>	Dança ao som de instrumentos de repercussão
<i>mufunesa</i>	Azar; má sorte
<i>npustur</i>	Impostor; atrevido
<i>blungudjubá</i>	Planta medicinal usada no período pós-parto o mesmo que blungudjibá

Fonte: Semedo (2000)

Como se pode observar em Semedo (2000), há na sua obra muitas unidades lexicais emprestadas do guineense e das restantes línguas bantu da Guiné-Bissau. Isso revela questões de identidade linguística que não podem ser descartadas. O escritor pertence a uma comunidade. Por isso, no uso da língua portuguesa é normal que haja interferências da língua materna deste. Os empréstimos e os estrangeirismos ocorrem em todas as línguas e não podem ser tidos como negativos para a língua.

A língua é dinâmica e pode variar e mudar à medida que a sociedade muda. Numa pesquisa realizada em “no fundo do canto” da mesma autora, publicada em 2007, a presença de empréstimos e estrangeirismos lexicais também é visível em poesias. Por exemplo: **tarrafe** (mangal, maguezal), **serkando** (perseguido), **praça** (militar, mancebo), **rónia** (cerimônia tradicional dos irans), **pastro** pássaro), **manhôti** (gavião), **maron** (grandes ondas do mar provocadas pelo mau tempo). Estes exemplos extraídos de Semedo (2007) demonstram que as influências das línguas locais marcam a identidade linguística do português guineense. Estas obras de Semedo precisaram de glossário para serem publicadas. Mas para os guineenses não é necessário porque o “eu” poético usa a mesma variedade do guineense, fazendo com que haja intercompreensão.

Conclusão

Neste trabalho, analisamos a variabilidade léxico-semântica do português guineense, partindo do vocabulário utilizado na fala dos cidadãos guineenses residentes em Bissau (capital da Guiné-Bissau). Trata-se de um país linguisticamente heterogêneo, onde coabitam diversas línguas, principalmente as do tronco nigero-congolês. O crioulo

(guineense ou kriol) é a língua mais falada, a língua veicular e de unidade nacional e, ao mesmo tempo, a esmagadora maioria da população guineense possui como língua materna uma das diversas línguas africanas do tronco nigero-congolês. Todavia, a língua portuguesa é o único idioma oficial, apesar de o fato não estar expresso na Constituição do país. Ela funciona também como veículo de ensino no sistema educativo, tendo como base o Decreto-Lei n.º 7/2007, de 12 de novembro de 2007.

Ao analisarmos o léxico do português guineense, percebe-se que este apresenta diversas especificidades. Assim, em dados da presente pesquisa e em outras já realizadas, com especial destaque para Couto e Embaló (2010), atestamos a presença de transposições de conteúdo do crioulo e a utilização de expressões traduzidas diretamente do crioulo para o português, unidades lexicais peculiares, empréstimos linguísticos do crioulo, além de elementos culturais e abreviaturas utilizadas pelos falantes.

Seja no nível léxico-semântico ou estritamente lexical, o português guineense apresenta especificidades que marcam a identidade sociocultural do povo da Guiné-Bissau. Tais especificidades estão difundidas na fala e na escrita dos guineenses, motivo pelo qual se faz premente o aprofundamento de estudos que permitam a criação, no futuro, de gramáticas e dicionários voltados para os usos peculiares de mais uma variedade falada no continente africano. Com o presente trabalho, julgamos ter dado um modesto contributo para os estudos relacionados à criatividade e à variação léxico-semântica do português guineense.

Referências

- ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola, 2009.
- ANTUNES, I. **Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. in: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009, p.146-153.
- COUTO, H. H. do. Nota editorial. **Revista Papia**, Brasília, v. 1, n. 1, p.47-58, 1990.
- COUTO, H. H. do; EMBALÓ, Filomena. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. **Revista Papia**, Brasília, v.20, p.1-256, 2010.
- EMBALÓ, F. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. **PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico**. Brasília, vol. 18, nº18, p.101-107, 2008.
- FARACO, C. A. Desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 37-62.
- FONSECA, S. P. B. da. **Aquisição e aprendizagem da referência nominal no contexto do português língua não materna na Guiné Bissau**. 2012, 160f. Dissertação (Mestrado em Língua Não Materna), Universidade Aberta, Lisboa, 2012.
- GREENBERG, J. H. **The Languages of Africa**. Vol. 25. Bloomington: Indiana University, 1963.
- MUDIAMBO, Q. **Da lexicologia e lexicografia de aprendizagem ao ensino da língua portuguesa no II Ciclo do ensino secundário: 10^a, 11^a, 12^a e 13^a classes na E.F.P. – Escola de Formação de Professores “COR MARIAE” do UÍJE (Angola)**. 2013. 291f. Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.
- NAMONE, D.; TIMBANE, A. A. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. **Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos**, Redenção-CE, v. 01, n. 01, p. 39-57, jan./jun. 2017.

- PETTER, M. **Introdução à linguística africana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- RODRIGUES, Â. L. **A língua inglesa na África: opressão, negociação, resistência**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2011.
- SANTOS, V. G. dos. **Aspectos prosódicos do português de Guiné-Bissau: a entoação do contorno neutro**. 2015. 228f. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCANTAMBURLO, L. **O Léxico do Crioulo Guineense e as suas Relações com o Português: o Ensino Bilingue Português-Crioulo Guineense**. 2013. 371f. (Tese de doutorado), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.
- SEIDE, S. B. **Organização social, política e cultural da etnia balanta**. 2017. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades), Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2017.
- SEMEDO, O. C. **Sonéá: histórias e passadas que ouvi contar**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2000.
- SEMEDO, O. C. **No fundo do canto**. Belo Horizonte, Nandyala, 2007.
- SILOM, A. dos S. **Considerações sobre a percepção da língua portuguesa e o preconceito linguístico em Guiné-Bissau**. 2019. 40f. Monografia (Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa), Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.
- TIMBANE, A. A. **A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique**. 2013. 314f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.
- TIMBANE, A. A.; REZENDE, M. C. M. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. **Revista Travessias**, Cascavel-PR, v.10, n.3, p.389-408, 2016.

A Interferência da língua changana nos conteúdos de ensino da língua ronga

Armando A. Magaia

Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Introdução

O ensino bilingue em Moçambique remonta desde os princípios da década de noventa, altura em que este foi introduzido em regime experimental nas províncias de Gaza e Tete, como Projecto de Educação Bilingue em Moçambique (PEBIMO), tendo sido posteriormente expandido à escala nacional como Projecto-Piloto de Ensino Bilingue (MANUEL, 2021). As duas fases de experimentação do ensino bilingue foram sujeitas a avaliações internas, que, de acordo com Manuel (2021, p. 261), “mostraram que o EB [ensino bilingue] apresentava resultados escolares relativamente melhores do que os encontrados em níveis equivalentes do ensino monolingue efectuado em português”. Certamente que o sucesso desses projectos-piloto foi fundamental para a tomada da mais recente decisão do Governo de tornar o ensino bilingue numa das modalidades oficiais da ministração do ensino primário em Moçambique, através da Lei nº 18/2018, de 28 de Dezembro (INDE, 2020).

Evidentemente, um dos factores importantes para o sucesso dos projectos-piloto de ensino bilingue foi a produção de materiais didácticos apropriados em Português, traduzidos nas línguas moçambicanas envolvidas na fase de experimentação, e é provável que continue a sê-lo ainda mais nesta fase da expansão do ensino bilingue a nível nacional. No entanto, um rápido olhar sobre os conteúdos de um dos livros escolares da língua Ronga deixa a percepção de que o Changana está a exercer uma influência negativa no Ronga. Por exemplo, logo na página 6, do livro da 2ª classe, intitulado “Ahidondreni Xirhonga”, vê-se uma lista de palavras para o aluno fazer um exercício com elas, entre as quais a palavra “**humula**” (descanse). Qualquer falante nativo do Ronga percebe que essa palavra é Changana. Tal impressão motivou a realização do presente estudo, como forma de contribuir para a optimização da elaboração e/ou tradução de futuros manuais de ensino desta língua.

Face a este cenário, o objectivo geral deste estudo é examinar as manifestações da interferência do Changana nos conteúdos do livro da 2ª classe usado para ensinar o Ronga no âmbito do ensino bilingue. Especificamente, através deste estudo, procura-se fazer uma análise da interferência gramatical e lexical do Changana patente nesse livro. Usando uma abordagem qualitativa, faz-se uma análise documental para obter e interpretar os dados relevantes para os objectivos deste estudo.

Depois desta introdução, a seção 2 dará uma visão geral da língua Ronga; depois será apresentado o referencial teórico (seção 3), ao que se seguirá uma descrição da metodologia usada neste estudo (seção 4), antes da apresentação e discussão dos resultados (seção 5). Por fim, na secção 6, serão apresentadas as principais conclusões e recomendações do estudo.

1. Visão geral da língua Ronga

1.1. Classificação e número de falantes

Segundo Quintão (1951), o Xironga é um dos seis dialectos da tribo Thonga (ou Tsonga), sendo os outros os seguintes: Xidzonga, Xihlanganu, Xibila, Xin'walungu e Xihlengwe. Contudo, Farinha (1946) usa indiferentemente os termos “língua” e “dialecto” para falar do Ronga, sem fazer nenhuma classificação do grupo linguístico em que se

enquadra. Por outro lado, Guthrie (1967-1971 *apud* NGUNGA, 2004) classifica a língua Ronga como parte do grupo Tswa-Ronga (S.50), constituído por Xitswa, Xigwamba, Xichangani, Xironga e possivelmente Xihlengwe. Por seu turno, Doke (1967), baseando-se num trabalho previamente publicado por H. A. Junod, considera que o Ronga faz parte do grupo linguístico denominado Tsonga, que abrange as línguas Ronga, Tsonga (ou Gwamba) e Tswa.

A classificação mais comum hoje é aquela que usa o nome “Tsonga” como o termo mais abrangente para referir a “3 línguas: Xirhonga, Xichangana e Citshwa, mutuamente inteligíveis faladas principalmente nas três províncias do Sul de Moçambique, nomeadamente, Maputo, Gaza e Inhambane”. (NGUNGA & FAQUIR, 2012, p. 242). Ademais, segundo esta fonte, o Ronga é falado principalmente na Província e na Cidade de Maputo e tem quatro variantes (xilwandle, xinondrwana, xizingili e xihlanganu), sendo xinondrwana a variante de referência (NGUNGA & FAQUIR, 2012). O número dos falantes nativos desta língua conheceu um declínio acentuado no período de 2007 a 2017, de cerca de 265.829 indivíduos (NGUNGA & FAQUIR, 2012) para apenas 58.486 indivíduos (LANGA, 2021).

1.2. Ortografia

A ortografia da língua Ronga é bastante controversa, tendo conhecido duas fases principais: a colonial e a pós-colonial. Durante a época colonial, a ortografia mais usada foi a desenvolvida pela Missão Suíça, que tinha muito em comum com a da língua Changana. Segundo, Doke (1967, p. 180), “os missionários suíços usaram o alfabeto de Lepsius com os símbolos *š* e *ž* (fricativos palatais), *š̂* e *ž̂* (fricativos sibilantes), *ñ* (nasal velar), *ṭ*, *ḍ* e *ṛ* (cerebrais) e *ṿ* (fricativo bilabial vozeado)”¹⁷. Contudo, os símbolos mais usados na Bíblia Ronga são *š*, *ñ*, *ṭ*, *ḍ* e *ṛ*, sendo que o *ṿ*, abundante na Bíblia Tsonga na antiga ortografia, era representado por *b* em Ronga para mostrar que o som é fricativo bilabial vozeado. Onde aparecesse *h*, o símbolo significa que o som é oclusivo bilabial vozeado. Digno de nota é o facto de que Doke (1967, p. 182) salienta que o Ronga “é sem igual no seu uso regular dos sons retroflexos ou oclusivos ‘cerebrais’, ortograficamente indicados por *ṭ*, *tḥ* e *ḍ*”. Poder-se-ia acrescentar que o som que torna o Ronga ainda mais exclusivo é o ortograficamente representado por *ṛ* na ortografia dos missionários suíços.

Todavia, Quintão (1951) não usou o sistema ortográfico de Lepsius, tendo optado por criar o seu próprio, que em alguns casos coincidia com os de algumas autoridades como Torre do Valle (1906) e a Missão Wesleyana. Para não perder o foco desta pesquisa, vamos concentrar-nos apenas nos sons exclusivos do Ronga em relação às suas línguas-irmãs. Na ortografia adoptada por Quintão, usa-se *ch* em vez de *ṭ*, *tx* em vez de *tḥ*, *dj* em vez de *ḍ* e *rj* em vez de *ṛ*. Antes de Quintão (1951), também, Farinha (1946) preferiu criar o seu próprio sistema ortográfico, que concordava com o de Torre do Valle (1906) e discordava do da Missão Suíça e da Missão Wesleyana. Em tal ortografia, os símbolos *ṭ*, *tḥ*, *ḍ* e *ṛ* são substituídos por *ty*, *tyh*, *dy* e *r*, respectivamente.

Já na fase pós-colonial, até aqui foram feitas e adoptadas quatro propostas de ortografia padronizada da língua Ronga, que de forma coerente elimina os sinais diacríticos impostos pelo sistema de Lepsius. No entanto, tem havido avanços e recuos na tentativa de atingir um óptimo nível de padronização da escrita do Ronga tendo em conta os princípios de coerência, exactidão e semelhança, citados por (BANDA, 2008). Em relação aos sons exclusivos da língua Ronga representados graficamente como *ṭ*, *ḍ* e *ṛ* pelos missionários suíços, o I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas

¹⁷ Doravante, todas as citações de fontes inglesas são traduções feitas pelo autor deste estudo.

Moçambicanas, realizado em 1988, decidiu substituí-los por *tr*, *dr* e *r*, respectivamente (NELIMO, 1989). Entretanto, o II Seminário, que teve lugar em 1999, actualizou a escrita do som representado por *r* no seminário anterior (*r* na Missão Suíça) para passar a ser *rh* (SITOE & NGUNGA, 2000). De igual modo, o III Seminário, realizado em 2008, manteve as decisões do seminário anterior em relação aos sons representados por *tr*, *dr* e *rh* (NGUNGA & FAQUIR, 2012). Por fim, na sua “Gramática da Língua Ronga”, Bachetti (2006) adopta a grafia do III Seminário aplicável aos três sons supracitados, mas rejeita a grafia proposta pelo Seminário para representar alguns sons, tais como *bz* (mantendo *by*) e *ps* (preferindo *psw*). Rejeita, igualmente, a escrita conjuntiva adoptada desde 1988, a favor da disjuntiva.

Outrossim, no IV Seminário, que decorreu de 23 a 25 de Maio de 2018, na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e cujo relatório ainda não foi publicado, foi adoptada uma nova grafia para os três sons exclusivos do Ronga, a saber, *tsr* em vez de *tr*, *dzr* em vez de *dr* e *zr* em vez de *rh* (notas pessoais do autor como participante).

1.3. O Ronga no contexto multilingue moderno

Há pouco mais de 70 anos, Quintão (1951, p. 10) escreveu que o Ronga era “o dialecto *Thonga* de maior importância”. Foi mais longe ao dizer: “Podemos classificar como uma das três principais línguas da nossa Província de Moçambique, o *Shironga*, o *Xisena* e o *Kiswahile*”. (QUINTÃO, 1951, p. 10; cf. TORRE DO VALLE, 1906, p. 9-10). Evidentemente, embora os investigadores da época tivessem acesso a quase todas as regiões de Moçambique e da África do Sul coloniais onde os povos tsongas habitavam e falavam as suas línguas e dialectos, a região da então Lourenço Marques e arredores dava-lhes uma exposição perfeita à língua Ronga, o que motivou e facilitou a produção de gramáticas e dicionários dessa língua. Mas esta situação viria a mudar após a independência, motivado por razões económicas e pela guerra civil.

Tal como Moreno (1994, p. 11) afirma a respeito da cidade de Maputo, “grande parte da população cidadina provém do campo, fugindo da guerra, seca e outros males, procurando na cidade uma solução para os seus problemas”. O resultado é que em Maputo, “para além do Ronga, partilham o mesmo espaço o Changana, o Português (língua oficial) e outras línguas faladas por várias comunidades moçambicanas e estrangeiras aqui fixadas”. (MORENO, 1994, p. 11).

Tal situação não veio sem preço, pois “verifica-se que o Changana é a língua que, por razões políticas ou outras, vai ocupando gradualmente um lugar de destaque em relação às outras faladas na cidade”. (MORENO, 1994, p. 17). Dada a influência que o Changana tem sobre o Ronga moderno, a par do Português, Moreno (1994, p. 73) conclui:

O facto de Maputo ser uma comunidade multilingue, com um nível de bilinguismo bastante elevado nas zonas urbanas e estar numa situação diglósica, contribui para que o comportamento do falante passe pela mistura ou alternância de códigos que motivam a substituição, a perda, a assimilação e até a reorganização de sons da sua língua.

Esta constatação é corroborada por Magaia (1999, p. 64), que diz que “uma observação do que acontece no dia a dia no seio dos falantes das duas línguas, leva a pensar que o Changana parece ter mais espaço, comparativamente ao Ronga”. Magaia (1999) dá exemplos de algumas palavras Changanas que são cada vez mais ouvidas no seio dos Rongas em detrimento do seu léxico original, a saber: (1) “*ndhambhi*” em vez de “*ntita*” (cheias); (2) “*kuvhikela*” em vez de “*kumpfekela*” (defender); (3) “*kupona*” em vez de

“*kuhuluka*” (salvar-se); e (4) “*kulomba*” em vez de “*kuvoleka*” (pedir/dar emprestado). Consequentemente, os falantes natos do Ronga consideram “que o que se fala em Maputo não é a sua língua tradicional por estar completamente *deformada* por causa da influência do Changana”. (MAGAIA, 1999, p. 69). No mesmo diapasão, Hon’wana (1999, p. 55) constata que os seus informantes lamentam o Ronga falado nas emissões da Rádio Moçambique, “porque não passa de uma mistura de Português e Xichangana, com rótulo de Xirhonga”. Portanto, é legítima a preocupação de tentar manter o Ronga livre de interferências negativas, quer do Português, quer do Changana. Após esta breve análise do contexto em que se fala a língua Ronga, marcado pela forte influência da língua Changana, a secção abaixo apresenta o referencial teórico do presente estudo.

2. Referencial teórico

Antes de descrever o método usado na realização do presente estudo, importa salientar que este estudo baseia-se na definição do conceito de “gramática” dada por Fromkin, Rodman e Hyams (2007, p. 13), segundo a qual esta é

o conhecimento que os falantes têm sobre as unidades e regras da sua língua – regras para combinar os sons em palavras (fonologia), regras de formação de palavras (morfologia), regras para combinar palavras em orações e orações em frases (sintaxe), assim como as regras para atribuir significado (semântica).

Ainda de acordo com Fromkin, Rodman e Hyams (2007, p. 13), “a gramática, juntamente com um dicionário mental (chamado de léxico) que alista a palavras da língua, representa a nossa competência linguística”. Ao adoptarmos este conceito de gramática, importa esclarecer que não defendemos a abordagem prescritiva nem aquela que é meramente *descritivista*. Parece-nos que em qualquer contexto ou estágio de aprendizagem da língua, tanto o professor quanto o aluno beneficiarão de uma gramática *pedagógica*, porque enquanto a gramática descritiva descreve “toda a língua e o seu funcionamento”, a pedagógica visa “especificamente ser de ajuda para os professores e os estudantes da língua”. (HARMER, 2007, p. 224-225). Isto quer dizer que, embora não haja necessidade de uma gramática *prescritiva* para ditar às pessoas “as regras que devem seguir” (FROMKIN; RODMAN; HYAMS, 2007, p. 15), é preciso reconhecer que há sempre uma necessidade de, por assim dizer, *jogar segundo as regras*.

Segundo Fromkin, Rodman e Hyams (2007, p. 13), “quando os linguistas desejam descrever uma língua, tornam explícitas as regras da gramática da língua que existem nas mentes dos seus falantes”. Assim, quando todos os falantes estiverem plenamente cientes das regras de funcionamento da sua língua, conseguem distinguir uma frase “gramatical” de uma frase “agramatical”. Por outras, sabem quando uma frase “se conforma com as regras da gramática mental (conforme descritas pelo linguista)”, ou quando esta “de alguma forma se desvia das regras”. (FROMKIN, RODMAN; HYAMS, 2007, p. 14).

A propósito da língua Ronga, tal como já vimos, vários autores descreveram com uma relativa coerência a gramática Ronga. No entanto, o facto de que a educação formal em língua Ronga é apenas um fenómeno recente significa que se manteve a tradição oral durante um período de mais de um século desde que se escreveu uma gramática, com todos os riscos de falha de memória colectiva sobre o funcionamento correcto da mesma. Este facto torna-se ainda mais preocupante num contexto de multilinguismo caracterizado pela dominância e interferência da língua Changana na cidade e na província de Maputo, que outrora eram maioritariamente conhecidas como espaços da língua Ronga. Em suma,

estamos de acordo com o Prof. Doutor Carlos Reis no seu prefácio à obra *Assim é que é falar!*, quando diz:

Se é certo que as realizações individuais do idioma com frequência nos oferecem uma singularidade e até um potencial de renovação a não desprezar, também é verdade que a língua (e com mais importância a que se ensina e aprende nas escolas) jamais pode ignorar os mecanismos de regulação que a consolidam como sistema. (ROCHA; DE MATOS; TAVARES, 2010, p. 11).

Após este enquadramento teórico, a próxima secção descreve a metodologia usada na realização deste estudo.

3. Metodologia

3.1. Desenho do estudo

Este estudo foi desenhado como uma pesquisa qualitativa, que “se preocupa com a recolha e análise de informação em tantas formas quantas possíveis, que não sejam numéricas”. (BLAXTER; HUGHES; TIGHT, 2001, p. 64). Ademais, a pesquisa qualitativa “tende a focar-se em explorar, de uma forma mais detalhada, números mais pequenos de casos ou exemplos que são vistos como sendo interessantes ou esclarecedores, e visa alcançar ‘a profundidade’, ao invés da ‘amplitude’”. (BLAXTER; HUGHES; TIGHT, 2001, p. 64). Neste contexto, privilegiou-se o uso de evidência documental, conforme explicado abaixo.

3.2. Fonte e método de levantamento de dados

A fonte dos dados deste estudo foi o livro escolar intitulado: “Ahidondreni Xirhonga” (Vamos aprender a língua Ronga), 1ª edição de 2018, usado na segunda classe do ensino bilingue. Foi feito um levantamento página-a-página de quaisquer itens que eram percebidos como sendo erros do ponto de vista linguístico para servirem de dados para posterior análise. Todos os dados foram compilados num ficheiro *Word*. Concluída a fase de compilação de dados, estes foram analisados e agrupados segundo a sua categoria, tendo em conta que a análise documental procede “por abstrair de cada documento os elementos que consideramos importantes ou relevantes, e por agrupar estes achados, ou organizá-los juntamente com os outros com os quais achamos estarem relacionados”. (BLAXTER; HUGHES; TIGHT, 2001, p. 209-210).

Importa mencionar que durante este processo, foram observados erros ortográficos e fonológicos, mas para não perder o foco do presente estudo, apenas os erros gramaticais e lexicais é que foram analisados ao pormenor. Para garantir a exactidão na categorização de um dado como erro gramatical ou lexical, fez-se a consulta de gramáticas e dicionários disponíveis nas línguas Ronga e Changana, a saber: “Gramática da Língua Ronga” (BACHETTI, 2006); “Elementos de Gramática Landina (Shironga)” (FARINHA, 1946); “Grammaire Ronga” (JUNOD, 1896); “Gramática de Xironga (Landim)” (QUINTÃO, 1951); “Dicionário Changana - Português” (SITOE, 2011); “Dicionário Ronga-Português” (SITOE; MAHUMANA; LANGA, 2008); e “Diccionarios Shironga-Portuguez e Portuguez-Shironga” (TORRE DO VALE, 1906).

4. Apresentação, análise e discussão dos dados

Nesta secção, fazemos a apresentação, análise e discussão dos dados, começando com os resultados a nível gramatical. De seguida abordamos os resultados a nível lexical.

4.1. Resultados a nível gramatical

4.1.1. Contracção agramatical da partícula genitiva

Conforme mostra a tabela 1, foram encontrados treze exemplos de agramaticalidade causada pela contracção da partícula genitiva. As expressões usadas no livro escolar em análise seguem uma regra gramatical do Changana em detrimento da do Ronga. Segundo Junod (1896, p. 87), “O Dzonga [Changana] tem a capacidade de contrair estes *wa ku, ya ku, etc.*, em *wo, yo...*, o que o Ronga não pode fazer”. Por outro lado, a regra gramatical Ronga recorre àquilo que Torre do Valle (1906, p. 26) descreve como “infinitivos substantivados”, dando o seguinte exemplo: “*Mulungu wa kuxonga*¹⁸, o branco bonito, ou bom”. Mais adiante, Torre do Valle (1906, p. 35) explica que “o gerúndio, ou participio verbal, obtém-se antepondo a partícula genitiva ao infinito do verbo”, dando como exemplo o sintagma: “*Mhunu wa kubekisa*, pessoa que guarda, depositário”. Em nenhum momento o autor apresenta a faculdade de o Ronga contrair o genitivo com o prefixo do verbo infinitivo “*ku*”.

Esta regra é confirmada por Quintão (1951, p. 69), quando diz: “As locuções empregadas como *qualificativas* formam-se com um verbo no infinitivo, regido de genitivo; mas neste caso, o genitivo é precedido quase sempre da partícula demonstrativa *le’, la’, lo’, lwe’*, segundo as regras apresentadas pelo pronome relativo.”

Quintão (1951, p. 69) fornece os seguintes exemplos: “*yindlu leya kuxonga*, ‘casa bonita’”; “*vahloti lava kukuluka*, ‘caçadores gordos’”; e “*muzri lowa kuleha*, ‘árvore alta’”. Nestes exemplos vê-se que as genitivas *ya, va* e *wa* interagem com o verbo a começar com o prefixo do infinitivo “*ku-*” para criarem significados qualificativos.

Quadro 1: Contracção agramatical da partícula genitiva

Nº.	Expressão	Melhoria sugerida ¹⁹	Tradução
1.	<i>mihandru yonandriya</i>	<i>mihandzru ya kunandzrika</i>	frutos gostosos
2.	<i>(minsinya) yoxonga</i>	<i>(minsinya) ya kuxonga</i>	árvores lindas
3.	<i>mintrhati yobasa</i>	<i>mintsrhathi ya kubasa</i>	traços brancos
4.	<i>svirhu svotwa</i>	<i>svizru sva kutwa</i>	órgãos sensoriais
5.	<i>svohambana</i>	<i>sva kuhambana</i>	diferentes
6.	<i>svokarhi</i>	<i>sva kukazri</i>	alguns
7.	<i>vadondri vokharhi</i>	<i>vadondzri va kukazri</i>	alguns alunos
8.	<i>wogoma</i>	<i>wa kugoma</i>	de baixa estatura
9.	<i>wokuluka</i>	<i>wa kukuluka</i>	gordo
10.	<i>wolala</i>	<i>wa kulala</i>	magro
11.	<i>woleha</i>	<i>wa kuleha</i>	alto
12.	<i>wololohwa</i>	<i>wa kuloloha</i>	preguiçoso
13.	<i>wopfuxa</i>	<i>wa kupfuxa</i>	de reconstrução

Fonte: Elaboração própria

Entretanto, Farinha (1946, p. 23-24) afirma que a adjectivação em Ronga é obtida “pelo infinito dos verbos à maneira do genitivo” e fornece como exemplos os seguintes

¹⁸ Doravante, todas as citações de gramáticas coloniais são transcritas na ortografia padronizada, usando-se ainda *dzr* em vez de *dr*, *tsr* em vez de *dzr* e *zr* em vez de *rh*.

¹⁹ Nas melhorias sugeridas nesta e noutras tabelas, onde ocorrem sons exclusivos Rongas, usa-se *dzr* em vez de *dr*, *tsr* em vez de *tr* e *zr* em vez de *rh*.

sintagmas: (1) “*Ndlela ya kulala*, ‘caminho estreito (do verbo *kulala*)’” e “*Xitsrama xa kubava*, ‘milho amargo’” (do verbo *kubava*). Porém, este autor causa alguma confusão ao voltar a dizer que a adjectivação é possível “pela fusão que resulta do genitivo e da palavra do infinito” (FARINHA, 1946, p. 23-24), sem dizer que tal regra se aplica ao Changana. Os exemplos que o autor apresenta são: “*Minchumu yobiha*, ‘coisas más’ (*yo* é a fusão de *ya ku*)”; e “*Svilembe svoxonga*, ‘chapéus bonitos’ (*svo* é fusão de *sva ku*)”. (FARINHA, 1946, p. 23-24).

No entanto, estas palavras não podem ser tomadas pelo seu valor facial, porque contradizem os três autores acima citados sem nenhuma explicação sobre alguma mudança linguística verificada com o andar do tempo. Além disso, é preciso lembrar que o próprio Farinha (1946, p. 98-99) faz questão de dar alguns exemplos das “Divergências principais entre o «Shironga» e os dialectos do norte do distrito”. Depois de dizer que “os adjectivos verbais que em *Shironga* se conseguem pelo genitivo seguido do infinito sofrem nos dialectos do norte a seguinte fusão”, o autor dá dois exemplos seguintes: (1) *Xilembe xa kubasa* (Shironga) vs. *Xilembe xobasa* (Changana) e (2) *Mhunhu wa kuxonga* (Shironga) vs. *Munhu wosaseka* (Changana). Com estes esclarecimentos, conclui-se que Farinha não quis contradizer os autores anteriores; senão estaria a contradizer-se a si próprio.

Aliás, é digno de nota que Farinha (1946, p. 121-133) apresente algumas expressões usadas no dia-a-dia, entre as quais encontram-se as seguintes: 1. “*Nibuyisele mati ya kuhlamba mizri* (Traz-me água para o banho)”; 2. “*Nyama ya kuwoxa na yone* (A carne assada também)”; 3. “*Ndlela ya kuya ka Magudu hi yolelyi?* (O caminho de Magude é este?)”; e 4. “*Ndzrehe ni svoa kumibzela* (Tenho ainda a dizer-vos)”. Nestas expressões, pertinentes para o nosso estudo, não se vê nenhum caso em que se faça a contracção do genitivo com o prefixo “**ku**” do verbo no infinitivo. Isto porque em Ronga não se podem produzir expressões do tipo: 1. *Mati yohlamba* (Água para o banho); 2. *Nyama yowoxa* (A carne assada); 3. *Ndlela yoya ka Magudu* (O caminho de Magude); e 4. *Ni ni svomibzela* (Tenho algo a dizer-vos).

Ainda assim, sobre a mesma matéria, Bachetti (2006, p. 218) explica com exactidão a mesma regra de construção de locuções adjectivas qualificativas ao dizer que se faz “com o verbo no infinitivo regido pelo genitivo”. Mas o autor inclui uma nota onde diz que “o ‘genitivo’ pode contrair-se com o prefixo ‘**ku**’ do infinitivo, tomando a terminação em ‘-o’”. (BACHETTI, 2006, p. 218). Contudo, ele também não diz nada sobre o que terá mudado na língua para tornar falsa afirmação de Junod (1896, p. 87) de que “o Ronga não pode fazer” a contracção do genitivo e o infinitivo como faz o Changana. A explicação que se pode avançar é a de que o autor obteve dados incorrectos dos seus informantes, do ponto de vista da variante padrão do Ronga, dada a sua localização geográfica. Aliás, ele admite-o na introdução da sua “Gramática da Língua Ronga”, com as seguintes palavras:

O Ronga apresentado nesta obra é aquele que é falado na parte meridional do distrito de Manhiça, isto é, da vila da Manhiça até Bobole e, portanto, pertence à variante “*xilwandle*”. A língua falada nesta zona, já não é um Ronga puro, porque tem uma forte influência do Changana, o que provoca uma grande mistura e confusão entre as duas línguas. (BACHETTI, 2006, p. 10). Portanto, tomando em conta a variante padrão do Ronga que deve ser ensinada nas escolas, *xinondrwana* (NGUNGA; FAQUIR, 2012), os exemplos na tabela 1 acima mostram como a gramática Changana está a interferir na gramática Ronga.

4.1.2. Construção relativa do futuro agramatical

Nos exemplos transcritos na Quadro 2, demonstra-se a agramaticalidade provocada pela interferência da regra gramatical Changana no Ronga. Segundo Junod (1896), a estrutura do Ronga para a construção relativa no tempo futuro é: marca do sujeito + **taka** + verbo; diferente da do Changana, que é: marca do sujeito + **ngata** + verbo. Pode-se confirmar estas regras nos seguintes exemplos contrastivos dados por Junod (1896, p. 143): “Dzonga (Changana): *Langatavona*. (“Aquele que verá”)” vs. “Ronga: *Lwatakavona*. (“Aquele que verá”)”.

Quadro 2: Construção relativa do futuro agramatical

Nº.	Expressão	Melhoria sugerida	Tradução
1.	<i>hi kwini kokwana angataya kone?</i>	<i>hi kwini kokwana atakaya kone?</i>	aonde irá a avó?
2.	<i>lesvi svingatayenceka</i>	<i>lesvi svitakayenceka</i>	o que vai acontecer
3.	<i>lesvingatanabzalisa</i>	<i>lesvitakanabzalisa</i>	o que vai simplificar
4.	<i>minsinya hingatabzala</i>	<i>minsinya hitakabzala</i>	as árvores que plantaremos

Fonte: Elaboração própria

Farinha (1946, p. 65) também confirma que a construção relativa futura em Ronga usa a marca relativa “**taka**” como no seguinte exemplo: “*Ndzritakazrandzra*” (que vou amar). Algo notável é que o autor também diz que uma das diferenças entre o Ronga e Changana consiste no seguinte: “O futuro relativo obtém-se em Shironga pela partícula *ka* sufixando o auxiliar *ta*; no norte [i.e., onde se fala o Changana], porém, colocando-se antes dele *nga*”. (FARINHA, 1946, p. 65). O exemplo contrastivo que Farinha (1946, p. 65) dá nesse sentido é o seguinte: “*Lwatakafamba* (Shironga) – *Lwangatafamba* [Xichangana]”, que significa: “quem irá”.

Igualmente, tanto Quintão (1951) como Doke (1967) descrevem a regra gramatical Ronga para construções relativas futuras como usando apenas a marca relativa “**taka**” junto com a marca do sujeito e o verbo. No entanto, apesar de Bachetti (2006) confirmar esta regra, volta a incluir o uso da marca relativa “*ngata*” como uma alternativa ao “*taka*”. Mas, novamente, nada diz sobre o motivo disso; não justifica a mudança gramatical, se é que houve. Aliás, nos vários exemplos fornecidos pelo autor, é notável a predominância de “*taka*” em relação ao “*ngata*” (cf. BACHETTI, 2006, p. 163-169), o que sugere que ou ele cometeu um equívoco, ou foi desencaminhado pelos informantes da região onde ele estudou o Ronga, que é fortemente influenciada por Changana, conforme ele mesmo o diz (cf. BACHETTI, 2006, p. 10). A seguir, apresentam-se os resultados a nível lexical que ilustram a interferência negativa do Changana no Ronga.

4.2. Resultados a nível lexical

4.2.1. Interferência de pronomes absolutos Changanas

A tabela 3 mostra o levantamento de pronomes absolutos Changanas que foram encontrados no livro em análise.

Quadro 3: Interferência de pronomes absolutos Changanas

Nº.	Expressão	Melhoria sugerida	Tradução
1.	<i>kona</i>	<i>kone</i>	lá
2.	<i>hina</i>	<i>hine</i>	nós
3.	<i>n'wina</i>	<i>n'wine</i>	vocês
4.	<i>mina</i>	<i>mine</i>	eu
5.	<i>yena</i>	<i>yene</i>	ele/ela

Fonte: Elaboração própria

Como se pode ver, a presença destes cinco pronomes absolutos no manual de ensino da língua Ronga constitui mais uma evidência irrefutável da interferência da gramática Changanana. Bachetti (2006, p. 300-301) explica claramente a diferença que existe entre o Ronga e o Changanana neste aspecto gramatical ao dizer: “Outra diferença encontra-se nos *pronomes pessoais absolutos completos* de todas as classes: enquanto em Ronga todos estes pronomes terminam em “e”, em Changanana eles terminam em “a”.” Portanto, todos os itens alistados na tabela 3 são errados e inadequados para serem usados num livro elaborado para ensinar a língua Ronga.

4.2.2. Interferência de verbos Changanas

Como se pode ver na tabela 4, pelo menos quinze ocorrências de verbos que fazem parte do léxico Changanana foram encontrados no manual elaborado para ensinar a língua Ronga. Para verificar as diferenças entre o Ronga e o Changanana nesta matéria, basta uma consulta ao *Dicionário Ronga-Português*, de Siteo, Mahumana e Langa (2008) e *Dicionário Changanana-Português*, de Siteo (2011).

Quadro 4: Interferência de verbos Changanas

Nº.	Expressão	Melhoria sugerida	Tradução
1.	<i>Hilava</i>	<i>Hijula</i>	Queremos
2.	<i>Hlengani yitrakili</i>	<i>Nhlengana yinyonxile/ yitsrhavile</i>	O cabrito do mato ficou feliz
3.	<i>Humula</i>	<i>Wisa</i>	Descanse
4.	<i>Hundruketa</i>	<i>Ndzruluta</i>	Transforme
5.	<i>Kusaseka</i>	<i>Kuxonga</i>	Beleza
6.	<i>Kutitimela</i>	<i>Kutitimeta</i>	Fazer frio
7.	<i>Kutraka</i>	<i>Kunyonxa/kutsrhava</i>	Alegria
8.	<i>Kuxixima</i>	<i>Kuchava/kulandzra</i>	Respeitar/obedecer
9.	<i>Lesvaku aphutrela</i>	<i>Lesvaku atsrimbela</i>	Para embrulhar
10.	<i>Majaha makhayima tihomu</i>	<i>Majaha mabzisa tihomu</i>	Os rapazes apascentam o gado
11.	<i>Mati ya kuphuza</i>	<i>Mati ya kunwa</i>	Água potável
12.	<i>Mhaka leyi yitrakisi vapsele</i>	<i>Mhaka leyi yinyonxisi/ yitsrhavisi vapsele</i>	Este facto agradou aos pais
13.	<i>Vatrake</i>	<i>Vanyonxi/vatsrhavi</i>	Alegraram-se
14.	<i>Wathova</i>	<i>Wattlema</i>	Massageias
15.	<i>Xidilize</i>	<i>Xihohloti</i>	Destruiu

Fonte: Elaboração própria

Por exemplo, sobre o verbo “-lava”, há diferenças semânticas interessantes entre o Ronga e o Changana, pois segundo o *Dicionário Ronga-Português* este verbo tem os seguintes significados primários e secundários: “1. dirigir-se a; ir a direito; 2. tencionar, ter por objectivo”. (SITOE; MAHUMANA; LANGA 2008, p. 113). Já no *Dicionário Changana-Português* (SITOE, 2011, p. 138), “-lava” significa: “1. v.t. querer; precisar; desejar; preferir; amar. 2. procurar; arranjar. 3. v. aux. estar prestes a. *Mpfula yilava kuna*. Está prestes a chover.; ser, estar quase. *Xilava kufana ni lexi*. É quase como este. 4. (idiom.) *kusvilava se calhar*”. Mas quando se vai novamente ao *Dicionário Ronga-Português*, de Siteo, Mahumana e Langa (2008, p. 78), sob a entrada “-jula”, encontra-se o seguinte: “1. v.t. querer; precisar; desejar; preferir; amar. 2. procurar, buscar, arranjar; demandar; requerer. 3. v. aux. estar prestes a. *Mpfula yijula kuna*. Está prestes a chover.; ser, estar quase. *Xijula kufana ni lexi*. É quase como este. 4. (idiom.) *Kusvijula ohemba*. Se calhar está a mentir”.

A conclusão a que se chega é clara: Mesmo se o mesmo item lexical (i.e., *kulava*) existir nas duas línguas, este tem uma carga semântica diferente. Por isso, pode facilmente tornar-se num falso cognato. É preciso ter em mente que a expressão em análise ocorre no contexto de uma frase a ser preenchida com uma de três opções previamente fornecidas (*mavoko* “mãos”, *hijula* “queremos” e *loko* “quando”). A frase referida é: *Kujuleka hihlamba mavoko (loko) hilava kuda*. (É preciso lavarmos as mãos quando queremos/estamos prestes a comer.) O contexto, obviamente, não justifica o uso de “*hilava*”; tanto é que no mesmo exercício usou-se a expressão correcta “*hijula*” em Ronga. Fica claro que aqui houve interferência do Changana. Não era intenção dos autores ensinar que “*hilava*” é sinónimo de “*hijula*”.

Os restantes itens lexicais alistados na tabela acima podem ser consultados nos dicionários que temos vindo a citar, onde se verificará quais vocábulos fazem parte do léxico Ronga vis-à-vis os que são do léxico Changana.

4.2.3. Interferência de nomes Changanas

A tabela 5 apresenta 19 nomes Changanas incluídos no livro escolar em análise. Uma consulta ao *Dicionário Ronga-Português* (SITOE; MAHUMANA; LANGA, 2008) e ao *Dicionário Changana-Português* (SITOE, 2011) deixa claro que as duas línguas-irmãs usam léxicos diferentes para os conceitos que se pretende ensinar na escola aos alunos Rongas.

Alguns podem argumentar que esses casos são empréstimos, que são um facto normal entre as línguas. Mas também é preciso ter em mente a outra face da moeda: Para que fim servem os empréstimos? Bahumaid (2015, p. 13) responde dizendo que “o empréstimo entre as línguas serve o principal objectivo de preencher lacunas no léxico da língua receptora porque esta não tem os meios para designar os produtos ou noções recém-introduzidos”. Como se pode ver na tabela acima, a língua Ronga não tem nenhuma lacuna lexical em todos os casos em que lhe foram forçados vocábulos Changanas. Simplesmente, nota-se uma forte influência negativa do Changana, da qual os autores talvez nem sequer se tenham apercebido.

Quadro 5: Interferência de nomes Changanas

Nº.	Expressão	Melhoria sugerida	Tradução
1.	<i>basikeni</i>	<i>xikanyakanya/xikandzrakandzra/ mulelenjhana</i>	bicicleta
2.	<i>comelo</i>	<i>handzrelo</i>	fermento

3.	<i>d'in'wa</i>	<i>laranji</i>	laranja
4.	<i>hlengani</i>	<i>nhlengana</i>	cabrito do mato
5.	<i>mapawa</i>	<i>mapawu</i>	pães
6.	<i>maqhivi</i>	<i>mativa</i>	lagos
7.	<i>matravu</i>	<i>timbowa</i>	hortícolas
8.	<i>mintanga</i>	<i>svizramba</i>	hortas
9.	<i>mujondzisi</i>	<i>mudondzrisi</i>	professor
10.	<i>namuntlha</i>	<i>namunhla</i>	hoje
11.	<i>njangu</i>	<i>ndangu</i>	família
12.	<i>nkarhi</i>	<i>nkama</i>	tempo
13.	<i>ntava</i>	<i>nhava</i>	montanha
14.	<i>nyempfu</i>	<i>hamba</i>	ovelha
15.	<i>papila</i>	<i>papela</i>	carta
16.	<i>phepha</i>	<i>papela</i>	papel
17.	<i>timanga</i>	<i>mazrumana</i>	amendoim
18.	<i>vajondzi</i>	<i>vadondzri</i>	alunos
19.	<i>xiketre</i>	<i>xilalasi</i>	ananás

Fonte: Elaboração própria

Os resultados do nosso estudo corroboram a tese de Aikhenvald (2020, p. 8), que diz: “As similaridades induzidas pelo contacto, e difusão de padrões, são muito mais difíceis de controlar: os falantes muitas vezes não estão cientes da rápida expansão de decalques gramaticais e lexicais e difusão indirecta dos padrões da língua dominante naquela que está em fase de perigo de extinção.”

Trata-se de uma situação preocupante, pois, a manter-se as coisas assim como estão, o ensino bilingue pode ter o potencial de prejudicar ainda mais a língua Ronga, ao legitimar formas de falar provadas inaceitáveis de acordo com a gramática desta língua.

Conclusões

O presente estudo tinha como principal objectivo examinar as manifestações da interferência do Changana no Ronga patentes no livro da 2ª classe, elaborado para ensinar o Ronga, no âmbito do ensino bilingue. De uma forma específica, o estudo teve como foco a análise da interferência gramatical e lexical do Changana nesse livro escolar. Fez-se um levantamento e análise dos conteúdos do livro que pareciam ter sofrido uma influência negativa do Changana.

Dessa análise concluiu-se que estruturas gramaticais e vocábulos Changanas estão a ser incorporados num livro projectado para ensinar as primeiras lições do Ronga a crianças que frequentam o ensino bilingue. Conforme demonstrado em estudos anteriores (cf. MORENO, 1994; MAGAIA, 1999; HON'WANA, 1999), tal situação deve-se ao convívio cada vez maior entre as duas línguas na cidade de Maputo e, podemos acrescentar, na província de Maputo de uma forma geral, onde o Changana ganha uma dominância cada vez crescente.

Como medida correctiva, recomenda-se uma revisão pontual do livro escolar objecto deste estudo, bem como de outros manuais elaborados em épocas anteriores que poderão ser usados na fase da expansão do ensino bilingue. A outra recomendação é ampliar o leque de informantes a serem consultados em futuros projectos de elaboração de materiais didácticos antes do envio dos livros à gráfica. Entre os informantes, além de especialistas das línguas bantu, deve-se envolver falantes nativos mais velhos das

comunidades Rongas, que são bibliotecas vivas que guardam conhecimentos linguísticos não tão bem documentados.

Referências

- AIKHENVALD, A. Y. Language Contact and Endangered Languages. In: GRANT, A. P. (Ed.). **The Oxford handbook of language contact**. Versão online disponível em https://www.academia.edu/41876504/Aikhenvald_Language_contact_and_endangered_languages_OHLC_ed_Grant. Acesso em: 7 fev. 2022.
- BACHETTI, C. **Gramática da Língua Ronga**. Maputo: Paulinas Editorial, 2006.
- BAHUMAID, S. Lexical Borrowing: The case of english loanwords in hadhrami arabic. **Lexical**. Vol. 2, nº6; December, p. 13-24, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/66489814/Lexical>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- BANDA, F. Orthography design and harmonisation in development in Southern Africa. **Open Society Initiative for Southern Africa**, p. 39-48, 2008. Disponível em https://www.academia.edu/34749983/Orthography_design_and_harmonisation_in_development_in_Southern_Africa. Acesso em: 19 mai. 2018.
- BLAXTER, L.; HUGHES, C; TIGHT, M. **How to Research**. 2nd ed. Buckingham: Open University Press, 2001.
- DOKE, C. M. **The Southern Bantu Languages**. London: Dawsons of Pall Mall for the International African Institute, 1967.
- FARINHA, Pe. A. L. **Elementos de Gramática Landina (Shironga)**. 2.ed. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1946.
- FROMKIN, V.; RODMAN, R.; HYAMS, N. **An Introduction to Language**. 8thed. Boston: Thomson Wadsworth, 2007.
- HARMER, J. **The Practice of English Language Teaching**. 4th ed. Essex: Pearson Educational Limited, 2007.
- HON'WANA, C. L. S. **A Problemática da selecção de variantes dialectais nas Emissões da Rádio Moçambique: O Caso do Xirhonga**. 101p. Dissertação de Licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane, 1999.
- INDE. **Plano Curricular do Ensino Primário**. Maputo: INDE, 2020.
- JUNOD, H. A. **Grammaire Ronga**. Lusanne: Georges Bridel & Co, 1896.
- LANGA, D. A. S. Tradução dos Termos Sobre Coronavírus/Covid-19: Problemas e Desafios. **Forum lingüístic**, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 6988 - 7005, out./dez. 2021.
- MAGAIA, J. A. **O caso da Coexistência do Ronga e Changana na Cidade de Maputo**. 88 p. Dissertação de Licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane, 1999.
- MANUEL, C. J. Ensino bilingue em Moçambique: análise de algumas opções didático-metodológicas na produção de materiais e do seu impacto para além do nível mais imediato da escola. In: ARAÚJO E SÁ, M. H.; MACIEL, C. M. A. (Ed.). **Interculturalidade e plurilinguismo nos discursos e práticas de educação e formação: Contextos pós-coloniais de língua portuguesa**. Bruxelles: P. I. E. LANG, 2021. p. 261-278.
- MINEDH. **Ahidondreni Xirhonga**. Maputo: MINEDH/ADPP Moçambique, 2018.
- MORENO, A. D. G. C. **Variação Fonética do Ronga da Cidade de Maputo: A influência do Changana**. 112 p. Dissertação de Licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1994.
- NELIMO. **I Seminário Sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas**. Maputo: INDE-UEM/NELIMO, 1989.
- NGUNGA, A. **Introdução à Linguística Bantu**. Maputo: Imprensa Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 2004.

- NGUNGA, A.; FAQUIR, O. (ed.). **Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III Seminário**. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA), 2012.
- QUINTÃO, J. L. **Gramática de Xironga (Landim)**. Lisboa: Edição da Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias, 1951.
- ROCHA, M. R. M.; DE MATOS, M. J. C.; TAVARES, S. D. **Assim é que é falar! 201 perguntas, respostas e regras sobre o português falado e escrito**. Lisboa: Planeta Manuscrito, 2010.
- SITOE, B. **Dicionário Changana - Português**. 2.ed. Maputo: Texto Editores, 2011.
- SITOE, B.; NGUNGA, A. **Relatório do II Seminário Sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas**. Maputo: NELIMO/UEM, 2000.
- SITOE, B.; MAHUMANA, N.; LANGA, P. **Dicionário Ronga-Português**. Maputo: PROMETRA, 2008.
- TORRE DO VALE, E. **Diccionarios Shironga-Portuguez e Portuguez-Shironga**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1906.

Os precedentes históricos e políticos que impossibilitaram a instituição da língua guineense no ensino na Guiné-Bissau

Eurico Paulo Sampa

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Considerações Iniciais

Este trabalho é fruto das nossas discussões na sala de aula, feita na disciplina de Educação Intercultural Indígena, no 3º semestre do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, lecionada pela professora Caroline Farias Leal Mendonça. Neste trabalho procurou-se analisar os precedentes históricos e políticos que impossibilitaram a instituição da língua guineense no espaço de ensino escolar na Guiné-Bissau. Os incidentes históricos e políticos analisados demonstram que a não adoção da língua guineense teve a sua gênese desde os momentos da luta de libertação nacional, quando o Estado guineense, na sua primeira fase, seguindo a política de linguagem nas zonas libertadas, decidiu não instituir a língua guineense para o ensino escolar. Os motivos técnicos e a preferência político/ideológico foram as justificativas usadas para o afastamento da língua guineense do espaço escolar.

A razão técnica envolvia falta de recursos humanos, falta de materiais didáticos e Hipossuficiência económica do Estado. Em termos políticos/ideológico, o Estado guineense defendeu a língua portuguesa como língua da cooperação e da abertura da janela pelo mundo. Os motivos técnicos que levaram o afastamento da língua guineense da estrutura escolar e curricular desde quando a educação estava sendo administrada nas zonas libertadas perpassam os momentos pós-independência e os dias atuais. Isso nos faz afirmar que, se não houver a vontade política por parte das autoridades responsáveis pela instituição da língua guineense, essa língua nunca estará pronta, por si só, para ser instituída como língua de ensino na Guiné-Bissau, uma vez que não falta vontade e determinação por parte dos professores e peritos em matéria.

Independentemente das razões técnicas e política/ideológica que levaram o afastamento da língua guineense do espaço escolar, enfatizamos que há premência de instituir a língua guineense para ajudar na melhoria do processo de ensino/aprendizagem na Guiné-Bissau, por ser língua materna de grosso número dos guineenses, falada por franja significativa da população (90,4%, INE, 2009), por ser também a língua da unidade nacional e a língua da cultura (EMBALÓ, 2008; SEMEDO, 2010). Apropriamos de abordagem qualitativa para realização deste trabalho. Para construção dos dados, foi utilizada a pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, onde trabalhamos com livros, teses, documentos, dissertações e artigos que debruçam sobre o assunto.

Estruturalmente, o nosso trabalho está dividido em quatro (4) partes interligadas. Antecedido da introdução e procedida das considerações finais. Na primeira secção, fizemos uma breve contextualização da Guiné-Bissau e a língua guineense. Nesta secção, trazemos alguns dados demográficos e sociocultural sobre o país, onde destacamos o uso de guineense no dia a dia da população. Na segunda secção, falamos da origem de língua guineense e o contexto da sua emergência como língua franca. Sobre a origem e a emergência do guineense, percebe-se que não há consenso entre os autores sobre a origem dessa língua, porém congratulam que essa língua é fruto de miscigenação e hibridismo cultural. Na terceira secção, debruçamos sobre o maniqueísmo como essência da educação colonial, analisamos também a educação nas zonas libertadas da Guiné-Bissau. A

educação durante o período colonial é essencialmente excludente e maniqueísta, assentada na desvalorização da cultura endógena e na hierarquização de classe para governar. Sendo assim, o projeto educativo do movimento da luta (PAIGC) consistia em desfazer essa educação excludente e maniqueísta nas zonas libertadas. Na última seção, analisamos o embrião do Estado nas zonas libertadas e a instituição da língua, onde destacamos que a instituição da língua na Guiné-Bissau não surgiu de um contexto isolado; o modelo de Estado/Nação que os países africanos seguiram após conquista das suas independências foi responsável em decidir sobre o assunto através da política de linguagem.

1 Breve contextualização da Guiné-Bissau e a língua guineense

Oficialmente, passa a ser chamada da república de Guiné-Bissau após a sua independência da coroa português no dia 24 de setembro de 1973, sendo que a presença e a dominação territorial por parte dos portugueses duraram cinco séculos - 1446 a 1973²⁰. Geograficamente, a Guiné-Bissau está situada na costa ocidental do continente africano, faz fronteira com República de Senegal ao norte, ao sul e leste faz fronteira com República da Guiné-Conakry, ao oeste é banhada pelo oceano atlântico. A Guiné-Bissau possui uma extensão territorial de 36.125 km², o ponto mais alto de país tem 300 metros de altitude (INE, 2009).

De acordo com terceiro Recenseamento Geral de População e Habitação (RGPH), realizado em 2009²¹, o país tem um total de população de nacionalidade guineense correspondente a 1.442.227 indivíduos entre os quais 48,4% dos homens e 51,6% das mulheres, que nos dias atuais deve ultrapassar essa cifra mencionada. Uma população jovem com percentagem de 42,6% das pessoas que possuem entre 0-14 anos de idade, a religião mais praticada é a muçulmana 45,1% (INE, 2009).

No que diz respeito ao grupo étnico, o país conta com mais de duas dezenas de etnias; sendo cada etnia com a sua respeitava língua; as etnias mais expressivas são: Fulas (28, 5%); Balantas (22,5%); Mandingas (14, 7%); Pepel (9, 1%); Mandjacus 8, 3%. Em termos administrativo, o país conta com 8 regiões, além do setor autônomo de Bissau: Gabu e Bafata a Leste; Quínara, Tombali e Arquipélagos dos Bijagós ao sul; Oio, Cacheu e Biombo a norte. De acordo com censo de 1991, essas 8 regiões contam com 38 setores, 103 secções e cerca de 4.500 tabancas (INE, 2009).

Ainda conforme esse censo, a língua guineense é língua mais falada pela população de nacionalidade guineense (90,4%), denominada também de kriol, sendo o português a língua oficial do país e de comunicação com o exterior, seu uso está restrito aos lugares formais e falado pelo pequeno número da população; a população que fala o português corresponde a 27,1%. Um número significativo da população de nacionalidade guineense, na faixa etária de 6 anos ou mais é alfabetizada (51,9%).

²⁰ Os relatos históricos demonstram que os europeus chegaram atual território guineense em 1446. A presença deles não significa automaticamente a dominação do território. Por isso, colocamos o intervalo de 1446 a 1973, para indicar a presença, a dominação e a independência da Guiné-Bissau. Esse intervalo inclui os cinco séculos mencionados. A ocupação efetiva do território, que chamamos hoje de Guiné-Bissau, teve lugar depois da conferência de Berlim (1884/1885), ocupação que foi seguida da implementação de imposto de palhoça e campanha de pacificação, a qual foi liderada por Teixeira Pinto (TEIXEIRA, 2015).

²¹ Os dados são de 2009, contudo decidimos trabalhar com ele, para mostrar a dificuldade que os pesquisadores interessados ao assunto de Guiné-Bissau possam encontrar no que tange à atualização dos dados daquilo que é o Instituto Nacional de Estatística (INE) do país, responsável pelo gerenciamento e catalogação dos dados. Por causa da sua credibilidade, como órgão Estatal, decidimos trabalhar com seus dados mesmo sabendo que a estatística apresentada já não se faz jus a dias atuais, sobretudo no que refere aos dados demográficos e demo linguístico.

Após a independência, a Guiné-Bissau adotou o português como única língua oficial de Estado, conseqüentemente língua do ensino, deixando de lado o guineense²² e as demais línguas étnicas existentes no país, um posicionamento que não contempla a realidade plurilíngue característica do país e a diversidade cultural dos educandos guineenses. Na Guiné-Bissau, o processo de oficialização do português como única língua formal surgiu num quadro da existência do modelo de Estado/Nação adotado pelas nações africanas depois da independência; imitando, assim, o modelo dos países europeus onde o Estado é o único a decidir sobre a variação linguística²³ e a língua que deve ser falada oficialmente em todo território nacional.

Apesar dessa oficialização da língua portuguesa, é inegável o enraizamento da língua guineense no cotidiano dos Bissau-Guineense. A língua guineense continua a ser a língua mais usada no dia a dia das pessoas, mesmo nos lugares mais estratificados da sociedade guineense. Segundo Embaló (2008), o guineense está presente nos conselhos de ministros, nas rádios, programas radiofônicos, campanhas políticas, campanha de sensibilização em massa, na Assembleia Nacional Popular (ANP). Isso se deve ao fato de guineense ser uma língua que atinge maior comunidade guineense. Além de atingir maior parte da comunidade, o guineense como língua da cultura, manifesta a sua característica nas obras literárias e musicais dos autores nacionais mais renomados.

Os textos dos autores Guineenses mais renomados se mostram repletos de expressões em guineense, de frases que, embora escritas na língua portuguesa, revelam a estrutura da língua guineense, a título de exemplo, podemos mencionar Abdulai Sila, os poemas de Felix Siga, Tony Tcheka, Ernesto Dabó, Respício Silva e Huco Monteiro. As composições musicais de intervenção social e política que marcaram o final dos anos de 1960 e início dos de 1970, usaram nas suas canções e poemas musicados o guineense como forma de resistência à presença colonial, a título de exemplo podemos mencionar José Carlos Schwarz, Armando Salvaterra, Aliu Bari, etc.(SEMEDO, 2010).

Apesar de guineense ser uma língua estigmatizada pelo poder colonial, incontestavelmente continua viva na área da literatura: nas poesias de combate, nas músicas populares, nas canções de mandjuandadi, continua a ser uma língua de cultura, mas como era pouca divulgada, dá a impressão da sua não existência (Embaló, 2008). É inegável a contribuição da língua guineense na literatura, na música moderna e cantigas de mandjuandadi da Guiné-Bissau. De acordo com Semedo (2010), as cantigas cantadas a partir da língua guineense (cantigas de mandjuandadi, cantigas de ditu e cantigas de tina) a literatura guineense conhecerá a sua peculiaridade a partir dessa língua; uma literatura que traz consigo os traços culturais guineense.

²² Neste trabalho, o leitor pode deparar com diferentes formas como a língua guineense foi denominada: kriol, crioulo, kriol guineense. Essas denominações não têm nada a ver com alteração semântica da palavra. Para Embaló (2008), essas denominações têm a ver com falta da unificação da escrita dessa língua. A nossa preferência pelo termo guineense ou língua guineense, como foi utilizada ao longo do texto quando fazemos menção à essa língua, se deve a noção que temos da necessidade da sua ressignificação e a sua melhor identificação no meio de outros crioulos, que surgiram durante contatos entre os povos de diferentes idiomas, especificamente durante a colonização. Segundo Scantamburlo (1991), o termo crioulo faz menção à língua do escravo. O mesmo autor afirma que (2013), o primeiro estudioso a propor o termo "guineense" foi o Cônego Marcelino Marques de Barros, em 1897.

²³ Variação linguística, neste caso, refere aos países europeus, que segundo Bagno (2006), tiveram que escolher durante a formação do Estado-Nação moderno, por exemplo, que variação da língua portuguesa ou francesa o Estado seguirá como hegemônica. No caso dos países africanos, na implementação do modelo de Estado-Nação moderna, tinham línguas locais, que são mais de duas dezenas no caso da Guiné-Bissau, e língua dos colonizadores europeus; sendo que os países africanos, na sua maioria, adotaram a língua dos europeus em detrimento das locais.

Entre as várias línguas étnicas, os guineenses contam ainda com um importante veículo da tradição, a língua guineense ou o crioulo da Guiné-Bissau, por meio da qual são transmitidos o saber, a filosofia e os códigos ritualísticos. É em crioulo que se vão conjugar as tradições das várias etnias que compõem o mosaico etnocultural guineense. Sendo o país plurilíngue, a existência de uma língua veicular falada pela maioria da população vai facilitar a transmissão desses saberes que se espalham em diferentes direções e em várias dicções dessa língua franca (SEMEDO, 2010, p. 81).

O território guineense conta com diferentes grupos étnicos (mais de duas dezenas), cada grupo com a sua respetiva língua; a língua guineense unifica diferentes falantes das línguas étnicas, é língua da cultura e da unidade nacional. Apesar da língua guineense ser uma língua de unidade nacional, a língua da cultura e da transmissão dos saberes culturais, fruto de hibridismo e miscigenação, foi deixada de lado no processo da construção dos currículos escolares nos momentos que se seguiram após independência; recebeu menos prestígio em relação à língua portuguesa.

Ao deixar a língua guineense de lado, o Estado guineense optou pela institucionalização do português como a única língua oficial de ensino na Guiné-Bissau, sendo a língua portuguesa um idioma longe da realidade sociocultural e linguística dos educandos, a forma como ela é ensinada não leva em consideração a especificidade²⁴ dos estudantes guineense. Apesar de não receber o prestígio de língua oficial, o guineense é usado como língua auxiliar de ensino, isso acontece pelo fato dos professores não dominarem a língua oficial de ensino, que é a língua portuguesa (EMBALÓ, 2008).

A própria questão cultural pode ser invocada como uma das razões de guineense ser usada como língua auxiliar de ensino pelos professores, visto que há indissociabilidade entre a língua e a cultura (CÓ, 2021). Isso deve constituir uma das preocupações no próprio ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, que seja ensinada e referenciada na cultura local. Além da falta de domínio da língua portuguesa por parte dos professores, verifica-se também a limitação por parte dos alunos em expressar e compreender essa língua oficial de ensino. Ademais, o português torna insuficiente para explicar certas palavras que exige a imersão cultural para sua compreensão, são palavras que estão além do campo gramatical (CÓ, 2021).

A realidade sociocultural do país e o perfil linguístico dos estudantes guineenses, que segundo Rubio e Cá (2019), a maioria dos educandos guineense têm língua guineense como língua materna, não apreender e entrar em contato com o português somente na escola, isso nos faz propor a adoção da língua guineense (TIMBANE, MANUEL, 2018) como auxiliar no processo de alfabetização a par da língua portuguesa. A formação de um ser crítico e autónomo demanda um esforço. No processo educativo e pedagógico, exija que esse ser tenha conhecimento da sua realidade local, de si mesmo e da sua relação com o mundo que lhe rodeia, com vista a caminhar com seus próprios pés; a língua materna facilita essa compreensão do mundo a partir da cultura local.

Interditar o uso da língua guineense do espaço escolar, impedindo-lhe o lugar de prestígio que ele merece, é como manifestar ignorância sarcástica à história da construção da nação guineense; é uma afronta e desdém para o contexto da sua emergência como língua franca na Guiné-Bissau. A língua guineense carrega a história, a cultura e a

²⁴ O ensino da língua que não é a língua materna ou primeira do educando deve ser baseado e referenciado na cultura local. Essa preocupação deve estender-se para os aspetos que diz respeito à produção dos materiais didáticos e no desenvolvimento da competência oral e escrita dos educandos. De acordo com Rubio e Cá (2019), não se verifica essa preocupação no ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau.

resistência de uma nação face à imposição cultural dos colonizadores. Por isso, merece ser estudada e instituída nas escolas guineenses, com vista a resgatar a história para os mais novos e conservar a memória cultural da nação guineense, baseada na oralidade.

A escola é um lugar onde se cria e recria a cultura; ela é um instrumento de contato que é apropriado para estratégias de construção e reconstrução da identidade na atualidade. Ora, a questão da instituição do português como única língua de ensino no setor educativo guineense, deve ser repensada, uma vez que não é ensinada na base da cultura local. O guineense é um idioma que carrega a história da resistência do povo, além de ser útil para o ensino como língua primeira, com vista a facilitar a introdução do educando no mundo de alfabetização e letramento.

Considerando as expressões idiomáticas inerente a própria língua e cultura, que o campo gramatical sozinho não daria conta dessas expressões, visto que o campo gramatical não vai poder espelhar o espírito da palavra, isso nos faz sustentar a hipótese de que a língua é cultura, ela não é somente uma parte dela. Um idioma, além de fazer parte da cultura, ele pode ser considerado como cultura em si, uma vez que a língua existe, segundo Namone e Timbane (2017) e Timbane e Manuel (2018), só quando existe o seu falante.

O contexto da emergência do guineense, como língua franca, demonstra até que ponto essa língua está enraizada no dia a dia do povo guineense e na sua cultura, mesmo com a repressão, violência e a sua proibição na sociedade, sendo seu uso limitado aos círculos familiares, os colonizadores não conseguiram afastar esse idioma dos seus falantes. Os guineenses não abriram a mão da sua língua, conseqüentemente da sua cultura, para se civilizar nos valores europeus, estavam cientes da dominação cultural e da alienação colonial que esse processo implicava- discriminar uma língua é discriminar os seus próprios falantes (Idem).

2 A origem da língua guineense e o contexto da sua emergência como língua franca

O debate em torno do surgimento da língua guineense gera grandes controvérsias entre historiadores, antropólogos e outros pesquisadores que se dedicaram ao estudo da história, cultura e literatura guineense. A respeito deste assunto, Semedo (2010) afirma que são várias as divergências em torno da gênese da língua guineense, tanto do ponto de vista da sua origem, a qual inclui o seu substrato e a sua expansão, quanto do ponto de vista linguística, que inclui a sua formação orgânica, sintática e morfológica.

Apesar dessa controvérsia, que pode ser por razão de registros tardios²⁵ da obra dos escritores guineenses ou por razão do ensino que era baseado na tradição oral, os pesquisadores que se dedicaram ao estudo da história, da literatura, da cultura e da língua guineense (Maria Odete Costa Semedo, Hildo Couto, Filomena Embaló, Moema Parente Augel) tiveram um consenso a respeito do momento que a língua guineense começou a firmar como língua franca na Guiné-Bissau, que é a partir da mobilização pela luta de libertação nacional; também é de comum consenso entre esses pesquisadores que o guineense é fruto de miscigenação e hibridismo cultural, a qual surgiu no momento em que dois povos tinham a necessidade de se comunicar, mas desconhecem a língua uns dos outros.

²⁵ Tardios porque a sociedade guineense, antes da ocupação colonial, era uma sociedade basicamente da tradição oral, onde a escrita não é concedida o espaço mais essencial na transmissão dos saberes e valores, a palavra é prestigiada (Bâ, 2010); contando também com implementação muito tardia da imprensa (1878) quando comparada com outras colônias portuguesas na África. Em 1952, foi publicado o primeiro conto escrito por um guineense nato, James Pinto Bull, intitulado "Amor e Trabalho"; o primeiro livro de poemas de guineense, de Carlos Semedo, foi publicado pela Imprensa Nacional, em 1994- Bolama (COUTO, 2008).

O crioulo é antes de mais nada uma síntese cultural elaborada numa situação de opressão, tal como o assimilado é a síntese social da sociedade colonial. Impõe-se assim a reconversão social do próprio crioulo, veículo cultural dos oprimidos, em língua nacional, integrada e enriquecida pelos valores culturais autóctones positivos e pelos conceitos científicos, filosóficos e técnicos estrangeiros. (AUGEL, 1997, p. 6).

O guineense sintetiza várias culturas na sua formação, quer seja as culturas locais assim como as estrangeiras, é uma das armas usada pelo povo Guineense para demonstrar a resistência cultural, contrapondo à dominação cultural imposta pelos portugueses, a qual consistia no impedimento do seu uso no quotidiano, mascarando na ideologia de ser uma das condições dos autóctones conseguiram o status de “civilizados”.

O crioulo guineense, embora seja um produto híbrido, mestiço, ela, enquanto língua, é impelida a ficar – diferentemente do mestiço de que trata Carlos Lopes – porque, também, é um meio de resistência, de contestação, instrumento de comunicação, de desconstrução e reconstrução (SEMEDO, 2010, p. 92).

Não é de admirar o seu uso no cotidiano dos guineenses, se atentarmos para o contexto da sua emergência, não restará dúvida por que é que os guineenses, na sua maioria, usam mais a língua guineense no seu dia a dia do que outros idiomas que existem no país, pois, é uma língua da resistência cultural, a qual começou a ganhar mais destaque nos períodos da mobilização para luta.

“Amílcar Cabral²⁶, líder da revolução Guineense e Cabo-Verdiana, que conduziu a luta de libertação nacional, apelou para o uso do guineense como língua de unidade nacional, durante esse episódio da história recente da Guiné-Bissau” (SEMEDO, 2010, p. 88). É importante, porém, salientar que apesar desse apelo de Amílcar Cabral ao uso da língua guineense como língua da unidade nacional, ele defendia o português como língua oficial do Estado e do ensino, o assunto será retomado mais à frente.

Então, o guineense é um meio de resistência cultural, um veículo de comunicação entre os guineenses, língua que desempenhou um papel preponderante no processo de emancipação face ao jugo colonial. Entre as teorias e hipóteses²⁷ que existem em relação ao surgimento do guineense, trabalharemos com algumas que, na nossa percepção, podem ajudar a elucidar o debate em torno do assunto, em torno do surgimento deste idioma tão estimado por seus falantes.

[...] as que consideram o português ou o saber aportuguesado, a língua franca dos portos do mediterrâneo entre os séculos XIII e XV, como a base dos crioulos e que teria sido levado à costa africana pelos navegadores

²⁶ Saudoso e imortal líder anticolonialista, independentista, nacionalista e panafricanista, pai da nacionalidade guineense e cabo-verdiana, liderou o movimento da luta de libertação nacional (PAIGC, de 1963 a 1973) contra os portugueses. Foi uma das figuras mais proeminente do movimento que liderou a luta binacional. Foi visionário e ideólogo do movimento que liderou a luta, tudo passava por ele. Sendo assim, constata-se a necessidade de ele ser mencionado, porque muitos dos planos e projetos políticos elaborados e executados emanavam-se dele e passam a ser do movimento que liderou a luta. Foi assassinado no dia 20 de janeiro de 1973 (NAMONE, 2014; NÓBREGA, 2003).

²⁷ Decidimos trabalhar com perspectiva de hipóteses, incluindo diferentes teorias e autores, uma vez que não há consenso entre os pesquisadores sobre a origem da língua guineense. Neste trabalho, o nosso propósito não é comprovar a origem dessa língua, mas de enriquecer o debate, mobilizando diferentes autores que falam do assunto.

portugueses em meados do século XV. Uma segunda hipótese seria a teoria poligenética que compreende as teorias eurogenéticas, afrogenéticas e neurogenéticas. Essas são as mais abrangentes, sendo que a primeira das três defende a teoria de que os crioulos teriam origem nas línguas europeias; a segunda aponta para as línguas africanas faladas pelos escravos, e como estando na base da formação dos crioulos, a terceira teoria aponta simplesmente para a capacidade humana de criar condições para se adaptar a situações novas, ou mesmo para criar novos mecanismos de comunicação como as línguas, (SEMEDO, 2010, p. 90).

A opinião de que o guineense surgiu a partir do contacto com o português, é comungada entre diferentes pesquisadores nesta área como: Trajano Filho (2014); Pereira (2006); Rougé (1986); Scantamburlo (1999). São autores que defendem que a língua guineense e as línguas denominadas crioulas surgiram a partir do contacto entre os colonizadores europeus e os povos autóctones, que foram colonizados. Posto isto, afirmasse que os crioulos de modo geral seria a língua que surgiu a partir do contato entre os colonizadores europeus e povos colonizados, é o caso do crioulo na África, América e Ásia.

Por outro lado, o surgimento da língua guineense é atribuído a um período que antecede a ocupação portuguesa na atual região da Guiné-Bissau. Segundo Semedo (2010) e Teixeira (2015), demonstram que os lançados²⁸ e tongomaus²⁹ dinamizaram a língua que estava sendo desenvolvido pelos povos locais (Mandingas, Colinkas e Biafadas) e durante o processo da comercialização escravocrata na costa ocidental de África entre aqueles e estes, o guineense teria nascido na base dessa dinamização e comercialização.

A terceira teoria aponta pela necessidade e a capacidade humana em desenvolver a língua para uma determinada finalidade comunicativa específica como, por exemplo, para negócio entre os povos que tinham línguas diferentes, mas havia a necessidade de se comunicarem. Neste caso, o guineense seria um pidgin³⁰, que surgiu num determinado contexto para se adaptar a situações novas de comunicação por questões de transações comerciais entre os lançados e os povos que habitavam o atual território denominado Guiné-Bissau e posteriormente entre os europeus e esses mesmos povos autóctones (SEMEDO, 2010).

Entre os grupos étnicos que deixaram as suas marcas no kriol guineense, destacam-se os mandingas, conforme cônego Marcelino Marques de Barros (1897 *apud* SEMEDO, 2010), o léxico do português arcaico se juntou aos outros elementos gramaticais africanos, com destaque para a língua mandinga da qual pertencem as partículas *na* e *ta*, uma constante no kriol guineense; trata-se de uma língua que tem como substrato não só o idioma do colonizador, mas também as línguas locais e pelo número de léxicos de origem da primeira e pelas expressões e léxicos das várias línguas étnicas locais como aquelas

²⁸ São comerciantes que marcaram o comércio nos rios da Guiné. Serviram de intermediário no comércio entre franceses, holandeses e ingleses. Na primeira fase, era constituído por portugueses degradados e mais tarde pelos cabo-verdianos e nativos da terra. O termo lançado teria a sua origem nas atividades desses homens que se lançavam mata adentro em busca de produtos para comerciar (SEMEDO, 2010, p. 59).

²⁹Sobre o vocábulo tongomaus, tongoma ou tunguma, o Cônego M. Marques de Barros (1897) considera o vocábulo crioulo tungumà como feminino de grumete. Mota e Barros (1907) definem tungumà como “mulher cristã indígena da classe dos grumetes, sendo tungumà feminino de tongomaus (*apud* SEMEDO, 2010, p. 60).

³⁰ língua compósita, nascida do contato entre falantes de inglês, francês, espanhol, português etc. com falantes dos idiomas da Índia, da África e das Américas, servindo apenas como segunda língua para fins limitados, especificamente comerciais (WIKIPÉDIA LIVRE, 2022).

constâncias *na* e *ta* supramencionadas que vem da língua mandinga. Para o cônego de Barros, o guineense seria uma tentativa de imitar a língua dos colonizadores portugueses, a partir disso, nasceu essa língua.

Com tanto tempo da interação entre os portugueses e guineense, seria inevitável o guineense não levar as marcas de português, levando também em consideração que o guineense é fruto de miscigenação e hibridismo cultural, onde o português se faz presente e as línguas étnicas locais. Apesar desse superstrato³¹ do português na base lexical do guineense, Embaló (2008) realça que a língua guineense é uma língua com característica própria e autônoma, com uma gramática e léxico próprios. Vale ressaltar que a presença da coroa portuguesa sobre o território guineense teve duração de cinco séculos, 1446 a 1973, o que tornaria difícil o guineense não levar as marcas do português, ademais o português foi adotado como língua oficial do país depois da independência, fatores que contribuíram ainda mais em deixar as marcas indelévels no guineense, principalmente na sua base lexical.

No diálogo com Pinto Bull (1989 *apud* SEMEDO, 2010), o autor faz uma síntese histórica da língua guineense, dividindo as etapas dessa língua, ou seja, o seu percurso evolutivo e os fatores que teriam contribuído para a sua ascensão como língua franca na Guiné-Bissau, situando o guineense antigo entre o século XV (momento da sua formação) e o século XVII. Ainda o autor afirma que o guineense era o que se falava nas poucas vilas que ali existiam e era, também, aquele o lugar onde viviam os lançados e os grumetes³².

Para Embaló (2008), o guineense teria sido formado nos finais do séc. XVI ao início do séc. XVII. É uma língua falada na região sul do Senegal e da Cassamansa (região de Senegâmbia), parte que integrava o território da colônia da Guiné Portuguesa, uma língua com semelhança do crioulo falado em Cabo-Verde. Segundo Bull (1989) *apud* Semedo (2010) o guineense menos antigo situa entre no século XVIII e o início do século XX, período no qual inclui o guineense falado em Bolama, a primeira capital da província de Guiné Portuguesa. Esse pesquisador localiza a terceira fase do guineense a partir de 1915 e se estendendo até 1961, momento que classifica como sendo uma época de ascensão da língua guineense.

Ainda na mesma linha de raciocínio, Luigi Scantamburlo (1999) assegura que o guineense moderno, situado entre 1961-1994, vai se desenvolver e ganhar a sua face de língua franca entre os povos da Guiné-Bissau, por meio da luta de libertação nacional, como tínhamos mencionado, e no decorrer do processo da urbanização cada vez mais acelerada. No que diz respeito à hipótese de que o guineense veio dos cabo-verdianos, Couto (1994), Rougé (1986), Intumbo (2007) refutaram essa suposição. Para Intipe (2018), o guineense e o crioulo cabo-verdiano nasceram de um mesmo tronco, proto- crioulo, tendo a língua portuguesa como a sua base lexical.

Em conformidade com Couto (1994), não houve nenhuma migração massiva de cabo-verdianos para a Guiné-Bissau no período da formação do guineense, sendo que a imigração massiva dos cabo-verdianos aconteceu num período posterior, a saber 1850 e 1864, por causa da seca que assolava o arquipélago, fenômeno que se repetiu mais tarde em 1915, onde os cabo-verdianos vão atuar como funcionários da administração colonial, mas na altura a língua guineense (kriol) já estava formada. Como havíamos enfatizado, o

³¹ O português denomina-se superstrato (“língua que dá léxico” ou “língua lexificadora”) e as línguas dos grupos sociais que participaram desse processo de formação da língua, geralmente caracterizando os aspectos morfossintáticos, recebem o nome de substrato (INTIPE, 2018, p. 30).

³² O Cônego M. Marques de Barros (1897) considera o vocábulo crioulo tungumà como feminino de grumetes (*apud* SEMEDO, 2020, p. 61).

debate em torno do surgimento da língua guineense gera grandes controvérsias entre historiadores, antropólogos e outros pesquisadores que se dedicaram ao estudo da história, cultura e literatura guineense, mas podemos concluir, através do debate com os autores apresentam, que o guineense é fruto da miscigenação e hibridismo cultural entre os povos com cultura e língua diferentes.

Sob regime colonial, o guineense foi proibido nas escolas, nos escritórios e nas igrejas, em suma, nos lugares de prestígio social; contudo continua a sobreviver na vida privada dos numerosos habitantes das praças, na maioria dos habitantes nativos considerados analfabetos, apresentou como língua mais falada em todo o território nacional mesma com a restrição imposta no período colonial e no pós colonial pelo Estado guineense, ele continua a ser a língua mais falada em todo território nacional (SEMEDO, 2010). Vale destacar que a proibição dos africanos falarem as suas próprias línguas sob comando do regime colonial tinha como propósito: silenciamento das suas culturas, impedimento de reordenamento social e apagamento das memórias culturais. Isso se deve dada a função e a importância que a língua tem como instrumento de comunicação humana, social e cultural. Ao proibir essas línguas nativas e incentivar o uso apenas da língua do colonizador, os colonizadores pretendiam silenciar espiritualmente a cultura do povo africano (PEREIRA, 2011).

O guineense é um dos patrimônios culturais mais valiosos que a Guiné-Bissau possui se souber estruturá-lo e aproveitá-lo, dando-lhe o lugar de prestígio que ele merece. Não existe língua pronta com o status de língua oficial, mas sim, a língua é oficializada, fenômeno que acontece através da política de linguagem³³, adotado pelos Estados modernos europeus. Ora, é preciso valorizar aquilo que é nosso, a nossa língua, a nossa cultura, uma das formas de fazer isso é dar-lhe o lugar de prestígio na nossa sociedade, começando pelo setor educativo.

É na base do guineense que o perfil linguístico³⁴ dos educandos guineenses será construído e formado (RUBIO; CÁ, 2019). Sendo assim, questionamos a razão da exclusão dessa construção e formação do perfil linguístico dos educandos guineenses, baseado na língua guineense, nos espaços escolares. O afastamento da língua guineense nos currículos escolares retoma aquilo que é a essência da educação colonial - o maniqueísmo, assentado na dicotomia e na desvalorização da cultura local em detrimento da cultura considerada hegemônica e imposta, seguindo a dualidade de “belo e feio”, “civilizados e incivilizado” “língua dos assimilados e a língua dos não assimilados”.

Importa referir que as pessoas que têm dicção no português e um certo domínio da oratória nessa língua são consideradas mais inteligentes e mais assimiladas, são mais prestigiadas na sociedade guineense em detrimento daquelas que falam o guineense e as línguas étnicas, o que consideramos um fruto da herança colonial, assentado no favorecimento de um grupo em detrimento de outro, de uma língua em detrimento da outra, com finalidade de instrumentalizar as diferenças, legitimar a hierarquia e a dominação. As restrições impostas ao guineense e às demais línguas locais teve a sua repercussão na escola quando a educação era administrada sob regime colonial, nenhuma dessas línguas foi usada no processo de ensino-aprendizagem. Entre os guineenses que

³³ Política de linguagem tem a ver com poder e as línguas: decisões políticas sobre a língua, que línguas pode ou não ser usadas, qual deve ser a língua oficial do país, como as línguas são promovidas e proibidas. Através da política de linguagem, o Estado-Nação permite uma língua ganhar o status que um dia esta não ganhou (INTIPE, 2018).

³⁴ É desenvolvimento sintático da linguagem da criança. Sendo o guineense a língua materna de grosso número dos educandos, maioria vão apreender a língua portuguesa somente na escola, muitas das vezes, quando o seu perfil linguístico já está formado (RUBIO; CÁ, 2019).

tiveram acesso à escola no período colonial não tiveram contato com as suas línguas maternas³⁵ no espaço escolar (SEMEDO, 2010).

3 O maniqueísmo como essência da educação colonial: a educação nas zonas libertadas da Guiné-Bissau

A dominação dos povos autóctones no processo da colonização não foi somente a nível bélico, pois uma dominação baseada somente neste plano seria insuficiente para prolongar a sua vitalidade como nos assegura Weber (2002). Os colonizadores estabeleceram diferentes estratégias para a dominação dos povos autóctones. Entre essas estratégias, a mais eficaz que eles utilizaram para dominar os povos nativos foi a imposição e a assimilação cultural. A fim de aculturar esses povos, criaram critérios de classificação: indígenas e assimilados.

Sendo que os assimilados são pessoas que preenchem os requisitos estipulados por colonizadores para conseguir status de cidadão e pode gozar dos direitos públicos e privado dos cidadãos portugueses, enquanto que os não assimilados (indígenas) não podem gozar desses direitos públicos e privados, são pessoas que ainda não identificaram com o grau de civilizado (FERREIRA; VEIGA, 1957).

O Estado promovera por todos os meios o melhoramento das condições materiais e morais da vida dos indígenas, o desenvolvimento das suas aptidões e faculdades naturais e, de maneira geral, a sua educação pelo ensino e pelo trabalho para a transformação dos seus usos e costumes primitivos, valorização da sua atividade e integração ativa na comunidade, mediante acesso a cidadania (FERREIRA; VEIGA, 1957, p. 23).

Essa divisão foi criada para facilitar a dominação dos nativos, criando dissensões entre eles, a fim de estabelecer administração colonial, tendo os próprios nativos que aceitem a colaborar com o sistema como aliados legítimos. Ora, falar do espaço social e como é que as classes se formam, conforme Pierre Bourdieu (2012) é dizer que não se pode juntar uma pessoa qualquer com outra pessoa, enaltecendo as diferenças fundamentais, sobretudo econômicas e culturais. É na base dessa divisão de classe, por intermédio do Estatuto de Indigenato, que vai assentar o critério da divisão e da hierarquia social no seio da comunidade dos povos nativos e o próprio regime colonial. Essa divisão reverbera até hoje na sociedade guineense.

Partimos do pressuposto de que, a implementação do Estatuto de Indígena-, o colonizador português conseguiu legitimar suas ações perante as instâncias internacionais da época, utilizando o mesmo como ferramenta jurídica interno que respaldasse o extermínio das diversas culturas nativas a barbárie ou que permitisse sustentar o alcance de certos objetivos coloniais preconizados na Guiné-Bissau, tais como: a institucionalização das hierarquias sociais, tendo a cor da pele como parâmetro da distinção cultural estatutariamente estabelecida. Acreditamos que, o Estatuto acarretou problemas culturais cujas bases ressurgiram no período pós-independência e que reverberam na dinâmica social e política da Guiné-Bissau contemporânea (INDJAI, 2017, p. 10).

³⁵ Língua materna é a primeira língua do contato e da percepção do mundo, é a língua que corresponde ao grupo étnico-linguístico com que a criança ou uma pessoa se identifica culturalmente, denominada também da língua primeira (RUBIO; CÁ, 2019).

O estatuto de Indigenato era para os nativos das províncias além mar, que viviam em África, denominados hoje de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), onde a cor da pele é tomada como um dos critérios de avaliação. O estatuto permitia Portugal legitimar a sua dominação perante comunidade internacional, alegando que os povos além mar pertencem província portuguesa e gozam dos mesmos direitos civis dos cidadãos portugueses.

Segundo esse estatuto, esses povos se encontravam ainda no grau da inferioridade na escala de civilização, há uma necessidade de se processar um ordenamento jurídico adequado por parte da coroa portuguesa, a fim de garantir de uma forma efetiva o processo da civilização desses povos nativos, isto é, civilizá-los na cultura europeia, estabelecendo os seus próprios critérios para tal finalidade (FERREIRA; VEIGA, 1957).

Como não civilizados, os indígenas tinham de passar por um teste de “civilização” para serem considerados “civilizados” e assimilados no mundo de língua portuguesa glorificado pelo poeta português do século XVI, Luís de Camões. O “teste” sublinhava a capacidade de ler, escrever e falar português “concretamente”; ter um emprego assalariado; ter “bom comportamento” e abandonar os “usos e costumes tribais”. Por ironia, o critério mesmo de alfabetização e fluência em português claramente desqualificava um número significativo dos próprios portugueses- cerca de 70% da população de Portugal em 1920 e 67% de seus cidadãos em 1930 (MENDY, 2011, p. 15).

Os portugueses não precisavam ser alfabetizados para, eventualmente, alfabetizar os outros que eles mesmo consideravam não civilizados? Fazendo uma reflexão do pensamento dicotômico colonial, da sua educação e da sua estratégia de submissão, pensamos o colonialismo como uma das formas de desumanização e de lavagem cerebral mais cruel que existe. Ele obriga o colonizado abrir a mão da sua prática cultural; o faz sentir aversão pelos valores adjacente a sua própria cultura por intermédio de critério que ele mesmo cria e recria para legitimar ou deslegitimar as práticas culturais dos povos colonizados. Na verdade, o sistema colonial cria um padrão inatingível para o colonizado, com o objetivo de perpetuar a dominação do mesmo.

O sistema de ensino colonial, no geral, era excludente e seletivo poucas pessoas tinham acesso à escola, principalmente, o ensino primário, este era reservado aos filhos de pequenos comerciantes “assimilados” e de funcionários da administração colonial que tinham aproximação cultural com os portugueses (MENDES, 2019, p. 45).

Mesmo oferecendo a escola para essas pessoas consideradas “assimiladas” e seus filhos, ainda se verifica restrição imposta à essas pessoas pelo sistema educativo, uma vez que não conseguem estudar mais além da 4ª série. Se a missão era civilizar esses povos, por que é que não podiam estudar além dessa meta estipulada? As pessoas consideradas “civilizadas” e seus filhos tinham privilégio ao ensino escolar, são pessoas que tinham aproximação cultural com o regime colonial, sendo que a categoria indígena restou para aqueles que não quiseram abrir a mão das suas culturas, das suas tradições baseada na oralidade, das suas línguas locais, da alienação e da dominação colonial que o regime compelia. Em suma, essas pessoas eram excluídas pelo sistema educativo colonial.

É nesta saga de civilizar os povos nativos que a educação, especificamente a antropologia colonial, e a igreja vão desempenhar um papel preponderante na catequização dos nativos e imposição da língua, tanto a catequese assim como o ensino era baseado na língua do colonizador, quem queira ganhar prestígio e receber título de assimilado deveria abrir a mão da sua cultura.

A população autóctone vê-se entre um fogo cruzado: a cultura colonial e a sua própria cultura. A aceitação da cultura colonial implicaria a negação da sua; a recusa daquela significaria a exclusão do mundo dos “civilizados”, conforme se poderá constatar na abordagem sobre o estatuto do Indigenato... (SEMEDO, 2010, p. 51).

Os povos autóctones enfrentaram grande dilema para equilibrar essa imposição cultural, uma vez que foram obrigados a escolher entre as suas culturas e a cultura do colonizador; não tinham a possibilidade de abraçar as duas culturas, a escolha de uma implicava dar costas a outra. Essa forma de classificação cultural perpassa os períodos coloniais, ainda se faz presente no seio das sociedades colonizadas. As colônias africanas receberam uma herança colonial baseada na classificação da cultura dos povos, fundamentada no maniqueísmo, uma postura dicotômica, que separa tudo em dois polos: “bonito/feio”, “civilizados/indígena”, etc.

Combater a herança deixada pelo colonialismo não é uma tarefa fácil, levando também em consideração o tempo da interação que eles tiveram com os povos nativos e o período da presença portuguesa, a qual durou séculos, percebe-se que o processo da desconstrução precisa de tempo - o próprio Amílcar Cabral estava ciente disso (NÓBREGA, 2003). Ciente do enraizamento dessa herança cultural e da alienação que impunha aos povos nativos do território chamado hoje de Guiné-Bissau, o plano do movimento que liderou a luta (PAIGC), através da educação nas zonas libertadas, visava resgatar os valores culturais subalternizadas no processo da colonização, com vista a resgatar a humanidade denegrida do seu povo, que sofreu vários anos nas mãos dos colonizadores.

Não é por acaso que o PAIGC iniciou o processo da descolonização e criação de um “homem novo”, como idealizado pelo partido e seu líder - Amílcar Lopes Cabral - no contexto de Panafricanismo, a partir do setor educativo. Esse começo no setor educativo estava pautado na conscientização da população, para valorizar as culturas locais e formação de uma consciência política e patriótica contrária daquilo que o regime colonial propunha.

Desde cedo Amílcar percebeu que a luta que valia a pena era por valores. As suas denúncias da situação colonial debruçavam-se sobre a imoralidade com que eram tratados os povos das colônias, sobre a injustiça no mundo e sobre a necessidade de afirmação das identidades culturais. O discurso atual sobre a multiculturalidade já era feito por Cabral nos anos 50 do século passado. As suas teses sobre o carácter civilizatório da luta de libertação nacional, tem a ver com a defesa das manifestações culturais como um ato de cultura. Amílcar Cabral foi o único dirigente de guerrilha capaz de articular uma tese deste tipo. Nem a teoria do foco, em voga nas guerrilhas da América Latina, nem a teoria de solidariedade entre os povos de Che Guevara, nem a defesa da integridade territorial de Vo Nguyen Giap se basearam em princípios filosóficos equivalentes. Essas nuances faziam dele talvez um estudioso do marxismo mais sofisticado do que muitos que reclamavam o pedestal; mas mostrava também a capacidade de não se prender a ideologias que tinham pouca relevância quando falava didaticamente com os seus guerrilheiros (LOPES, 2012, p. 5, 6).

A luta não era somente política, mas também cultural, uma vez que a influência deixada pelos colonialistas continuará a reverberar na sociedade mesmo com a ausência destes - os colonizadores não colonizaram somente o corpo dos nativos, mas a sua mente também. Cabral, como visionário político e a pessoa que sabe adequar o contexto a

realidade, concretamente a ideologia marxista a realidade guineense, vislumbrou que a luta colonial incluía os valores culturais não apenas independência política.

Só um povo que preserva a sua cultura é capaz de se mobilizar para a luta e esta, por sua vez, torna-se um fator de cultura à medida em que o dinamismo social se desencadeia. É neste contexto que se deve situar o fato de o PAIGC ter dado a melhor atenção às tarefas educacionais logo que começaram a ser libertadas as primeiras regiões da Guiné-Bissau. Nesta altura, a educação estava estreitamente integrada em todas as demais atividades e era sentida como um aspecto da luta global. Era o que se poderia chamar de uma educação militante, uma educação que fazia parte integrante do combate libertador. Ao criar a escola autônoma nas zonas libertadas, o PAIGC desferiu uma forte foçada no colonialismo português, estabelecendo um ensino alternativo que se opunha ao do invasor. Nas zonas libertadas do país, uma “escola” nova florescia, onde as primeiras lições eram aprender a reconhecer o barulho dos aviões e fugir a tempo dos bombardeios mortíferos do inimigo (CÁ, 2000, p. 12).

Através da educação nas zonas libertadas, o partido conscientizava as populações sobre a luta e a operação do sistema colonial, com vista a deixar a população mais lucida sobre o que estava a acontecer na altura. A educação era dirigida para satisfazer as demandas econômica, política e cultural vigente da população, os alunos aprendiam na escola a desenvolver o trabalho produtivo, com vista a dar sustento econômico para combater a fome e pobreza. Educando a partir dessa perspectiva nas zonas libertadas, os alunos eram ensinados sobre barulho dos aviões, fugir das tropas portuguesas e dos seus bombardeamentos mortíferos. Os alunos aprendiam sobre contexto da luta e da política, começando pelo contexto local, o continente africano e por último são atualizados sobre o que se passava no mundo.

Segundo Mendes (2019), a disciplina, como da formação militante, permitia aos alunos conhecerem sobre a política, sobre a invasão colonial e a razão da luta de libertação nacional. A educação constituía um setor muito fulcral e estratégico para a formação dos recursos humanos que vão assumir a nova nação gestada no processo da luta de libertação nacional, daí a razão dela merecer toda atenção neste debate que estamos a desenvolver. O PAIGC propunha uma educação diferente daquilo que vigorava sob mando de sistema colonial, uma educação que ia a necessidade do povo e da sua realidade sociocultural, econômica e política.

A educação, se for priorizada pelos líderes africanos e usada como uma das armas decolonial, na perspectiva de Maldonado-Torres (2005), Fanon (1968) e Paulo Freire (2004), a fim de garantir autonomia dos povos oprimidos, a sua emancipação e a criação de “Homem Novo”, como foi idealizado no processo da luta de libertação de vários países africanos, pode ser uma das armas mais poderosas para os líderes africanos fazerem face às estratégias ocidentais de subjugação e exploração dos seus povos e deles mesmos.

[...]a educação era prioritária, visto que o partido se deparava com a falta de quadros, tanto para o desenvolvimento da luta, como para gerir o território sob seu controle, e pretendia fundamentalmente realizar uma transformação radical da “miserável” realidade social gerada pelo sistema colonial na Guiné-Bissau, sobretudo no que diz respeito ao aspecto cultural. Cabral enumera vários pontos nos quais deve assentar-se a educação das zonas libertadas, para melhorar os conhecimentos da população, garantir os quadros necessários para o desenvolvimento do país, como também corrigir algumas práticas inadequadas ao projeto revolucionário em curso,

destacando as regras que devem ser cumpridas por todas as pessoas envolvidas nessa nova tarefa revolucionária (NAMONE, 2014, p. 58).

As estratégias educacionais nas zonas libertadas podem ser resumidas em três pontos: conquistar a soberania do povo, criação de um homem novo e preparar recursos humanos que assumirão o aparelho de Estado depois da independência. A formação do homem novo, que é um dos objetivos almejado na luta, deveria encontrar equilíbrio entre os valores culturais locais e valores modernos herdados. Conforme Namone (2014, p. 7), “a educação nas zonas libertadas teria como objetivo formar um Homem Novo, livre de qualquer tipo de dominação e comprometido com o desenvolvimento do país”. O homem novo deveria ser veículo de transformação social e portador dos valores humanísticos.

Uma das metas da educação nas zonas libertadas era combater o analfabetismo, que na altura atingiu o seu pico. Até 1960, a Guiné-Bissau, sob administração do governo colonial, contava com 11 licenciados. O nível de analfabetismo, sob administração da colônia portuguesa, em 1958, era muito acentuado. Numa população de 510.777, o número de analfabetos era de 504.928, percentagem do analfabetismo atingiu chegou a atingir o pico de 98,85 (FERREIRA, 1977 *apud* CÁ, 2000). Durante o período da luta de libertação nacional, a língua guineense foi utilizada como veículo de comunicação e de mobilização, período em que começou a ganhar ascensão como língua nacional. Houve tentativa de ela ser introduzida como língua de ensino nas zonas libertadas (EMBALÓ, 2008), contudo não foi efetivada. Essa não efetivação tinha como pano de fundo razões técnicas e política/ideológica.

O português foi adotado como língua oficial de ensino nas zonas libertadas, mas havia a possibilidade de usar a língua guineense para auxiliar no processo de ensino. A inquietação que se coloca perante essa situação é de que, na altura, a maioria da população não tinha o domínio da língua portuguesa, sendo a população composta por massa camponesa majoritariamente, sendo que a maioria da franja da população tinha mais domínio das suas línguas étnicas e do guineense (MENDES, 2019).

Perguntamos o porquê dessa decisão de afastar a língua guineense dos espaços escolares? Vale destacar que o afastamento da língua guineense do espaço escolar começou desde período da luta de libertação quando o ensino era administrado nas zonas libertadas. O afastamento do guineense do espaço de ensino/aprendizagem foi uma decisão tomada pelo movimento que liderou a luta e o seu líder, Amílcar Lopes Cabral.

A decisão foi efetivada depois da conquista da independência, onde o recém-Estado independente, operando sob lógica de Estado moderno, teve que seguir a política de linguagem, política que permite o Estado escolher a língua ou a variação linguística que deve ser falada em todo território nacional, nas instituições e nas escolas. É a partir dessa política de linguagem, do funcionamento do aparelho de Estado no molde moderno/europeu que a língua guineense foi afastada do espaço formal de ensino escolar na Guiné-Bissau.

4 Embrião de estado nas zonas libertadas e a instituição da língua

Levando em consideração os três elementos essenciais (Território, Nação e Governo) para definir um Estado/Nação, é perceptível que nas zonas libertadas de atual Guiné-Bissau já estava a funcionar o Estado, implementando os seus projetos políticos gestados durante a luta de libertação nacional. Nas zonas libertadas, é possível falar de um território conquistado, de um povo livre e de um governo que exercia a sua soberania sobre o povo e o território. Com isso, percebe-se que nas zonas libertadas já operava o

aparelho de Estado desenhado pelo movimento que liderou a luta de libertação na Guiné-Bissau.

É nesta configuração da instituição dos Estados modernos, depois das lutas independentistas, que vamos presenciar a instituição dos idiomas oficiais nos países africanos. A pertinência de debruçarmos sobre o Estado/Nação neste trabalho é para elucidar o contexto da oficialização da língua nesses países colonizados. A escolha da língua para o ensino não surgiu de um contexto isolado, o modelo de Estado/Nação moderno que os países africanos seguiram após conquista das suas independências foi responsável em decidir sobre o assunto através da política de linguagem, baseada na centralidade do poder Estatal como único que deve legislar e exercer a soberania sobre o território.

Ter o Estado como único poder hegemônico que pode legislar sobre o território, ele decide qual cultura e língua deve ser aceite como hegemônica. Uma das formas de um Estado fazer alcançar esse objetivo é através da educação escolar. Com a educação escolar, o Estado molda a cultura de acordo com o seu interesse, isto pode acontecer num curto, médio ou longo período de tempo através das propostas curriculares que serão elaboradas para esse fim. Sendo assim, as escolas acabam por desempenhar um papel fundamental na educação para a cidadania (EAGLETON, 2005).

Operando a partir dessa lógica hegemônica no território, exercendo a sua soberania sobre o povo, o Estado escolhe uma variação entre as diferentes formas de variações linguística que existem num mesmo território como a norma padrão³⁶, é essa variação ou língua escolhida que receberá mais prestígio social e ganhará destaque nos currículos escolares, serão ensinadas nas escolas e nas universidades; os países europeus, como Espanha, Itália, França e entre outros países renomados, passaram por isso (BAGNO, 2006).

No caso da Guiné-Bissau e dos países da África Lusófona, segundo Ferreira (1988) citado por Rubio e Cá (2019), o Estado, através da política da linguagem e planejamento linguístico, deu a oficialização da língua portuguesa. Uma decisão tomada pelos líderes³⁷ e os partidos da revolução de independência, a saber: o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), o FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), e o MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), após a independência dos seus países.

A língua do colonizador passando a construir a língua oficial do país depois da descolonização, continua a ser a mais prestigiada socialmente, designada na Guiné-Bissau, e nos demais países africanos de colonização portuguesa para construir a língua do ensino escolar, das redações oficiais no campo da legislatura e da representação no exterior (SILA, 2011, p. 17).

As línguas locais, juntamente com o guineense, continuam a ocupar lugar inferior hierarquicamente. Após descolonização, os Estados africanos deram simplesmente sequência com essa política de linguagem, que teve seu embrião antes da conquista de independência no caso da Guiné-Bissau, postura que permanece até os dias atuais. A língua portuguesa passou a ser a única língua oficial de Estado sem levar em consideração

³⁶ Norma padrão, segundo Bagno (2006), é a norma falada pelas classes mais cultas e estratificadas da sociedade. É essa norma que será ensinada e exigida nas escolas e nos outros lugares de prestígio social.

³⁷ No caso da Guiné-Bissau, Cabral era figura mais proeminente do movimento, era um visionário e ideólogo do movimento, tudo passava por ele. Sendo assim, em conformidade com Mendes (2019), a sua postura influenciou na adoção da língua portuguesa como língua oficial de Estado mesmo depois da sua morte.

realidade plurilíngue do país, as limitações dos alunos em expressar nessa língua, e nem deram atenção para ensinar a língua portuguesa como língua adicional. Para Fanon (2008, p. 33). Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito.

De acordo com essa afirmação de Fanon (2008), podemos afirmar claramente de que a língua não é somente a parte da cultura, mas sim ela é cultura em si, ela é indissociável da cultura, visto que não há ausência de neutralidade no uso de qualquer que seja língua. Falar uma língua, em Fanon, é igual a suportar peso de uma cultura, de uma civilização, falar uma língua é muito mais do que a formação de sintaxe e emissão da voz. Olhando pelo contexto histórico dos países que passaram pelo processo da colonização (idem) foram coagidos a posicionar perante a língua e a cultura da metrópole, discriminando a língua e a cultura local em vez de pensar na sua coexistência.

Essa decisão de instituir a língua portuguesa como única língua oficial de Estado e do ensino, em conformidade com Mendes (2019), foi influenciada pela postura de Amílcar Lopes Cabral que desde os momentos da luta de libertação nacional, através do ensino nas zonas libertadas e por questões políticos/ideológico, defendia o português como língua de ensino e do Estado.

Amílcar Cabral (1974, p. 214) defendia com entusiasmo o português como língua da unidade nacional, mesmo sabendo que aproximadamente 80% da população da Guiné-Bissau não falava português. O crioulo – uma língua não escrita – era falado por aproximadamente 45% da população. Em 1985, numa conferência realizada na Universidade de Brasília, a pedido do professor Venício Arthur Lima, Paulo Freire explica que a viúva de Amílcar Cabral disse a ele que era o contexto histórico e social que teria levado Amílcar Cabral a defender aquela posição. Diz ele: [...] na época em que Cabral fez essa afirmação cabia essa análise, e estava havendo um risco, na luta, de uma certa sectarização, que colocava os caboverdianos e os guineenses a ser contra qualquer português, contra a cultura portuguesa, contra a linguagem portuguesa, contra tudo que fosse português. E Cabral precisava cortar o risco de engrossamento dessa perspectiva, que para ele, e eu concordo, enfraqueceria a própria luta. (FREIRE, 2004, p. 111-112 *apud* ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 61).

São várias as razões que explicam a pretensão de Cabral pela preferência da língua portuguesa em detrimento da língua guineense e as demais línguas étnicas. Uma delas cinge na aversão que os revolucionários da luta, neste caso, os guineenses e os caboverdianos tinham em relação à cultura portuguesa, a língua e tudo que fosse português. Cabral via que essa postura poderia enfraquecer a luta. Por isso, ele falou uma das mais emblemáticas frases: a luta não é contra os portugueses, mas sim contra o colonialismo português, contra opressão do jugo colonial português.

Essa preferência pela língua do colonizador defendida por Cabral, não se limitava somente pela aversão que os revolucionários da luta podiam ter de tudo aquilo que é português. O pai da nacionalidade guineense e cabo-verdiana (Cabral) apontou também as razões técnicas como uns dos obstáculos que inviabilizavam o ensino de guineense e das línguas étnicas no espaço escolar.

O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram porque a língua não é prova de nada mais, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da

vida e do mundo. Nós, partido, se quisermos levar para a frente o nosso povo muito tempo ainda, para escrevermos, para avançarmos na ciência a nossa língua tem que ser o português. Por exemplo, há camaradas que pensam que para ensinar na nossa terra é fundamental ensinar em crioulo já. Então outros pensam que é melhor ensinar em Fula, em Mandiga, em Balanta. Isso é muito agradável de ouvir os Balantas se ouvirem isso ficam muito contente, mas agora não é possível. Como é que vamos escrever Balanta agora? Quem é que sabe a fonética do Balanta? (MENDES, 2019, p. 167, grifo do autor).

Por não ter substituído a língua portuguesa no que tange à grafia e estruturação do guineense e línguas étnicas, que são razões técnicas, Cabral defendia a instituição da língua portuguesa como língua da ciência e do ensino nas escolas nas zonas libertadas, adiando o estudo, o ensino e a instituição do guineense e as línguas étnicas para um período posterior. Cabral via uma certa neutralidade no uso da língua do colonizador, chegou a igualar o seu uso ao uso de qualquer que seja material de trabalho ou outro instrumento de trabalho do colonizador. Vale destacar que a proibição dos africanos falarem as suas próprias línguas sob comando do regime colonial tinha como propósito: silenciamento das suas culturas, impedimento de reordenamento social e apagamento da memória cultural (PEREIRA, 2011).

Para Cabral, não era possível ensinar o guineense na altura pela limitação técnica e custo econômico que apresentava para o embrião de Estado nas zonas libertadas. Essa postura de Cabral demonstra posicionamento político e ideológico do Estado já nas zonas libertadas a respeito da política de linguagem que o Estado vai seguir após à conquista da independência. Namone e Timbane (2017) elencaram as mesmas razões político/ideológico e técnicas como duas razões fundamentais que levaram o afastamento da língua guineense do espaço escolares nos momentos que se seguiram após a independência do país, onde o português foi adotado como única língua de ensino.

A primeira é de ordem político-ideológica: sustentada pela ideia de que ela é a língua de relação internacional, ou seja, língua de comunicação com o mundo. A segunda é de ordem técnica e deve-se à conjuntura interna do país logo após a independência e que continua até hoje. Trata-se da falta de uma língua que pudesse substituir o português no ensino, visto que o Crioulo e as línguas étnicas não têm códigos gráficos para servir como as línguas de ensinos. Além disso, outro problema que se apresentou na época da decisão foi à falta de recursos humanos qualificados e especialistas em linguística que pudessem ajudar a desenvolver pesquisas e trabalhos que possibilitassem a adoção de, pelo menos, o Crioulo como a língua de ensino no país (NAMONE; TIMBANE, 2017, p. 6).

A razão política/ideológica demonstra claramente a postura do Estado em reconhecer a relevância da língua portuguesa no país (MENDES, 2019), onde a língua portuguesa será usada como língua de cooperação e das relações internacionais. A pretensão de que a língua portuguesa abriria a porta de mundo para o país foi refutada por Augel (1997) citado por Mendes (2018). Augel considera de ingênua essa pretensão. Para ela, o que abre a janela de mundo para um país não é a língua, mas sim o seu status social e poder econômico. A nível sub-regional, a Guiné-Bissau necessita mais de francês do que português, na sua relação internacional, o país necessita mais de inglês, que é a língua franca no mundo, do que o português. Perguntamos aonde caberia essa pretensão de que o português abriria a janela de mundo para o país?

As razões técnicas que levaram o afastamento da língua guineense do espaço escolar era uma justificativa compreensível, no sentido de que existe essas barreiras, levando também em consideração que o Estado tinha carência de tudo para o seu pleno funcionamento nos momentos que seguiram após a independência: falta de recursos

humanos que pudessem ajudar a desenvolver pesquisas e trabalhos que possibilitassem a adoção da língua guineense, hipossuficiência econômica do Estado recém-independente e a falta de uma língua que pudesse substituir o português em termos técnicos.

Mesmo afastando a língua guineense durante mais de quatro décadas por motivos e razões justificáveis³⁸, o português, como única língua de ensino, não conseguiu solucionar o problema dos educandos guineenses no que tange à assimilação dos conteúdos e rendimento escolar, visto que continua longe da realidade cotidiana dos educandos, não é ensinada com a metodologia da língua adicional ou estrangeira. “A educação na língua do educando facilita o desenvolvimento cognitivo, sobretudo nas primeiras fases da educação básica, para além de constituir bases da referência cultural³⁹” (NAMONE; TIMBANE, 2017, p. 2). Por isso, propomos que seja pensada a coexistência do guineense como língua de ensino no setor educativo.

Para Cá (2015), a falta de grafia não seria razão suficiente para afastar uma língua do espaço de ensino, a falta da escrita não deve constituir a única barreira para escolha de uma língua para o ensino, sobretudo a língua falada pela população na sua maioria, que é o caso da língua guineense. Parafraseando Paulo Freire através de Cá (2015), é reconhecível os custos econômicos que a escolha de uma língua para alfabetização pode bancar. Continuando ainda na mesma linha de raciocínio da autora, a decisão de uso de uma determinada língua requer planejamento e esse planejamento recai em questões políticas e econômicas.

Em suma, a razão de instituir a língua portuguesa após a independência, deixando de lado a língua guineense, deve-se a: falta de recursos humanos para estruturar e ensinar a língua guineense, falta de materiais didáticos, Hipossuficiência econômica do novo Estados, o que fez o Estado guineense optar em instituir somente uma língua pronta e estruturada em termos científicos, neste caso, a língua portuguesa em vez da língua guineense; todavia esqueceram, posteriormente, de dar atenção para estruturação do guineense, lembrando que dar aspetos científico a uma língua exige investimento e vontade política, nenhuma língua fica pronta de noite para o dia se não receber as devidas atenções para tal finalidade.

Analisando essa questão de afastamento da língua guineense do espaço formal de ensino a luz dos dias atuais, é nítido que há falta de vontade política para instituir essa língua no processo de ensino/aprendizagem, o que torna incabível e injustificável a postura de Estado guineense em afastar essa língua por questões técnicas como foi elencada desde os momentos que vigorava o ensino nas zonas libertadas. Temos um Estado que investe menos de 20%⁴⁰ do seu orçamento no setor educativo, investimento

³⁸ Justificáveis no sentido de que existe essas razões e motivos. São reais, não foram eles que forjaram essas desculpas, mas ao fundo e com o passar do tempo, percebe-se a falta da vontade política para institucionalização da língua guineense como língua de ensino na Guiné-Bissau, isto é perceptível pela pouca atenção dada ao setor de educação no que diz respeito à sua reforma, potencialização do ensino através da pesquisa, descentralização das infraestruturas escolares para as tabanka (aldeias) e propor um ensino de qualidade para população.

³⁹ Referência cultural permite que o ensino escolar comunique o local com o global, tendo este como base na elaboração dos materiais para o ensino, estendendo também a sua preocupação com a inclusão da realidade sociocultural e linguístico dos educandos no processo de ensino/aprendizagem.

⁴⁰ Segundo Mendes (2019), a nível de sub-região é exigido um investimento no setor educativo numa percentagem de 20%, percentagem que deve vir do orçamento geral de Estado, para fazer face às exigências e desafios no setor educativo. O setor educativo guineense, até hoje, não consegue superar o problema de pagamento dos salários e dívidas em atrasos com os professores. Situação que demonstra a pouca atenção em relação ao setor educativo e implementação de novos programas, sobretudo para pensar na implementação da língua guineense, que exige grandes custos econômicos.

ínfimo para satisfazer pelo menos as exigências regionais no que tange ao investimento no setor educativo (MENDES, 2019).

A razão de não instituição da língua guineense não está atrelada somente à questão da ausência de uma gramática descritiva ou um dicionário para essa língua, visto que há propostas disponíveis, que podem nos servir como ponto de partida. A título de exemplo, podemos mencionar a obra de **Cirineu Cecote Stein**, intitulado **Dicionário Bilingue: Português- Crioulo de Guiné-Bissau**, uma outra proposta pertence ao **Luigi Scantamburlo**, intitulado: **Dicionário do Guineense Volume II**.

Além dessas questões supramencionadas, é possível identificar também a questão da falta de interesse e de vontade por parte das entidades competentes para oficialização desse idioma⁴¹ no ensino guineense. No nosso entender, estes últimos têm mais influência a exercer para instituição do ensino bilingue na Guiné-Bissau. Não estamos contra o uso e a oficialização da língua portuguesa, porque o próprio Cabral elencava as enormes vantagens que ele poderia oferecer. A nossa inquietação recai sobre o afastamento da língua guineense do espaço formal de ensino na Guiné-Bissau, sendo ele um idioma da cultura, da unidade nacional, da construção da visão do mundo dos educandos guineenses. Não seria melhor pensar a coexistência da língua guineense junto da língua oficial de ensino, em vez de afastá-la dos espaços escolares?

A língua portuguesa deixará de ser a língua da opressão e da colonização somente quando formos capazes de transformá-la numa "limonada", com vista a retirar melhor proveito dela para enriquecer qualitativamente o nosso ensino, mas se isso não acontecer, continuará a operar com o mesmo propósito que operava sob regime colonial, a saber: língua da estratificação social e da opressão.

Para Paulo Freire, não era possível reafrikanizar o povo, utilizando o meio que os desafrikanizou; ele entendia que o uso da língua portuguesa não era neutro, pois a língua reproduzia valores colonialistas. Paulo Freire valorizava a linguagem como meio de comunicação e expressão da cultura de um povo, bem como meio de construção da identidade de cada ser humano (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 61).

Freire⁴² via certa discrepância em usar a língua do colonizador no processo de alfabetização, deixando a língua guineense falada majoritariamente pela população, língua que expressa a vivência e a cultura do povo. Para Freire, não existe neutralidade no uso de qualquer que seja língua. O uso da língua não está isento de poder ou da neutralidade (ROMÃO; GADOTE, 2012).

⁴¹ A língua guineense é um idioma não dialeto. Segundo Intipe (2018), dialeto seria a língua falada por franja da população mais pobres, isto é, a variedade da fala dos menos privilegiados. Na sociedade guineense é comum ouvir as pessoas a falar que o kriol é um dialeto, inclusive em textos teóricos é notório encontrar uma afirmação dessa envergadura, mesmo que ele encerre toda estrutura e elementos sintáticos, semânticos, morfológicos, fonológicos e demais detalhes que uma língua qualquer possui para que seja considerada uma língua (INTIPE, 2018, p. 35).

⁴² Paulo Freire é considerado patrono da educação brasileira. Seu projeto pedagógico/educativo de alfabetização atraiu atenção dos líderes guineenses no pós- independência (MENDES, 2019), concretamente nos anos de 1976 a 1977, ele participou da campanha de alfabetização na Guiné-Bissau- círculo da cultura. A campanha de alfabetização de Paulo Freire, na Guiné-Bissau, não teve sucesso por vários motivos, entre eles, destaca-se: à falta de apoio técnico, à falta de pessoal qualificado, à falta de material didático básico como papel e lápis, à falta de apropriado como carteiras e quadro-negro, à falta de livros, à falta de formação dos professores e monitores (FREIRE *apud* ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 34).

Se a luta de libertação nacional tinha como um dos propósitos valorização da cultura local, a língua guineense é a língua da cultura, deve ser pensada nesse processo de resgate dos valores culturais, é isso que Freire enxergava no seu plano de alfabetização que visava a inclusão da linguagem popular no processo de alfabetização. Como é que um Estado pode afastar das estruturas escolares, do seu país, um idioma que outrora serviu-lhe de uma das armas mais poderosa da resistência cultural e da unidade nacional?

O afastamento da língua guineense do espaço formal de ensino acarreta o desafio do educando no contexto escolar guineense, uma vez que sua entrada no mundo de letramento e da alfabetização não é pautada pelo uso da mesma língua das práticas cotidianas, quando é assim, o espaço escolar não fornece um clima favorável para aprendizagem dos alunos, visto que o processo de aprendizagem torna pesado para eles, a língua que estrutura o entendimento do mundo é afastado dos espaços escolares (BACHMANN, 2014).

Essa espelhação da realidade do espaço escolar feita pela Bachmann é uma das mais justificável que aponta pela premência de instituir a língua guineense na Guiné-Bissau, que o ensino passe a ser efetuado de uma forma bilíngue - português e língua guineense. Estudos de alguns pesquisadores como Lionel Vicente Mendes (2019), Intipe (2021), Namone e Timbane (2017), Etoal Mendes (2018), demonstram que existe ligação entre a língua, insucesso escolar e evasão escolar. Isso pode acontecer quando a língua ensinada na escola é desconhecida pelos educandos e quando o ensino da língua não leva em consideração a realidade sociocultural e linguístico dos educandos. Esses estudos podem servir da reflexão sobre a necessidade de instituir o ensino bilíngue na Guiné-Bissau e repensar a forma como o português é ensinado com status da língua oficial num contexto multilíngue e multicultural, sendo o português uma língua distante dos educandos guineenses, não faz parte dos seus cotidianos, ademais não é ensinada a partir da perspectiva intercultural e com a categoria da língua adicional.

Considerações finais

Não pretendemos reduzir o problema subjacente ao ensino e a educação guineense à questão da língua. Na verdade, os empecilhos da educação e do ensino guineense não se resume somente ao uso exclusivo da língua portuguesa como única língua de ensino, porém não podemos passar vistas largas sobre o assunto, fazendo de cego pela opção em relação as barreiras linguísticas que os educandos guineenses enfrentam no seu mergulho ao mundo de alfabetização e de letramento que muitas vezes dificulta os seus percursos escolares.

Concluiu-se que a língua guineense nunca estará pronta, por si só, para ser instituída como língua de ensino na Guiné-Bissau se não houver a vontade política da parte das autoridades competentes para sua discussão e oficialização, sendo que não falta vontade dos peritos na matéria. Vale destacar que as mesmas razões técnicas elencadas desde quando a educação estava sendo administrada nas zonas libertadas continuam vigente até agora.

Independentemente das razões técnicas e políticos/ideológicos que levaram o afastamento da língua guineense do espaço formal de ensino, a situação vigente do ensino guineense demonstra que há necessidade de começar alfabetização nessa língua, o que daria grandes vantagens no processo de ensino/aprendizagem no setor educativo guineense. Justifica-se essa pretensão de começar o ensino nessa língua por três razões: é língua materna de grosso número dos guineenses, é língua da unidade nacional e é a língua da cultura. Por isso, a oficialização da língua guineense terá como propósito: dar

mais poder e status social à essa língua; proteger e expandir a sua influência; reforçar o seu ensino; legitimar e criar bases para o seu crescimento. São pontos de vista comungados também por Namone e Timbane (2017).

Referências

- AUGEL, M. P. **Ora di kanta tchiga: José Carlos Schwarz e o Cobia Djazz**. Bissau: INEP, 1997.
- BÂ, A. H. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167- 212.
- BACHMANN, A.C.S. **O multilinguismo no contexto escolar da Guiné-Bissau**. 2014. Monografia em Pedagogia), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- BAGNO, M. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARBOSA, M. L. de O. QUINTANEIRO, T. M.W. **Um toque de clássicos**. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 106-149.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.
- Cá, Cristina Mandau Ocuni. **Formação feminina no internato de Bor (1933-2011) na Guiné-Bissau: reflexos na educação da sociedade guineense contemporânea**. 2015. Tese de doutorado (Área de concentração: História da Educação comparada). Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- CÁ, I. N.; RUBIO, C.F. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau. **SciELO Brasil. Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, vol.58, nº1, p. 389-421, jan./abr. 2019.
- CÁ, L.O. "A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471- 1973)". **Revista Online Professor Joel Martins**, Campinas, SP, vol. 2, nº 1, out, 2000.
- CÓ, V. P. A língua e a cultura: uma abordagem sobre o português guineense. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde (BA), Vol.2, nº1, p.257-272, jan./jun.2021.
- COUTO, H. H. do. A poesia crioula Bissau-guineense. **Revista Papia**. Brasília. vol.18, p. 83-100, 2008,
- COUTO, H. H. do. **O crioulo português da Guiné-Bissau**. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1994.
- EAGLETON, T. **The idea of culture**. Lisboa, Rolo & Filhos Artes Gráficas, Lda., 2003.
- EMBALÓ, F. O crioulo da Guiné-Bissau: Língua nacional fator de identidade nacional. **Revista Papia**, vol. 18, p. 101-107, 2008.
- FANON, F. **Black skin, white masks**. NY: Grove, 1968.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, E. de S. **O fim de uma era: o colonialismo português em África**. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- FERREIRA, J. C. N.; VEIGA, V. S. da. **Estatutos dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique**. 2.ed. Lisboa, s.l., 1957.
- FERREIRA, M. **Que futuro para a língua portuguesa em África?** Lisboa: ALAC África, 1988.
- FREIRE, P. **Pedagogy of indignation**. Boulder. Colorado: Paradigm, 2004.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE)- Guiné-Bissau. **Recenseamento Geral da População e Habitação**. Bissau: INE, 2009.
- INTIPE, B. A. **Concepções de linguagem de professores de português em Guiné-Bissau**. 2021. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras Acadêmico, Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais (MG).
- INTIPE, B. A. **Unidade linguística na diversidade linguística: o caso do kriol da Guiné-Bissau**. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Letras- Língua Portuguesa. UNILAB, 2018.
- INTUMBO, I. **Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do Balanta e do português**. Coimbra: s.e., 2007.
- LOPES, C. O legado de Amílcar Cabral face aos desafios da ética contemporânea. **Via Atlântica**, São Paulo, vol., nº21, p.27-44, jun. 2012.
- MENDES, E. **Experiências de ensino bilíngue em Bubaque, Guiné-Bissau: Línguas e saberes locais na educação escolar**. 2018. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, BR-RS.
- MENDY, P. K. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné- Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva. *In*: LOPES, C. (Org). **Os desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. Trad. Roberto Leal. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- MENDES, L.V. **(Des) caminhos do sistema de ensino guineense: avanços, recuos e perspectivas**. Curitiba: CRV, 2019.
- NAMONE, D. **A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), São Paulo.
- NAMONE, D.; TIMBANE, A. A. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. **Mandinga-Revista de Estudos Linguísticos**, vol.1, nº1, p.39-57, 2017.
- NDJAI, T. **O pensamento político de Amílcar Cabral: Teoria e Prática em Momentos Decisivos na Libertação da Guiné-Bissau (1959-1963)**, 2012, Dissertação de Mestrado em história social das relações políticas do centro de ciências humanas e naturais, Mestrado em (História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- NÓBREGA, Á. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticos, 2003.
- PEREIRA, A. L. **O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento**. 2011. Dissertação (Mestrado). 2011. Programa de pós-graduação em sociologia. Instituto de filosofia e ciências humanas. Universidade federal do Rio grande do Sul. Porto Alegre.
- PEREIRA, D. **O essencial sobre língua portuguesa: crioulos de base portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2006.
- ROMÃO, J. E.; GADOTTI, M. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.
- ROUGÉ, J. Uma hipótese sobre a formação do Crioulo da Guiné-Bissau e da Cassamansa. **Soronda-Revista dos estudos guineense**, nº 2. Bissau: INEP, 1986.
- SCANTAMBURLO, L. **O Léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: ensino bilíngue português-crioulo guineense**, Bissau: s.e., 2013.
- SCANTAMBURLO, L. **Dicionário do guineense: introdução e notas gramaticais**. Lisboa: Colibri/ Guiné-Bissau: FASPEBI, 1999.

- SEMEDO, M. O. da C. S. **As manjuandades: cantigas de mulheres na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura.** 2010. Tese de doutorado (Literaturas de Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- SILA, A. **A última tragédia.** Rio de Janeiro: Pallas, 2011.
- TEIXEIRA, R. J.D. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado.** Recife: Ed. do Autor, 2015.
- TIMBANE, A. A.; MANUEL, C. O crioulo da guiné-bissau é uma língua de base portuguesa? embate sobre os conceitos. **Revista de Letras Juçara**, Caxias - Maranhão, v. 02, n. 02, p. 107 - 126, dez. 2018.
- TORRES, C. A. **A ideologia de Paulo Freire.** São Paulo: Loyola, 1981.
- TRAJANO FILHO, W. Crioulo, criouliização. In: SANSONE, L; FURTADO, C, A. (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa.** Salvador, BA: EDUFBA, 2014. p.75-90.

III PARTE: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS E CULTURAIS

O jongo no Brasil: herança cultural do Reino do Congo

Darly Gonçalves

Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Portugal

Orquídea Moreira Ribeiro

Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Portugal

*Saravá jongueiro velho
que veio pra ensinar
Que Deus dê a proteção
pro jongueiro novo
pro jongo não se acabar⁴³*

*Meu cativo, meu cativerá (bis)
Trabalha nego, não quer trabalhar
No meu tempo de cativo
Negro apanhava do senhor
Rezava à Santa Maria
Liberdade meu pai Xangô⁴⁴*

Em 2005, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reconheceu o jongo como patrimônio imaterial brasileiro, através da elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Esse documento investigou como as expressões culturais de origem africana, oriundas das regiões abrangidas pelo extenso território antes denominado Reino do Congo, ainda estão presentes nas manifestações tradicionais brasileiras, especialmente, no jongo da região sudeste do país.

Os escravizados de origem Banto que foram levados às lavouras de café e de cana-de-açúcar pelos colonizadores portugueses praticavam o jongo, também conhecido como caxambu, tanto para o lazer quanto como forma de resistência à dominação e às condições precárias as quais eram submetidos. O ritual integrava – e ainda permanece da mesma maneira nas comunidades tradicionais – toques de instrumentos de percussão, dança e canto, esse com linguagem metafórica e cifrada, visto que os jongueiros eram caracterizados por trocar o sentido das palavras e criar um vocabulário próprio, com mensagens secretas embutidas nos “pontos” para despistar os proprietários das fazendas.

A investigação aqui proposta pretende analisar como o jongo, reconhecido como patrimônio imaterial brasileiro, pode ser uma ferramenta de salvaguarda da sabedoria dos antepassados africanos e de que forma essa manifestação cultural conecta Brasil, Angola e toda extensão territorial do antigo Reino do Congo. Está também subjacente a intenção de conhecer as origens da manifestação cultural analisada e verificar as similaridades e as distinções entre a prática antepassada e a atual, assim como refletir sobre a herança

⁴³ Canto tradicional de jongo, entoado pelo Grupo Cachuera! e gravado pela Pôr do Som em São Paulo/BR. Internet. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=koJRNGMY4jY>

⁴⁴ Trecho de ponto cantado por um jongueiro da cidade de Guaratinguetá, interior do Estado de São Paulo, na região sudeste do país. Nessa localidade há uma comunidade tradicional chamada Jongo Tamandaré. Disponível em: <http://barca.com.br/jongo-do-tamandare/>

cultural transmitida pela tradição oral dos escravizados e sua relevância no contexto contemporâneo. Para tanto, as fontes utilizadas para construção dessa pesquisa foram os documentos oficiais e os estudos atuais que abordam o tema para permitir novas reflexões e comparações com base em evidências previamente estabelecidas.

A metodologia utilizada foi de pesquisa e análise documental, leituras integrais dos artigos, livros, dissertações e teses sobre a manifestação cultural investigada e suas origens. Foram igualmente consultados sites de grupos que mantêm a tradição, especialmente os que têm associações sólidas, e que foram referenciados pelo inventário elaborado pelo IPHAN. A pesquisa teve como base a bibliografia sugerida, sendo fonte primária a publicação do IPHAN, que apresenta detalhes sobre a investigação realizada pelo Instituto para concessão do título de Patrimônio Cultural Brasileiro ao jongo. As análises de Stuart Hall sobre a diáspora, as identidades e mediações culturais servirão de estrutura para embasar as questões que orientam a pesquisa. Reflexões de pensadores contemporâneos que se debruçam sobre a herança cultural deixada no Brasil por aqueles que foram escravizados pelos colonizadores portugueses contribuirão para o aprofundamento sobre as raízes do jongo e a sua relevância como manifestação cultural afro-brasileira, tais como Paulo Dias, autor de artigos como “O lugar da fala: conversas entre o ondjongo angolano e o jongo brasileiro” (2014).

Investigar os elos entre as manifestações culturais praticadas no Brasil e os saberes dos povos que saíram – à força – do Reino do Congo rumo a essa nova terra é um campo de estudo que passou a interessar pesquisadores das mais variadas localidades e de áreas do conhecimento ao longo do último século até aos dias atuais. Nesse panorama de estudos afro-brasileiros, convém destacar as investigações sobre o banto no Sudeste do país, em especial as pesquisas realizadas por Paulo Dias, referido acima. O autor sugere, no artigo mencionado, que há “uma cultura identitária banto unificada em território sudestino brasileiro, que se teria configurado a partir de semelhanças civilizatórias entre povos oriundos da área do Congo e de Angola” (DIAS, 2014, p.333).

Algumas informações históricas apresentadas pelo autor no artigo fazem-se pertinentes para a compreensão do direcionamento adotado em sua investigação, bem como para o uso dos termos como Reino do Congo (ou do Kongo, como consta em alguns textos). Com base em levantamentos realizados por Stanley J. Stein⁴⁵, entre 1822 e 1888, os registros de procedência das pessoas escravizadas destinadas “à plantagem cafeeira indicam que 50% provinham de Angola, Benguela, Congo e Cabinda” (DIAS, 2014, p.331) e pelo fato da extensão desse estado pré-colonial intitulado Reino do Congo ter contemplado, em sua máxima extensão, parte dos territórios que hoje pertencem ao Congo e a Angola, convencionou-se utilizar essa nomenclatura por sua conotação ampla. O conhecimento sobre as origens do reino⁴⁶ é baseado em relatos orais e investigações

⁴⁵ Em 1948, o historiador norte-americano percorreu o Vale do Paraíba (que contempla 39 cidades entre Rio de Janeiro e São Paulo), no sudeste do país, a fim de analisar a economia cafeeira que fora pulsante na região. Como parte da pesquisa, realizou entrevistas com moradores locais, dentre eles muitos que tinham sido escravizados e tantos outros seus descendentes diretos. Além dos depoimentos, Stanley também gravou em áudio expressões culturais por onde passou, principalmente os pontos de jongo, e, fosse sua intenção ou não, acabou por construir um acervo da cultura musical pulsante nesse território “cujas origens se perdiam nos confins africanos”. A última frase foi retirada do livro *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein* (LARA e PACHECO, 2007, p.5), que contém textos de estudiosos, análises sobre o material coletado, fotos da época de realização da pesquisa, letras dos cantos registados e um CD contendo as gravações sonoras.

⁴⁶ Informações extraídas do site *Missionários no Reino do Congo*, administrado por Felipe Pires Vilas Bôas. Internet. Disponível em <https://docs.ufpr.br/~coorhis/felipe/index.html>

arqueológicas; assim, as formulações teóricas e pesquisas analíticas que versam sobre a região utilizaram essas fontes para serem construídas. Em geral, sugerem que o reino fora fundado no século XIV por Nímia Luqueni e quando os portugueses chegaram ao local no fim do século seguinte passaram a exercer pressão política, a coordenar o tráfico humano e a pregar o catolicismo aos nativos.

A construção de repertórios culturais próprios para criação das canções entoadas na prática de jongo tem como fundamento tanto as heranças históricas dos banto quanto as condições diaspóricas às quais foram submetidos. Denis-Constant Martin (2009) empreende um breve estudo sobre as modalidades de novas músicas nas sociedades escravagistas ao sugerir que, mesmo diante de situações de brutalidade extrema fundamentada pelos colonizadores na negação da humanidade das pessoas deportadas, as primeiras manifestações musicais dos escravizados, e pode-se aqui inserir os pontos de jongo, logo, os trechos cantados por jongueiros nas rodas, os quais, como aponta Martin, permaneceram como marcas nas músicas populares contemporâneas, vezes de forma evidente e em outras de maneira mais velada. O autor deduz que a escravidão colocou em contato “povos de diferentes origens em situações radicalmente novas”, a despeito da violência e dominação dos colonizadores, o que resultou em processos de mistura e criação cultural (MARTIN, 2009, p.15-17). Compactuando com essa linha de raciocínio, Luiz Domingos do Nascimento Neto (2017) reitera que a “musicalidade negra” foi consolidada nos encontros que se davam nos espaços públicos e lamenta não haver registros escritos ou gravados, restando aos mais jovens as versões limitadas pela ação do tempo, perceptíveis através de cantos ainda entoados em comunidades tradicionais, como mencionado no excerto aqui apresentado:

O que nos interessa é perceber que os ajuntamentos de negros em praças, junto às fontes e chafarizes, defronte às igrejas ou nas ruas mais movimentadas de vilas e cidades, fomentaram a musicalidade negra, que de forma distante, foi descrita e apreendida pelo olhar de artistas e viajantes atraídos pelos sons, gestos e cores. Lamentavelmente, os registros sonoros dessa musicalidade africana e mestiça não ficaram registados em partituras, nem mesmo de forma parcial. O que nos resta são os fragmentos desses sons que em sua incompletude permaneceram nas canções de trabalho, nas tradições de festas populares, ou nos lábios de homens e mulheres oriundos de comunidades remanescentes de quilombo (NASCIMENTO NETO, 2017, p.169-170).

Marta Abreu (2015) reforça que “as canções escravas, e seu legado musical, em diferentes regiões da diáspora tornaram-se um caminho fundamental de luta contra a opressão e a dominação raciais, pela inclusão social e o exercício da cidadania no pós-abolição” (ABREU, 2015, p.194). Voltando o foco ao jongo, diante dos desafios contemporâneos o papel dos praticantes mais velhos e mais novos acaba por ser não só o de zelar pela sabedoria dos antigos, mas também o de desenvolver soluções próprias para estabelecer diálogos entre quilombos, grupos e comunidades jongueiras. Cabe também a eles mobilizar e sensibilizar os mais jovens, a fim de despertar o interesse pela prática, criar e fortalecer espaços de comunicação para com a sociedade em geral, assim como buscar meios para elaboração de políticas públicas que fomentem essa prática e colaborem na preservação desse bem cultural. Essa rede já conquistou um feito: o registo do jongo como patrimônio imaterial brasileiro, o que gera uma maior atenção aos

vestígios sonoros de uma cultura que floresceu nos poucos espaços de autonomia conquistados pelos cativos, os versos cifrados dos jongs têm ajudado a fortalecer a presença dos negros nos terrenos da história e das lutas políticas pela cidadania no Brasil contemporâneo (...) E muitos homens e mulheres negros podem reconhecer ali tradições herdadas de seus avós, palavras combativas que expressavam a amargura, a resignação irônica e a desforra nos tempos da escravidão – e que hoje podem instruir as lutas do presente (LARA, PACHECO, 2007, p.67).

A junção de elementos sonoros, oriundos da percussão dos tambores e dos cantos entoados durante os rituais, sempre acompanhados de uma dança coletiva, resultou nessa manifestação cultural que, apesar de ser cantada e tocada de diferentes formas a depender da localidade em que se insere, continua a ser praticada durante as festas de santos católicos, de divindades africanas, em 13 de maio (data que marca a abolição da escravatura no Brasil, formalizada em 1888), e no Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro em todo o país.

Alguns dos elementos principais do jongo são o tambor, a dança e os pontos. Sem necessariamente haver uma ordem de prioridades, dado que os três estão interligados, serão abordados a seguir. O tambor é um instrumento de percussão fundamental para a prática, feito com a base de tronco de madeira e a superfície em couro de animal. Pode ser chamado de tambu ou caxambu, por isso essa manifestação cultural também é conhecida por esses nomes. Os tambores são sempre reverenciados pelos jongueiros, pois simbolizam a conexão com os antepassados, inclusive, em muitos grupos esse instrumento é passado de geração para geração. A forma de tocar é peculiar, pois é preciso sentar-se sobre o instrumento e arquear-se para alcançar com as mãos o couro para ditar o ritmo. Próximo a uma roda de jongo há sempre uma fogueira, da qual os instrumentos são aproximados antes de iniciar a prática, a fim de aquecer e afinar os tambores, de acordo com os ensinamentos dos mais velhos.

O segundo elemento é a dança, que acontece ao som dos tambores e dos cantos. Os participantes formam uma roda e movimentam-se conforme o ritmo dos toques e cantam em coro, sempre a responder ao solo de um dos jongueiros. Não há regras, pois há variadas formas de se dançar o jongo, faz-se o que se sabe e algumas vezes as coreografias que surgem são associadas aos rituais de religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé. Geralmente, de maneira intuitiva ou organizada, os dançarinos vão sozinhos ou em duplas ao centro da roda, e dali saem quando outra pessoa pede permissão para substituir. E esse pedido costuma ser feito através da “umbigada”, descrita a seguir:

A umbigada é um gesto coreográfico em que dois dançarinos se aproximam e, erguendo os braços e inclinando o torso para trás, encostam ou quase encostam seus umbigos. Ela ocorre ao longo da exibição do par de solistas, quando da troca de par ou nas entradas e saídas da roda. Esse elemento coreográfico de provável origem na região do antigo reino do Congo liga o jongo à grande família das danças de umbigada proposta por Edison Carneiro (1982)⁴⁷ (IPHAN, 2007, p.35).

⁴⁷ Autor do livro *Folguedos Nacionais* (1982), Edison Carneiro pesquisou as danças de umbigada praticadas no Brasil. Carneiro utilizou como apoio materiais coletados por viajantes portugueses, nomeadamente “os relatos do explorador Alfredo de Sarmiento e dos militares Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens” para propor uma “tese de um vínculo genético entre as danças de umbigada no Brasil e os batuques testemunhados na região de Angola e do Congo”. As evidências utilizadas por Carneiro estavam baseadas nas observações desses viajantes que afirmaram ter visto “tanto a dança em roda, com umbigada do par

Já o terceiro elemento, os pontos, podem ser considerados uma fonte inesgotável de pesquisa e análise. São versos entoados pelos jongueiros de forma encadeada, sendo imprescindível abrir a roda para prestar homenagem aos antepassados e para pedir permissão e bênçãos aos ancestrais, estejam eles vivos ou mortos; há pontos para entrar ou sair da roda e para encerrar a prática, e outros tantos que são como crônicas que vinculam o passado e o presente, cantados com irreverência, além das provocações entre jongueiros para testar as suas habilidades de decifrar o que não pode ser dito às claras, como no tempo das senzalas. Dias explica:

A linguagem figurada do jongo e o desafio através de enigmas relacionam-se com práticas africanas como o uso constante de provérbios e metáforas – que representam a palavra dos ancestrais – assim como os desafios em que se lançam enigmas, como foi registado entre os povos bantus Tonga e N'gola. Outro traço do pensamento tradicional africano presente no jongo é a ideia de que a palavra proferida com intenção, e ritmada pelos tambores, põe em movimento forças latentes do mundo espiritual, fazendo acontecer coisas. Conta-se que os pontos dos jongueiros de outrora tinham o poder de fazer crescer bananeiras nos quintais. São as mirongas, os segredos dos jongueiros – feiticeiros da palavra (DIAS, 2003, p.4).

Paulo Dias, um dos estudiosos contemporâneos que se debruça sobre o jongo no Brasil, fundador e dirigente da Associação Cultural Cachuera!, é uma das referências na pesquisa, registo e divulgação das manifestações culturais afro-brasileiras. Com sede na cidade de São Paulo, Brasil, desde 1998, a instituição administrada por ele desenvolve projetos de valorização da cultura popular brasileira e estabelece parceria com diversas comunidades e outros grupos organizados, que ao longo dos anos vêm desenvolvendo ações conjuntas para atuar na preservação das expressões e dos saberes dos jongueiros.

Como revelam Silvia Hunold Lara e Gustavo Pacheco (2007) “dos tempos da escravidão, essas comunidades guardam melodias que são canais importantes para conhecer aspetos pouco documentados da experiência escrava. São também elos que ajudam a solidificar de laços internos, construir identidades políticas e afirmar direitos” (LARA e PACHECO, 2007, p.67). Situações de exclusão social, desigualdades econômicas e invisibilidade perante alguns segmentos da sociedade são comuns para os descendentes de escravizados praticantes do jongo, tal como se pode verificar no texto do IPHAN:

No processo de modernização da sociedade brasileira, ao longo do século passado, muitos saberes tradicionais foram rechaçados, principalmente quando associados às práticas culturais e religiosas dos trabalhadores negros. Antes ainda, quando esses trabalhadores eram escravos nas fazendas do vale cafeeiro, suas formas de expressão haviam sido objeto de repressão direta, alternada com tolerância supervisionada (LARA e PACHECO, 2007, p.21).

Como o controle e a repressão por parte dos senhores era intenso, os trabalhadores escravizados precisavam encontrar formas para resistir à violência a que os seus corpos e

solista, como a dança em fileiras opostas”. Assim, o autor estabeleceu associações com “as expressões artísticas bantu-descendentes”, reforçando sua análise no que identificou como “conexões sistemáticas entre jongo e umbanda”, perante as evidências de culto aos ancestrais e pelos enigmas cantados em grupo. (IPHAN, 2007, p.35)

mentes eram sujeitos, bem como criar uma maneira para estabelecer uma comunicação segura entre os companheiros. Segundo Walmyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006), como o ritmo de trabalho exigido pelos fazendeiros nas lavouras de café e de cana-de-açúcar era desumano, era preciso encontrar brechas para alguma pausa para um breve descanso; como a vigilância era frequente e para despistar a atenção dos feitores a cantoria dos pontos era uma estratégia utilizada: “Nos cafezais do Sudeste, os escravos costumavam entoar cânticos improvisados, chamados de jongs, que serviam para ritmar o trabalho e, quando preciso, alertar os companheiros da aproximação dos senhores e feitores” (ALBUQUERQUE e FILHO, 2006, p. 78).

Por outro lado, algumas pesquisas apontam para um certo interesse dos senhores pela prática do jongo em suas fazendas, principalmente pela pouca variedade de opções de lazer da elite colonizadora, a qual passou a aproximar-se das rodas de danças, cantos e toques que os escravizados organizavam em seus raros momentos de folga, como observa Paulo Dias (2001) ao acrescentar que, no século XIX, a “iminência de rebeliões escravas aterrorizava proprietários por todo o país”, e enquanto em algumas localidades os encontros de cativos preocupava os patrões, pelo receio de que esses encontros pudessem servir como oportunidades para organização de fugas, outros fazendeiros até reconheciam ser “cruel e irracional privar o homem que labuta de manhã à noite de certas distrações” (DIAS, 2001, p.4-5).

Independente do local de realização da prática ou se há público para assistir à apresentação, os pontos entoados nas rodas de jongo utilizam sempre linguagem e poesia metafórica. Luciana da Conceição Figueiredo (2010), especialista em História da África e do Negro no Brasil, explica que nos versos curtos criados pelos jongueiros e repetidos pelos demais integrantes da roda “o vocabulário utilizado é uma mistura de português com palavras de origem banto e as letras constituem mensagens cifradas” (DIAS, 2010, p.04). Durante a prática coletiva, os escravizados tinham a oportunidade de protestar contra os comportamentos bárbaros dos senhores e denunciar as atrocidades praticadas contra eles, por isso, a criação de frases enigmáticas se fazia necessária para despistar os ouvidos mais aguçados.

Maria de Lourdes Ribeiro (1984) traduz a complexidade desse espaço de expressão que fora criado pelos escravizados através do jongo: “O jongo é assim mesmo. Um ponto cuja decifração nos escapa” (RIBEIRO, 1984, p. 29). Apesar de uma parte das criações musicais, contendo relatos das experiências vividas durante o período da escravidão e da abolição, acabar por se perder no tempo, visto que alguns dos pontos cantados têm por característica o improviso, muitos foram transmitidos por meio da oralidade, o que permite que sejam repetidos nas rodas de jongo até os dias atuais.

Cultivar esses resquícios de sabedoria e de resistência, que também são potentes criações artísticas aliando dança, canto e ritmo, tem sido tarefa dos descendentes dos antigos praticantes dessa manifestação cultural. Evidente e até um tanto redundante referir que o conceito de cultura nessa realidade tende a ser compreendido por uma visão mais antropológica, como demonstra Roque Laraia (2005) ao traçar um panorama histórico e analítico sobre o assunto. Para o autor, que elenca distintas linhas de pensamento sobre cultura e suas variadas formulações, ao articular áreas diversas do conhecimento e refletir criticamente sobre o que chama de determinismos biológico e geográfico, interessa também compreender o universo “da natureza da cultura” ou “da natureza à cultura”, como intitulada a primeira parte de seu livro. Para tanto, Laraia aponta para a definição do ser humano como um reflexo da sociedade na qual está inserido:

O homem é resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Essas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 2005, p.45).

Cabe aqui conectar alguns elementos da citação acima com a recente concepção de um termo, que vem a ser construído na contemporaneidade: a pós-memória. A pesquisadora Marianne Hirsch (2008), em suas investigações mais atuais, desenvolve alguns apontamentos que constituem um panorama sobre o papel da memória, da herança cultural e das narrativas sociais, como Laraia enlaça anteriormente. Para Hirsch, a herança recebida através das lembranças, em especial as de situações traumáticas (a autora estuda memórias do holocausto), pode vir a constituir um repositório de testemunhos que, a partir do contato dos descendentes de pessoas escravizadas, no caso do jongo, virá a ser adotado por eles, como se os acontecimentos narrados nos pontos tivessem sido vivenciados também pela geração posterior. Desta maneira, pode-se afirmar que a pós-memória “é a natureza atrasada de memória traumática, que alimenta a sua transmissão e adoção” (HIRSCH, 2008, p.10) por parte dos jongueiros de hoje, pelo fato de estabelecerem também um envolvimento emocional com os relatos dos antepassados.

No vocabulário dos pontos, como demonstrado acima, é comum a presença de nomes de santos do catolicismo, e, com menor frequência, de entidades espirituais de cultos de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, dado que muitos jongueiros são praticantes dessas religiões e “algumas líderes de comunidades jongueiras são ou foram mães-de-santo”, porém “os jongueiros explicam que jongo e umbanda são próximos, mas não se confundem” (IPHAN, 2007, p.38). Figueiredo (2010) comenta que invocar “forças místicas” durante a prática do jongo é uma das semelhanças com religiões afro-brasileiras, assim como a denominação de terreiro, tanto para denominar o local onde acontecem as rodas de jongo quanto para fazer referência às giras de umbanda. Outra aproximação consiste na importância dada ao tambor, instrumento de origem africana, que tem papel central tanto no jongo quanto na umbanda. O autor também conclui que “a origem do jongo está ligada como um todo a cultura dos povos de língua banto que vieram para o Brasil e que inventaram ou reviveram o jongo, tendo por base as práticas que conheciam e que acreditavam” (FIGUEIREDO, 2010, p.11).

Na tentativa de traçar um paralelo entre a prática do jongo brasileiro e a inserção forçada dos dogmas católicos na região do Reino do Congo, de onde foram retirados habitantes para serem transportados em sua maioria para o Brasil, é possível destacar que, já em terras brasileiras, a presença do jongo “nas festas dos santos católicos e divindades afro-brasileiras, nas festas juninas, no Divino e no 13 de maio da abolição dos escravos” (IPHAN, 2007, p.14) desde o primórdio até os dias atuais é frequente, ao mesmo tempo em que a prática foi historicamente renegada por parte da sociedade, assim como por como agentes religiosos e autoridades civis.

Em movimentos sucessivos, vemos os jongs serem proibidos e em seguida autorizados pelas posturas municipais das cidades valeparaibanas, refletindo as tensas negociações entre patrões e escravizados, já no período final da escravidão, relativas ao binômio trabalho/lazer. Os jongs, como os demais batuques de terreiro tão temidos pelos brancos, eram tidos como

“diversão desonesta” dos negros e triplamente condenados: na chave da segurança pública, pelo ajuntamento de escravizados que reunia, podendo incentivar a desordem ou a rebelião; na chave da moralidade, pela corporeidade considerada sensual de suas danças com ênfase no movimento de quadris e na umbigada; na chave da religião, por estarem associados a cultos pagãos e à feitiçaria (DIAS, 2014, p.354).

Essa associação da prática do jongo com feitiço ou magia é comum dado a relação entre o jongo e as religiões de matriz africana. Para Maria Ribeiro, não só a terminologia, mas a estrutura do jongo “têm analogia com processos e práticas fetichistas africanas, às quais se liga indissolúvelmente” (RIBEIRO, 1984, p.49). A já mencionada fogueira e o pedido de licença e de proteção aos tambores fazem parte de um ritual de preparação para o início da roda, que varia conforme o grupo, mas que podem ser lidos socialmente como uma espécie de “feitiçaria”. Porém, a simples comparação do jongo com rituais fetichistas praticados no Reino do Congo tende a ser muito banal. De todo modo, “o respeito aos integrantes mais velhos de cada grupo e, especialmente, aos jongueiros velhos falecidos, sempre lembrados nas rodas, é um indício de afiliação dessa forma de expressão a sistemas de crenças de origem banta” (IPHAN, 2007, p. 37).

Robert W. Slenes (2007) assinala que “no século XX, os jongueiros tendiam a negar, quando perguntados por entrevistadores de classe média, que sua arte estava ligada de alguma forma à macumba. Sua reticência, dado o preconceito contra essa religião no mundo branco, é compreensível” (SLENES, 2007, p.154). Para além de uma visão limitante baseada no catolicismo, era plausível que os cultos espirituais de origem africana estariam relacionados com a prática o jongo, pois além dos elementos anteriormente mencionados, o uso “místico” da palavra está presente em ambos. Um exemplo disso é o jongueiro cumba, cuja conotação se assemelha a “mágico” ou “mestre do feitiço” (RIBEIRO, 1984, p.46), um título dado aos mais sábios da roda de jongo. Os seus poderes especiais consistiam em elaborar diálogos e lançar pontos enigmáticos, nos quais as palavras tinham o seu sentido próprio substituído ou eram originárias de língua bantos, como o umbundo, dificultando assim o entendimento de leigos e desafiando os demais jongueiros, por exemplo. Dias (2014) observa que o diálogo sempre foi fundamental para o povo banto e que a versatilidade das formas de comunicação desses grupos é resultado da convivência contínua e recorrente para tratar de assuntos comuns em conjunto, como explica a seguir:

Entre os banto, a palavra está ligada intrinsecamente a quem a pronuncia, constituindo a expressão de sua personalidade, - visão corroborada por Hampaté Bâ⁴⁸, que afirma que o homem é a palavra que emite. A palavra promove a comunicação, entendida como prolongamento da pessoa, como vida participada. As narrativas e conversas ao pé do fogo, a troca de experiências, ideias e impressões entre homens, entre mulheres, quando se encontram à noite em torno da fogueira, constituem uma prática cotidiana e fundamental nas aldeias angolanas, e a essa atividade todos se entregam com grande prazer e harmonia durante horas a fio (DIAS, 2014, p.337-338).

Vê-se que a força da palavra é o que promove a comunicação, um fator relevante para as pessoas escravizadas de origem banto, fundadoras do jongo em terras brasileiras.

⁴⁸ Amadou Hampaté Bâ (1901-1991), historiador maliense que realizou pesquisas sobre a tradição oral africana. Autor de vários livros, porém poucos traduzidos para a língua portuguesa, dentre eles *Amkoullel, o menino fula*, publicado em 2003 pela editora brasileira Palas Athena.

Luiz Paulo Alves da Cruz (2015) verificou em suas pesquisas que “a expressão Banto vem da palavra Bantu que significa seres humanos ou povo”, e por isso considera que existe uma necessidade de “compreender que não se trata de uma raça banto e sim de povo banto” e, por serem originários de diferentes regiões do Reino do Congo, algumas características em comum possibilitaram o agrupamento e o reconhecimento como grupo, dentre elas, as línguas e suas similaridades. Por consequência, as manifestações culturais criadas pelos banto no Brasil “estão impregnadas de simbolismos e características africanas” (CRUZ, 2015, p.131). O texto do IPHAN destaca a importância da ligação entre o jongo e a diversidade linguística e cultural dos povos bantos:

O vocabulário do jongo se caracteriza pela presença importante de palavras originárias de línguas bantu (angoma, caxambu, jongo, tambu, cumba, zambi, ganazambi, guaiá) e de noções e valores que se relacionam com os das populações africanas e afro-americanas: reverência aos mortos; uso mágico da palavra cantada e da metáfora, à qual se atribuem forças que atuam sobre os vivos e sobre as coisas; crença na possessão por divindades e espíritos ancestrais, que deve ser evitada no jongo, mas produzida em rituais religiosos da umbanda; preferência pelas formas de canto e dança “dialogais”, com alternância ou entrelaçamento de solistas e grupos; polirritmia de tambores de tamanhos e tipos diferentes. Entretanto, não há consenso entre os estudiosos quanto às propostas de etimologia do vocabulário jongueiro (IPHAN, 2007, p.27).

Segundo Nei Lopes⁴⁹, autor de *Dicionário banto do Brasil* (2003 [1999]), a palavra jongo deriva de onjongo, do vocabulário umbundo e “designa uma dança dos ovimbundos”, povo banto da Angola (LOPES, 2003, p.123) que habitam maioritariamente o Planalto Central do país. No mesmo sentido, porém, utilizando distintas formas de grafia das mesmas palavras, Paulo Dias (2014) explica que o umbundu sempre foi a língua principal dos Ovimbundu⁵⁰, um povo banto que fora transportado de forma massiva da região do Reino do Congo para o Brasil durante o tráfico escravo, em especial no século XIX. O autor procurou identificar quais eram as conexões entre o jongo praticado no sudeste brasileiro e o onjongo ou ondjongo Ovimbundu⁵¹, um conselho comunal

⁴⁹ Nascido em 1942, Nei Lopes é especialista em estudos africanos, além de compositor, cantor e escritor. Já publicou 37 livros, dentre eles sete dicionários e uma enciclopédia. O *Dicionário banto do Brasil* teve sua primeira versão publicada em 1999 e passou por revisões e atualizações, sendo uma referência pioneira na investigação sobre línguas africanas e a influência delas na formação da língua portuguesa praticada em território brasileiro. Cerca de 250 verbetes de seu dicionário foram incorporados ao Dicionário Houaiss de língua portuguesa, um dos mais tradicionais do Brasil. Internet. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/nei-braz-lobes-o-dicionarista-heterodoxo/> (consulta em 06 de fevereiro de 2022).

⁵⁰ A definição do dicionário Priberam apresenta o verbete ovimbundu como um “grupo étnico angolano que habita uma região nas províncias de Huambo, do Bié e de Benguela”. Muitos habitantes dessa região de Angola foram traficados para o Brasil. Em <https://dicionario.priberam.org/ovimbundu> (consulta em 06 de fevereiro de 2022).

⁵¹ Dias alega que não há “notícia da vitalidade do ondjongo na Angola atual” (2014, p.332). Apesar dessa prática ancestral ter se perdido no tempo, alguns dos valores e práticas do ondjongo Ovimbundu parecem ainda reverberar na sociedade angolana, como a iniciativa Ondjongo Feminista, “um colectivo feminista autónomo de activismo e educação em prol da realização dos direitos humanos de todas as mulheres e meninas em Angola, advogando por uma agenda feminista transformadora a partir de uma perspectiva de justiça social, solidariedade e liberdade”. Ver mais em <https://www.ondjangofeminista.com> (consulta em 06 de fevereiro de 2022).

maioritariamente masculino que promove uma vivência socioculturais nas aldeias do oeste angolano.

Dias (2014) buscou confirmar se, em sua origem, a manifestação cultural afro-brasileira pode ser entendida como o resultado ou reflexo de uma “rearticulação em ambiente diaspórico” das características do ondjango, apoiando-se em um traço comum entre ambas que denomina como “o sentido fundante de instância coletiva da fala dialogada” e a constatação da existência de uma “cultura identitária banto unificada em território sudestino” (DIAS, 2014, p.332-333) por conta da presença massiva de habitantes do antigo Reino do Congo nessa região. Dada a inviabilidade da realização de pesquisas de campo em Angola, suas análises utilizaram como referencial as vivências em terreiros de jongo, onde o autor pôde verificar que

Nas duas instituições, africana e diaspórica, sobressai a ideia nuclear de casa da conversa ou lugar da fala, espaço socialmente demarcado para se trilhar coletivamente os variados e potentes caminhos da palavra proferida. Em ambas, o modo privilegiado de enunciação coletiva é o diálogo. Não se trata de conversa solta, porém submetida a convenções de ordem social, artístico-literária e religiosa, as quais orientam a sucessão e a articulação das falas entre si (DIAS, 2014, p.340).

Ainda sobre a investigação de Dias (2014) quanto as aproximações entre o ondjango e o jongo, segundo o autor, a palavra em umbundo designa casa ou lugar de conversa. Para os ovimbundo, ondjango “pode tanto nomear a prática ritualizada de várias formas de interlocução coletiva comunitária (espaço social), quanto o espaço físico circular aberto nas laterais e coberto com teto de palha, onde são realizadas os encontros dos homens⁵² da comunidade” (DIAS, 2014, p.338). Essas rodas de conversa tinham o propósito de promover debates sobre assuntos de interesse comunitário e eram mediadas pelos anciãos, o que possibilita estabelecer, de pronto, pelo menos duas analogias com o jongo. A primeira pelo caráter adulto e masculino, pois para ambas faz-se necessário passar por um longo treinamento, no qual os mais velhos passam parte de seus conhecimentos aos mais novos, e no jongo esses transmissores de saberes são os já mencionados jongueiros cumba. Já a segunda trata do espaço físico similar entre elas, visto que os terreiros são também um ponto de encontro e as rodas de jongo caracterizam-se como momentos favoráveis ao diálogo, que pode acontecer por meio de “diferentes formas de enunciação: palavra cântico, palavra música, palavra provérbio” (DIAS, 2014, p.344) como no ondjango angolano em comparação com os pontos de jongo, por exemplo.

Aprofundando a análise, Dias (2014) argumenta que no Brasil, no período da escravidão, os banto-africanos “empenharam-se em desbravar caminhos e cavar espaços estratégicos que permitissem restaurar ao menos parte de suas práticas” no campo “da transmissão e vivificação da palavra ancestral” (DIAS, 2014, p.343). Denota-se que os enigmas dos versos cantados no jongo seriam, então, os meios propícios para “cavar” espaços onde poderiam se expressar, como exemplifica Slenes, ao examinar um ponto

⁵² O autor afirma tratar-se de uma assembleia estritamente masculina e o papel das mulheres ficava limitado ao fornecimento da alimentação aos homens durante as reuniões. Esse traço denota duas reflexões: a iniciativa do coletivo angolano Ondjango Feminista, citado anteriormente, apresenta indícios de ser um contraponto à antiga prática que excluía a mulher dos debates; tradicionalmente, no jongo praticado no sudeste brasileiro as mulheres só poderiam participar das rodas para dançar, sendo impedidas de cantar pontos ou de tocar instrumentos, como ressalta Ribeiro (1984, p.46) ao afirmar que mulheres jongueiras ainda hoje são minoria expressiva e eram raríssimas no século XIX.

coletado por Maria Ribeiro (1984) em Barra Mansa, Rio de Janeiro: “Eu venho de muito longe / eu venho cavando terra / na portera da fazenda / é aí que o carro pega”. O autor sugere, dentre as variadas possibilidades de interpretação, que vir de longe refere-se ao Reino do Congo; cavar terra seria “lutar pela sobrevivência”; e o trecho final insinua que depois de tanto trabalhar e andar longos percursos até a entrada da propriedade, o jongo começa ou o “carro pega” com a presença do jongueiro (DIAS, 2007, p.147).

Na ótica de Albuquerque e Filho (2006), “para sobreviver sob o cativo, os escravos e escravas buscaram acionar relações sociais aprendidas na África” e as que depois da chegada ao Brasil foram “inventadas”. Desse modo, “os vínculos formados a partir do trabalho, da família, dos grupos de convívio e da religião foram fundamentais para a sobrevivência e para a recriação de valores e referências culturais” (ALBUQUERQUE e FILHO, 2006, p.95). Um dos caminhos encontrados pelos africanos e afrobrasileiros foi a articulação em irmandades, que possibilitavam a participação de grupos nas festividades católicas, por ser, como afirma Paulo Dias (2001), “a única via de inserção dos negros na sociedade colonial, e as festas públicas, oportunidade de ganharem alguma visibilidade social e gozarem de momentos fugazes de brilho e glória” (DIAS, 2001, p.07). Os autores salientam o papel das irmandades:

As irmandades eram espaço de reforço dos laços de solidariedade, ao mesmo tempo em que propiciavam a recriação de tradições da África. Nelas, além de aprender a doutrina cristã, os africanos tinham oportunidade de conviver com outros africanos que falavam a mesma língua e compartilhavam lembranças da terra natal. Nas celebrações das confrarias negras, o sagrado e o profano se entrelaçavam. Através destas festas, elementos da religiosidade africana se manifestavam no interior do catolicismo (ALBUQUERQUE e FILHO, 2006, p.110).

As festas acima referidas ainda se realizam no seio da sociedade brasileira e nelas convencionou-se a presença dos Reis Congos, que pela nomeação já possibilita a alusão ao Reino do Congo e, por consequência, ao povo de origem banto retirado de forma brutal de suas terras. Esses líderes eram escolhidos periodicamente para representar as irmandades diante dos senhores brancos que patrocinavam os eventos. Cabe destacar que a maior parte dos fundos arrecadados serviria para “promover a ajuda mútua e socorrer os irmãos em dificuldades, principalmente os escravos e escravas incapacitados e abandonados pelos senhores” e como empréstimo para a “compra da alforria de irmãs e irmãos escravos” (ALBUQUERQUE e FILHO, 2006, p.110), mais um dos vestígios que Paulo Dias (2014) investiga no que tange à reformulação e adaptação “ao contexto diaspórico práticas culturais especificamente banto-africanas, como a eleição de reis representando dinastias ancestrais étnicas do Congo e de Angola (associada ao culto a antepassados), cujos cerimoniais públicos eram incluídos no calendário católico de festejos” (DIAS, 2014, p.343).

Nesse contexto diaspórico, onde fora executado um “projeto “deculturador e despersonalizador do escravismo colonial brasileiro”, os mesmos portadores de saberes ancestrais banto que participavam de algumas das festividades organizadas pela Igreja Católica também fundaram o jongo, dentro de “uma cultura de síntese com língua própria, vida religiosa, formas de lazer e instâncias de reunião e decisão coletiva” (DIAS, 2014, p.367), a fim de estabelecer uma aproximação com os valores civilizatórios trazidos por eles do Reino do Congo e rearticular e ressignificar “as parcelas de uma cosmovisão africana no Brasil” (DIAS, 2014, p.343). Pode-se dizer, então, que esse processo de reformulação e, em alguns aspectos, de adaptação à nova conjuntura com a qual os

deportados se depararam, promoveu “relações complexas entre as origens africanas e as dispersões irreversíveis da diáspora”, como aponta Stuart Hall em “Da diáspora: identidades e mediações culturais” (HALL, 2009, p.324).

De acordo com Hall, em “A identidade cultural na pós-modernidade” (2005), para compreender as identidades e suas relocações diante dos variados contextos, é necessário fazer uma “tradução”, ainda mais em situações que envolvem o afastamento da terra natal de um indivíduo de forma involuntária. Dentro desse escopo, pode-se entender que as pessoas de origem banto que foram traficadas para a “diáspora sudestina”, como refere Dias (2014, p.364), apesar de reterem “fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições [...] são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades” (HALL, 2005, p.88).

No que tange a questão das identidades, como se pode verificar em Hall, dentre as mais diversas manifestações culturais praticadas em terras brasileiras, o jongo é uma das únicas expressões afro-brasileiras reconhecida como patrimônio imaterial no Brasil, em 2005, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). As suas origens remontam à época de trabalho árduo nas lavouras de café e nas plantações de cana-de-açúcar realizado por pessoas escravizadas, oriundas dos territórios do Reino do Congo, e que foram levadas pelos colonizadores portugueses, principalmente, à região sudeste do país, nomeadamente ao Vale do Paraíba paulista. Em algumas comunidades rurais e em periferias de grandes centros urbanos do entorno, ainda há praticantes e defensores dessa sabedoria ancestral.

Por falar em ancestralidade, o jongo, como é popularmente conhecido, mas que também pode receber outros nomes como tambu, batuque ou caxambu (IPHAN, 2007, p.11), denominações essas que serão exploradas mais a frente nesse texto, é também uma forma de louvar os antepassados, os ritos e as crenças dos povos africanos que deixaram suas terras natais rumo ao desconhecido, mas levaram consigo a sua cultura, os seus conhecimentos e utilizaram-se deles para resistir às atrocidades cometidas por seus algozes. Sendo assim, o jongo é “um elemento de identidade e resistência cultural para várias comunidades e também espaço de manutenção, circulação e renovação do seu universo simbólico” (IPHAN, 2007, p.11).

Em novembro de 2005, o jongo recebeu o título de Patrimônio Cultural do Brasil, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), registado no Livro de Formas de Expressão, em dezembro do mesmo ano⁵³. A proposta de reconhecimento do Jongo no Sudeste, assim denominado por ter se consolidado “entre os escravos que trabalhavam nas lavouras de café e cana-de-açúcar no Sudeste brasileiro, principalmente no Vale do rio Paraíba do Sul” (IPHAN, 2007, p.14), foi um dos projetos-piloto de registo do patrimônio imaterial no país. Para efetivar o registo foi necessária a realização de uma pesquisa desenvolvida pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular junto às comunidades e grupos jogueiros da região referenciada anteriormente. Porém, no parecer final emitido pelo Conselho Consultivo do Instituto, fica evidente que antes mesmo das ações realizadas por parte das agências governamentais, como ressaltam Hebe Mattos e Martha Abreu (2009), “as comunidades e praticantes do jongo já tinham criado canais de comunicação, visibilidade e fortalecimento coletivos através, por exemplo, da

⁵³ Certidão referente ao “Registo número 3; Bem cultural: Jongo no Sudeste”. Internet. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/JongoCertidao.pdf> (consulta em 09 de fevereiro de 2022).

Rede de Memória do Jongo e dos próprios Encontros de Jongueiros⁵⁴ (MATTOS e ABREU, 2009, p.71). O documento evidencia que, além da participação de antropólogos e estudiosos de diferentes áreas do conhecimento durante a investigação até a obtenção do título, o processo de mobilização e organização para estruturar o reconhecimento do jongo como patrimônio cultural do Brasil demonstra que as comunidades jongueiras estão conscientes de possuírem “um bem cultural de grande valor, um conjunto de saberes ancestrais, testemunhos de sofrimento, mas também de determinação, criatividade e alegria dos afro-descendentes” (IPHAN, 2007, p.16). Mattos e Abreu (2009) esclarecem que:

A constituição brasileira de 1988 abriu caminho para o desenvolvimento de políticas de reparação em relação à escravidão africana no Brasil. Dentre elas, destacam-se a possibilidade de titulação coletiva de terras a comunidades negras tradicionais reconhecidas como “remanescentes de quilombos” e o reconhecimento oficial de patrimônios imateriais relativos à herança de populações escravizadas (MATTOS e ABREU, 2009, p.265).

Em outro artigo escrito em conjunto, no mesmo ano (2009), as autoras abordam alguns marcos legais historicamente favoráveis à valorização da identidade da população negra e da memória dos antepassados que foram escravizados. Esses instrumentos legais culminaram no reconhecimento do jongo “enquanto patrimônio cultural herdado e reconstruído pelos descendentes de escravos”. E, como mencionado acima, foi a constituição brasileira a dar o primeiro passo, pois passou “a agregar a ideia de um patrimônio imaterial, identificado com expressões culturais populares” (MATTOS e ABREU, 2009, p.265-268).

À luz da “Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular” (1989) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a qual considera “que os governos deveriam desempenhar papel decisivo na salvaguarda da cultura tradicional e popular e atuar o quanto antes” (UNESCO, 1989, p.1), o IPHAN desenvolveu um instrumento técnico próprio, o INRC, sigla de Inventário Nacional de Referências Culturais. Desde 2000, os inventários são construídos através de pesquisas com metodologia própria, aplicada para conhecer os bens culturais de natureza imaterial do país, na tentativa de impulsionar políticas de salvaguarda desse tipo de patrimônio⁵⁵.

Essa ação por parte da instituição corrobora com a “Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial” (2003) da UNESCO, que define o termo “salvaguardar” como a “adoção de medidas destinadas a assegurar a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse patrimônio” (UNESCO, 2003, s/p). O mesmo documento, disponível no portal diplomático do Ministério dos

⁵⁴ Segundo as autoras, o primeiro Encontro de Jongueiros ocorreu em 1996 e a Rede de Memória foi criada na quinta edição desse evento, em 2000. (MATTOS e ABREU, 2009, p.71)

⁵⁵ “Após o registro do jongo como patrimônio cultural brasileiro, em novembro de 2005, o Iphan iniciou a elaboração de um Plano de Salvaguarda, em conjunto com os grupos antes enumerados. Ao longo do processo, outras comunidades manifestaram o desejo de participar da discussão das perspectivas contemporâneas para essa forma de expressão” (IPHAN, 2007, p.20). Ver mais em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Plano_salvaguarda_jongo_sudeste.pdf (consulta em 09 de fevereiro de 2022).

Negócios Estrangeiros de Portugal, em página destinada à Comissão Nacional da Unesco⁵⁶, define que o patrimônio cultural imaterial, entendido como “práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências” pode estar associado a comunidades, grupos e indivíduos e “confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade”. Esse tipo de patrimônio tem por característica ser “transmitido de geração em geração” e constantemente recriado “em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história (...) contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana” (UNESCO, 2003, s/p). Como constatam Mattos e Abreu (2009) sobre o impacto de ações de reconhecimento e salvaguarda:

As novas formas de se conceber a condição de patrimônio cultural nacional têm permitido que diferentes grupos sociais, utilizando as novas leis e o apoio de especialistas, revejam as imagens e alegorias de seu passado. Passem a decidir sobre o que querem guardar e definir como próprio e identitário, através de festas, músicas e danças, tradição oral, formas de fazer ou locais de memória (MATTOS e ABREU, 2009, p.269).

O reconhecimento do jongo por uma instituição pública aparenta ser um tema passível de discussões, como alega Aline de Oliveira Sousa (2015) em sua pesquisa de mestrado sobre lideranças jongueiras. A autora critica o que chama de moldes estipulados pelo governo, ao referir-se à instrumentalização metodológica do inventário aplicado para coleta dados e informações sobre determinado patrimônio cultural imaterial. Sousa critica o que chama “interferência direta do Estado nas manifestações culturais” que, na visão da autora, condicionam o processo de reconhecimento à semelhança de um “padrão” ao qual os grupos “se adequam às expectativas, modificando algumas estruturas e renegociando a sua própria tradição” (SOUSA, 2015, p.66-67). Cabe ressaltar que a pesquisadora constrói a sua argumentação através da escuta e participação em encontros que reúnem jongueiros e alega que os pontos de vista sobre o assunto estão alinhados com o seu.

No que concerne a participação e o interesse de grupos e comunidades jongueiras no processo que levou à obtenção do título, é curioso verificar que o Grupo Cultural Jongo da Serrinha, estudado pela autora acima citada, junto com a Comunidade Negra de Remanescentes de Quilombo da Fazenda São José, foram os que formalizaram a intenção de reconhecimento do jongo como patrimônio cultural brasileiro, ao enviarem cartas ao então ministro da Cultura, Gilberto Gil, em 2002, anos antes da concessão do título à prática (IPHAN, 2007, p.99). E, como dito anteriormente, o INRC fora construído com a colaboração de lideranças jongueiras de três estados, nomeadamente: São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e, por pertencerem a uma mesma região, convencionou-se denominar Jongo do Sudeste.

Com o reconhecimento do jongo como um “elemento de identidade e resistência cultural para várias comunidades e também espaço de manutenção, circulação e renovação do seu universo simbólico” (IPHAN, 2007, p.11), os detentores desse patrimônio cultural passaram a contar com uma ferramenta de legitimação política e histórica e, por consequência, com uma visibilidade inédita que pode oferecer novas perspectivas de sobrevivência à prática e seus praticantes através da implementação de políticas públicas, tais como o Plano de Salvaguarda do Jongo do Sudeste, que aqui foi

⁵⁶ Disponível em <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial> (consulta em 09 de fevereiro de 2022).

analisado. Voltando ao ponto que abre esse texto, que essas ações, aliadas à resistência dos jongueiros de ontem e de hoje, não permitam que o jongo se acabe.

Considerações Finais

No decorrer da realização da pesquisa que resultou nesse texto foi possível analisar de que forma os saberes e memórias ancestrais do povo bantu, oriundo das regiões abrangidas pelo antigo Reino do Congo, se perpetuaram pelo Brasil, especialmente na “diáspora sudestina” (DIAS, 2014, p.364). Os grupos, comunidades e quilombos onde ainda se pratica o jongo compreendem a necessidade de valorizar a memória dos antepassados, que mesmo sendo vítimas de tantas atrocidades, deixou um legado de matriz africana. Essa prática de resistência cultural, que começou com os escravizados e passada aos descendentes diretos, ainda hoje é perpetuada nas rodas de jongo e ensinada aos mais novos em escolas brasileiras⁵⁷.

O conhecimento do uso da palavra, a exemplo dos pontos com mensagens secretas embutidas para despistar os proprietários das fazendas, os toques de instrumentos de percussão, em especial os tambores, a dança em roda e o culto aos mais velhos, como visto nessa análise, são importantes pontos de intersecção entre a bagagem cultural trazida pelos cativos de origem africana e a prática do jongo desde o final do século XIX até aos dias atuais. E por ter sido nas lavouras de cana-de-açúcar e de café, na região sudeste do Brasil, que essa manifestação se perpetuou, como uma forma de alívio do sofrimento diante das situações precárias às quais eram submetidos, além de ser uma maneira de adoração às entidades e seres espirituais, é nessa zona que as comunidades, grupos e quilombos estão situados, sendo uma referência da prática do jongo na atualidade.

O título dado ao Jongo no Sudeste como Patrimônio Cultural do Brasil, de facto, é um instrumento de registo e uma ferramenta de divulgação dessa manifestação à qual os olhos de estudiosos das mais variadas áreas do conhecimento passaram a dedicar maior atenção, vide o interesse das autoras pela realização dessa pesquisa. Todavia, faz-se importante destacar que uma titulação, em si, é insuficiente para promover melhores condições de vida aos praticantes e para garantir a sobrevivência do jongo. Muitas vezes, as comunidades jongueiras precisam encontrar soluções e alternativas para preservar as expressões e os saberes herdados outrora, por estarem frequentemente envoltas em processos socioculturais complexos, ou seja, diante “das desigualdades econômicas, da exclusão social e da invisibilidade deste fazer cultural junto aos demais segmentos da sociedade brasileira” (IPHAN, 2007, p.15). Sendo assim, assumir a responsabilidade de colocar em prática as ações do Plano de Salvaguarda dessa manifestação cultural deveria ser um compromisso das instituições do Estado, para proporcionar, através de políticas públicas, condições dignas para que os praticantes possam manter o jongo vivo, em suas mais variadas expressões e formas no contexto contemporâneo.

A fim de concluir esse texto, com “licença poética” autoconcedida e o propósito de exemplificar, mais uma vez, as características marcantes do jongo e dos jongueiros: a resiliência e a resistência, será aqui destacado um pequeno trecho de uma canção de Nei Lopes, em parceria com Wilson Moreira, intitulada “Jongo do Irmão Café”⁵⁸. Trata-se de

⁵⁷ A Lei nº 11.645/08 atualiza normativas anteriores, de acordo com as “diretrizes e bases da educação nacional”, e passa a incluir “no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Congresso Nacional Brasileiro. Internet. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm (consulta em 10 de fevereiro de 2022).

⁵⁸ Áudio disponível em https://www.youtube.com/watch?v=RTSkZYsyH_o (consulta em 10 de fevereiro de 2022).

uma analogia entre o café e o negro, fazendo alusão às origens, ao árduo trabalho na lavoura, dentre outras interpretações possíveis. A música foi lançada, em 1983, no álbum *Negro Mesmo*⁵⁹, no qual o artista interpreta canções próprias e outras que são fruto de parcerias como essa, todas com temática relacionadas com as suas pesquisas sobre povos de origem africana em terras da diáspora.

*Auê, meu irmão café
Mesmo usados, moídos, pilados
Vendidos, trocados, estamos de pé
Olha nós aí, meu irmão café*⁶⁰

Referências

- ABREU, M. O legado das canções escravas nos Estados Unidos e no Brasil: diálogos musicais no pós-abolição. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 35, nº 69, p.177-204, 2015.
- ALBUQUERQUE, W. R. de; FILHO, W. F. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2006.
- CRUZ, L. P. A. da. **O jongo e o Moçambique no Vale do Paraíba (1988-2014): cultura, práticas e representações**. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.
- DIAS, P. O lugar da fala: conversas entre o ondjongo angolano e o jongo brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 59, p. 329-368, dez. 2014.
- DIAS, P. Feitiço das palavras: a arte dos pontos de jongo. In: **VIII Encontro de Jongueiros**, Guaratinguetá, SP, 21 e 22 de novembro de 2003 (Programa do Encontro). São Paulo: Cachuêra, 2003.
- DIAS, P. **A outra festa negra**. In: “Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa”, org. de Iris Kantor e István Jancsó FFLCH/USP. São Paulo, Hucitec/Edusp, 2001.
- FIGUEIREDO, L. da C. **Jongo e resistência cultural**. In: **Revista África e Africanidades**. Rio de Janeiro, Ano 2, nº 8, fev. 2010.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- HIRSCH, M. The generation of postmemory. In: **Poetics today**, vol.29, nº1, p.103-128, 2008.
- IPHAN. **Dossiê Jongo do Sudeste**. Brasília-DF, 2007. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_jongo_m.pdf. Acesso em: 11 ago 2022.
- LARA, S. H.; PACHECO, G. (Org.). **Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein**. Rio de Janeiro: Folha Seca/Campinas, SP: CECULT, 2007.
- LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- LOPES, N. B. **Novo Dicionário Banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- MARTIN, D. -C. A herança musical da escravidão. In: **Tempo**, Niterói, vol.15, n.29, 2009.
- MATTOS, H.; ABREU, M. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. In: **Revista Habitus**, Goiânia, vol. 7, n.1/2, p. 265-288, jan./dez. 2009.

⁵⁹ Análise do álbum feita por Eduardo Afonso em <https://opartisan.org/contracultura/negro-mesmo-o-grande-disco-de-nei-lobes/> (consulta em 10 de fevereiro de 2022).

⁶⁰ Letra completa em <https://www.letras.com/nei-lobes/887960/> (consulta em 10 de fevereiro de 2022).

MATTOS, H.; ABREU, M. Jongo, registros de uma história. In: LARA, S. H.; PACHECO, G. (Org.). **Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein**. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007, p.69-106.

NASCIMENTO NETO, L. D. do. Desde o soar dos clarins ao percutir dos instrumentos nativos do congo: a presença negra e mestiça na prática musical no Brasil entre os séculos XVIII e XIX. In: **Faces da história**, Assis-SP, vol.4, nº 2, p. 165-180, jun.-dez., 2017.

RIBEIRO, M. de L. B. **O jongo**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1984.

SLENES, R.W. **“Eu venho de muito longe, eu venho cavando”**: jongueiros cumba na senzala centro-africana. In: LARA, S. H.; PACHECO, G. (Org.). **Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2007, p.109-156.

SOUSA, A. O. de. **Tia Maria do Jongo**: Memórias que ressignificam identidades das atuais lideranças jongueiras do Grupo Jongo da Serrinha. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade de São Paulo, 2015.

UNESCO. **Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. 2003. Disponível em <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial> Acesso em: 11 ago 2022.

UNESCO. **Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular**. 1989. Disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/cpc2007/patrimonio/bloco2/recomendacao_%20sobre_a_salvaguarda_da_cultura_tradicional.pdf Acesso em: 11 ago. 2022.

A mesclação dos vocábulos do português nos idiomas e cultura timorenses nas comunicações cotidianas⁶¹

Lourenço Marques da Silva

Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Timor Leste

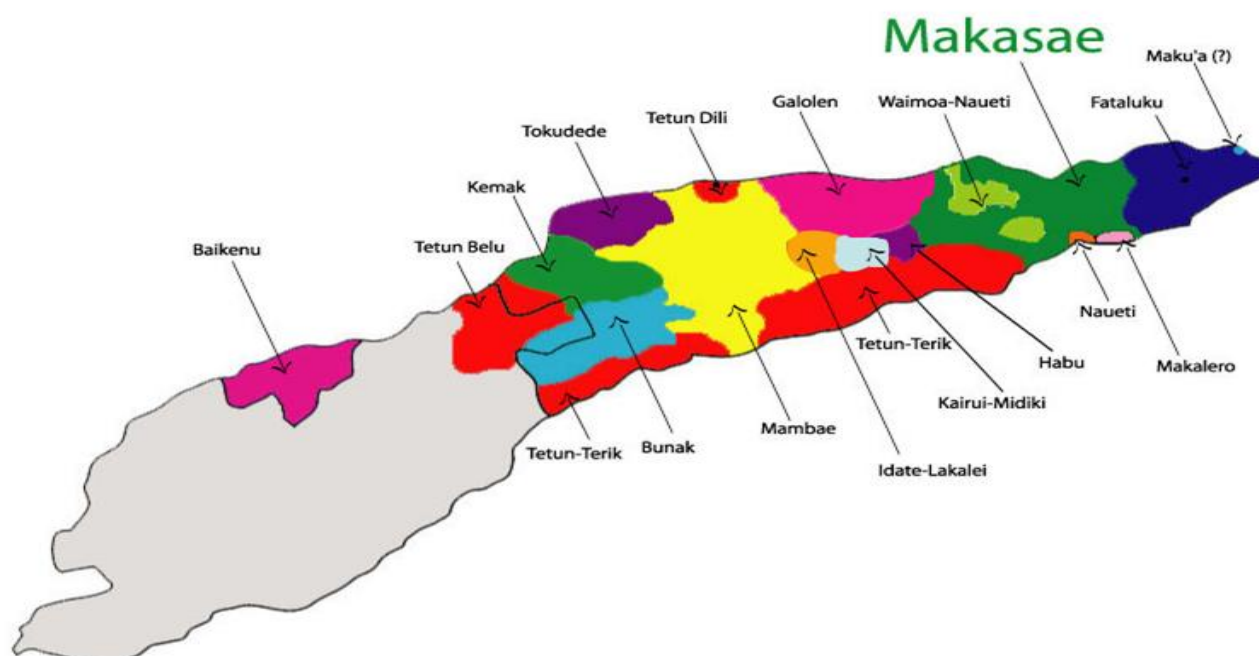
O Begrão da Mesclação

Pela existência de criação da humanidade em diversas etnias, raças, culturas, línguas, espaços geográficos de vivência, áreas de conhecimentos e da estrutura de camada da sociedade, que cada um ou cada uma tem a sua fronteira própria de uma com a outra sem fixo da sua limitação de móveis. Sejam assim, pela perspetiva da necessidade conjuntural de viver, da história, da cooperação, interação, educação, civilização e de avanços tecnológicos nos tempos passados e momentos recentes, acontecia os atos interativos, cooperativos, educativas, as civilizações humanas e da comunicação em uso de diversas línguas como ferramenta e fonte comunicativa de língua à língua.

A Língua é um sistema de representação constituído por palavras e por regras que as combinam em frases que os indivíduos de uma comunidade linguística usam como principal meio de comunicação e de expressão. Para o linguista Ferdinand de Saussure (1857-1913), a língua é o sistema abstrato de signos interrelacionados, de natureza social e psíquica, obrigatório para todos os membros de uma comunidade linguística. No estilo de expressão particular a um grupo social, profissional, cultural, a um escritor, um movimento, uma escola, uma época etc. chamado de língua.

Aculturação e assimilação → nasce a mesclação

Mapa 1: Distribuição das línguas timorenses

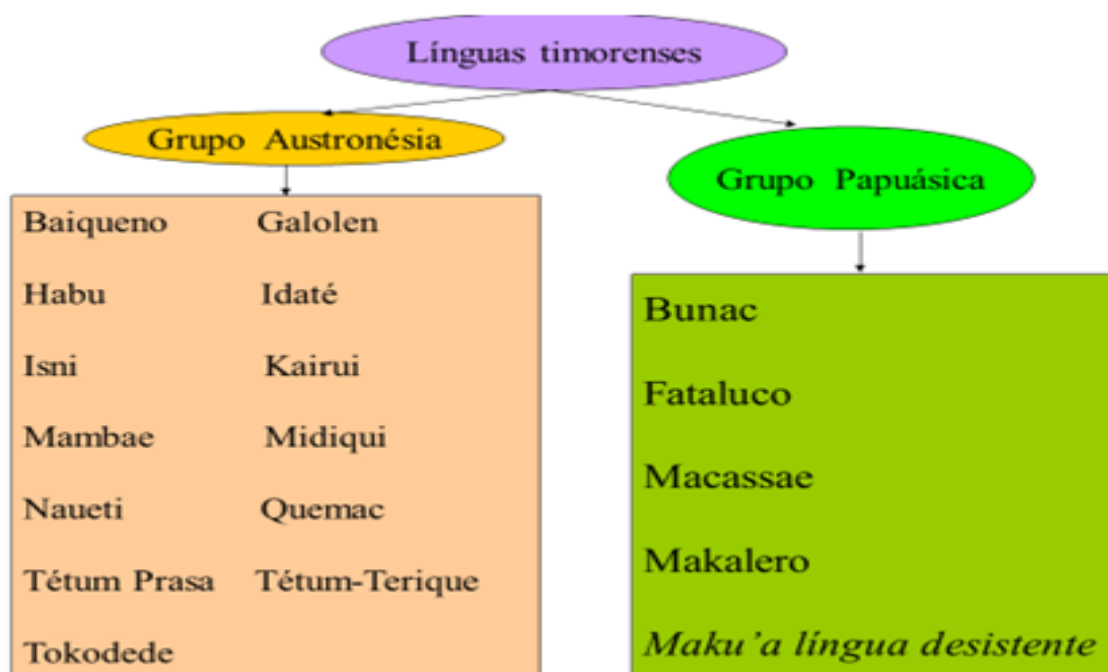


Fonte: Tomaz (2012)

⁶¹ Trabalho apresentado no I Seminário Internacional Linguístico e Cultural: "Estudos Linguísticos e Culturais em Transformação" em 23 e 24 de Novembro de 2021.

Com aqueles fatos acontecidos tanto nos tempos passados quanto nos recentes, que daí apareciam os modos de aculturação e da assimilação por base de diferentes aspetos da vida da humanidade, sem excepcional o envolvimento da língua na qualidade fonte principal na sua interação comunicativa cotidiana. Sendo assim, nem uma e nem outra barreira previsível, nascera a mesclação da língua e da cultura de uma sociedade de tanto estreito quanto a mais alargada intra e entre local, regional, nacional, internacional, intercontinental e universal. Baseando o mapa da política linguística mostrado, as línguas existentes em Timor-Leste são 18 línguas (18 - 1 = 17) recentemente. Vê-se a língua Maku'a com interrogativo na ponta leste da ilha já existia devido não tinham mais falantes. Portanto, ficam 17 línguas faladas na pequena metade do leste da ilha. Pelo ponto de vista da antropolinguística, as 17 línguas existentes agrupavam em dois maiores de grupos: grupo austronésia e grupo papuásica.

Esquema 1: Línguas timorenses



Fonte: Elaboração própria

Entre as línguas mostradas seja no mapa quanto no gráfico, a língua mais falada (1) Tétum, Mambae (2) do grupo da Austronésia e o (3) é a língua Macassae do grupo papuásica. Todas estas línguas faladas cotidianas sempre se mescla por vocabulários do português de todos os eventos comunicativos da sociedade.

A mesclação de línguas pela via contacto entre línguas e da diversas motivações tem por objetivo ao enriquecer e ou a harmonização dos vocábulos das ambas de línguas para seja mais confortável na comunicação de diferentes níveis da categoria das camadas da sociedade a uma finalidade de recriação dos crioulos, pidgins, sabires, camuflagem e esperanto.

1. Aculturação de Línguas

Segundo Weinreich (1953) apud Paulo Jeferson Pilar Araújo (2018) no Web-Revista Sociodialeto o contato as ambas de línguas, apresentam a mesma concepção de língua, de representação da sociedade.

- 1) A interseção entre extra-estrutural e a estrutural,
- 2) Os fatores extra-língua que envolvem a antropologia, linguística para incorporar os atos de aculturação.

1. Processo de modificação cultural de indivíduo, grupo ou povo que se adapta a outra cultura decorrente de contato continuado.

2. O meio do qual um indivíduo absorve, desde a infância, a cultura da sociedade em que vive sob e dentro do sistema colonialismo.

2.O Conceito da Mesclação

Pela partilhação no dizer de Dicionário Eletrônico Antônio Houaiss (2010) (DEAH), o termo de mesclação na perspectiva linguística, é um ato de juntar as coisas diferentes de modo que as unidades ou partículas de uma se interponham entre as unidades das outras.

Já segundo o Dicionário da Língua Portuguesa de Acordo Ortográfico (2013, p. 1053), a terminologia da mesclação é transformada do verbo infinitivo mesclar e o particípio passado mesclado cujo sentido de coisa composta por elementos diferentes e a combinação misturada que apresenta tonalidades diferentes.

Mesclação = mestiçagem ➡ nasce o pidgin e o sabire

Citada da ideia de Dubois e et al (1973, p. 413) o termo mescla sinónimo de misto que tem sentido de qualificam-se de mistas línguas artificiais ou naturais que tomam emprestado certos traços a uma língua e alguns outros traços a outras. Assim, os crioulos pode ter sido, no início, línguas mistas de sintaxe africana e asiática com vocabulário europeu. Assim por conseguinte nasceram os pidgins e os sabires.

A mescla nascida do contato de línguas

Na concepção sobre línguas em contato foi defendida por Francisco Adolfo Coelho (1880) que concebia qualquer tipo de mescla nascida do contato, resultado de uma aquisição imperfeita de uma outra língua, sem previsão de influência da língua do substrato.

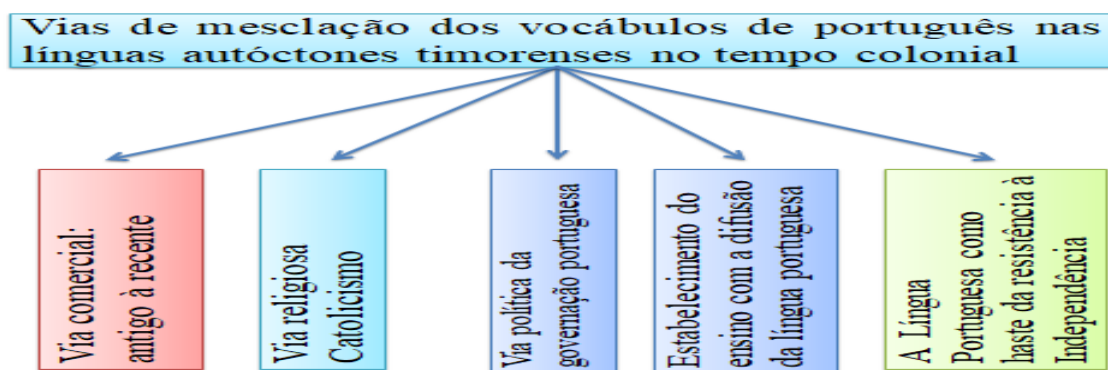
É comum usar como evidências empréstimos lexicais para reconstruir condições sociais, políticas e culturais. Algumas interferências estão condicionadas a certas condições sociais específicas, mas assim é possível reconstruir algumas situações do passado com ajuda dos linguistas.

Vias de mesclação dos vocábulos de português nas línguas autóctones timorenses

O autor Luís Filipe R. Thomaz (1885) e (2002) demonstrara que a evolução da língua portuguesa, em Timor, passou por quatro fases diferentes e mais uma etapa muito crítico restringido.

- 1) Via comercial, *komérsiu ultramariñu ai-sándalu*
- 2) Via religiosa de catolissismo. *Hodi Padre, hodi fillu hodi Espíritu Santu x Amén; Padre Madre sira, simu Sakramentu Batizmu.*
- 3) Via política através da governação portuguesa. *Timór-Portugés, Provínsia Ultramarina, Postu Administrativu,*
- 4) Estabelecimentos de ensino com a difusão da língua portuguesa. *Edukasaun, Eskola, Mestre, alunu, livru, lápís.*
- 5) A Língua Portuguesa como haste da resistência à Independência timorense: *rezisti ba independénsia sin, rende atu ba integrasaun naun.*

Esquema 2: Vias de mesclação



Fonte: Elaboração própria

Desde a chegada dos portugueses na ilha de Timor do Sol Nascente, com cultura de governação, de ensino, religiosa e comercial dos produtos locais ao exterior, plantava a maior porção da língua portuguesa por meio de contactos dos vocabulos com as diferenças linguas na sua convivência ao longo de quatro séculos e logo depois a ser trnasferidas em mesclação dos vocábulos em vice-versa no andamento da vivência do povo. Daí os vocábulos misturadas de português optavam naturalmente a prestigiar a cada língua local na sua comunicação cotidiana nas diversas camadas sociais.

Os fenômenos de mesclação

Os fenômenos de mesclação, dentro da perspectiva teórica da sociolinguística por três critérios:

- 1) O da sociedade como um todo (macrossocial),
- 2) O indivíduo na mesma sociedade (microsocial), e
- 3) A mescla em uma comunidade de falantes de ranamal e bokmal.

Ranamal: as características comportamentais pela base do sentimento de simpatia ou piedade como um compromisso cultural dos valores de identidade, de solidariedade de um povo que se mantenham os valores locais. No caso em Timor-Leste os valores de realização do dote ou *Barlake, casamento, outros tipos dos valores tradicionais* originária dos antepassados que era deixavam como herança cultural continua em opta das suas existenciais locais.

Bokmal: os valores pan-estrangeirismo que concerniam aos interesses políticos, culturais e económicos a nível nacional (TARALLO, ALKMIN, 1981).

O espaço do cruzamento linguístico é a comunidade

O espaço do cruzamento linguístico é a **comunidade**. É na comunidade ou entre elas que se concretiza o contato que produz fenômenos de mescla ou de convivência, mecanismo “ativado” pelos indivíduos que integram tais comunidades, onde há espontaneidade na fala e onde não haverá um espaço de aceitabilidade.

Neste contexto, caso na sociedade timorense, determinados indivíduos continuam demonstra a atitude inconsciente de não sabe falar português, contudo os vocábulos do português está sendo mesclada da sua língua nativa em uso na comunicação.

Dar à luz de português às línguas nativas

Portugal quando os portugueses chegaram, conseguiram dar à luz o português a atropelaram as línguas indígenas ou nativas nas colônias atingidas, começaram a instalar capitãcias hereditárias de vocábulos, catequizar nativos e ensinar oralmente, o novo idioma aos nativos de outras línguas autóctones, e sendo assim, o português se tornou a língua oficial como em PALOP e em Timor-Leste até recentemente.

A inclusão das palavras do português por motivos histórico, política, econômica, etc.

Recentemente a inclusão de diversas palavras de origem português em sua grande maioria. Isso ocorre principalmente em longa duração da colonização em Timor-Leste e em função da globalização, assim as palavras são introduzidas na língua nativa por diversos motivos, sejam dos fatores históricos, socioculturais, políticos e ou avanços tecnológicos.

Porém há pessoas em geral, que estão tão acostumadas com a presença dos vocábulos na língua nativa, muitas vezes desconhecem que uma série de palavras têm sua origem em outros idiomas, há também aqueles que não sabem utilizá-las ou exageram no emprego das palavras, ocasionando assim barreiras para aqueles que têm dificuldades de entender o próprio português.

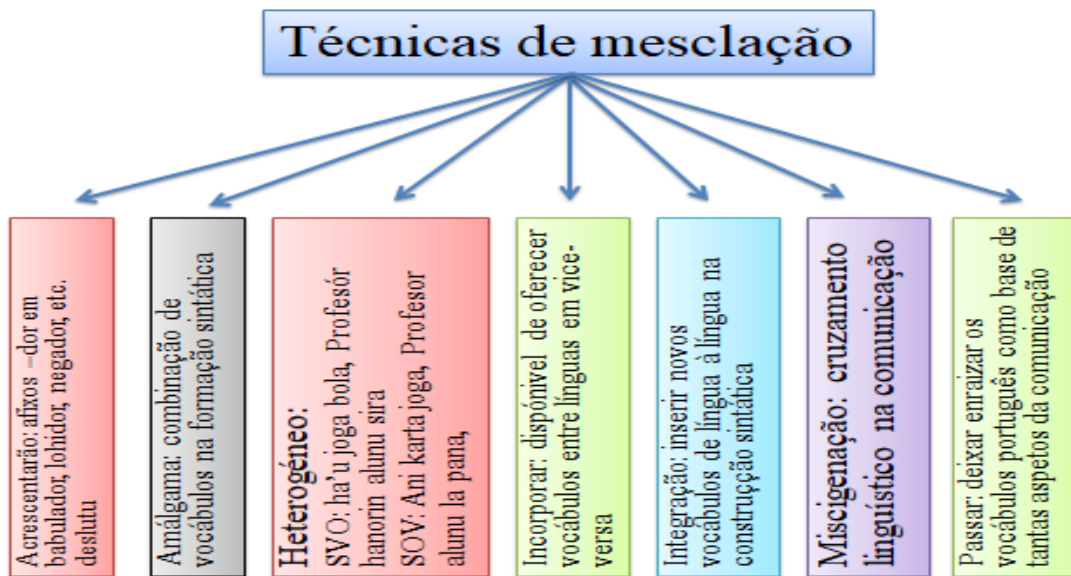
Esquema 3: Motivos da mesclação



Fonte: Elaboração própria

O importantíssimo de motivos da mesclação dos vocábulos de português nas línguas autóctones timorens para o enriquecimento e a harmonização sociodialéticos na estrutura línguas de nível vocabulário a nível de sintaxe que por conseguinte chamado da assimilação morfossintática desde de lá até nos recentes nas todas das camadas socioléticos.

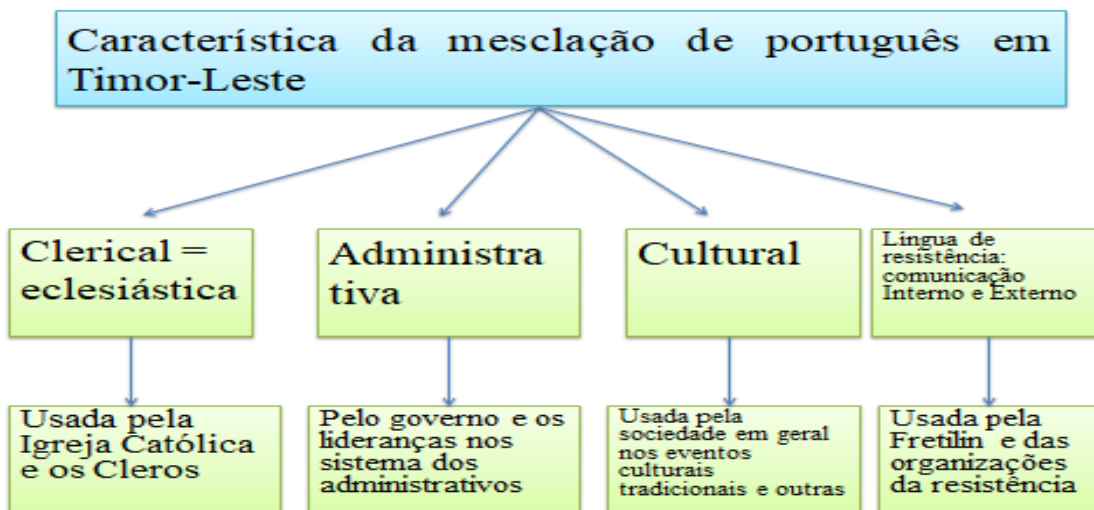
Esquema 4: Técnicas de mesclação



Fonte: Elaboração própria

As técnicas naturais acontecidos do processo natural de mesclação de português nas línguas em longa duração de uma analfabética e em obscurantismo social, não tem nada de haver da dominação do português no ensino e nos eventos sociais prestigiadas a eliminar, porém a incorporar, enraizar, harmonizar e a estrutura básica linguística das línguas autóctones timorenses.

Esquema 5: Característica da mesclação



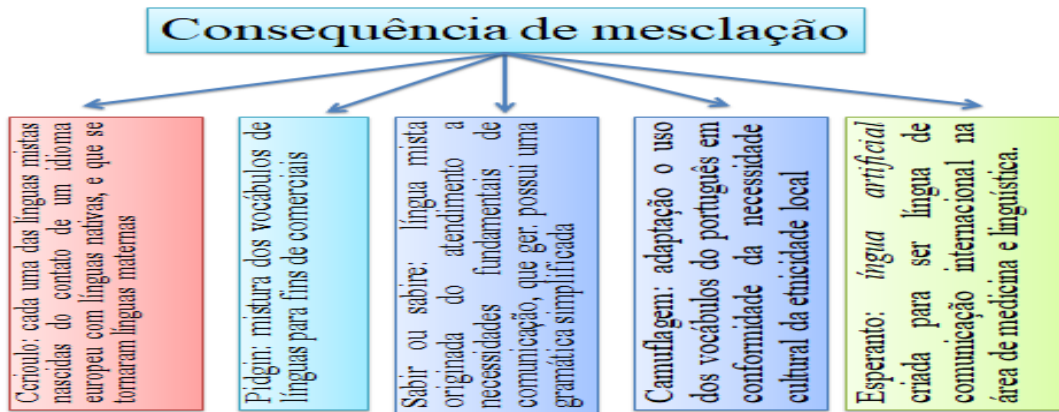
Fonte: Elaboração própria

Além das vias, dos motivos, das técnicas mostradas nos gráficos anteriores, também a característica de acontecimentos das mesclas dos vocábulos entre as línguas autóctones por uma assimilação retomada pela consciência de deliberação e por sua vez retomada pela consciência de apropriação em uso mestiçagem os vocábulos das ambas de línguas na interação social, política administrativa e por último na comunicação clerical e o instrumento da política da nação RDTL.

Acontecer a mesclação dos vocábulos da língua

E nos dias de hoje, com a facilidade de comunicação entre os diversos países do mundo, torna-se impossível impedir a influência de uma língua sobre outra. E nessa situação que permite acontecer a mesclação dos vocábulos da língua entre os vocábulos do português com as línguas maternas na qualidade línguas autóctones timorenses com os resultados de criouliização, pidgins, sabires, camuflagem e (esperanto: universal).

Esquema 6: Consequencia de mesclação



Fonte: Elaboração própria

A eponímia

A eponímia consiste em formar um adjetivo, de um nome comum, ou de um verbo a partir de um topónimo ou de um antropónimo. Muitos dos eponímios disponíveis no Português são empréstimos, ou são formados sobre um nome próprio da língua local ou estrangeiro, podendo a sua origem ser mais ou menos conhecida e remota.

Exemplos:	NM	NF
	Carlito Maudasi	Maria Quena-Lequi
	João Canaleco	Augusta Liba-Gari
	Moisês Malita'i	Úrsula Du'u-Lequi
	Celestino Oldasi.	Bendita Buirigu
	Afonso Kudalai	Joana Labu-'Olo

Vê-se que os dados antropônimos é uma das partes dos eponimos costumamente batinar um individuo seja de gênero masculino quanto de gênero feminino o seu nome próprio constituída as duas palavras dos nomes próprios oriunda as palavras de duas línguas como de português e os nomes gentílicos dos próprios timorenses.

As mesclações dos vocábulos antropônimos, o nome batizado de português (em negrito) serem nomes próprios, enquanto que os nomes próprios do nascimento a serem apelidos no processo morfológico de mesclação morfossintática seja verbalmente quanto em escrita de determinada época.

Nome comum Geográfico:

Ossú de Cima

Rai mundo mera (nome fonte)

Metodologias e análises de dados

Ao obter os dados da mesclação dos vocábulos de português nas línguas faladas obtendo pelas vias de comunicação direta representante dos falantes no local de cada

língua seja a nível de conversação individual quanto na participação do evento cultural falado pelas anciões verbalmente perante de conjunto de sociedade falantes das línguas pesquisadas.

O processo de obtenção os referidos dados, ajudado pelo objeto celular na gravação de vozes expressadas e de apontamentos curtas no momento em conversação nos ambos eventos. Os dados foram obtidos são bastantes, então selecionam-se a representação expressados e as sequências de cenas no evento cultural de dote. Os recolhidos e ordenados neste artigo retirado 11 representantes dos falantes de 11 línguas de 9 municípios que se pode observar na seguinte tabela.

Quadro 1 : Línguas e localização

No.	Amostragem	Línguas	Posto Administrativo	Município
1	1	Baiqueno	Pante-Makasar	Oe-cusse
2	1	Mambae	Aileu	Aileu
3	1	Isni	Turiscari	Manufahi
4	1	Tétum-Terique	Suai	Covalima
5	1	Galolen	Laclo	Manatuto
6	1	Kairui	Laleia	Manatuto
7	1	Macalero	Iliomar	Lautem
8	1	Kemak	Maliana	Bobonaro
9	1	Tokodede	Maubara	Liquiça
10	1	Macassae	Ossú	Viqueque
11	1	Naueti	Uatucarbau	Viqueque
Totais	11	11	11	9

Fonte: Dados da pesquisa

Dados recolhidos de mesclagem nas diversas línguas nativas timorenses

Os dados recolhidos de campo pela pesquisa realizada, com os vocábulos do português que estão em **negritos** são mesclados nas línguas nativas timorenses na cada frase em uso na comunicação cotidiana entre os próprios falantes nativos.

Além das frases mescladas de português em negritos e línguas nativas, também se incorporam os dados mesclados a uma mista sintática, trechos pela parte das diversas culturas: culinária, dotes, cerimônias funerárias e outros.

Língua Baikenu

1 *Son Mena fanita nem noba festa.*

Tia Mena vê pela festa

A tia Mena vê de pela festa.

- 2 *Le'u António* nok *le'u José* sin *matufun*.
Tio António e o tio José batem
O tio António e o tio José batem-se reciprocamente.

Língua Galolen

1. *Ana* noro *Luís* *estuda* *amutuk* he *iskola*.
Ana com Luís estudam juntos na escola.
2. *Niko* no *boun* na *huat* oi ni *lapiseira* ni *pasta* *lalan*.
O irmão do Nico tirou a sua lapiseira de sua pasta.
3. *U* *pasta* *rai* he *meza* *hoho*.
A minha pasta está em cima da mesa.

Língua Kairui

1. *Pasta* se *mite* ke au *titiu* *nini*.
Esta pasta é do meu tio.
2. *Namu-kali* *aku* *asisti* *televizaun* la *uma-hai*.
Ontem a noite assistiu televisão em casa.
3. *Domingo* ke *kita* *laka* *tasi* *di*.
No Domingo passado nós fomos a praia.
4. *Aku* *laka* *Kolmera* *di* lau *livru* *ba* *soi*.
Eu vou a Colmera procurar um livro para comprar.

Língua Kemak

1. *Au* *gosta* eh *mola* dia *isikola* **UNTL**.
Eu gosto de frequentar o estudo na UNTL.
2. *Au* *gosta* *aprende* *Língua* *Portugeza*.
Eu gosto de aprender a Língua Portuguesa.
3. *Nogo* au *kadernu* *iskola* *non*.
Este é o meu caderno da escola.
4. *Máriu* *taih* *gosta* eh *isikola*.
Mário não gosta de ir a escola.

Língua Macalero

1. *Kaminei* fi *isikola*.
Amanhã temos aula.
2. *Ani* *bolu* 'u *kini*.
Faço um bolo.
3. *Asi* *papá* ere *agrukultor*.

O meu pai é agricultor.

4. **Komputador** ere'e ei si'i?
Este é o teu computador?

Língua Macassae

1. *Era tula nai festa isi la'a.*
Eles não querem ir a festa.
2. *Mana Maria ni mata guba klínika isi la'a.*
Mana Maria levou seu filho à clínica.
3. *Févia ni ropa bane.*
Févia lava a sua roupa.
4. *Matakini la bola teri.*
As crianças jogam a bola.
5. *Makina foto nake hai noto fungsiona.*
A máquina de fotografia já não está funcionar.
6. *Ani mai Joana largu Lesidere isi la'a.*
Eu e a Joana fomos ao largo de Lecidere.

Língua Mambae

1. *Lapizeira kidia aun.*
Esta é a minha lapiseira.
2. *Au tula le livru id en la istori lafaek nor ankau loban id.*
Eu vou ler um livro sobre a história do crocodilo com o rapaz.
3. *Au agora hes beil kadera nor meza her eskola.*
Agora eu lavo as cadeiras e mesas da escola.

Língua Naueti

1. *Joana nua avó laka la ospital.*
Joana com avô vão a hospital.
2. *Favor se, ala rua au sinelus la uma lale!*
Por favor, traga minha sandalha para cá dentro da casa.
3. *Pedro soi pasta la merkadu.*
Pedro compra pasta no mercado.
4. *Ana rema ajuda aku ose ropa.*
Ana amanhã ajuda-me lavar roupa.

Língua Tokodede

1. *Belchior sempre kero surat la namorada.*
Belchior sempre escrever carta para namorada.
2. *A peni segi her bomberu.*
Eu moro perto de bombeiro.
3. *Domingas kanta musik portugés.*
Domingas canta música de português.
4. *Aa atu estudante.*
Eu sou uma estudante.

Língua Tétum-Terik

1. *João nalimak hi jardim.*
João brinca no jardim.
2. *Hi dumingu Maria ba Misa.*
No Domingo a Maria vai a Missa.
3. *Hi amik klas laran iha kuadru ida.*
Na minha classe tem um quadro.
4. *Hoseik si ralimak bola hi kampu.*
Ontem, eles jogaram bola no campo.

Dados mesclados nos níveis dos eventos Culturais

Língua Macassae

1. *Aros pugadu ma festa gau tina.*
Cozinhar o arroz fugado para festa.
2. *Tupur maniri 'u tenke ta gigapi isi lapuhu.*
Um feminino e um masculino tem de ser viver num casal.
3. *Liurai gana kadera meza da'a isi dei da mii.*
O liurai senta-se na cadeira do superior da mesa.

Língua Isni falada em Turiscai

1. *Tuk rua agora au ni naran lau.*
Às duas horas agora meu irmão vai viajar.
2. *Encontru ramat sedu eid.*
Encontro terminou mais cedo.
3. *Sir serbius di segunda rat sesta.*
Você trabalha de segunda até sexta.
4. *Rita le'e livru oras rua.*

A Rita leu o livro em duas horas.

5. *Poutro nor Jorge durante minutu sakul.*

Encontrei o Jorge durante há dez minutos.

As pequenas cenas culturais de ancião da fala do sistema barleque ou dote na **comunidade de Tocodede.**

Cena 1

Aer bloi kiti mao odi putu ah la aer iso pnai la umo kade tai merese kiti putu mas pnai putu ah oh kiti daleu. Loba tau, dara natureza ke loba le kiti mori. Ke suru pio ka dale pio kiti ve ka laki oh makenan ser soru daleu, tai lui dara no vati, normal tere la kiti vida ka sociedade ke peni dia tai sai pio kade.

Bem vindo as hospedagens dos nossos senhores de hoje nesta nossa casa que não se merece dá a favor da sua apreciação. Seja assim, essa é a nossa natureza de realidade de vivência diária. O que foi dito pelo meu parceiro o senhor ancião, não se colocamos em caso, é normal acontece na vida da nossa sociedade que tudo nós temos sem excepcional.

Cena 2

Kadia la Makeinan serke soru daleu mao se lapar ni bloi mao mege tenke sole dara ni processu ka dara kiti sistema kultura ni no. Oh iso kade a oh família pio vine ni gala mao mege kami simu ka konkorda kasoenan dara ni da ni bali seri ke kami tai soru kadia la veki. Kami Posi bata lapar serke ne mai oh sisi nmages oh era du damat ni. Pita leu, se tai kadia lalapa is kami tainapana ne lu.

O que o Senhor Ancião acabou de referir é uma coisa boa e assim mesmo o seu processo de andamento do sistema cultural. Portanto, eu em nome da família da noiva acetamos e concordamos acaminhar para os que ainda não foram falados logo em seguida. Só sublinho aqui é que o objeto oferecido como carne morta igual do odan. Portanto, sem restituição um valor da sua equivalência.

Cena 3

Oh iso kade família pio vine posi korrente ka morteen iso odi tou la kami ana vine dara família pio kami odi ne la kimi pio noivu/mane ni.

Portanto estes korrente e morteen é uma lembrança que pendurar da nora pelos família da noiva para oferereceram a família do noivo.

Baseando dos dados inseridos seja a nível das frases quanto no nível de trechos, aconteçam as mesclações dos vocábulos do português advérbio, substantivos nomes dos objetos, nomes próprios e nomes comuns da Língua Portuguesa presença nas todas as línguas locais faladas de cada etnia do todo território.

A frequência das mesclas dos vocábulos do português não apenas utilizados pelos falantes nativos letrados, porém utilizam também pelos falantes nativos analfabetos nas suas interlocuções diárias no nível de comunicação interpessoal, em grupos e na sociedade em comumente no uso na de conversa cultural, econômica, política e religiosa.

A mesclação é contraposta de glossias e Considerações Finais

A mesclação de línguas por contactos de língua portuguesa com as línguas nativas de colônias atingidas é contraposta da uniglossia, biglossia, triglossia e heteroglossias na sociedade e do indivíduo da sociedade na qualidade espaço importante do contacto de línguas.

Portanto, a mesclação se caracteriza a mistura de sequências dos vocábulos de duas ou mais línguas inclusivamente. Já as uniglossia, biglossia, triglossia e heteroglossias são existência das línguas de lado a lado uma a outra do mesmo território ou local da variação de línguas.

O português sobreviveu, como língua de resistência, usada pela Fretilin e por outras organizações da resistência, quer nas suas comunicações internas, quer no contacto com o exterior. Este uso do português, muito mais do que o tétum, conferiu-lhe uma enorme carga simbólica.

Após o fim da ocupação, as autoridades do país fizeram questão de recuperar o antigo idioma baseando-se no pretexto de que foi graças à colonização dos portugueses que Timor-Leste criou uma identidade própria e se diferenciou das restantes milhares de ilhas que compõem o vasto arquipélago indonésio.

Quer isto dizer, a entrada da língua portuguesa, e posteriormente a sua evolução em Timor contribui, igualmente para a evolução e enriquecimento do vocabulário na língua Tétum e outras línguas maternas autóctones por fim se denominar a mesclação do português nas línguas timorenses.

Referências

- TIMOR LESTE. Assembleia Constituinte De Timor-Leste. **Constituição da República Democrática de Timor-Leste**. Díli, 2002.
- BOLINA, M. Timor e a língua portuguesa no seu trajecto educativo. **Revista lusófona**, nº6, p.179-193, 2005.
- HOUAISS. **Dicionário Eletrônico Antônio Houaiss**. Rio de Janeiro: Houaiss, 2009.
- Dicionário da Língua Portuguesa de Acordo Ortográfico**. Porto: Porto Editora, 2013.
- HULL, G. **Identidade, Língua e Política Educacional**. Díli: Instituto Camões, 2001.
- THOMAZ, L. F. **Babel Loro Sa'e. O problema lingüístico de Timor-Leste**. Lisboa, Instituto Camões, 2002.
- THOMAZ, L. F. F. R. "A Língua Portuguesa em Timor". In: **Congresso sobre a situação atual da língua portuguesa no mundo**. Actas. Lisboa: ICALP, 1985.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_de_Timor-Leste in Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/lusofonias/timor-leste-tetum-portugues-lingua-indonesia-ou-ingles/2506>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- Wikigrafia: https://www.academia.edu/39358679/Uriel_Weinreich. Acesso em: 15 nov. 2021.
- WEINREICH, U. **Languages in contact, findings and problems**. Linguistic Circle of New York edition, in English, 1953.

Imagéticas nativas/ocidentais: reflexões dos processos de transformações sócio-históricas Quixelô ancestrais e atuais imersos nos apagamentos tricentenários na historiografia ocidental colonial

Marleide Quixelô Cariri

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Elenice Morais

Comunidade Quixelô Cariri, Brasil

Arivânio Alves do Nascimento

Universidade de Taubaté, Brasil

Introdução

Esse capítulo tem como propósito demonstrar uma sequência de pinturas e fotografias para contribuir com reflexões sobre as mudanças muitas vezes impostas nos períodos setecentistas e oitocentistas pelas quais passaram (e passam) os povos indígenas no Nordeste (dentre eles o povo indígena Quixelô ancestral e contemporâneos) se atentando às dinamicidades históricas e seus impactos ainda hoje. O povo indígena Quixelô Cariri é originário do sertão centro-sul de onde hoje denominam Ceará. Segundo Edileusa Quixelô (2008) de acordo com seus estudos locais, nossos ancestrais habitaram (e habitam) as regiões onde hoje denominam Quixelô, Acopiara e Iguatu, e hoje; muitos grupos familiares se encontram também em diásporas (trans)regionais nacionais e internacionais. Nosso povo está sob processos colonizatórios há a mais de 300 anos e essas situações deixaram e deixam marcas e traumas profundos nas gerações posteriores até os dias atuais.

O capítulo tem também como propósito demonstrar as transformações devido as dinamicidades históricas que ocorrem tanto com as sociedades nativas quanto com as estrangeiras, no sentido de visualizar as “mudanças sociais e étnicas” – forçadas ou não – pelas quais passaram (e passam) todas as sociedades nativas ao longo das histórias e seus contatos interétnicos (sejam pelas versões nativas ou ocidentais). Porém, devido às desiguais relações de poder entre sociedades nativas e estrangeiras sabemos que as “versões oficiais históricas” que prevalecem e são difundidas dentro das escolas ditas convencionais são apenas as versões históricas ocidentais.

No encontro entre essas sociedades (nativas/estrangeiras), houve muitas mudanças para ambos os lados. Portanto, mudanças essas forçadas (ou não), também ocorridas com os povos indígenas visto as seculares transfigurações étnicas (RIBEIRO, 1977) ou mesmo as políticas públicas de mestiçagens para o embranquecimento promovidas por agentes no poder do sistema colonial (SEGATO, 2012), ou seja, transfigurações étnicas pelas quais passam ao longo de séculos de contatos inter-societários com as sociedades estrangeiras, principalmente para povos nativos do Nordeste cujos tempos de contatos coloniais vigoram há mais tempo, portanto, de colonizações e contatos com povos estrangeiros que remontam à três séculos atrás e conseqüentemente de forma mais prolongada e antiga (OLIVEIRA, 1998,1999).

Nesse sentido, com as sequências de pinturas coletadas via internet (Figuras de 1 à 19) e outras fontes de pesquisas (contribuições locais de parentes Quixelôs); percebe-se que especificamente nos períodos - colonial e da monarquia imperial (séculos XVII, XVIII e XIX) - foram produzidas pinturas por artistas advindo de povos colonizadores europeus, geralmente retratadas de acordo com as épocas históricas em que viveram. Na sequência

de registros; vem as fotografias coletadas via internet (e contribuições de registros locais cedidos por parentes Quixelô Cariri) que trazem as presenças Quixelô dentro dos panoramas históricos e contemporâneos destacados dentro do contexto ocidental, contribuindo para visualizar as transformações históricas e seculares por que passaram (e passam) os povos indígenas e, nesse capítulo em especial, o povo indígena Quixelô/CE no seu contexto interétnico tricentenário com povos estrangeiros. O povo indígena Quixelô Cariri é milenar e anterior aos processos intrusivos de colonizadores portugueses (e outros povos). Porém, nesse artigo, para melhor visualização historiográfica foi organizado cronologicamente em diferentes “períodos histórico-coloniais” de acordo com a denominação histórica convencional da sociedade ocidental: período colonial, monarquia, república velha, era Vargas, nova república, ditadura militar e democracias atuais.

Dessa forma, ajuda a perceber que as mudanças sociais e as dinamicidades históricas ocorrem tanto para sociedades indígenas quanto para as sociedades colonizadoras não esquecendo aqui as relações assimétricas de poder e as violências sistêmicas envolvidas nesses processos tanto no sentido de misturas de povos bem como de políticas públicas estimuladas no período setecentista pelo - Diretório dos Índios de 1758 - para branqueamento, perda de línguas, etc; e nos contextos atuais em sentidos euro- etnocêntricos modernizantes (SEGATO, 2012), e para confirmá-las foi destacado cronologicamente pinturas e imagens dentro de cada um dos “períodos histórico-coloniais” se atentando aos marcos históricos coloniais que interferiram (e interferem) nas vidas das nossas sociedades étnicas nativas seja de formas gerais ou locais apontando assim as raízes profundas dos problemas coloniais tricentenários que atravessam nossas histórias/memórias e nos atingem com seus efeitos e impactos ainda hoje.

Contribui também para pensar na ausência das versões históricas nativas devido aos epistemicídios/memoricídios locais e nas “oficializações” das versões histórico-ocidentais coloniais, além de apontar os marcos colonizatórios como testemunhos-legislativos das éticas coloniais praticadas há séculos por grupos colonizadores que trouxeram diferentes formas de subjugações/apagamentos/desmaterializações étnicas para os povos nativos e as gerações posteriores por decisões das elites ultramarinas (a partir de Portugal) ou nacionais (dentro do Brasil) materializadas em formas de - leis, regimentos, decretos, etc.; - que foram (e continuam sendo) os motores centrais, no sentido de consolidar e promover os aniquilamentos, desintegrações, apagamentos, esquecimentos étnicos-históricos locais, etc; sendo as sociedades indígenas as mais prejudicadas nesses processos devido às desiguais relações de poder entre as sociedades nativas e sociedades hegemônico-colonizadoras, cujos destaques para as legislações ultramarinas coloniais e imperiais já estabelecidas nesses territórios - principalmente - contribuem no sentido de visualizar as “mudanças sociais e históricas forçadas” alçadas por agentes no poder de acordo com cada época geralmente de caráter anti-indígenas integracionistas/assimilacionistas que, como consequências histórico-antropológicas, para os grupos étnicos locais promoveram (e promovem) várias perdas e desintegrações étnicas, territoriais, sociocosmológicas, linguísticas, etc; desconsiderando os diferentes modos de viver dos diferentes povos, devido as violências promovidas por agentes no poder colonial centrais ou locais de acordo com suas visões etnocêntricas e os mandos de pessoas inseridas nessas instancias de poder da sociedade ocidental colonial.

Essa reunião de imagens (pinturas e fotografias) contribui para demonstrar um panorama secular veiculando imagens do passado e presente, no sentido de trazer reflexões atuais sobre as dinamicidades históricas para ambas as sociedades: nativas/ocidentais (destacando aqui os contextos que atravessam os apagamentos

históricos do povo nativo Quixelô/CE como povo presente/contribuinte/incorporado há bastante tempo em diferentes contextos da história ocidental até as contemporaneidades). Algumas imagens foram obtidas através de pesquisas feitas pela internet e outras fontes de pesquisa, (como as contribuições de registros locais do Casarão da Memória Viva do povo Quixelô/ICEQUI cedidos por parentes Quixelô), reunidos aqui de forma a demonstrar essas transformações e dinamicidades históricas sem perder de vista seus atravessamentos e contextualizações nos diferentes períodos histórico-seculares convencionais da sociedade ocidental.

Dessa forma, busca-se visualizar que tanto as sociedades nativas quanto a sociedade ocidental colonizadora passaram (e passam) por transformações e dinamicidades históricas complexas, porém, de muitas assimetrias políticas e sociais devido as relações hierárquicas, desiguais e práticas assimétricas de poder, onde as primeiras nações nativas enfrentaram (e enfrentam) esvaziamentos étnicos e históricos, sob efeitos de violentas subtrações étnicas históricas e com sequelas e traumas coloniais (KILOMBA, 2019) anteriores e ainda em curso (SEGATO, 2012) que vigoram devido as desproporções de poder envolvidas nesses processos. Contextualizando cada um dos diferentes períodos histórico-coloniais, denominados cronologicamente de acordo com a convenção histórica da sociedade ocidental busca-se demonstrar ou ajuda a rememorar as mudanças sociais (forçadas ou não), que colonizou (e coloniza ainda hoje) os diferentes grupos étnicos e seus territórios, línguas, corpos, cosmovisões, materialidades étnicas (patrimônios culturais), etc.; pelas quais também passam diferentes segmentos étnicos indígenas, nesse artigo, (especificamente o povo indígena Quixelô/CE).

O capítulo foi separado em “períodos histórico-coloniais” segundo a versão histórica ocidental, para esmiuçar os entrelaçamentos histórico-antropológicos entre as primeiras sociedades e as sociedades estrangeiras apontando como diferentes “marcos histórico-colonizatórios”, ou seja, legislações anti (e posteriormente pró indígenas), que afetaram e afetam as sociedades nativas contribuíram para promover as “injustiças históricas” ainda irresolutas em termos de reparações e verdades históricas (pelas perspectivas étnicas) e não reconhecidas no presente por parte da sociedade colonizadora com consequências e sequelas diversas para as sociedades nativas atuais como: perda dos territórios originários, perdas materiais étnicas (patrimônios históricos), de línguas nativas, etc.; que tiveram (e tem) consequências gerais (nacionais) ou locais (provinciais/regionais) nos “apagamentos indígenas” a partir de decisões dos detentores do poder da sociedade ocidental colonial ultramarina e posteriormente com governo monarquista estabelecido dentro do que se convencionou se chamar Brasil.

Dessa forma, destacando esses “marcos históricos legislativos coloniais” é possível refletir sobre as raízes profundas dos problemas seculares que afetaram as/os nossas/os ancestrais (e nos afetam ainda hoje) por uma negação profunda desses acontecimentos por parte de alguns agentes sociais do poder anteriores e contemporâneos promovendo mudanças étnicas e socio-cosmológicas não decididas pelos primeiros povos nativos (nossas/os ancestrais), ou seja, as mudanças forçadas que promoveram (e promovem) as desagregações, desintegrações e dispersões/diásporas étnicas e as intencionais tentativas de amnésias históricas e “desaparecimentos étnicos” de acordo com a vontade e interesses das elites no poder da sociedade colonizadora cujos discursos colonialistas vigoram até os tempos atuais.

Nesse sentido, as imagens e fotografias contribuem para refletir sobre as injustiças históricas pelas quais passam muitas sociedades nativas ainda hoje - principalmente povos do Nordeste - e no sentido de se refletir sobre as possibilidades de justiça e

verdades étnicas além de reparações históricas que levem em conta as perspectivas históricas e jurídicas nativas, reconciliações interculturais, levando em conta as perspectivas mais simétricas de poder e representatividades políticas; discussões advindas após o marco da Constituição federal de 1988 e num contexto mais atual pela Convenção 169^o da OIT de 2004 e a Declaração da ONU sobre os direitos dos povos originários (2007).

Se atentando aos contextos históricos que marcaram (e marcam) as transformações sociais no sentido de apagamentos étnicos promovidos por agentes coloniais no poder pelos quais passaram (e passam) os diferentes povos do Nordeste, as pinturas e fotografias reunidas contribuem para trazer reflexões, no sentido de desconstruir o discurso da imutabilidade histórica (LONGHINI, 2016, p. 146) que pairam arraigados nos imaginários sociais por gerações quando se trata de refletir historicamente sobre injustiças histórico-coloniais impostas há mais de três séculos que atravessam às histórias das sociedades étnicas principalmente do Nordeste e as mudanças históricas desiguais ocorridas devido ao encontro de sociedades nativas com as estrangeiras; as desiguais relações sociais de poder envoltas nesses processos e as situações históricas que ainda não foram resolvidas e que levaram às perdas e mudanças forçadas para as sociedades nativas promovendo as tentativas de “desaparecimentos territoriais, étnicos e linguísticos” para citar alguns, sobrepondo aos primeiros povos diferentes categorias denominativas sociais atuais como “camponesas/es, sertanejas/os, vaqueiras/os, etc.” nas áreas rurais; ou “trabalhadoras/es, pobres, faveladas/os, etc.”; nas áreas urbanas, para citar alguns efeitos dessas legislações coloniais principalmente nos períodos setecentistas e oitocentistas, onde as éticas coloniais das elites no poder desse período se cristalizaram em legislações-jurisdições colonizatórias que se perpetuam ao longo de séculos de forma sistêmica até hoje induzindo que muitas sociedades étnicas indígenas, (geralmente povos originários do Nordeste) (OLIVEIRA, 1998, 1999) ainda são tidas como inexistentes; bem como os povos nativos litorâneos (colonizados a mais tempo) ou ainda vistos como imutáveis ou congeladas no tempo (RABESCO, 2014) (geralmente os povos do Xingu ou outras sociedades nativas de poucos contatos interétnicos com a sociedade ocidental) e não como sociedades dinâmicas no tempo/ espaço históricos colonizatórios de acordo com os graus e tempos de contatos das fricções interétnicas (BARTH, 1998) seculares ou atuais. Situações essas, que atingem muitos povos indígenas principalmente do Nordeste quando reivindicam os seus direitos territoriais, étnicos, linguísticos, etc; e reivindicam as contextualizações dos efeitos dessas legislações nas gerações posteriores pelas vias históricas nativas (por se produzir) e nas ocidentais contemporâneas.

Todas as sociedades se transformam ao longo dos séculos coloniais e nas situações de muitas sociedades nativas não se pode perder de vista: as relações desiguais de poder e de opressões/violências sistêmicas e coloniais seculares promovidas com amplo espectro estrutural e institucional que operaram (e operam ainda hoje) sob diferentes dimensões das vidas dos primeiros povos (nossas/os ancestrais) e das gerações presentes, ao longo de séculos colonizatórios, forçando tais “mudanças étnicas” para o apagamento e integrações à sociedade dita majoritária branca/ocidental/patriarcal/colonial. Dessa forma, ainda permanecem cristalizados/arraigados nos imaginários sociais da sociedade colonizadora, as sociedades étnicas indígenas como se fossem sociedades reduzidas a um passado colonial (quinhentista), congeladas no tempo, a-históricas, estáticas etc.; como se as mudanças, participações, incorporações, contribuições, dinamicidades e transformações históricas no sentido “modernizante e colonizador” (SEGATO, 2012) adotados de formas violentas pela sociedade ocidental e de forma visceral no período setecentista e oitocentista fossem desconsideradas, ou vistas como coisas do passado, bem como se as

transformações/dinamicidades históricas só ocorressem dentro da sociedade dita moderna colonial ou somente em direção a essa última (RABESCO, 2014).

Dessa forma, as sequências de pinturas e fotografias buscam destrinchar em imagéticas (pinturas e fotografias) acompanhadas por datações que demonstram as historicidades seculares étnicas e ocidentais ou “fazer imaginar” cronologicamente dentro de cada um dos “períodos histórico-coloniais” citados de acordo com a convenção histórica ocidental; as transformações sociais advindas devido a promoção de políticas e legislações anti-indígenas que por decisões coloniais das elites no poder da sociedade colonial (principalmente nos séculos XVIII e XIX) promoveram de cima para baixo as “aculturações”, assimilações e integrações forçadas em direção à sociedade ocidental/cristã/ colonial/ branca/ patriarcal/ hegemônica por práticas violentas/etnocêntricas/sistêmicas e deliberadamente anti-indígenas, inclusive por legislações e políticas públicas governamentais desses períodos. Portanto, há bastante tempo desconsiderando os saberes/viveres/fazer (DIETZ, 2018) e as situações étnicas e milenares de muitos povos originários verdadeiros herdeiros dessas terras que hoje denominam Brasil (ou Brasis no plural).

Mudanças pelas quais também passam as sociedades étnicas indígenas (especificamente as transformações que afetaram e afetam o povo indígena Quixelô/CE de contatos interétnicos tricentenários) devido a promoção dessas políticas de caráter anti-indígena promovidas principalmente nos períodos colonial setecentista e da monarquia imperial oitocentista. E posteriormente, já no século XX em diante imersos em relações colonizatórias enfrentando (re)colonizações cotidianas no sentido colonial-modernizante (SEGATO, 2012), já sob os efeitos dos múltiplos colonialismos externos e internos que vigoram sob as vidas das gerações presentes, onde essas transformações ocorrem não somente nas sociedades não indígenas, mas também nas sociedades étnicas nativas já há bastante tempo colonizadas – e propositalmente apagadas secularmente – com seus efeitos diversos nos discursos vigentes das diferentes camadas sociais, haja vista os seculares contatos interétnicos com a sociedade dita hegemônica colonial. Nesse capítulo, são situados imagens e figuras lado-a-lado simultaneamente dentro dos contextos das datações cronológicas de cada um dos “períodos histórico-coloniais” de acordo com a convenção da sociedade moderna/colonial para assim acompanhar as transformações em ambos os contextos: nativos e ocidentais com grandes traumas e sequelas às primeiras sociedades em termos de esvaziamentos étnicos seculares e memoricídios/ epistemicídios que ainda vicejam nos tempos contemporâneos.

1.Passados, presentes e futuros: participações étnicas Quixelô ancestrais e atuais imersos cronologicamente nos períodos da historiografia ocidental

As pinturas escolhidas trazem as produções e visão de artistas europeus dos períodos colonial (seiscentista/setecentista) e da monarquia imperial (oitocentista) onde esse era o instrumento utilizado nesse período para retratar e registrar as sociedades étnicas indígenas (e outras coexistentes). Geralmente retratavam de forma “genérica” para demonstrar nações indígenas do Nordeste como as pinturas do holandês *Albert Eckhout* em “*Mulher/Homem Tapuia*” de 1641 e do alemão *Johan Moritz Rugendas* em “*Aldeia dos Tapuias*” de cerca de 1820. Essas pinturas citadas não retratam necessariamente o povo indígena Quixelô/CE (mas foi selecionado aqui, pois o povo indígena Quixelô é tido também como nação Tapuia por ser um povo originário dos sertões e não como povo Tupi como eram chamados os da costa litorânea brasileira).

Dessa forma, as pinturas e fotografias contribuem para visualizar dentro dos diferentes “períodos histórico-coloniais” as transformações pelas quais passaram (e passam) as sociedades étnicas indígenas - em especial o povo indígena Quixelô/CE - que hoje reside em diferentes contextos locais rurais, urbanos e (trans)migratórios rurais/urbanos em diversas cidades brasileiras e em busca de retomadas e/ou reetnizações em contextos locais e (trans)/locais. Assim, as imagens contribuem para refletir sobre as presenças de pessoas indígenas (nossas/os ancestrais) em diferentes “contextos histórico-coloniais”, situando cronologicamente de acordo com a convenção histórica da sociedade ocidental, além de ajudar a refletir sobre as contribuições do nosso povo para com alguns segmentos da sociedade colonizadora bem como as interferências de legislações coloniais promovidas por pessoas e grupos nos poderes decisórios da sociedade ocidental não indígena que afetaram (e afetam) as vidas das sociedades étnicas indígenas até os dias de hoje.

Derrubando assim, discursos que apelam para um “purismo étnico e condições estáticas do [ser indígena]” como se no contato interétnico durante três séculos entre sociedade indígenas, europeias e negras não houvessem relações de fricções interétnicas (BARTH, 1998) com outros povos; discursos que apelam para uma “legitimidade ou autenticidade nativa” ou mesmo os discursos que buscam as “estagnações culturais e históricas congelantes” e a-históricas para as sociedade nativas, exigidas de forma a-histórica por pessoas que se recusam a olhar historicamente as problemáticas anteriores de promoções de práticas coloniais antiindígenas que afetaram nossas/os ancestrais (e ainda nos afetam) bem como suas dinamicidades, entrelaçamentos e efeitos históricos que atingem e impactam os povos indígenas do Nordeste, cujos fazeres/saberes/poderes anti-indígenas são vigentes ainda hoje, cristalizados sob práticas legislativas seculares além das promoções de políticas públicas de mestiçagens que contribuíram para estimular os casamentos interétnicos para o branqueamento defendidos por agentes no poder e decisões coloniais ultramarinas nos três séculos de contatos (e mais para outros povos) de colonização dos territórios e das vidas nativas. (GARCIA, 2007).

Dessa forma, o artigo ajuda a fazer um comparativo cronológico simultâneo das transformações entre sociedades étnicas indígenas e não indígenas dentro desses “períodos histórico-coloniais” retratando assim, tanto imagens indígenas (por pinturas/registros de artistas europeus ou fotografias históricas e contemporâneas) quanto ao destaque de pessoas consideradas como “agentes coloniais centrais do poder” da sociedade ocidental colonial (também por pinturas/registros e fotografias) e de cujas decisões coloniais (ou não) geraram (e geram) efeitos diversos para as primeiras sociedades étnicas aqui existentes, e especificamente às sociedades nativas de colonizações mais antigas (dentre elas o povo indígena Quixelô).

Assim, ajudam a refletir sobre como afetaram (e afetam) os povos/indivíduos indígenas ao longo de séculos sob os processos colonizatórios intensos e extensos com efeitos diversos até os tempos atuais. Dessa forma, ao visualizar as pinturas e fotografias contextualizando-as historicamente de acordo com a versão histórica-ocidental ajuda a compreender uma espécie de - antes e depois das intervenções colonizatórias ultramarinas e monarquistas - refletindo sobre as ausências das perspectivas históricas nativas e sobreposição/legitimações das versões históricas ocidentais para os segmentos sociais que insistem em não reconhecer ou exigir nas atualidades as “autenticidades/legitimidades étnicas”, “purismos de não-contato”, desconsiderando as imersões étnicas nas dinamicidades históricas e relações interétnicas assimétricas de poder devido as aproximações inter-societárias e práticas coloniais interculturais anteriores que atingem

principalmente as historicidades étnicas do Nordeste (OLIVEIRA, 1998,1999) (e outros povos) no presente. Ajuda a compreender os contextos legislativos coloniais que atravessam, reverberam e impactam as nossas históricas nativas com seus efeitos locais e gerais até os tempos presentes. Portanto, para a visualização das raízes profundas das (re)colonizações que nos atingem principalmente para os povos do Nordeste e - especificamente o povo indígena Quixelô - é necessário compreender que nosso povo enfrenta cerca de:

1) 322 anos (1700 - 2022) de processos (re)colonizatórios. Colonizações dos nossos territórios, vidas, corpos, povos, saberes, línguas, cosmovisões, etc; dos sertões sob os mandos de intervenções ultramarinas de - Dom Pedro II “o pacífico” - Rei de Portugal à época e por grupos colonizadores locais e regionais anteriores e atuais.(Fig.2).

2) 264 anos (1758 - 2022) de negações das nossas línguas maternas indígenas pelas políticas anti-indígenas promovidas por Marques de Pombal (1699-1782). Esse português foi secretário de estado em Portugal no reinado de - Dom José I (1714-1777) “o reformador” - e decretou a proibição de mais de mil línguas maternas indígenas tendo efeito geral para todos os povos nativos sob o julgo das colonizações ultramarinas à época (Fig.3). A nossa língua Kariri também foi proibida, mas resistiu em grupos étnicos Kariri de outras regiões do Nordeste e hoje passa por processos de retomadas linguísticas por diversos grupos étnicos Kariri locais e (trans)locais em migrações rurais/urbanas ou diásporas (trans)nacionais.

3) 172 anos (1850-2022) de negações dos nossos territórios sagrados (NASCIMENTO QUIXELÔ, 2009, p. 38). Essa legislação foi promulgada (validada) por - Dom Pedro II - monarca do Brasil em 1850 conhecida como a “Lei de terras” que tornavam os aldeamentos nativos como “extintos” e contribuindo para que as terras originárias nativas, já há bastante tempo invadidas por colonizadores estrangeiros; serem tidas como “terras devolutas”, ou seja, tornavam “proprietários” os que “comprovassem” ter comprado a terra em regime de privatização. Situação legislativa que prejudicou profundamente o acesso às terras nativas de cuja condição legislativa muitos povos nativos desconheciam ou não tinham alcance tanto para comprovação em âmbito “legal colonial” quanto monetário para tal compra.

Portanto, o que conhecemos hoje por municípios de Quixelô, Iguatu, Acopiara, etc; são territórios sagrados e milenares do nosso povo Quixelô ancestral, mas as relações de poder desiguais com grupos colonizadores da região invert[ra]em a lógica histórica priorizando a - versão histórica ocidental - fazendo as historicidades étnicas nativas serem enterradas, apagadas, descuidadas e não transmitidas para as outras gerações nos bancos escolares, para serem suplantadas pelas histórias ocidentais transformando as regiões em meros “município”, “sítios”, etc; bem defendidas por segmentos que sustentam a versão histórica ocidental vigente.

Essas e outras cidades ou ditos municípios foram sobrepostos aos territórios indígenas dos povos: Quixelô, Icó, Inhamum, Jucá, Quixexeu, etc, (NIMUENDAJU, 1981). E hoje, se têm que, no mínimo, reconhecer as presenças contemporâneas de ascendentes e mestiças/os indígenas (SEGATO, 2012), estejam elas/es como e onde estirem: nas áreas rurais, cidades, misturadas/os ou não, dentro ou fora desses territórios. Essa legislação imperial oitocentista atingiu não apenas os territórios do povo indígena Quixelô, mas também de diversos grupos étnicos do Nordeste e do Brasil devido às suas “consequências gerais”, ou seja, passando a valer em todo o Brasil.

4) 159 anos (1863-2022) de negações das nossas (re)-existências e identidade étnica Quixelô. O governador da província do Ceará à época - José Bento da Cunha F. Júnior - em

1863 decreta a “extinção dos indígenas do Ceará” de acordo com os interesses das elites locais/internacionais ligadas ao algodão (produto de grande interesse econômico à época). Esses discursos propositais de “desaparecimentos étnicos indígenas” perduram até os tempos atuais e impactou (e impacta) fortemente as gerações étnicas nativas da região do Ceará ainda hoje. Além do nosso povo, existem as negações de outros parentes (povos) como: Inhamum, Jucá, Icó, Pacajus, etc, (ANTUNES, 2012, p.11). Ou seja, em cerca de duas gerações arrasaram (e arrasam) os povos nativos e silenciam ascendentes desses povos de diversas maneiras até as contemporaneidades. Essa legislação provincial oitocentista teve consequências “locais”, ou seja, para todos os povos indígenas do Ceará - província imperial à época da monarquia.

Essas “cronologias coloniais” destacadas aqui, além das pinturas e fotografias de acordo com cada “período histórico-colonial” contribuem para promover a superação da visão que coloca as sociedades étnicas indígenas como sociedades “estáticas”, a-históricas, congeladas no tempo-espaco (RABESCO, 2014, p.51), lançadas para fora da historicidade ocidental, descontextualizadas, sem passado, sem presente, sem futuro; reduzidas a um passado colonial (quinhentista), levadas à por aí permanecer e não como sociedades dinâmicas, partícipes, incorporadas, contributivas dos constructos sociais, coexistentes contemporâneas e há bastante tempo colonizadas, incorporadas em diversos setores sociais e profissionais ou como contributivas braçais e intelectuais coexistentes contemporâneas inseridas na sociedade dita moderna/colonial e sujeitas a transformações e mudanças históricas seculares, haja vista os apelos modernizantes-colonizatórios (SEGATO, 2012) (voluntários ou não) assim como ocorre com todos os povos do planeta ao longo dos processos históricos de acordo com enfrentamentos de diferentes povos nativos. Bem como sob o julgo de sociedades colonizadoras de acordo com os contextos de enfrentamentos e atravessamentos de cada sociedade em seu continente e conseqüentemente para a reflexão sobre as complexidades envoltas nesses processos (anteriores e contemporâneas) no pensar simultânea, processual, coexistencial e historicamente, tanto as perspectivas históricas étnicas indígenas quanto as perspectivas históricas ditas “oficiais” ocidentais não indígenas.

No sentido de perceber também que a própria sociedade colonizadora ocidental com segmentos que promoveram (e promovem) suas políticas e práticas anti-indígenas seculares sustentadas principalmente nos períodos - colonial e da monarquia imperial - com suas continuidades históricas no presente e de colonizações ainda em curso (SEGATO, 2012); não reconhece os efeitos desses contextos legislativos coloniais anteriores e suas continuidades seculares no presente cujos argumentos legitimam práticas e discursos anti-indígenas - haja vista as discussões em torno do chamado “marco temporal” com a PEC nº 490/07 e o fechamento de importantes órgãos de defesa das lutas dos povos originários no governo de Bolsonaro pelo decreto nº 9.759/19 nesse que foi o pior governo (para as demandas pluriétnicas indígenas brasileiras).

Esses apagamentos históricos legislativos-jurídicos costumam a entrar nos debates da sociedade colonizadora cujos imaginários coloniais sobre os verdadeiros indígenas pairam cristalizados/arraigados como povos intactos, sem história, “num purismo de não contágios interétnicos” destacando como “povos indígenas”; apenas os povos amazônicos ou xinguanos ou os povos que tiveram participações ativas nos processos de redemocratizações ou que conseguiram melhores visibilidades devido aos avanços trazidos com a Constituição Federal de 1988 já no século XX. Nesse artigo, foi destacado também algumas políticas específicas nos períodos da: velha república, ditadura militar, nova república e democracias atuais (que contribuíram para uma quase legislação pró-

indígena) favorecendo as reemergências étnicas (OLIVEIRA, 1998, 1999) que ocorrem no Ceará e Nordeste, além de destacar os sérios retrocessos que atingem ainda hoje as sociedades nativas locais ou em diásporas migratórias diversas.

2. Período colonial (1500-1822) - 322anos

Diferentes pinturas e figuras dos períodos - colonial e monarquia imperial - com destaque para os marcos colonizatórios que atravessaram (e atravessam) as história indígenas do Nordeste - em especial o povo nativo Quixelô/CE.

Figura 1: Mulher Tapuia. 272 x 165cm, óleo sobre tela Albert Eckhout.



Fonte: Ethnographic Collection/Copenhagen, (1641). Museu Nacional da Dinamarca. A pintura acima não retrata necessariamente o povo Quixelô/CE

Figura 2: Reinado em Portugal (1648-1706) **Marco:** colonização dos territórios dos sertões indígenas do Ceará em 1700



Fonte: D. Pedro II o "Pacífico" por Henrique Ferreira (1718)

Figura 3: Primeiro-Ministro em Portugal (1750-1777) **Marco:** proibição das línguas indígenas e políticas de casamentos interétnicos para o branqueamento em 1758



Fonte: Marquês de Pombal por Louis-Michel Van Loo (1766)

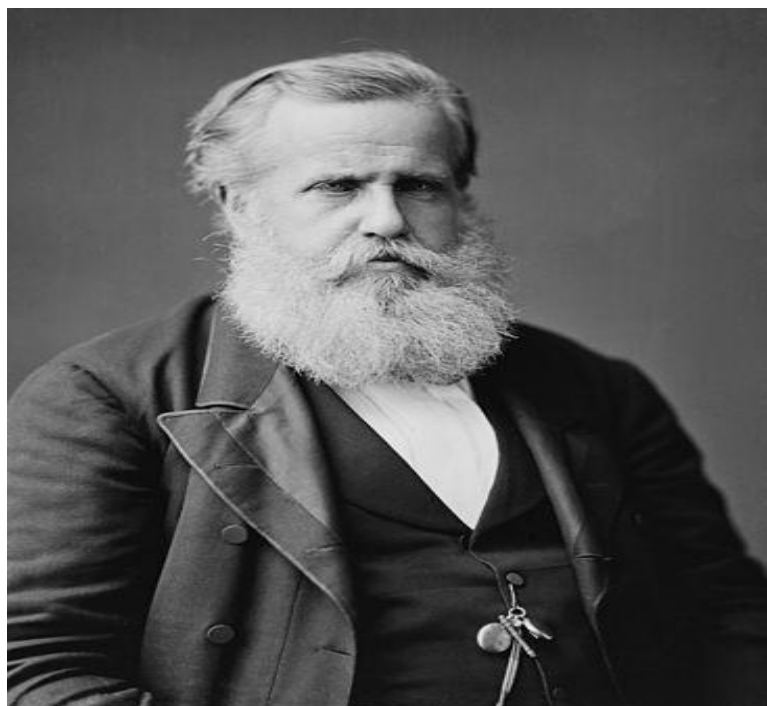
3. Período da Monarquia imperial (1822-1889) – 67 anos

Figura 4: Johan Moritz Rugendas “Aldeia de Tapuias” cerca de 1820



Fonte: Centro de documentação D. João VI – cerca de 1820/ A pintura acima não retrata necessariamente o povo Quixelô/CE.

Figura 5: Dom Pedro II (1825-1891) monarquia imperial dentro do Brasil **Marco:** Regulamento das missões de 1845 e a extinção de aldeamentos indígenas com a Lei de Terras de 1850.



Fonte: Retrato de Mathew Brady, (1876)

Figura 6: José Bento da Cunha F. Junior (1833-1885) **Marco:** decreto de “Extinção dos povos indígenas do Ceará” em 1863



Fonte: <http://www.ihgal.al.org.br/expediente/bento1.htm>

4. Período da Velha República (1889-1930) - 41 anos

Figura 7: Belchior Gomes de Araújo (1908- 1955). Foi vaqueiro na região de Quixelô/CE e adjacências.



Fonte: Arquivo cedido por: Arivânio Alves/Casarão da Memória Viva do povo Quixelô/ Instituto Cultural e Econômico de Quixelô - ICEQUI)

Figura 8: Nilo Peçanha (1867-1924) Marco: criação Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910



Fonte: Wikipedia: a enciclopedia livre (2022)

5. Período do estado novo/Abertura política (1930-1964) – 34 anos

Figura 9. José Lopes de Araújo Júnior [Zé de Serafim] (1944-2015). Aos 16 anos foi para São Paulo onde por muitos anos trabalhou na empresa de aviação VARIG. Ao retornar a Quixelô foi comerciante, candidato a vereador, musicista da igreja matriz Quixelô e grande referência local.

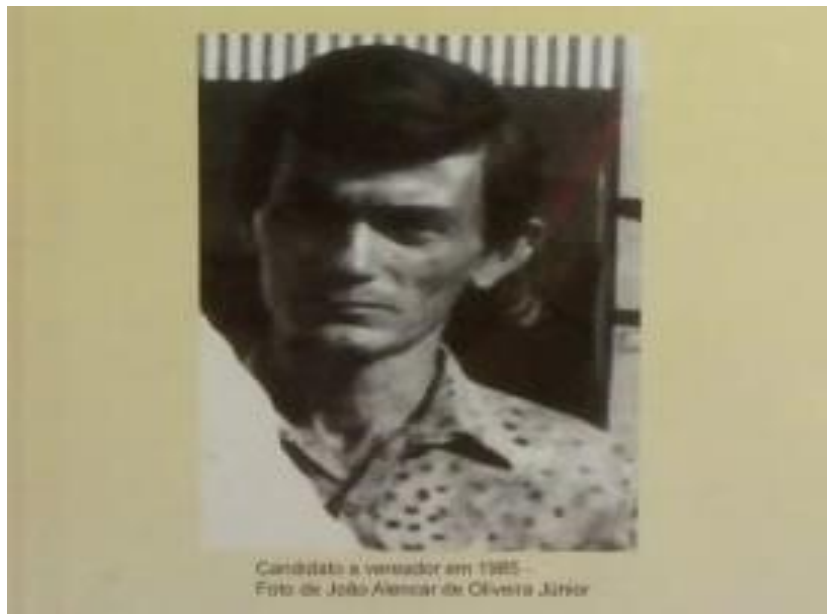


Foto de: João Alencar de Oliveira Junior.

Arquivo cedido por: Elenice Moraes

(Casarão da Memória Viva do povo Quixelô/Instituto Cultural e Econômico de Quixelô - ICEQUI)

Figura 10. Getúlio Vargas (1882-1954) Marco: criação “Dia do Índio” em 1943



Fonte: Wikipedia: a enciclopedia livre (2022)

6. Período da ditadura militar (1964-1985) - 21 anos

Figura 11. Gertrude Quixelô. Indígena originária de Quixelô vivendo há 48 anos dentro do que se convencionou se chamar estado de São Paulo.



Fonte: Arquivo pessoal. Ano de 1977

Gertrude Quixelô trabalhou em diversos subempregos dentro de São Paulo (capital) contribuindo dentro desse estado para o setor de serviços

Figura 12. Humberto de Alencar Castelo Branco. (1897-1967). **Marco:** Convenção 107 da OIT de 1957 promulgada em 1966



Fonte: Wikipedia: a enciclopedia livre (2022)

Figura 13. Arthur da Costa e Silva (1889-1969) Marco: criação FUNAI em 1967



Fonte: Wikipedia: a enciclopedia livre (2022)

Figura 14. Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) Marco: Estatuto do Índio de 1973



Fonte: Wikipedia: a enciclopedia livre (2022)

7. Período democrático até as contemporaneidades (1985-2022) – 37 anos

Figura 15: Marconi Mattos. Primeiro Prefeito de Quixelô/Município [1985-1986] vídeo: *Quixelô – memórias de uma cidade - João Alencar Oliveira Junior*



Figura 16: Eduardo Kiriguaçu Kariri Quixelô – liderança indígena em Iguatu (CE)



Encontro organizado pelo PSTU (CE) para debater as problemáticas que afeta(r)m indígenas na pandemia, 2020

8. Na luta pela Articulação do Povo Indígena Kariri Quixelô (APIQ) desde 2017

Figura 17: José Sarney Marco/ Constituição Federal de 1988



Fonte: Wikipedia: a enciclopedia livre (2022)

Figura 18. Fernando Henrique Cardoso. Marco: Declaração Universal dos direitos linguísticos de 1996 (signatário) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996



Fonte: Wikipedia- a enciclopedia livre (2022)

Figura 19. Luís Inácio Lula da Silva. Marco. Convenção 169 da OIT de 2004, Declaração Universal sobre a diversidade cultural 2005, Declaração ONU sobre os direitos dos povos indígenas de 2007 (signatário) e Lei nº 11.645/2008



Fonte: Wikipedia- a enciclopédia livre (2022)

Quadro 1: Cidadania étnica Quixelô / Quixelô-brasileira (níveis de complexidades)

Povo Quixelô: Período colonial e monarquia imperial - séculos XVIII e XIX (Setecentista/Oitocentista)	Povo Quixelô: Períodos da velha república, ditadura Vargas, ditadura militar e nova república - Séc. XX (novecentista)	Povo Quixelô: República - século XXI
Etnia: Quixelô Cariri ([1700 - 2022] - 322 anos) Existências étnicas Quixelô esvaziadas/apagadas	Cidadanias étnicas Quixelô usurpadas.	Cidadanias étnicas Quixelô reivindicadas.
Direitos/deveres indígenas historicamente usurpados. → Por ordem cronológica: (1549 -1759) - 210 anos Educações catequéticas - capuchinhos e clérigos (para o nosso povo cerca de 59 anos)	Direitos/deveres impostos pela cidadania brasileiras esvaziados em três séculos de negações das cidadanias étnicas indígenas Quixelô. → Por ordem cronológica:	Direitos/deveres Políticas anteriores e contemporâneas locais/internacionais que afetam local e (trans)localmente nossos povos → Por ordem cronológica:

<p>1700 - <i>Início colonizações nos sertões</i> - Reinado de Dom Pedro II - “O pacífico”</p> <p>1758 - <i>Proibição das línguas indígenas</i> - Marquês de Pombal</p> <p>1845 - <i>Regulamento das missões</i> - Dom Pedro II</p> <p>1850 - <i>Lei de terras. (Extinção de aldeamentos indígenas)</i> - Dom Pedro II</p> <p>1863. <i>Decreto de “extinção” de indígenas do Ceará</i> - José Bento da Cunha F. Junior</p> <p>Legislações coloniais que de alguma forma tiveram impactos nos modos de vida dos povos indígenas, (e de nossas/os ancestrais indígenas Quixelô) e nos aldeamentos do Ceará até serem considerados “extintos” pelas elites no poder colonial.</p>	<p>1910 - Serviço de proteção ao índio - (SPI)</p> <p>1943 - “Dia do Índio?”</p> <p>1957/1966 - Convenção 107 da OIT de 1957 (línguas maternas)</p> <p>1988 - Constituição Federal</p> <p>1996 - Declaração universal dos direitos linguísticos</p> <p>1996 - Lei de Diretrizes e Base da educação 1996 - (educação diferenciada somente nas TI - Terras Indígenas demarcadas)</p>	<p>2004 - Convenção 169 da OIT sobre os direitos dos povos indígenas e tribais</p> <p>2007 - Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007 - Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.</p> <p>2007 - Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas</p> <p>2008 - Lei 11.645/2008</p>
---	--	--

Alguns horizontes

Dessa forma, a produção desse estudo contribui para pensar sobre como as decisões e legislações/jurisdições coloniais de séculos anteriores com seus antecedentes levados a um “apagão histórico” no presente e promovidas principalmente por agentes e grupos no poder nos períodos setecentista (por decisões coloniais ultramarinas) e oitocentista (por decisões imperiais da monarquia instalada no Brasil) instituídos dentro desses diferentes “períodos histórico-coloniais/ocidentais” atingiram (e atingem) de diversas formas os diferentes povos étnicos nativos brasileiros – visto as consequências gerais (nacionais) e locais (provinciais/regionais) - com efeitos diversos para diferentes povos étnicos - e especificamente os povos do Nordeste (OLIVERIA, 1998, 1999). Traz assim, cronológica e simultaneamente pinturas e fotografias dentro de cada um desses “períodos histórico-coloniais” demonstrando - mesmo que pelo “imaginário europeu” tendo como registro à época apenas a pintura – as sociedades nativas e outras pinturas demonstrando “agentes centrais do poder” das sociedades ocidentais, para visualizar as transformações que atravessam e perpassam os contextos histórico-antropológicos dos diferentes povos nativos em âmbitos locais/gerais e que como consequências históricas trazem sérias

dificuldades atuais no reconhecimento dos processos legislativo-jurídicos anteriores cujos efeitos coloniais seculares atingem os diferentes povos étnicos ainda hoje.

Porém, para compreender os enfrentamentos dos racismos sutis ou imperantes cotidianos, traumas psíquicos, sociais e suas sequelas, os pedidos de justiça/reparações/verdades históricas, os fenômenos das reemergências étnicas junto aos segmentos sociais tidos como devedores históricos e as complexidades que atingem os povos indígenas do Nordeste ainda hoje é preciso buscar muito além dos contextos anteriores à esse marco legislativo (Constituição de 1988), para compreender as teias das aplicações legislativo-jurídicas coloniais/monárquicas anteriores à jurisdição vigente da “modernidade-colonial” tal qual ela se apresenta na contemporaneidade que culminaram (e culminam) em “apagões históricos” nas amnésias históricas/jurídicas/coloniais/sociais atuais e tentativas de “desaparecimentos de territórios, línguas e povos” defendidos e sustentados pelas elites no poder da sociedade colonizadora à época - setecentista/oitocentista - com discursos regionais e locais e sob práticas discursivas colonialistas que perduram ainda hoje; no sentido de se pensar sobre as diversas situações históricas que alguns setores da sociedade colonizadora teimam em não reconhecer, além de contribuir já desde os bancos escolares da versão histórica da educação monocultural para negar - os apagamentos das perspectivas históricas e contribuições de grupos étnicos locais à dita “sociedade brasileira” hegemônica - ou mesmo em prosseguir a retroceder nas conquistas das legislações indigenistas, impedindo os avanços e os acessos plenos aos direitos étnicos retirados ao longo de séculos levando a um “apagão histórico” dos contextos seculares coloniais anteriores que se acumulam no presente e culminaram nos contextos contemporâneos principalmente para os povos cujos históricos de marcos coloniais foram promovidas em datações muito anteriores - especificamente nos séculos XVIII e XIX - portanto, anteriores a promulgação (validação) da Constituição Federal de 1988 ocorrida já no século XX.

Assim, somente a partir desses reconhecimentos *históricos-coloniais-antigos*, ou seja, reaver os contextos históricos seculares coloniais que segmentos tidos como “agentes centrais do poder colonial” promoveram, portanto, devedores históricos dos povos nativos que ajudaram a concretizar e promover por vias legislativas/jurídicas (e outras) as éticas e práticas coloniais profundamente etnocêntricas, além de contribuir para as tentativas de “desaparecimentos étnicos” dos povos do Nordeste (e outras regiões) é possível avançar nos debates acerca das reparações, verdades e justiça étnicas históricas para os povos nativos das regiões principalmente do Nordeste diante das colonizações e recolonizações seculares que vigoram há mais de 522 anos (para alguns povos étnicos litorâneos) e a cerca de 322 anos para algumas das muitas sociedades étnicas dos sertões (dentre eles o povo indígena Quixelô/CE) enfrentados ao longo de séculos por nossas/os ancestrais e contemporaneamente por gerações atuais (e gerações vindouras) locais ou em diásporas (trans)migratórias nacionais ou internacionais.

Referências

- ANTUNES, T. 1863: o ano em que um decreto - que nunca existiu - extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. **Revista Aedos**, n.10, vol. 4, p.8-27, Jan/Jun, 2012.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. (Org.). **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência Da República. **Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007**. Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.

CONVENÇÃO. **nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho (2004)**. Brasília: OIT, 2011.

Declaração Universal Dos Direitos Linguísticos, UNESCO, 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf Acesso em: 14 mai.2022.

DIETZ, G. Saberes, fazeres e poderes: a dimensão política da interculturalidade: um exemplo do ensino superior mexicano. In: LIMA, A. C. CARVALHO, L. F. RIBEIRO, G. L. (Org.). **Interculturalidade(s): entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018.

GARCIA, E. F. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América Meridional. **Tempo**, Dossiê, p. 23-38, abr./mai., 2007.

JUNIOR, J. A. O. **Quixelô - memórias de uma cidade**. 17 de dezembro de 2017. ICEQUI – Instituto Econômico e Cultural de Quixelô (Casarão da Memória Viva do Povo Quixelô). Disponível: <https://www.facebook.com/groups/252778951513705>. Acesso em: 14 mai. 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação - episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LONGHINI, L. Z. **A investigação do devir indígena**. In. **Povos indígenas: a procura do bem viver**. Conselho Regional de Psicologia. São Paulo: CRP SP, 2016

LUCIANO, G. (Baniwa). **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas brasileiros hoje**. Brasília: UNESCO, 2006

MACEDO, A.A. (Quixelô). **Culturas, identidades e territórios: a cultura e a identidade indígena Kixelô**. Quixelô-CE: UFCA-PROCULT, 2016

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Fundação Nacional do Índio. Administração Executiva de João Pessoa/PB. Núcleo de Apoio Local do Ceará. **Ofício nº 048/GAB/FUNAI/NAL -CE. Fortaleza, CE: 10, mar, 2008**.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Características gerais indígenas: resultado do universo**. Rio de Janeiro, 2012.

Nacional Pró-Memória. IBGE: Rio de Janeiro: 1981.

NASCIMENTO, E. S. do (Quixelô) **Memória coletiva e identidade étnica dos Tremembé de Almofala: os índios da terra da santa de ouro**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social na Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

NASCIMENTO, E. S. (Quixelô). **O Sertão Indígena na Região Centro-Sul e os Kixelô de Quixelô**. Iguatu-CE: Jornal Centro-Sul, 2015.

NASCIMENTO, E.S. do. (Quixelô). **Identidade e memória de habitantes de Fortaleza-CE originários da comunidade Tremembé de Almofala-CE: ramos de raízes indígenas em trânsito na cidade**. PUC: São Paulo, 2009.

NIMUENDAJU, C. **Mapa-etnohistórico do Brasil e regiões adjacentes**. Fundação

OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). **A viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 1, p.47-77. Abr, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas**. Setembro, 2007.

QUIXELÔ, M. (Quixelô). Fazemos das nossas (r)existências indígenas cotidianas atuais as muitas resistências indígenas ancestrais. In: GABRIELA, S. de; MELLO, S.G. (Org.). **Memórias do Movimento Indígena do Nordeste**. Ilhéus (BA), Coleção Índios na visão dos índios, 2015, p. 26- 37.

RABESCO, R. O ensino de história e cultura indígena na escola: os desafios da formação e da prática educativa através da musicalização. **Revista Moitará**. Araraquara- SP, vol. 2, nº 1, p. 46-55. nov-dez, 2014.

RIBEIRO, D. **Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

SANTIAGO, Edileusa do Nascimento. *Indo fundo nas raízes para florescer Kixelô Kariri*. Assunto: Referente ao ofício GS 0412/2008.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical*. **E-cadernos CES**, nº18, p. 106-131, 2012.

SILVA, L. F. V. (Org.). **Coletânea da legislação indigenista brasileira**. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.

Sites consultados

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre**. Gentilio Vargas, 2022. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Albert_Eckhout_Tapuia_woman_1641.jpg Acesso em: 12 out.2022.

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre**. Gentilio Vargas, 2022. Disponível em: <https://old.timelinefy.com/en/view/event/bc9e3148-8dd5-4263-9c34-a1a2f7c19d24/1cc36497-8afa-4ae9-bc19-94b800b5a29c/885d113e-3eda-4f98-9684-7c5b2928a02b/pedro-ii-o-pacifico> Acesso em: 12 out.2022.

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre**. Gentilio Vargas, 2022. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Louis-Michel_van_Loo_003.jpg Acesso em: 12 out.2022.

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre**. Gentilio Vargas, 2022. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rugendas_-_Aldea_des_Tapuyos.jpg Acesso em: 12 out.2022.

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre**. Gentilio Vargas, 2022. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2991/aldeia-de-tapuias> Acesso em: 12 out.2022.

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre**. Gentilio Vargas, 2022. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pedro_II_of_Brazil_-_Brady-Handy.jpg Acesso em: 12 out.2022.

Fonte: Wikipedia: a enciclopedia livre (2022).Nilo Procópio Peçanha. https://pt.wikipedia.org/wiki/Nilo_Pe%C3%A7anha Acesso em: 12 out.2022.

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre**. Gentilio Vargas, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Get%C3%BAlio_Vargas Acesso em: 12 out.2022.

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre**. Humberto de Alencar Castelo Branco, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Humberto_de_Alencar_Castelo_Branco

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre**. **Emílio Garrastazu Médici**, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Costa_e_Silva Acesso em: 12 out.2022.

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre**. **Emílio Garrastazu Médici**, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Em%C3%ADlio_Garrastazu_M%C3%A9dici . Acesso em: 12 out.2022.

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre.** José Sarney, 2022. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Sarney Acesso em: 12 out.2022.

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre.** Fernando Henrique Cardoso, 2022. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Henrique_Cardoso Acesso em: 12 out.2022.

WIKIPEDIA. **A enciclopedia livre.** Luiz Inácio da Silva Lula, 2022. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_In%C3%A1cio_Lula_da_Silva

POSFÁCIO

Apesar da África e o Brasil possuírem uma diversidade étnica, cultural e linguística, as suas línguas são geralmente denominadas sob o mesmo guarda-chuva, como se fossem todas elas semelhantes nos povos africanos e indígenas brasileiras. Se denominar línguas moçambicanas já é por si só bastante vago, designar de línguas africanas a um vasto leque de línguas tão distintas existentes em África é simplesmente falta de bom senso. No caso europeu, os mesmos já têm o cuidado de atribuir um nome concreto às suas línguas: alemã, belga (alemão, flamengo), castelhana (espanhol), dinamarquesa, finlandesa, francesa, holandesa, inglesa, italiana, romena, russa, turca, etc. É raro ouvir-se falar de línguas europeias. Quando muito, fala-se de línguas indo-europeias.

Se, por um lado, temos esta realidade em países europeus monolíngues, em que o nome da língua coincide com o nome do país, tal não acontece com países africanos bantu, que são multilíngues, onde não se verifica essa coincidência, onde temos o changana, o nyungwe, o makhuwa, o yawo – Moçambique – e não o moçambicano ou o chokwe, o kikongo, o ngangela – Angola –, não havendo o angolano como língua. No contexto das línguas indígenas brasileiras pode-se citar exemplos da língua akuntsú, da família tupari do tronco linguístico tupi.

A presunção colonialista de que conhecem África ou que viveram em África quando apenas estiveram uma temporada em Bissau, Praia, Luanda ou Maputo fez e faz com que ignorem quase por completo os povos e os territórios que contactaram e depois ocuparam durante aproximadamente cinco séculos. Esses mesmos não balbuciam e muito menos falam uma língua do país que afirmam conhecer. Aliás, não as consideram sequer línguas. Quanto muito, tratam-nas como dialetos. Atitude essa foi inculcada nos autóctones e que ainda hoje permanece na generalidade das pessoas. Isso pode explicar em parte a ausência ou escassez de estudos científicos dessas línguas, realizados no pós-independência pelos seus falantes (alguns dos quais nem sequer as falam). É que ainda reina no subconsciente de certos moçambicanos negros de Moçambique e não só a ideia de que língua é portuguesa, do resto, são dialetos (desta).

Historicamente, a missão dos europeus, mormente dos portugueses, era a de civilizar os africanos negros, povos atrasados, assumindo uma postura de superiores face aos negros. Uma das consequências é, por um lado, o sistema colonial português hostilizou as culturas e línguas locais e, por outro, alguns dos colonizados abandonaram ou, no mínimo, desdenharam as suas culturas e línguas.

Os presentes artigos representam uma rotura com esse passado colonial e a atualização dos estudos africanos em favor de novos paradigmas e novos protagonistas.

Cerca de cinquenta anos depois das independências das ex-colónias portuguesas, está na altura dos estudos africanos se emanciparem da visão eurocentrista ainda prevalecente e dominante. No tocante às línguas, elas devem ser preservadas, promovidas e defendidas, falando-as, escrevendo-as, usando-as em diferentes esferas da vida política, económica, social, cultural, educacional, etc.

Como povos e culturas de tradição oral, existe um défice de escrita dos nossos pensamentos, acabando por serem os outros a se engajarem, a investirem, a investigarem, a escreverem e a especializarem-se em nós. A verdade é que as línguas se preservam, promovem-se, defendem-se, preservando, promovendo, defendendo os seus falantes, as suas culturas, os seus ecossistemas. Os utentes dessas línguas indígenas devem-se envolver e serem envolvidos em matérias que dizem respeito às suas próprias línguas e aos seus próprios patrimónios materiais e imateriais. Devem tomar nas suas mãos os seus

próprios destinos e não esperar que sejam os outros a fazerem por eles. Esta não é tarefa somente de políticos (profissionais), linguistas, acadêmicos, juristas, jornalistas. É de todos. A independência é também isso.

No entanto, é sabido que as línguas africanas e indígenas brasileiras enfrentam carências de toda a sorte, desde a sua circulação na maior parte dos casos que acontece somente no seio familiar, informal e marginal, passando pela crise em que atravessa a corrente tradicional de transmissão de geração em geração e de pais para filhos e, até, muitos jovens atuais, sobretudo das zonas urbanas e periurbanas, já não falam as línguas dos seus avós ou bisavós como consequência dessa falta de transmissão. De igual modo, sabe-se também que não abundam descrições dessas línguas e os raros materiais escritos foram feitos por europeus e no período colonial, com maior destaque para ocidentais, entre missionários, exploradores e aventureiros, com pouca ou nenhuma bagagem cultural e/ou linguística inerente a essas línguas.

Neste sentido, é natural que esse material seja obsoleto, desadequado e desatualizado no contexto atual do século XXI, marcado pelo fim dos impérios coloniais, pela emergência das TIC e da globalização e pelo sopro dos ventos de mudança e de democracia que varrem todo o mundo. Portanto, há necessidade de revisitar e revitalizar essas línguas e pô-las na ribalta e nas rotas dos estudos linguísticos.

Mais uma vez, cabe, em primeiro lugar, aos negros africanos empenharem-se nessa árdua tarefa de resgatar as suas línguas do anonimato, da marginalização, do menosprezo a que foram e estão votadas. Deverão ser mobilizados recursos humanos (nacionais e estrangeiros), financeiros e materiais para o sucesso desta empresa. E atendendo que a morte duma língua simboliza a morte duma determinada cosmovisão e dessa comunidade de falantes, este assunto interessa e deve envolver-nos a todos. Temos que apetrechar essas línguas de dicionários, gramáticas, glossários de todo o tipo e géneros, trabalhos académicos e de pesquisas; temos que continuar na oposta da produção escrita sobre e em línguas minorizadas e marginalizadas e na sua divulgação em todas as plataformas que as TIC nos proporcionam. De contrário, as nossas línguas serão sempre línguas sem prestígio, dependentes de línguas com maiores recursos. Por isso, iniciativas como estas são de louvar. Que venham mais.

Sóstenes Rego (Sisito Matete)
Centro de Estudos em Letras, Portugal
Outubro de 2022

BIODATA DOS AUTORES

Alexandre António Timbane

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela UNESP-Brasil, Mestre em Linguística (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique. É professor Permanente da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês, Bahia. Tem experiência no ensino e na pesquisa na área de Sociolinguística e Dialectologia com enfoque na variação e mudança lexical do Português (Estudos do Léxico), Contato linguístico e Línguas Bantu. Membro do “Grupo de Pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e Cidadania Global”. Editor-chefe da Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. Pós-Doutor em Linguística Forense (2015, UFSC), Pós-Doutor em Estudos Ortográficos (UNESP, 2014), Pós-doutorando em Línguas Vernáculas (2022, UFS).

Arivânio Alves do Nascimento

É etnia Quixelô Cariri. Artista visual, licenciado em artes visuais pela UNITAU de Taubaté-SP, pedagogo pós-graduado em psicopedagogia institucional e clínica. Professor de artes da rede municipal na cidade de Juazeiro do Norte- CE. Nascido no território ancestral onde hoje denominam cidade de Quixelô-CE, Sitio Poço da Pedra. Desde muito cedo se interessava pelo mundo do desenho e da pintura, na adolescência, passou a dedicar-se a tarefa de reproduzir nas telas a sua forma de enxergar o mundo. Sua obra mais conhecida é o painel “os índios Quixelôs” obra pintada com a técnica indígena do tóá, que atualmente está exposta no Centro Cultural Jovino Batista de Lucena em território ancestral de Quixelô- CE.

Armando A. Magaia

Doutor em Línguas, Linguística e Literatura, docente e investigador na Universidade Eduardo Mondlane, onde lecciona inglês, tradução e interpretação. Suas principais áreas de pesquisa são a pedagogia da tradução/interpretação e a avaliação da qualidade de tradução. Seus projectos de extensão universitária incluem a pesquisa e preservação da língua Ronga, tendo fundado o site www.xizronga.org.

Armindo Saúl Atelela Ngunga

Doutorado em Linguística em 1997 pela Universidade de Califórnia em Berkeley, Estados Unidos da América. É Professor Catedrático em Linguística Africana na Universidade Eduardo Mondlane. Foi Director das Faculdades de: Letras (1999-2003) e Letras e Ciências Sociais (2003-2007) e do Centro de Estudos Africanos (2007-2015). Também foi Secretário de Estado na Província de Cabo Delgado (2020-2021); Vice-Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano (2015-2020); Presidente da Associação Linguística das Universidades da SADC -LASU- (2007-2019). Foi vencedor do Prémio de Excelência em Investigação do 1º Grau da Universidade Eduardo Mondlane em 2014; Secretário-Geral da Associação Linguística das Universidades da SADC (2001- 2007). Investigador do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane e Docente de várias disciplinas de Linguística Teórica e de Linguística Descritiva das Línguas Bantu, tendo particular interesse em Gramática (Fonologia, Morfologia e Sintaxe) e Lexicografia das Línguas Bantu, planificação linguística e política linguística, principalmente no que tange à padronização da ortografia das línguas moçambicanas e uso destas na educação. Publicou

e editou vários livros e artigos quer de Linguística Teórica, quer de Linguística Descritiva bem como livros de leitura de ensino primário em línguas moçambicanas. Professor Ngunga é Presidente da Agência do Desenvolvimento Integrado do Norte (2021-); Membro da Academia Africana de Línguas e da Academia de Ciências de Moçambique.

Bento Siteo

Doutorado em Linguística Africana pela Universidade de Leiden. Docente e Investigador Jubilado da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM. Áreas de interesse: Linguística Descritiva das Línguas Bantu; Lexicografia; Teologia; Tradução e Literatura em línguas africanas. Fundou e coordenou os Projectos ChaPort e PorChang de elaboração de dicionários envolvendo o português e línguas moçambicanas. É membro do Programa de Lexicografia em línguas moçambicanas (LexLiMo). Principais publicações: “Dicionário Changana - Português”, “Dicionário Ronga - Português”, “Dicionário Escolar Inglês - Português” (como co-autor) e “Dicionário Português-Changana”. É ainda autor de três novelas em Changana: “Zabela, Musongi e Thandavantu”, e de peças teatrais na mesma língua.

Bernardo Sacanene

Doutor em Ciências da Linguagem, especialidade em Linguística Aplicada (Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho (Braga-Portugal). Mestre em Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa pela Universidade Agostinho Neto (Luanda-Angola). Tem como áreas de interesse: Linguística, Linguística Aplicada, Lexicografia Digital, Lexicologia, PLN (Processamento da Linguagem Natural) e Análise de Sentimento. É docente na Escola Superior Pedagógica do Bengo (Angola).

Célia Adriano Cossa

Doutoranda em Linguística pela Universidade Eduardo Mondlane e Mestre em Linguística pela mesma Universidade - Moçambique. É docente, Assistente Universitária, na Faculdade de Ciências de Linguagem Comunicação e Artes da Universidade Pedagógica de Maputo desde 2008, em disciplinas de Língua, Linguística e, Didáctica do Português e das Línguas Bantu, nos de níveis graduação e Pós-graduação. É também investigadora em linguística, com interesse em Fonologia e Morfologia das Línguas Bantu, planificação e política linguística, áreas em que tem publicado.

Darly Gonçalves

É brasileira, natural de São Luiz do Paraitinga, interior do Estado de São Paulo. Graduada em Jornalismo, especialista em Gestão Cultural, mestra em Divulgação Científica e Cultural e doutoranda em Ciências da Cultura na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Atuou na comunicação de instituições públicas e privadas no Brasil e tem experiência em desenvolvimento de projetos artísticos e culturais. Como escritora e pesquisadora, com interesse voltado para artes e culturas, publicou artigos em coletâneas e revistas, além do livro intitulado “Rolando Boldrin e o Programa Sr. Brasil: História de Amar um País”, em 2021, fruto de sua dissertação de mestrado que foi selecionada no Prêmio Marcus Pereira de Pesquisa em Música Popular Brasileira. Colabora com veículos de comunicação em Portugal, como o Notícias de Vila Real, e com sites brasileiros sobre cultura popular, como o Acervo Maracá.

Davety Joaquim João Mpiúka

Mestre em Linguística Teórica e Descritiva pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

Docente afecto na Secção de Línguas Bantu, Departamento de Línguas da Faculdade de Letras Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane com a categoria de Assistente Universitário. As suas áreas de interesse académico são a descrição das Línguas Bantu com enfoque para as áreas de Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Tradução e revisão de Linguística de Shimakonde, língua em que publicou um pequeno dicionário e artigos científicos.

David Alberto Seth Langa

Doutorado em Linguística desde 2012, docente e investigador moçambicano afecto na Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), onde é Professor Associado em Linguística Descritiva das Línguas Bantu. As suas áreas de actuação incluem a Linguística Teórico-Descritiva das Línguas Bantu (línguas africanas do grupo bantu), Sociolinguística e Etnografia da Comunicação. As suas publicações incluem artigos científicos, capítulos de livros científicos e didáticos voltados à língua Changana e demais línguas Bantu na modalidade de ensino bilingue em Moçambique, formação de formadores de professores

Elenice Morais

É da etnia indígena Quixelô Cariri. Pertence ao povo (etnia) Quixelô Cariri - CE/SP (Tronco Linguístico Macro-Jê) parte de indígenas urbanxs atuais. Elenice é Radiocomunicadora na sua comunidade, sendo ativista cultural e articuladora comunitária no território ancestral Quixelô onde hoje denominam “Sítio Gaspar”. É defensora do dialeto dzubukuá-kipea-Kariri língua que foi pesquisada pelo Frei Luís Vicêncio Mamiani (italiano) em 1699. Esta língua étnica resistente há mais de 263 anos é meio de comunicação entre os povos locais. A língua reúne na retomada linguística pessoas estudiosas e falantes nativos apesar da proibição linguística que afeta os povos nativos desde 1758.

Eurico Paulo Sampa

Licenciado em Enfermagem pela Universidade Lusófona da Guiné (ULG). Graduando em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/CE). Bolsista do Programa Pulsar do Curso de Humanidades- Ceará, semestre 2021.2 e 2022.1. Coordenador do Departamento de Direitos Humanos de Centro Académico (CA) do Curso de Humanidades na UNILAB-CE. Vice-responsável de Departamento de Gênero de Associação dos Estudantes Guineense (AEGU) na UNILAB/CE.

Ezra Alberto Chambal Nhampoca é moçambicana, Doutora em Linguística, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente e investigadora na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), É investigadora, no Centro de Estudos em Letras, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Portugal. É membro do grupo de pesquisa “**Políticas Linguísticas Críticas**”, da UFSC; é fundadora e membro do **Grupo de Estudos em Línguas, Linguística Bantu e Áreas Afins** (GELLBAA), da Secção de Línguas Bantu, UEM; é membro **Colectivo para a Renovação de África** (CORA), na linha de pesquisa sobre o papel das Línguas Africanas para o desenvolvimento do continente; é membro e coordenadora do **Programa de Lexicografia em Línguas Moçambicanas** (LexLiMo). Suas áreas de interesse são: Lexicografia, Línguas Bantu, Ensino Bilingue e Políticas Linguísticas Críticas. Das suas publicações destacam-se: “Ensino Bilingue em

Moçambique: introdução e percursos” (2015), Um Estudo Preliminar sobre Alguns aspectos da morfologia dos ideofones do changana(2015), “Compilação de um dicionário de ideofones do changana” (2016), “Ideofones do changana e o princípio da marcação”(2017), “Análise fonológica e semântico-cognitiva dos ideofones do changana” (2018) – em coautoria) “Políticas linguísticas e ética de cuidado” (2021) – em coautoria) e “Pesquisa e ensino em línguas moçambicanas: um tributo a Bento Siteo” (2022).

Habiba Naciri

professora associada na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade Mohammed V-Rabat. Ex-coordenadora da Licenciatura em Estudos Portugueses da mesma faculdade. É membro permanente do laboratório CLEMS desta instituição e coordenadora da equipa marroquina no projeto MAPEAR em colaboração com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Defendeu a primeira tese de doutoramento em português em Marrocos intitulada O multilinguismo e os processos de aquisição de PLE nas universidades marroquinas. Tem publicações sobre a aquisição do português como terceira língua em Marrocos e ainda artigos linguísticos. As suas áreas de interesse são: Linguística, Aquisição das segundas e terceiras línguas, Didática do Português língua não materna, Tradução.

Lourenço Marques da Silva

Professor Mestre do Departamento de Formação de Professores do Ensino Básico da Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Possui graduação em Língua e Literatura da Indonésia - Universitas Timor-Timur (1999) e Mestrado em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Atualmente é professor permanente do quadro, desempenhando funções de Diretor Acadêmico do Departamento de Formação de Professores do Ensino Básico, da Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística.

Luís Filipe Lima e Silva

Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Áreas de interesse acadêmico: Sintaxe, Gramaticalização, Tipologia, Pragmática, Prosódia, Linguística Histórica, Linguística Cognitiva e Linguística Computacional. Principais publicações são: “Um estudo de construções com o verbo deixar em fala espontânea do português brasileiro: aspectos gramaticais/discursivos e análise acústica” Publicado em coautoria com Costa, J. C.; Coelho, S. M pela Revista de Estudos da Linguagem, v. 30, p. 743-779, 2022.; “A probabilistic approach to the distribution of subject and anacoluthon NPs in Topics in spontaneous speech”, publicado em coautoria com Mello, H. pela Revista Gragoatá, v. 27, p. 86-117, 2022, bem como “A gramaticalização de geral no português brasileiro: de adjetivo a pronome indefinido/quantificador” publicado em coautoria com Coelho, S. M. pela (con)textos linguísticos, v. 14, p. 159-176, 2020.

Maria do Céu dos Santos Baptista

Natural de Santo Antão, Professora do Ensino Secundário, atualmente desempenha funções de coordenadora do Ensino Secundário na Delegação do Ministério de Educação da Praia. Licenciada em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses pela Universidade de Cabo Verde (2009). Mestre em Crioulística e Língua Cabo-verdiana pela Universidade de Cabo Verde (2013). Participou no congresso de iniciação científica no Brasil (2009). É

Coautora da publicação “A Variação Geográfica do Crioulo de Cabo Verde” Ed, Jurgen Lang (2014).

Marleide Quixelô Cariri

Pertence ao povo indígena originário do território ancestral Quixelô/CE em diásporas nos territórios urbanos em São Paulo. Possui graduação em ciências sociais (2005/2010). Mestrado profissional em sociologia pela UNESP/UFC - (2019/2021). Fez parte do grupo de estudos e pesquisa sobre as sexualidades (GPEES - 2007/2010). Professora de sociologia da rede estadual no interior de SP. Gosta de poetizar e compor músicas quando vem inspiração. Aprendiz tardia da língua Dzubukua-Kippea (Kariri) língua materna e ancestral proibida há [1758-2022] 264 anos e em retomadas linguísticas por diversos grupos étnicos Kariri dispersos e em diásporas em diversas cidades brasileiras.

Nada EL AHIB

De nacionalidade marroquina, é doutora em didática de português para estrangeiros, título obtido em 2013. Professora Associada permanente no Instituto Universitário de Estudos Africanos, Euro Mediterrâneos e Ibero Americanos e professora de Literatura Portuguesa e Brasileira na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade Mohammed V-RABAT (Marrocos) desde 2013. É também investigadora nas áreas das Literaturas Lusófonas, Tradução Histórica, Didática da Leitura, Semiótica do Discurso e da Imagem, Literatura Comparada e Património Comum entre Marrocos e Portugal. última publicação: “ Olhada semiótica do conto « A felicidade clendestina » de Clarice Lispector”. pp: 762-775, in; Apenas três... Discussões temáticas em língua, literatura e ensino [recurso eletrônico] organizador Edmilson José de Sá. Arcoverde- PE: Kandarus, 2021.

Orquídea Moreira Ribeiro é Professora Associada com Agregação em Ciências da Cultura, Doutora em Ciências Humanas e Sociais - Cultura, no Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Tem publicado na área das Ciências da Cultura/Estudos Culturais, nomeadamente na área das culturas pós-coloniais de língua portuguesa e de estudos afro-americanos. Integra as direções dos cursos de Doutoramento e de Mestrado em Ciências da Cultura da UTAD. É investigador integrado no Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade. Interesses de investigação: Ciências da Cultura - Cultura Afro-Americana; Culturas Africanas de Língua Portuguesa; Culturas Africanas Comparadas; Estudos Coloniais; Estudos Pós-Coloniais; Diálogos Interculturais; Urban Studies; Património Cultural [Digital]; Cidades Criativas.

Rajabo Alfredo Mugabo Abdula

Pós-doutorando em Sociolinguística pela Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho, Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho, Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho, Licenciado em Ensino do Português pela Universidade Pedagógica - Moçambique, Bacharel em Ensino de Português pela Universidade Pedagógica - Moçambique. Palestrante e autor de capítulos de livros e de artigos publicados em revistas científicas.

Ronaldo Rodrigues de Paula

Doutor em Linguística Teórica e Descritiva pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é Professor Efetivo da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

As suas áreas de interesse acadêmico são a Descrição de Línguas Minoritárias, Sintaxe, Fonologia, Pragmática, Prosódia e Variação Linguística. As suas Principais Publicações são a Alternância Conjuntivo-Disjuntiva em Shimakonde. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020: “Stative Morpheme In Shimakonde, An Anticausative Morpheme?”, publicado em 2017, bem como “Diversidade Linguística em Moçambique”, em coautoria com Fabio Bonfim, publicado em 2016.

Tânia Brittes Ottoni Valias

Doutoranda e Mestra em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na área de Linguística Teórica e Descritiva. Desenvolve pesquisas voltadas para a descrição gramatical de Línguas Africanas. Participou do projeto "Descrição e Documentação de Línguas Moçambicanas / Fase 1", financiado pela Capes/Brasil, que permitiu a ida a Maputo, permanecendo como aluna visitante no curso de Linguística Bantu da Universidade Eduardo Mondlane em período Sanduíche. Dedicar-se a pesquisas científicas avançadas sobre Linguística Africana e Linguística Teórica e Descritiva.

Yuran Fernandes Domingos Santana

Mestrando em Linguística na Universidade de Campinas. Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Membro do Núcleo de Estudos em Gramática Formal, Mudança e Aquisição. Membro do grupo de estudos os khoisan de Angola: políticas linguísticas e pesquisa sociolinguística dos povos e línguas em extinção.

Agradecimentos

Agradecemos ao Issufo Ossufo Giwa, artista plástico moçambicano, natural de Angoche, Província de Nampula, falante da língua ekoti pela autorização do uso da imagem do seu quadro na capa deste e-book. (contato: +258 84 014 4432)

Organizadores
Ezra Alberto Chambal Nhampoca
David Alberto Seth Langa
Alexandre António Timbane



Descrição linguística, educação e cultura em contextos pós-coloniais

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
9198473-5110
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

